



UNIVERSIDADE POLITÉCNICA
A POLITÉCNICA

INSTITUTO SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS E NEGÓCIOS – ISAEN

PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM
ESTUDOS DE DESENVOLVIMENTO

**A INCUBAÇÃO DE EMPRESAS COMO APOSTA DA
SUSTENTABILIDADE DO AGRO-NEGÓCIO EM NAMPULA -
MOÇAMBIQUE.**

JOSÉ AUGUSTO GUINA

Maputo

2024

JOSÉ AUGUSTO GUINA

A INCUBAÇÃO DE EMPRESAS COMO APOSTA DA
SUSTENTABILIDADE DO AGRO-NEGÓCIO EM NAMPULA -
MOÇAMBIQUE.

Tese apresentada no Programa de
Doutoramento em Estudos de
Desenvolvimento da Universidade
Politécnica como requisito parcial para
obtenção do título de Doutor.

Orientador: *Professor Catedrático Tito Horácio Fernandes*

Maputo

2024

Índice

Índice	i
Índice de Figuras	vi
Índice de Tabelas	viii
Siglas	ix
Dedicatória	xiii
Agradecimentos	xiv
Resumo	xv
Abstract	xvi
Introdução	1
1.1. Contextualização	1
1.2. O Tema e suas Delimitações	10
1.3. Problematização.....	13
1.3.1. Problema de Investigação.....	14
1.3.2. Questões Complementares de Investigação	15
1.4. Hipóteses.....	15
1.5. Objectivos	16
1.5.1. Objectivo Geral	16
1.5.2. Objectivos Específicos	16
1.6. Justificativa	17
1.7. As Características do Ambiente de Estudo	23
1.7.1. Província de Nampula	23
1.7.1.1. Distrito de Malema	24
1.7.1.2. Distrito de Ribáuè	26
1.7.1.3. Distrito de Rapale	29
1.8. Organização do Trabalho	31

2. Revisão da Literatura	33
2.1. O Empoderamento Económico como Factor de Emancipação Social da Mulher Rural	33
2.2. A Mulher nos Espaços de Tomada de Decisão	35
2.3. A Mulher no Agro-negócio e os seus Desafios.....	37
2.4. Agricultura Familiar e a sua Relevância na Produção Global de Alimentos	37
2.5. Agricultura de Escala Familiar na África Subsaariana: o Garante do Sistema Alimentar na Região	43
2.6. A Agricultura Moçambicana e o Desafio ao Problema Nutricional	58
2.7. Incubação no Agro-negócio	76
2.8. A Incubação como um Processo Dinâmico de Desenvolvimento Empresarial	78
2.9. Capacidade e Dinâmicas das Empresas	85
2.9.1. Capacidade de Inovação.....	86
2.9.2. Capacidade Financeira	87
2.9.3. Capacidade de Gestão	87
2.10. Incubação Agrária como Meio Catalítico para o Desenvolvimento do Empreendedorismo Rural.....	89
2.11. Perspectivas do Agro-negócio em Moçambique como uma Força Orientadora para os Agricultores Familiares	93
2.12. Inovação como uma das Estratégias para a Agricultura Familiar	105
2.13. Promoção da Capacidade de Inovação em Prol da Agricultura Familiar	112
2.13.1. Desenvolvimento da Capacidade de Inovação	112
2.14. A Relevância da Co-criação de Valor em Agro-negócio para os Pequenos Produtores.....	116

2.15. Agro-empendedorismo e Empoderamento Económico e Social de Jovens.....	119
2.15.1. Algumas Experiências de Incubação e Empreendedorismo em África.....	120
2.16. Abordagem Alternativa para o Desenvolvimento de Agro-negócio em Nampula	122
2.17. Desempenho e Desafios do Sector Agrário.....	133
2.17.1. O Programa SUSTENTA	137
2.18. Incubação Agrária: Espaços Epistemológicos de Globalização	138
2.20. A Incerteza Causada pela Guerra	143
2.21. Desenvolvimento e Epistemologias: a Dinâmica do Conhecimento na Incubação de Empresas	143
2.22. A Hermenêutica Diatópica na Construção do Espaço Social Entre o Rural e o Urbano Consumidor	152
2.23. Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia.....	155
2.24. Incubação Agrária na Perspectiva de uma Agricultura Sustentável	159
3. Metodologia.....	161
3.1. Local de Estudo	161
3.2. Delimitação do Estudo	164
3.3. Tipo de Pesquisa e Colecta de Dados.....	165
3.4. Amostra.....	167
3.5. Desenho da Pesquisa	167
3.6. Opção Metodológica	168
4. Resultados	173
4.1. Análise de Dados	173
4.1.1. Caracterização da Amostra.....	174
4.2. Temas e Sub-temas Emergidos da Pesquisa	176
4.2.1. Desafios de Jovens e Mulheres em Agro-negócio de Pequena Dimensão.....	176

4.2.2.	Incubação em Agro-negócio: Solução Sustentável para Enfrentar Agro-negócios de Pequenas Dimensões	182
4.2.3.	Empoderamento Económico de Mulheres e Jovens Rurais em Agro-negócio de Pequenas Dimensões.....	185
4.3.	Opiniões dos Técnicos nos Governos Distritais	191
4.4.	Pequenos Produtores não Incubados	194
4.5.	As Etapas Conjugadas aos Temas e Sub-temas na Análise dos Dados	195
4.6.	Considerações de Ética.....	198
4.7.	Constrangimentos Externos e Internos dos Pequenos Produtores na Cadeia de Valores	199
5.	Discussão	203
5.1.	Desafios no Agro-negócio.....	204
5.1.1.	Incidência da Pobreza.....	205
5.1.2.	Discriminação das Mulheres em Nível de Direitos.....	209
5.1.3.	Ausência de Conexão e de Habilidades em Agro-negócio	210
5.1.4.	Melhoria em Segurança Alimentar e Geração de Rendimento.	211
5.1.5.	Mentoria, Acesso às Redes e Partilha de Espaços.	212
6.	Conclusão	219
6.1.	Fiabilidade, Validade e Limitação do Estudo	223
6.2.	Auto-reflexão	223
6.3.	Sugestões	224
6.3.1.	Promoção da Inovação na Agricultura Familiar	224
6.3.2.	Que Modelo de Incubação Agrária e Agro-negócio para Moçambique?.....	225
6.3.3.	Considerações Finais.....	226
	Referências Bibliográficas	231
	Apêndice 1 – Esclarecimento e Consentimento	268
	Apêndice 2 – Questionário aos Membros do Governo - Nampula	
	269	

Apêndice 3 – Questionário a Empresários e Agentes de Agro-negócio em Nampula	271
Anexos – Cartas-credenciais para pesquisa no campo.	281

Índice de Figuras

Figura 1. Distribuição Percentual da População de 15+ anos Empregada por Ramo de Actividade	2
Figura 2. Mapa de Moçambique	3
Figura 3. Valor da Produção Agrícola de Moçambique (Mil USD, 2018).....	4
Figura 4. Moldura Conceptual do CAADP	9
Figura 5. Província de Nampula.....	24
Figura 6. Mapa do Distrito de Malema	25
Figura 7. Mapa do Distrito de Ribáuè	27
Figura 8. Mapa do Distrito de Rapale	29
Figura 9. Percentagem de mulheres em funções de chefia ao nível dos órgãos do Estado	36
Figura 10. Produção agrícola por área de produção fornecimento de alimentos – Global.....	42
Figura 11. Explorações familiares e pequenas explorações – quota de explorações e quota de área agrícola.	44
Figura 12. Ciclo Vicioso da Pobreza.....	45
Figura 13. Índice de Pobreza em Moçambique	50
Figura 14. Incidência da Pobreza Multidimensional por área de residência	52
Figura 15. Impacto estimado da Guerra na Ucrânia, no número global de pessoas subnutridas em 2022	54
Figura 16. Produção rentável de cereais no globo, 2021.....	55
Figura 17. Aumento estimado do número de pessoas subnutridas em 2022, por região.	56
Figura 18. Número de pessoas subnutridas no mundo, projecção até 2020.	58
Figura 19. População de Moçambique em 2021	59
Figura 20. Terras agrícolas <i>per capita</i> em Moçambique, 2020.....	61
Figura 21. Número de Pessoas em Insegurança Alimentar, em Moçambique.	63
Figura 22. Efeitos de pragas na machamba.....	64
Figura 23. Taxa de crescimento anual do PIB no período 1981-2022	65
Figura 24. Crédito bancário por sector (milhões de meticais), 2020.....	68
Figura 25. Estrutura das Despesas por Compromissos Sectoriais	69
Figura 26. População de Moçambique.....	70
Figura 27. A interligação das incubadoras com os diversos sectores públicos e privados.....	83
Figura 28. Alguns dos incubados de Rapale, numa das produções de tomate.	88
Figura 29. PIB Trimestral por Ramos de Actividade: Valores percentuais em volumes acumulados nos últimos 4 trimestres-Moçambique (2021-2023)	98
Figura 30. Exportações de Produtos Agrícolas (Milhões de Dólares).	103
Figura 31. Desenvolvimento da Capacidade para a inovação em Diferentes Níveis	114
Figura 32. Ilha de Moçambique	123
Figura 33. Três cadeias de valor da Ilha de Moçambique: produção pesqueira, turismo e produção de sal.	124
Figura 34. Mercado do Waresta em Nampula.....	131
Figura 35. Moçambique – PIB Agricultura, 2010-2023.....	134
Figura 36. Definição do Sector Agrário, segundo a União Africana, incluindo Moçambique.....	135
Figura 37. Redução da desnutrição crónica em Moçambique, 2013-2019.....	136

Figura 38. Espiral do Conhecimento.....	147
Figura 39. Com uma jovem incubada de Malema.....	149
Figura 40. Uso de Tecnologias Melhoradas, pelos Pequenos Produtores de Nampula.....	156
Figura 41. Mapa de Moçambique	163
Figura 42. Jovens entrevistados, agrupados por sexo e localização.	174
Figura 43. Jovens em Agro-negócio de Pequena Escala.....	178
Figura 44. Teve algum apoio financeiro para o seu negócio?.....	179
Figura 45. Um Incubado do ISEUNA com a sua produção de cebola vermelha em Malema.....	183
Figura 46. Um Incubado do ISEUNA com a sua Colheita de Tomate e os	184
Figura 47. Incubados do ISEUNA na Produção de Hortícolas em Rapale	185
Figura 48. Sistema de irrigação para o cultivo do arroz.....	190
Figura 49. Culturas Alimentares Básicas - Nampula	192
Figura 50. Gestão da Cultura do amendoim (%) - Nampula.....	193
Figura 51. Área Cultivada de Feijões em Nampula	193
Figura 52. Área Cultivada de Raízes e Túbérculos - Nampula	194
Figura 53. Situação dos jovens produtores em formação e financiamento.	195
Figura 54. Processo de Análise de Dados	196
Figura 55. Perdas (%) pós-colheita em Nampula, 2020	205
Figura 56. Três Dimensões na Medição da Pobreza	206
Figura 57. Posse de DUAT nas zonas rurais de Moçambique	214

Índice de Tabelas

Tabela 1. Classificação de explorações.....	6
Tabela 2. Critério de Classificação das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) em Moçambique.	10
Tabela 3. População de Moçambique, 2023.....	14
Tabela 4. Localização Geográfica de Malema	24
Tabela 5. Dados Gerais do Distrito de Malema, 2021.	26
Tabela 6. Localização Geográfica de Ribáuè.....	26
Tabela 7. Comercialização de Culturas de Alimentos e de Rendimento – Distrito de Ribáuè, 2015 - 2022	28
Tabela 8. Dados gerais do Distrito de Rapale, 2022	30
Tabela 9. População de Rapale – 2022	30
Tabela 10. Estrutura da Tese.....	31
Tabela 11. As três dimensões do empoderamento económico nas mulheres.	35
Tabela 12. Níveis de produtividade agrícola de Moçambique Vs Mundial.	47
Tabela 13. Número de Explorações por Província.	62
Tabela 14. Serviços e agricultura são os sectores-chave a determinar o crescimento do PIB.....	66
Tabela 15. Taxa de Crescimento Económico da SADC (%).	67
Tabela 16. Fases de Incubação	85
Tabela 17. Iniciativas do GdM na área de Desenvolvimento rural	104
Tabela 18. Características de Abordagens Alternativas para a Comercialização Agrícola.....	132
Tabela 19. Pobreza Multidimensional e Monetária das Crianças na Província de Nampula	157
Tabela 20. Índices de Pobreza Infantil na Região Norte de Moçambique	158
Tabela 21. População de Nampula vs Moçambique.	161
Tabela 22. Entrevistados - Incubados e não incubados.....	171
Tabela 23. Nível de escolarização da amostra	175
Tabela 24. Características demográficas das pequenas e médias explorações	175
Tabela 25. Trabalhadores para as 37 <i>start-ups</i> visitadas	182
Tabela 26. Número de Extensionistas nos Distritos de Malema_Ribáuè_Rapale em Abril de 2023	189
Tabela 27. Caracterização das Etapas	197
Tabela 28. Constrangimentos na Cadeia de Valores, para os Pequenos Agricultores.....	201

Siglas

ADELNA	Associações para o Desenvolvimento Económico Local de Nampula
AIAF	Ano Internacional da Agricultura Familiar
AT	Autoridade Tributária
ASS	África Subsaariana
BDS	<i>Business Development Services</i>
BPESOE	Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado
CAADP	Comprehensive African Agriculture Development Programme
CAP	Censo Agro-Pecuário
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
CEPAGRI	Centro de Promoção da Agricultura
CIA	Central Intelligence Agency
<i>COVID-19</i>	<i>CoronaVirus Disease of 2019</i>
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DBSA	Development Bank of Southern Africa
DNEAP	Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas
DPP	Direcção de Planeamento e Política (do MADER)
DUAT	Direito de Uso e Aproveitamento da Terra
ESEUNA	Escola Superior de Estudos Universitários de Nampula
<i>FAO</i>	<i>Food and Agriculture Organization</i>
FNDS	Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (MADER)
FUNDE	Fundação Universitária para o Desenvolvimento da Educação
GAPI	Instituição Financeira para o Desenvolvimento de Moçambique
GdM	Governo de Moçambique
<i>HLPE</i>	<i>High Level Panel of Experts</i>

IAI	Inquérito Agrícola Integrado
<i>IBI</i>	<i>Innovation-Based Incubators</i>
IES	Instituições de Ensino Superior
IESE	Instituto de Estudos Sociais e Económicos
<i>IFAD</i>	<i>International Fund for Agricultural Development</i>
IFD	Instituição Financeira de Desenvolvimento
IIAM	Instituto de Investigação Agrária de Moçambique
INE	Instituto Nacional de Estatística
<i>INFODEV</i>	<i>Information for Development</i> (do Banco Mundial)
IOF	Inquérito sobre Orçamento Familiar
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
ISEUNA	Instituto Superior de Estudos Universitários de Nampula
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
MADER	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural
MIC	Ministério da Indústria e Comércio
MINAG	Ministério da Agricultura
MOZBIO	<i>Mozambique Biodiversity</i>
MOZDGM	<i>Mozambique's Dedicated Grant Mechanism</i>
MozFIP	<i>Mozambique Forest Investment Plan</i>
MPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
MPE	Micro e Pequenas Empresas
MPME	Micro, Pequenas e Médias Empresas
<i>MSP</i>	<i>Multi-sectorial Planning</i>
<i>NEPAD</i>	<i>New Partnership for Africa's Development</i>
OMS	Organização Mundial da Saúde

ONU	Organização das Nações Unidas
PARPA	Plano de Acção para a Redução da Pobreza
PDER	Plano Director de Extensão Rural
PEDSA	Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário
PESOP	Plano Económico e Social para o Orçamento Provincial
PIB	Produto Interno Bruto
PNISA	Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário
POCA	Plano Operacional da Comercialização Agrícola
PQG	Programa Quinquenal do Governo
PROAGRI	Programa de Desenvolvimento Agrário
PRODAPE	Projecto de Desenvolvimento de Aquacultura de Pequena Escala
ODS	Objectivos do Desenvolvimento Sustentável
OECD	<i>Organisation for Economic Co-operation and Development</i>
ONG	Organização Não Governamental
<i>RdO</i>	<i>Remote Data Object (Tecnologia da Microsoft)</i>
<i>RSA</i>	<i>Republic of South Africa</i>
<i>SADC</i>	<i>Southern African Development Community</i>
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SDAE	Serviços Distritais de Actividades Económicas
SPAIE	Serviços Provinciais das Actividades Económicas
TIA	Trabalho de Informação Agrária
UA	União Africana
<i>UNESCO</i>	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
<i>UNICEF</i>	<i>United Nations International Children's Emergency Fund</i>
<i>UNIDO</i>	<i>United Nations Industrial Development Organization</i>

WFP

World Food Programme

Dedicatória

*A Albertina Isabel Guina, minha mãe
A Ana Maria Pinho Guina, minha esposa
A título póstumo Mário Guina, meu irmão
A Vanya e Cídia, minhas filhas*

Agradecimentos

Na linha Divina, agradeço a Deus pela dádiva da vida e a Nossa Senhora pela sua intersecção sempre que precisei.

Agradeço a minha esposa, *Nenita* (Ana Maria Pinho Guina), por todo o apoio neste percurso académico e pela sua amizade e companheirismo nesta vida a dois.

Sou especialmente grato ao Professor Catedrático Tito Horácio Fernandes, Fellow da African Academy of Sciences, por orientar todos os passos deste trabalho e por tudo o que me ensinou. Obrigado Professor, por toda a paciência, dedicação e disponibilidade com as quais me orientou, pela sua amizade e por se mostrar sempre disponível a mostrar-me os trilhos da Ciência, através da sua constante prontidão em partilhar os seus conhecimentos, com a sua característica de uma pessoa simples, perspicaz, cientista, sempre bem disposto, com alegria contagiante e com muito humor.

Agradeço à incansável Prof. Doutora Rosania da Silva, pela sua dedicação e empenho em todas as causas em que tenha responsabilidades e por acreditar e apostar no crescimento profissional e académico das pessoas e por ser amiga dos amigos.

Palavras de gratidão ao Prof. Doutor Lourenço do Rosário pelas suas apostas ousadas nas pessoas e nas causas empreendedoras, porque visionário que é, acredita neste País que o viu nascer e, muito obrigado pela amizade.

Agradeço a todos os colegas da Universidade Politécnica em todas as suas Unidades Orgânicas e em particular aos da ESEUNA e do ISEUNA em Nampula (o jardineiro, os serventes, os administrativos e os docentes). A todos pela sua dedicação à causa d'A Politécnica e por considerarem esta instituição a sua segunda família e pela sua amizade, pois tudo isso tem contribuído para que me sinta sempre bem nesta 'casa'.

Agradeço também a todos os que se tornaram meus amigos em Nampula, pelo seu carinho.

Resumo

Esta pesquisa teve como objectivo investigar sobre o grau de envolvimento de jovens na produção agrícola em três distritos de Nampula, de modo a se aferir se a aplicação de modelo de incubação de empresas podia ser um factor determinante para a sustentabilidade do agro-negócio, onde a actividade agrária é essencialmente de tipo familiar. A razão da escolha do tema deveu-se ao facto de a Província de Nampula apresentar condições favoráveis para actividade agrária, mas ciclicamente ser caracterizada por ter bolsas de fome, nível de pobreza considerável e um elevado índice de malnutrição. Deste modo, foi realizada uma pesquisa de tipo qualitativo, com abordagem fenomenológica e a colecta de dados, em que se usaram entrevistas, observações e obtenção de informações não observáveis, como *workshops*. Como resultado da pesquisa, considerou-se importante a aplicação de incubação de empresas como solução sustentável para os desafios no agro-negócio de pequena escala, o que tem permitido o fortalecimento económico de mulheres e jovens rurais, porque os métodos usados permitiram aos produtores mais formação, melhor abordagem aos mercados informais e convencionais, para além de participação em redes de cadeias de valor. Os maiores ganhos verificados nos produtores inquiridos foram a transição da agricultura de subsistência para a comercial e, através da sua modernização, conseguir-se melhor qualidade na produção de regime familiar. Verificou-se ainda que considerando as salvaguardas ambientais e sociais, quando são aplicados melhores métodos agroecológicos, resultam benefícios para o meio ambiente e saúde humana, aumento da produtividade que origina excedentes comercializáveis, aumento da renda familiar e do crescimento económico das comunidades bem como melhoria na dieta alimentar.

Palavras-Chave: Nampula; incubação agrária; agricultura familiar; pobreza; malnutrição; agro-negócio; meio ambiente.

Abstract

This research aimed at investigating the degree of involvement of young people in agricultural production in three districts of Nampula, in order to assess whether the application of a business incubation model could be a determinant factor for the sustainability of agribusiness, where agricultural activity is essentially family-based. The reason for choosing the theme was due to the fact that the Province of Nampula presents favourable conditions for agricultural activity, but cyclically is characterized by pockets of hunger, a considerable level of poverty and a high rate of malnutrition. In this way, it was carried out a qualitative research, with a phenomenological approach and data collection, in which we have used methods of questionnaires, observations and obtaining non-observable information, such as workshops. As a result of this research, it was considered important to apply business incubation as a sustainable solution to the challenges in small-scale agribusiness, which has allowed the economic empowerment of women and rural youth, consequence of the methods used which allowed producers more training, better approach to informal and conventional markets, in addition to participation in value chain networks. The largest gains seen in the surveyed producers were the transition from subsistence to more formal commercial agriculture and, through its modernization, achieving better quality in family-based production. Taking into account environmental and social safeguards, when agroecological methods were applied, resulted in better environment and human health, more productivity causing marketable surpluses, increased family income, economic growth in communities, as well as improved diets.

Keywords: Nampula; agricultural incubation; family farming; poverty; malnutrition; agribusiness; environment.

Introdução

1.1. Contextualização

O principal propósito deste trabalho de pesquisa foi perspectivar o quão importante pode ser a aplicação do sistema de incubação agrária na promoção do desenvolvimento económico sustentável e o empoderamento de jovens nas áreas rurais da Província de Nampula, em Moçambique.

Por outro lado e por via desse sistema de incubação, procurou-se identificar e ser um instrumento crítico do actual estado do agro-negócio, analisando as cadeias de valor que o compõem, como um impulsionador da melhoria das condições de vida do meio rural na Província de Nampula, tanto na geração da renda familiar, quanto na melhoria da dieta alimentar.

No geral, tem-se em vista identificar modos alternativos de produção agrícola familiar e fases subsequentes que possam incrementar o valor acrescentado, donde pode resultar a diminuição da pobreza das famílias que têm como sua principal actividade a agricultura de pequena escala.

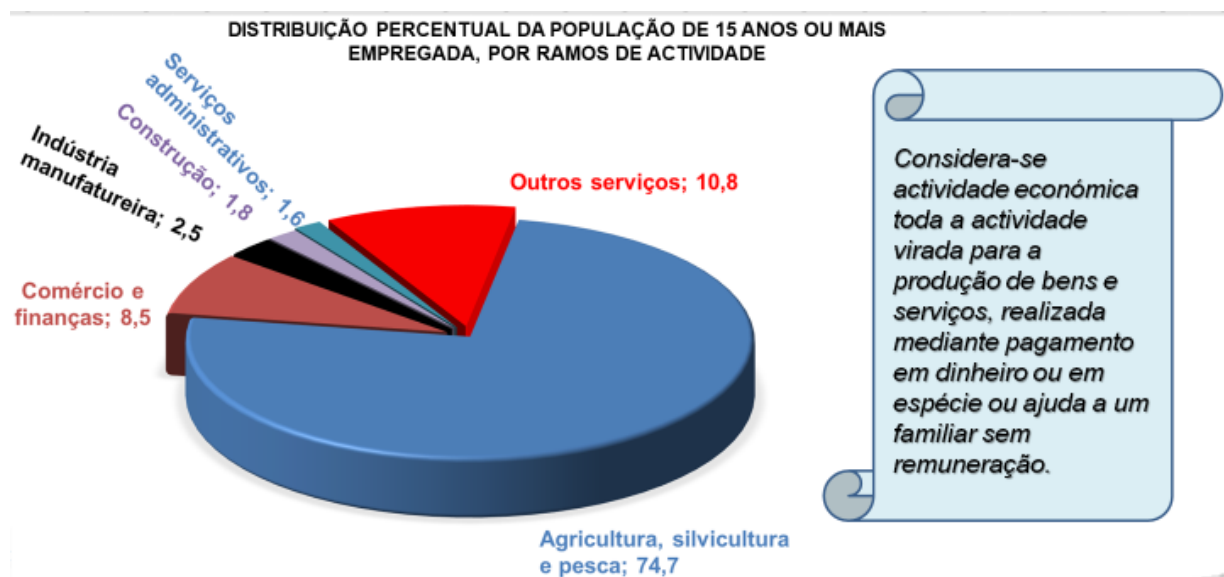
Tem sido notória a mobilidade de jovens rurais para áreas urbanas, em busca de empregos que lhes possam garantir meios de sobrevivência imediata, desertificando o campo, tanto em população, quanto em mão-de-obra. Sendo a agricultura considerada em Moçambique como a base para o desenvolvimento socioeconómico, esse movimento da população em idade activa pode comprometer as aspirações do Governo nos seus programas económicos.

Os sistemas económicos dos países desenvolvidos indicam que as vantagens competitivas actuais estão na inovação, na aplicação de novos conhecimentos, na partilha de talentos, recursos financeiros e tecnológicos. Como consequência, esses países ocupam posições cimeiras no *ranking* internacional de competitividade¹.

¹ O Ranking de Competitividade é um índice (*GCI-Growth Competitiveness Index*, em inglês) elaborado pelo Fórum Económico Mundial (*World Economic Forum*) para medir a competitividade entre países. É formado por três componentes: índice de tecnologia, índice de instituições públicas e índice de ambiente macroeconómico. www.weforum.org.

Os pequenos agricultores, mais em forma de agricultura familiar, sentem a necessidade de apoio na inovação, na garantia contínua da renda para as suas comunidades e no acesso aos mercados, de modo a serem sustentáveis e isso pode tornar-se possível através de incubação de empresas. Em Moçambique, mais de 70% da população com mais de 15 anos de idade tem no sector agrário a sua principal actividade, tanto em forma de emprego, quanto por conta própria, (**Figura 1**), do Inquérito do Orçamento Familiar (IOF) de 2022 (INE, 2023).

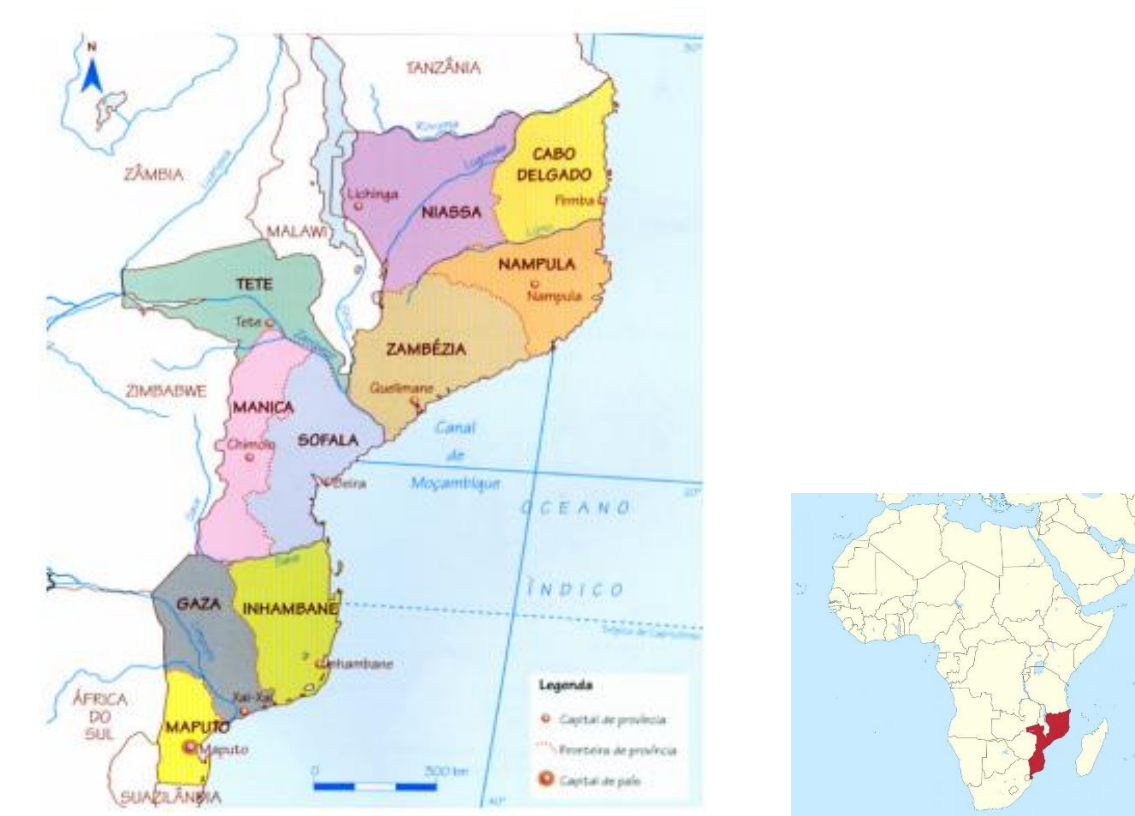
Figura 1. Distribuição Percentual da População de 15+ anos Empregada por Ramo de Actividade



Fonte: IOF 2022 do INE, 2023

Moçambique, um país Subsariano, localiza-se na faixa sul-oriental do Continente Africano, com uma área aproximada de 800 mil Km² e é circundado pelas seguintes fronteiras: a Norte a República da Tanzânia, a Sul a República da África do Sul (RSA) e o Reino do Eswatini (dantes Swazilândia), a Oeste o Zimbabwe e a RSA e a Este o Oceano Índico, numa costa de 2.500 Km de extensão (Muchangos, 1999).

Figura 2. Mapa de Moçambique



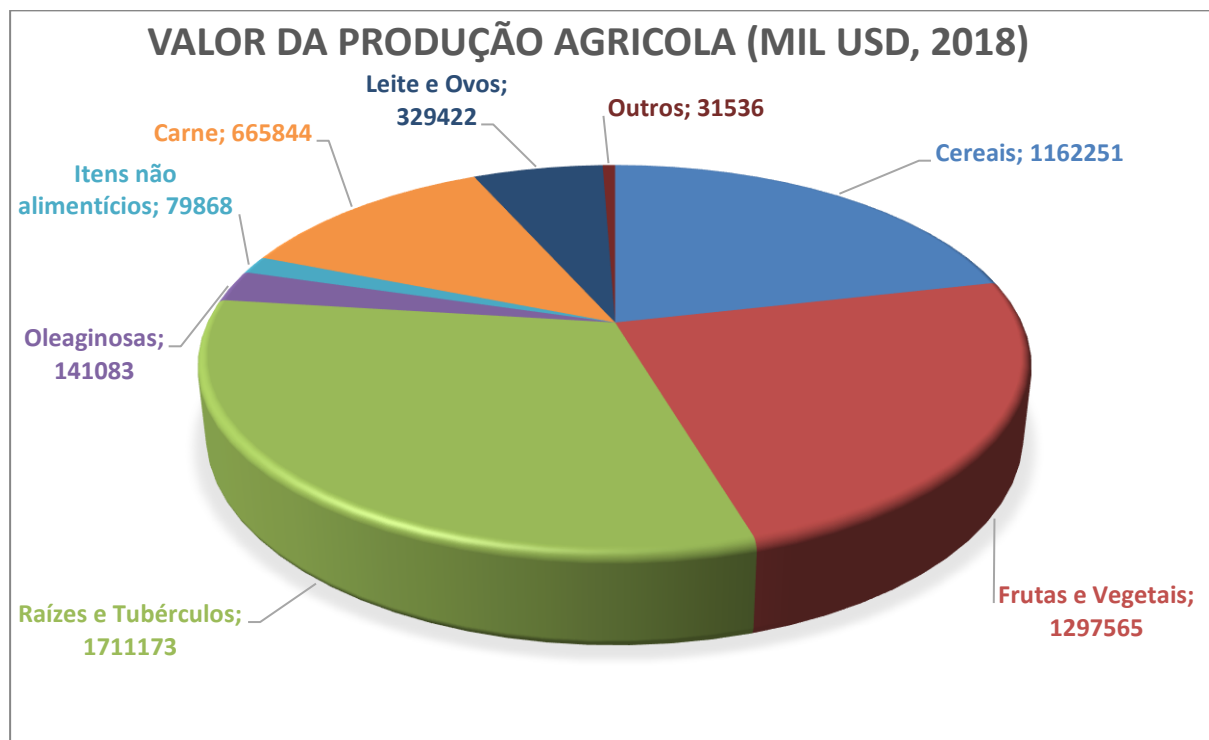
Fonte: ATLAS. 2005.

O território moçambicano adquiriu a actual forma geográfica (**Figura 2**) em Maio de 1891, quando foram assinadas as *Bases* que orientaram o Tratado Anglo-Português (assinado em Junho do mesmo ano), *relativo às esferas de influência em África e as relações de amizade*. O referido Tratado constituiu a legitimação da ocupação portuguesa em Moçambique, se bem que historicamente remontasse do século XVI (Magalhães, 1990).

Desde a Independência Nacional em 1975 que Moçambique tem como prioridade o Desenvolvimento Agrário. Como esforços para a sua concretização, os sucessivos governos e em colaboração com os seus principais parceiros têm desenhado e implementado vários programas de desenvolvimento agrícola. Desse esforço continuado, em 2018 a FAO divulgou um relatório estatístico da produção agrícola moçambicana (**Figura 3**), em que se destacam as raízes (mandioca) e tubérculos (batata-doce), frutas e vegetais e cereais, como produtos de maior rendimento.

No mesmo relatório salienta-se que, não obstante ter havido um incremento nessas produções, a volatilidade na produção de culturas básicas tem afectado a disponibilização geral de alimentos para o consumo doméstico, assim como a sazonalidade na produção tem tido um impacto na segurança alimentar e na auto-suficiência de pequenos produtores familiares, o que, por vezes, origina bolsas de fome.

Figura 3. Valor da Produção Agrícola de Moçambique (Mil USD, 2018)



Fonte: Adaptado do FAOSTAT, *value of agriculture production*, <https://www.fao.org/faostat/en/#data/QV>, 2018

Mesmo com autonomia política, acredita-se que desde essa data o Orçamento do Estado de Moçambique tem estado dependente da ajuda externa. Essa condição não tem permitido capacitar os cidadãos de uma atitude empreendedora, ora por não haver disponibilidade de fundos financeiros para o efeito, ora por demasiada politização nas iniciativas para implementação de novas ideias empresariais.

Após atravessar certas vicissitudes de índoles climática e bélica e com a assinatura do Acordo Geral da Paz em 1992, o país viu de novo lançadas as bases para o desenvolvimento socioeconómico, resultando isso na reconstrução de várias infra-estruturas ora destruídas, assim como o restabelecimento de redes escolar e sanitário.

Em 2011, o Conselho de Ministros de Moçambique aprovou o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), a ser concretizado num horizonte de 10 anos, mas ainda em vigor até os dias de hoje e que tem servido como um instrumento harmonizador para a sistematização de um vasto leque de orientações estratégicas para a agricultura.

A abordagem da implementação do PEDSA assenta na cadeia de valor e a médio-longo prazo, pelo que a sua operacionalização toma em consideração todas as actividades ligadas a factores como: geração e transferência de tecnologias, provisão de insumos agrários; produção agrária; actividades de processamento e comercialização que acrescentam valor aos produtos agrícolas, pecuários, florestais e faunísticos; e gestão sustentável dos recursos naturais.

E para materializar a visão do sector agrário, o PEDSA definiu como objectivo geral: *“Contribuir para a segurança alimentar e a renda dos produtores agrários de maneira competitiva e sustentável garantindo a equidade social e de género”* (PEDSA, 2011).

O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER) caracteriza o território moçambicano como tendo condições agroecológicas ricas e diversificadas, com condições de solo arável, estimada em 36 milhões de hectares, mas, segundo o Inquérito Agrário Integrado (IAI-MADER, 2020), somente com 5,5 milhões de *ha* de área cultivada, para além de clima muito propício para investimentos agrários.

Existem no país cerca de 4,3 milhões de explorações agro-pecuárias, sendo 97,8% pequenas (ou de escala familiar), 2% médias e 873 unidades (menos de 1%) grandes explorações (IAI-MADER, 2020).

De acordo com o MADER, as explorações são classificadas como pequena, média ou grande, atendendo aos seguintes critérios (**Tabela 1**):

Tabela 1. Classificação de explorações

Factores	Limite 1	Limite 2
Área cultivada não irrigada (ha)	10	50
Área cultivada irrigada, pomares em produção, plantações, Hortícolas, Floricultura (ha)	5	10
Número de cabeças de gado bovino	10	100
Número de caprinos/ovinos/suínos	50	500
Número de aves	5 000	20 000
Número de árvores (coqueiros, cajueiros e outras árvores de frutas novas ou em produção dispersa ou em pomares	149	2 000

Fonte: MADER, 2020.

A vasta extensão de terras aráveis constitui boas oportunidades para produção de alimentos, com o uso de meios mais modernos. Contudo, essa situação levou ao favorecimento de investidores agrícolas estrangeiros (MADER, 2020). Por outro lado, e pelo que temos constatado, os produtores familiares continuam em desvantagens por falta de meios, o que tem tido como reflexos a elevada e continuada condição de pobreza rural, a qual deve-se sobretudo ao limitado desenvolvimento da agricultura, ao limitado acesso ao mercado e à fraca produtividade das culturas alimentares. Essa situação, no nosso entender, tem conduzido à deterioração das condições de vida das comunidades assim confrontadas.

Na verdade, o continente africano tornou-se alvo de apetências e expropriação de terras por investidores estrangeiros a partir da primeira década do Séc. XXI. Contudo, também os governos locais tiveram a mesma atitude, em detrimento dos camponeses de pequena escala e das comunidades rurais, com ênfase para os agricultores do gênero feminino, sem que se observassem compensações, porque, por Lei, existe um direito consuetudinário da posse de terra das famílias locais (Batterbury e Anum Ndi, 2018).

O desenvolvimento da agricultura é fundamental para reduzir a pobreza, pois, 80% dos rendimentos das famílias rurais provem do sector agrário e os restantes 20% dos outros sectores da economia (CAP, 2000; TIA, 2002). À multidimensional pobreza, como problema social, juntam-se outros factores básicos (e.g. fraco nível escolar, desconhecimento, doença, apatia, desonestidade e dependência), tendo como uma das consequências a malnutrição generalizada

na região Norte do país (e com destaque para a Província de Nampula), bem como as incertezas do clima e os riscos de violência bélica.

Não obstante o território moçambicano possuir condições favoráveis ao desenvolvimento agrícola, a produtividade nesse sector continua baixa e com tendência decrescente (MPD/DNEAP, 2010; Mosca, 2011), decadência essa devido a vários factores, como irregularidade na queda das chuvas, pouco uso de tecnologias que estimulam a produção, infra-estruturas de acesso rodoviário deficitárias (e.g. a estrada Nacional N1, que liga o Sul ao Norte do País), e fraca aposta no investimento agrícola.

É nesse contexto que surge o CAADP, um Programa Compreensivo de Desenvolvimento Agrário em África, quando da 2ª Assembleia da União Africana (UA) em Julho de 2003, em Maputo, Moçambique, em que é assinada a Declaração de Maputo, sobre a Segurança Alimentar e Agricultura. Na ocasião e nesse Programa pan-africano, inserido na Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD), foi enfatizado o apelo ao compromisso que todos os países africanos deveriam atribuir pelo menos 10% do orçamento nacional à agricultura, de modo a poder alcançar-se um crescimento de 6% na economia agrícola.

No entanto, dez anos depois e pela Declaração de Malabo, Guiné Equatorial, a 23ª de Assembleia da UA em Junho de 2014 constatou-se que muitos países, incluindo Moçambique, não atingiram os propósitos firmados em Maputo, tanto no orçamento nacional a atribuir a agricultura, quanto na taxa de crescimento recomendado de 6%. Contudo pela nova Declaração de Malabo apelou-se ao aceleração do crescimento agrícola e à transformação para a prosperidade partilhada e melhoria dos meios de vida dos povos do continente africano. Saliente-se que todos os compromissos da Declaração de Maputo para o CAADP foram reiterados.

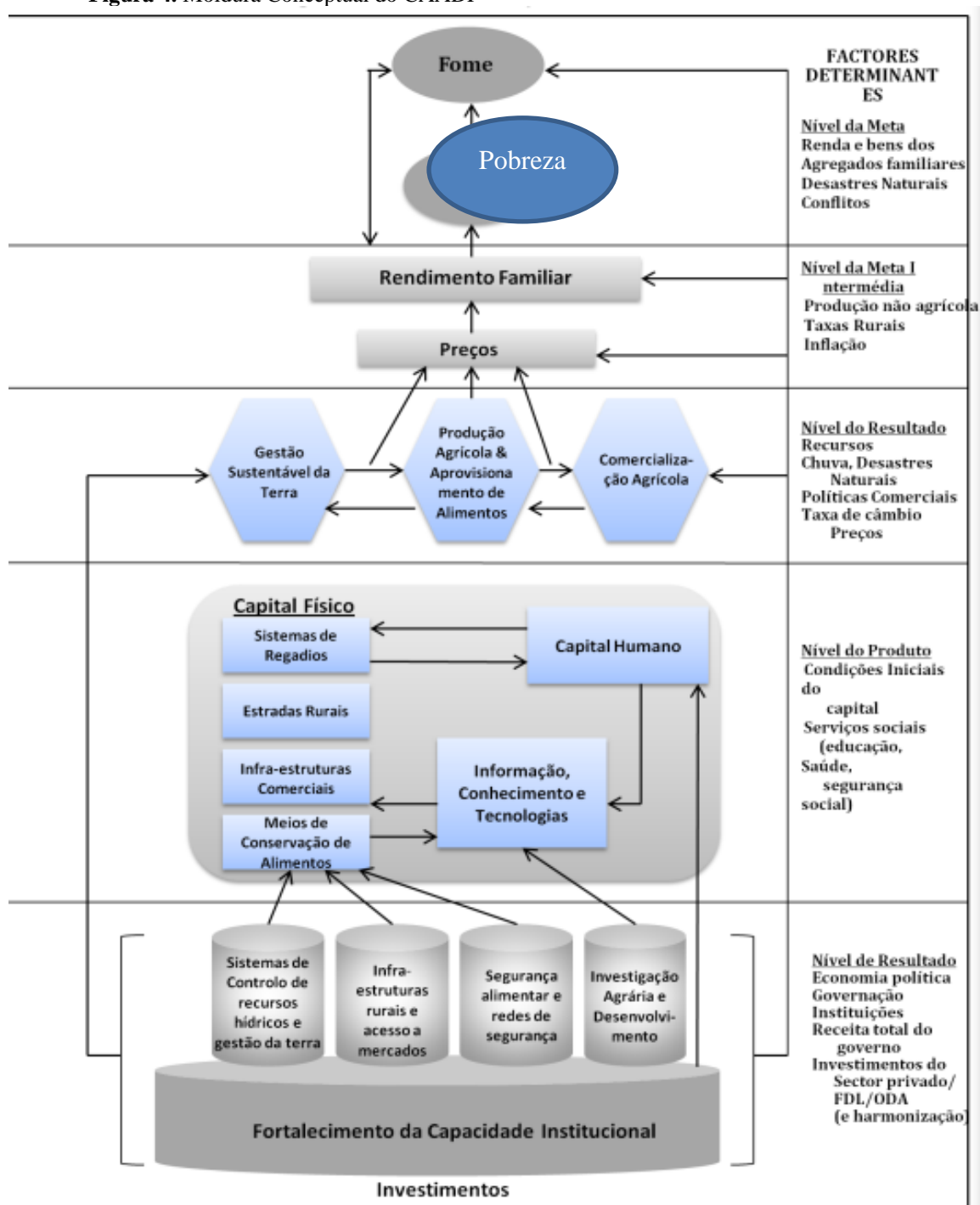
O CAADP e pela sua moldura conceptual (**Figura 4**), baseia-se nos seguintes pilares de desenvolvimento:

- 1) Aumento da área cultivável e eficácia na gestão dos recursos hídricos;
- 2) Melhoria de infra-estruturas no meio rural e as capacidades relacionadas com o comércio e acesso aos mercados;

- 3) Aumento da oferta de alimentos, redução da fome e melhoramento das respostas a crises de emergência alimentar e
- 4) Melhoramento da investigação agrícola, a difusão e adopção de tecnologias melhoradas.

De certo modo e pelas suas especificidades, os 4 pilares não são independentes uns dos outros, mas sim, complementares. Tomando como exemplo o segundo pilar, o investimento em estradas certamente que afecta a capacidade de escoamento dos produtos agrícolas e, por conseguinte, interfere na segurança alimentar das famílias rurais, que é o terceiro pilar.

Figura 4. Moldura Conceptual do CAADP



Fonte: Cunguara *et al.*, 2013.

A base da **Figura 4** apresenta a ligação entre os 4 pilares e o objetivo geral da redução da pobreza e da fome. Para a concretização desse objetivo torna-se necessário o aumento da posse de bens duráveis nos agregados familiares.

1.2. O Tema e suas Delimitações

Em África tem sido crescente a eclosão de Micro e Pequenas Empresas (MPEs), que são consideradas como preponderantes para a dinamização das economias nacionais. Nessa perspectiva, também em Moçambique observa-se o mesmo fenómeno, mas com destaque para o surgimento em massa de MPEs, tanto por iniciativas individuais, quanto através da aplicação de várias estratégias governamentais, como em apelos para que sejam “mais interventivas na economia nacional, assim como a caminharem rumo à sua internacionalização”².

As MPEs, designação que adoptamos no nosso estudo, enquadram-se no Estatuto Geral das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), aprovado pelo Decreto Lei nº 44/2011 do Conselho de Ministros, em que, pelo Artigo 4, o agro-negócio é considerada área económica prioritária no desenvolvimento das suas actividades.

Segundo o Artigo 3 do Decreto referido anteriormente, as MPEs classificam-se de acordo com o volume de negócios e o número de trabalhadores (**Tabela 2**).

Tabela 2. Critério de Classificação das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) em Moçambique.

	Micro Empresa (MiE)	Pequena Empresa (PE)
Volume Anual de Negócios (meticais)	1.200.000,00	Entre 1.200.000,00 e 14.700.000,00
Nº de Trabalhadores	4	5 - 49

Fonte: BR – Decreto Lei nº 44/2011 do Conselho de Ministros da Rep. De Moçambique.

De certo modo, para que em Moçambique se alcancem os objetivos sociais e económicos com vista ao desenvolvimento, torna-se importante consolidar reformas económicas, tendo em conta a questão da equidade social e da inclusão (Piketty, 2014).

² Intervenção do Presidente da República, Filipe Jacinto Nyusi, durante a 1ª Conferência Nacional das Micro, Pequenas e Médias Empresas, em 09 de Abril de 2021. <https://www.presidencia.gov.mz/por/Actualidade/>

O país, com a Estratégia de Desenvolvimento das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs)³, de 2007 a 2012, procurou abordar 7 principais constrangimentos e todos válidos até ao presente:

1. Barreiras regulatórias
2. Falta de acesso ao financiamento
3. Baixa qualificação da força de trabalho
4. Carga fiscal e custo dos procedimentos elevados
5. Fraco acesso aos mercados
6. Falta de ligações horizontais e verticais entre empresas
7. Falta de espírito empreendedor

Para os novos empreendedores e segundo a constatação obtida na nossa pesquisa, esses são alguns dos desafios e bloqueios identificados, tanto para o início do seu negócio, quanto para o crescimento e sustentabilidade do mesmo.

Moçambique continua dependente dos pequenos investimentos (através das MPMEs,) e do sector informal para alimentar a cadeia produtiva dos vários sectores, e isso coloca um desafio para o País para investir na transformação económica, como plataforma para a emigração da economia do consumidor internacional líquido para produtor internacional sustentável, através de exportações dos recursos transformados de que dispõe. A sua importância para a dinamização da economia nacional pode-se verificar pela expressão do seu peso de 43,48% na receita fiscal total⁴.

Para melhor dinamizar essa estratégia e através do Decreto n. 47/2008, de 3 de Dezembro, o Governo criou o Instituto para a Promoção das Pequenas e Médias Empresas (IPEME), como entidade pública com a responsabilidade de assegurar a implementação da estratégia para o Desenvolvimento das MPMEs e das acções de promoção e dinamização das mesmas.

³ Do artigo “Política Centrada nas Micro, Pequenas e Médias Empresas – Situação, Justificação e Desafios”, baseado no capítulo 1 do livro MIC (2016): Pequenas e Médias Empresas em Moçambique, Maputo.

⁴ Dado revelado em 22 de Março de 2021, pela Presidente da AT, Amélia Muendane, por ocasião do Dia Nacional do Contribuinte e do Lançamento do Portal do Contribuinte e da Campanha de Massificação do Pagamento via Banco. <https://www.mef.gov.mz/index.php/imprensa/noticias/>

A sobrevivência e sustentabilidade das MPEs, através da aplicação do modelo de incubação de empresas, podem ser vistas como uma componente importante de crescimento e desenvolvimento económico, especialmente entre países em desenvolvimento como Moçambique.

Em Moçambique, ao contrário de diversos outros países da África Austral, como a África do Sul, Botswana e Eswatini, não existe ainda um Estatuto da Agricultura Familiar, que poderia ser benéfico, no que se refere à actividade agrícola, florestal e ao espaço rural, pois reconhecendo-se o título de beneficiário de forma ágil e menos burocrática, poder-se-iam definir os critérios dos montantes de apoio apenas a pessoa singular titular da exploração agrícola familiar.

De facto, não existe bem explícito um compromisso evidente na discriminação positiva da agricultura familiar como um dos objectivos da política agrícola. É nesse modelo de sustentabilidade proporcionada aos novos empreendedores, que aplicamos no nosso estudo como temática o mesmo paradigma às *start-ups* agrárias e em agro-negócio, particularizando as iniciativas empresariais do meio rural de alguns distritos da Província de Nampula.

Aplicando práticas inovadoras no sector agrário (sistemas de irrigação, controle de pragas, monitoria do solo), e numa capitalização das condições agroecológicas ricas do espaço territorial do País, que podem resultar em estágios de desenvolvimento das comunidades, pode-se constituir um vector multidireccional de trabalho no agro-negócio moderno, que vise aumentar a produtividade dos campos e utilizar uma abordagem de gestão inteligente. Assim, intitulamos o nosso trabalho d' *“A Incubação de Empresas como Aposta da Sustentabilidade do Agro-negócio em Nampula – Moçambique”*.

No que se refere às delimitações do nosso trabalho, a sua análise incidiu sobre o meio rural da Província de Nampula e em particular a alguns jovens em actividades agrárias, nos distritos de Malema, Rapale e Ribáuè.

A selecção desses distritos para o trabalho de pesquisa deveu-se ao facto de os mesmos apresentarem solos e clima muito propícios à produção agrária, pois que, a declividade dos solos é menor que 12%, isto é, relevos planos e suave-ondulados, com baixo impedimento à

mecanização e acessos (Chiarini e Donzelli, 1973), e, com regime de chuvas entre 800 e 900 mm/ano (Muchangos, 1999).

Acresce-se a isso o facto de estes distritos estarem situados na mesma linha sequencial, na Estrada Nacional N13, que tem como um dos extremos a Cidade de Nampula, local de absorção dos produtos agrícolas desse corredor viário, factor favorável para o nosso trabalho de pesquisa, o sector do agro-negócio.

Por outro lado, dada a ausência da característica empresarial nas famílias produtoras rurais, o nosso estudo teve um horizonte temporal entre 2021 e Agosto de 2023, partindo de um referencial teórico de como se pode obter prática (treino e experiência) consolidada na produção agrária, através da incubação nessa área, factor que pode garantir segurança alimentar dos agregados familiares e comunidades.

1.3. Problematização

Múltiplos e constantes têm sido os esforços do Governo de Moçambique em transformar as relações sociais de produção e criar programas que visam colocar o sector agrário como a maior força na dinamização da economia do país.

O Plano Director de Extensão Rural (PDER, 2007) faz referência à preocupante pobreza das populações, que é mais incidente no campo. A mesma *“é atribuída principalmente ao limitado desenvolvimento agrícola, ao desenvolvimento limitado dos mercados e aos baixos níveis de produtividade. O potencial agrícola não é devidamente convertido na geração de receitas e na criação de emprego de modo tangível”* (Francisco *et al*, 2010).

Não obstante quase todo o território nacional possuir uma vasta rede hídrica e solos muito férteis e população maioritariamente rural (65,34% da população total de 32.419.747) e de faixa etária jovem (53%) e cerca de 52% do sexo feminino, segundo os dados do Instituto

Nacional de Estatística (INE) de 2023⁵ (**Tabela 3**), isso não se tem traduzido em resultados convincentes, substanciais e duradouros.

Tabela 3. População de Moçambique, 2023

Homens	15.683.681
Mulheres	16.736.066
Urbana (%)	34,66
Rural (%)	65,34

Fonte: INE, 2023.

Esse persistente fraco desenvolvimento do sector agrário de Moçambique conduz-nos a uma reflexão sobre que práticas a adoptar, para que, na verdade, o país e as populações consigam beneficiar de todas as condições naturais existentes.

1.3.1. Problema de Investigação

Na acepção científica, problema é qualquer questão não resolvida e que é objecto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento, e em que na formulação de um problema deve existir o interesse em determinar a sua relevância e esta deve ser prática e estar nos benefícios que podem decorrer de uma solução (Gil, 2008).

É inquestionável o papel das instituições académicas de pesquisa na geração de conhecimentos, embora se venham a deparar com dificuldades na criação de mecanismos que permitam a disponibilização de conhecimentos e tecnologias que possam produzir impactos económicos imediatos e significativos na cadeia produtiva.

A relevância em colocarmos como tema principal do nosso estudo a incubação de empresas na área agrária surge na necessidade de contribuir para que o sector empresarial rural consiga ultrapassar, na sua fase inicial, as várias contrariedades impostas pelo mercado, garantindo assim, a sua continuidade e sustentabilidade (Ibañez *et al.*, 2004). Procuramos contribuir para superar esses entraves, apresentando soluções, mesmo que parciais, para agilizar

⁵ <https://www.ine.gov.mz/>

o processo de oportunidade de crescimento, transferência e adopção de serviços e produtos tecnológicos.

Estamos assim em sintonia com o objectivo desejado pelos sucessivos Governos de Moçambique, porque daí derivará o desenvolvimento e contributo de crescimento económico do país, no uso do recurso natural em maior abundância, que é a sua terra arável.

Perante todas as abordagens fracassadas nas práticas agrárias em Moçambique, tanto por factores de origem humana, quanto os de origem natural, este trabalho de pesquisa leva-nos a procurar resposta (s) para a seguinte pergunta de partida: *Até que ponto a aplicação do sistema de incubação de empresas poderá catalisar e tornar sustentável a prática agrária e de agro-negócio pelos jovens, na Província de Nampula?*

1.3.2. Questões Complementares de Investigação

De modo a atribuir maior consistência à pergunta de partida, colocámos as seguintes questões que, se forem respondidas, vão de encontro e de um modo mais abrangente ao problema colocado à pergunta principal da pesquisa:

1. Quais são os principais desafios que os jovens empreendedores enfrentam na agricultura de pequena escala e no agro-negócio nas áreas rurais de Nampula?
2. Como é aplicado o actual processo de incubação de empresas agrárias e de agro-negócio, para superar esses desafios e promover o empoderamento económico sustentável para os jovens envolvidos em agricultura de pequena escala e em agro-negócio nessa região Norte do país?

1.4. Hipóteses

As hipóteses apresentam-se como pressupostos que fornecem o fio condutor e que nos levam ao desencadeamento do processo de pesquisa em si, que se quer coerente e adequada.

Ou seja, serão suposições que sumarizam, de um modo relativo, as questões derivadas, conduzindo ao trabalho de recolha e análise de dados, onde serão depois testadas, emendadas e / ou aprofundadas. Após serem formuladas, tomam as rédeas da pergunta central, conduzindo a pesquisa, onde são verificadas e confrontadas com os dados observados (Quivy e Campenhoudt, 1992; 2005). Assim, neste trabalho colocamos as seguintes hipóteses:

H₀: A incubação agrária pode tornar-se um factor catalisador e de sustentabilidade para a actividade agrária e para toda a cadeia dos agro-negócios, para as *start-ups* e Micros e Pequenas Empresas rurais de Nampula.

H₁: A incubação agrária não constitui um factor determinante para a dinamização da prática agrária e da cadeia do agro-negócio pelas *start-ups* e MPEs rurais de Nampula.

1.5. Objectivos

1.5.1. Objectivo Geral

O principal objectivo deste estudo foi verificar como a incubação de empresas no agro-negócio pode ser usada para superar os desafios que os jovens do meio rural enfrentam na agricultura e no agro-negócio em Nampula.

1.5.2. Objectivos Específicos

1. Identificar como a incubação no agro-negócio é usada para superar esses desafios;
2. Promover uma solução sustentável para o fortalecimento das capacidades dos jovens rurais, com destaque para as mulheres, através da incubação agrária.

1.6. Justificativa

Uma das intenções primárias do Governo de Moçambique (GdM) é o de potenciar o sistema agrário de condições que possam dinamizar e aumentar a eficiência e a eficácia na produção, distribuição e comercialização dos produtos do sector agrário.

O Ministério da Agricultura (MINAG, 2008) reconhecia que, sendo a agricultura familiar a base da actividade deste sector, ocupando mais de 95% da área cultivada, os resultados daí provenientes estavam e estão muito aquém do desejado e esperado, o que deixa muitas famílias vulneráveis em matéria de segurança alimentar, agravando assim, a sua condição de pobreza.

A agricultura familiar ou de subsistência é o cultivo da terra com o objectivo não de lucro, mas de prover para o agricultor, para a própria família agricultora, dona da terra, e também uma pequena porção à sua comunidade, ocupando cerca de um quarto da população mundial. Neste minifúndio a pluralidade de culturas plantadas é outra característica marcante, sendo o sistema normalmente eficiente, que funciona como um circuito fechado em que quase nada é desperdiçado.

Nesse contexto este estudo justifica-se na necessidade de se encontrarem mecanismos que tornem a prática agrária apelativa no território moçambicano, viável para o desenvolvimento sustentável e crescimento económico do país, através de formação de MPEs daí provenientes e por meio de incubação agrária, porque o maior potencial produtivo reside nas extensas terras aráveis, que podem contribuir, sobretudo, para a produção alimentar.

O processo de incubação para a mitigação de resultados negativos na actividade agrária permite criar plataformas abertas⁶ de actuação, dando lugar a iniciativas e novas ideias, isto é, à inovação e reformas, principalmente com participantes jovens *start-ups*.

Um dos objectivos de incubação é permitir que os empreendedores obtenham sucesso no mercado através de um acompanhamento em gestão e seguimento rigoroso de regras de

⁶ Defining an Open Digital Platform, <https://apperta.org/openplatforms>. Adaptámos este conceito, ligado à informática, para um modelo de disponibilização de dados e informação em redes de empreendedores, de modo a incrementar-se a parte comercial, através da exposição, em redes digitais, dos seus produtos.

negócios que lhes permitam obter rendimento de durabilidade, de um modo sustentável, modelo visto como alternativa adequada para os iniciantes em agro-negócio.

Tem sido consensual nas análises por especialistas que a agricultura e a zootecnia (pecuária e avicultura) representam o sector primário da economia e que são fundamentais na prevenção do êxodo rural, produção de alimentos, geração de rendimentos, e criação de empregos.

Desse modo, o seu papel no crescimento económico de um país é de grande realce há séculos (William Petty, 1623-1687)⁷. De notar que actualmente muitas destas actividades de produção noutras latitudes são travadas ou bloqueadas por grupos de activistas que se justificam pelos impactos bioecológicos negativos.

O sector agrário em Moçambique, apesar das promessas e das boas intenções formuladas no papel, é de elevada complexidade, tanto nas metodologias aplicadas para a sua implementação, quanto na vulnerabilidade do produto-final. Além da exposição do país às mudanças cíclicas das economias centrais, está ainda dependente de vários factores: o conhecimento técnico e científico, a variabilidade dos preços no mercado, os aspectos culturais, a forma organizativa dos produtores e a própria cadeia de valores.

Acresce ainda, para além da dificuldade de acesso a benefícios e exposição a riscos, a distribuição irregular das chuvas, a carência na distribuição das mercadorias, falta de entrepostos comerciais, vias e meios de transporte terrestres, ferroviários e marítimos, factores relacionados com a baixa produtividade agrícola (Cunguara *et al.*, 2013).

Essa baixa produtividade agrícola (MPD/DNEAP, 2010; Mosca, 2011), extensiva à região de Nampula, para além da exiguidade em locais de armazenagem, redes de abastecimento e de frio, reduz todas as vantagens que possam existir para um potencial desenvolvimento nessa área de actividade.

⁷ Britannica, T. Editors of Encyclopaedia (2022, Maio 22). Sir William Petty. Encyclopaedia Britannica. <https://www.britannica.com/biography/William-Petty>. Petty originated many of the concepts that are still used in economics today. He coined the term **full employment**, for example, and stated that the price of land equals the discounted present value of expected future rent on the land.

Desse modo, conjugamos as linhas conducentes à incubação agrária no estado da arte do desenvolvimento das regiões com potencialidades agrícolas, alinhando a formação e a capacitação das comunidades, que são o primeiro reduto na produção agrária, com os seus saberes tradicionais, conduzindo-as, assim, ao uso de técnicas inovadoras, o que lhes permite o acesso a cadeias de valor lucrativas e a criação de empregos.

A simbiose entre os saberes tradicionais do reduto primário de produção, que é o meio comunitário rural e, todo um conjunto de práticas e teorias orientadas por organizações de índole académica, devem constituir uma ecologia de saberes a partir dos conhecimentos a serem colocados ao dispor das comunidades, para que elas façam uma gestão sistémica dos mesmos.

Torna-se importante rever que “a opressão é sempre o produto de uma constelação de saberes e de poderes”, o que de certo modo magnifica a linha de pensamento de que a ecologia de saberes tem em vista “facilitar a constituição de sujeitos individuais e colectivos que combinam a maior sobriedade na análise dos factos com a intensificação da vontade da luta contra a opressão.” (Santos, 2004).

A natural e constante mudança nos mercados obrigou a que as empresas promovessem diferentes estratégias por forma a sobreviverem e alcançarem o sucesso. No entanto, no início de vida, nem todas as empresas têm essas capacidades, aparecendo então as incubadoras de empresas que permitem colmatar algumas lacunas. As experiências de apoio na incubação surgem inicialmente em actividades de orientação para as novas tecnologias e sua comercialização.

Como motivação para enveredarmos por esta linha de pesquisa estão os seguintes factores: o privilégio de ter percorrido todos os distritos de Nampula, na condição de gestor da Incubadora de Empresas do ISEUNA⁸, para efeitos de implementação do programa SUSTENTA para jovens, como parceiros do Governo de Moçambique; o ter contemplado extensas áreas de terra arável, mas somente aproveitadas de um modo exíguo e à escala familiar e sem resultados que permitam uma distribuição e comercialização desejável; e, por saber, através de conversas informais com os populares nos distritos sobre os hábitos alimentares, da

⁸ Gestor da Incubadora do ISEUNA – Universidade Politécnica em Nampula; Coordenador da FUNDE no ISEUNA e Gestor da incubação de Jovens *start-ups* em Agro-negócio.

imprensa e dos seminários provinciais e estatísticas nacionais, que a Província de Nampula mantém um elevado índice de malnutrição.

Por outro lado, julgamos pertinente haver pesquisas que sejam contributos para a alteração do estado de pobreza e insegurança alimentar nas comunidades rurais, onde reside a maioria das famílias da Província de Nampula. Com este estudo, orientado para a aplicação de incubação de empresas no sector agrário, apresentam-se premissas que impulsionam a actividade agrícola com inovação e orientado para a comercialização, o que pode proporcionar o desenvolvimento económico das comunidades rurais e como consequência a criação de riqueza e o bem-estar de muitos jovens e mulheres camponeses.

Nesta abordagem, em que o enfoque é o sector agrário, colocaríamos a incubação no espectro de restauração do inerente conjunto de processos e inovação de modelo de negócio, em que se sugerem mudanças no modo de produção (com aposta e encorajamento na qualidade e no aumento da produtividade) e na abordagem ao mercado, através de uma cadeia de valores bem organizada para gerar vantagem competitiva.

A associação entre a adequabilidade da ciência na inovação e o conhecimento empírico das comunidades africanas que, durante muito tempo lhes foi negada a sua colocação nos anais da História, por mitos e preconceitos, ajusta-se na ecologia de saberes e culturas. Como indício da hegemonia da epistemologia eurocêntrica, um largo “*número de especialistas não-africanos, ligados a certos postulados, sustentavam que essas sociedades não podiam ser objecto de um estudo científico, notadamente por falta de fontes e documentos escritos.*” (M. Amadou - Mahtar M’Bow, 2010)⁹.

Ainda do mesmo autor,

Se a *Ilíada* e a *Odisseia* podiam ser devidamente consideradas como fontes essenciais da história da Grécia antiga, em contrapartida, negava-se todo valor à tradição oral africana, essa memória dos povos que fornece, em suas vidas, a trama de tantos acontecimentos marcantes.

⁹ Do Prefácio da História Geral de África, por M. Amadou - Mahtar M’Bow, Ex-Director Geral da UNESCO (1974-1987).

Todas as condições agrárias favoráveis que o país possui, paradoxalmente, não têm permitido que a região Norte de Moçambique, concretamente a Província de Nampula, a mais populosa do país¹⁰, se livre de ter um elevado índice de malnutrição e situação crónica de carência de alimentos (Fernandes, *et al.*, 2021), para além da maioria da sua produção agrária ser familiar e de subsistência, inibida de qualidade exigida para uma comercialização de grande rentabilidade, para um mercado cada vez mais exigente, por imperativos da globalização.

Da pesquisa bibliográfica moçambicana, verifica-se que não existem estudos do papel das incubadoras de empresas sobre o sector agrário, o que leva a que se proceda a um levantamento sobre a temática e criar-se uma base de dados que seja um ponto de partida para casos futuros. Os poucos empreendimentos que conseguimos descortinar em busca deste tipo de projectos englobam as seguintes:

1. Uma iniciativa público-privada na Província de Manica em 2020, travada logo de início devido à Covid-19, num vasto investimento de 700 milhões de Meticais, oferece à partida um conjunto de maquinaria de demonstração tecnológica de produção e embalagem. Entretanto, cerca de 19 jovens do Centro e 18 do Norte do país, especificamente seleccionados, já cumpriram 4 meses de formação. A Incubadora enquadra-se na iniciativa “Um Distrito, Uma Pequena Indústria”, é uma plataforma de promoção, formação, assistência de micro e pequenos negócios, intermediação e demonstração tecnológica, e não restrita à área agrária (MIC, 2021)¹¹.
2. Uma outra *start-up* privada em aquacultura de tilápias (“Chicoa Fish Farm”) regista-se no lago Cahora Bassa e já comercializa com sucesso através de Tete e Niassa. Utilizando rações compostas enriquecidas com o omega-3/DHA (ácido docosahexaenóico), para manter seus níveis altos nos peixes, a sua fonte são os óleos de peixe, desconhecendo o tipo de formulação. A informação é escassa e não conseguimos diferenciar esta actividade entre ser uma empresa ou uma *start-up* como se apelida (<https://chicoa.fish/our-story.html>, acessado a 9/8/2023).

¹⁰ Segundo o Censo Populacional de 2017, a população da província de Nampula ronda os 6,10 milhões, do total do país de 27.909.798 habitantes, isto é, o correspondente a 20,6%.

¹¹ <https://www.mic.gov.mz/por/Noticias/Encerramento-da-capacitacao-dos-jovens-empresendedores-em-Manica>

O exponencial aumento demográfico em Moçambique traz consigo muitos desafios no ramo alimentar, adicionado à ausência de mudanças estruturais na agricultura, para além da inexistente industrialização no sector agrário, o que poderia gerar muito emprego (Mosca, 2017). O mesmo autor enfatiza que, como consequência, é crescente o desenvolvimento de uma economia informal nas cidades e no campo, porque o que se produz no país é para autoconsumo ou consumo local, não conseguindo competir em qualidade com os produtos dos países vizinhos, como África do Sul.

A economia informal, existente em maior ou menor grau em todos os países, i.e., realizadas sem que haja registos oficiais, mais comum em países em vias de desenvolvimento e emergentes, prejudica directamente a evolução do Produto Interno Bruto (PIB).

A fraca qualidade dos produtos agrícolas nacionais deve-se, em parte, à fraca formação dos produtores e até dos técnicos extensionistas, o que diminui a possibilidade de exportação para um mercado cada vez mais exigente e essa deficiente qualidade, deve-se também, segundo Siteo (2005), aos seguintes elementos de dinâmica:

- Uso reduzido de tecnologias melhoradas, incluindo sementes, fertilizantes e pesticidas;
- Desigualdades no acesso e utilização da terra;
- Fraca concentração de infra-estruturas de rega nas zonas prioritárias;
- Fraco acesso aos mercados de insumos;
- Débil apoio financeiro aos produtores;
- Dispersão geográfica das zonas de produção, de acordo com as zonas agro-ecológicas definidas, o que constitui um factor importante na definição de estratégias diferenciadas;
- Baixos volumes de produção por indivíduo, o que requer uma função de acumulação que pode ser aproveitada através de associações de produtores.

Por outro lado, através da pesquisa de literatura sobre o papel das incubadoras de empresas em vários países e em África, assim como em diversas áreas de actividade, depreende-se que as MPEs, quando apoiadas em logística, gestão e juridicamente, a probabilidade de se tornarem no futuro em empresas sólidas e estáveis pode ser também considerável.

Segundo a OMS, níveis altos (> 40%) de desnutrição crónica representam um problema sério de saúde pública para o desenvolvimento do capital humano e Nampula é uma das províncias com taxa mais elevada de malnutrição (> 50%)¹². E num desejo primário, é verem-se criadas condições para a gradual erradicação da malnutrição, fomento de criação de emprego de jovens no meio rural, diminuição da pobreza e daí um desenvolvimento económico sustentável na região mais populosa de Moçambique.

1.7. As Características do Ambiente de Estudo

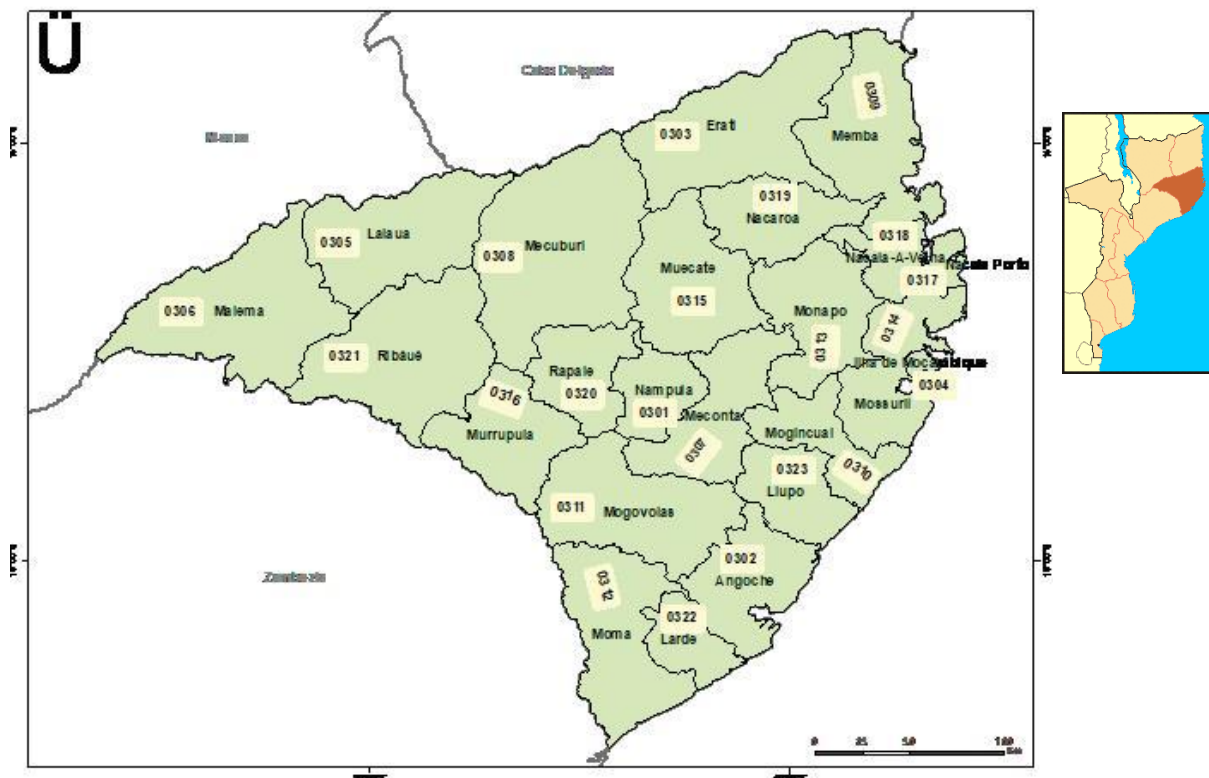
1.7.1. Província de Nampula

A Província de Nampula, com o total de população estimado em 6.335.121 habitantes (**Figura 5**), situa-se a Nordeste de Moçambique, ocupando uma superfície de 81.606 Km². A província está dividida administrativamente em 23 distritos¹³ e a nossa pesquisa foi nos distritos de Malema, Ribáuè e Rapale, por serem as que têm maior envolvimento de jovens no empreendedorismo agrícola.

¹² Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA 2013-2017) do Ministério da Agricultura – Governo de Moçambique.

¹³ <https://www.mic.gov.mz/por/Dir-Regionais/DPIC-Nampula> (Acedido a 13 de Maio 2022).

Figura 5. Província de Nampula



Fonte: POCA – Nampula, 2018¹⁴

1.7.1.1. Distrito de Malema

A sede do Distrito de Malema dista a 250 Km da Cidade de Nampula e tem a seguinte localização geográfica (**Tabela 4**):

Tabela 4. Localização Geográfica de Malema

Limites			
Norte	Sul	Este	Oeste
Província do Niassa (Distritos de Nipepe, Cuamba, Maua e Metarica)	Província da Zambézia (Distritos de Alto Molocué e Guruè)	Distritos de Ribauè e Lalaua	Província do Niassa (Distrito de Nipepe)

Fonte: Secretaria Distrital de Malema

¹⁴ POCA - Plano Operacional da Comercialização Agrícola, 2018

Tabela 5. Dados Gerais do Distrito de Malema, 2021.

Descrição	Distrito	Província	Distr./Prov.(%)
Território, população e outras características			
Área (km ²)	6.386	81.606	7,8
População (hab.)	252.125	6.335.121	3,9
Densidade populacional (hab./km ²)	39,5	77,6	---
Número médio de membros nos agregados familiares	4.1	4.2	---
Número médio de membros nas habitações particulares	4.1	4.1	---
Taxa de analfabetismo (%)	41,7	49,4	---
Infraestruturas sociais			
Unidades hospitalares	11	244	4,5
Edifícios escolares	185	2.345	7,9
Fontes de água públicas	363	7.986	4,5
Economia			
Principais actividades económica	Agricultura e Comércio		
Principais produtos produzidos no distrito	Milho;Mapira; Feijões Bóer, Nhemba; Mandioca; Cebola e Tomate		

Fonte: Instituto Nacional de Estatística

1.7.1.2. Distrito de Ribáuè

A sede do Distrito de Ribáuè dista a 125 Km da Cidade de Nampula e tem a seguinte localização geográfica (**Tabela 6**):

Tabela 6. Localização Geográfica de Ribáuè

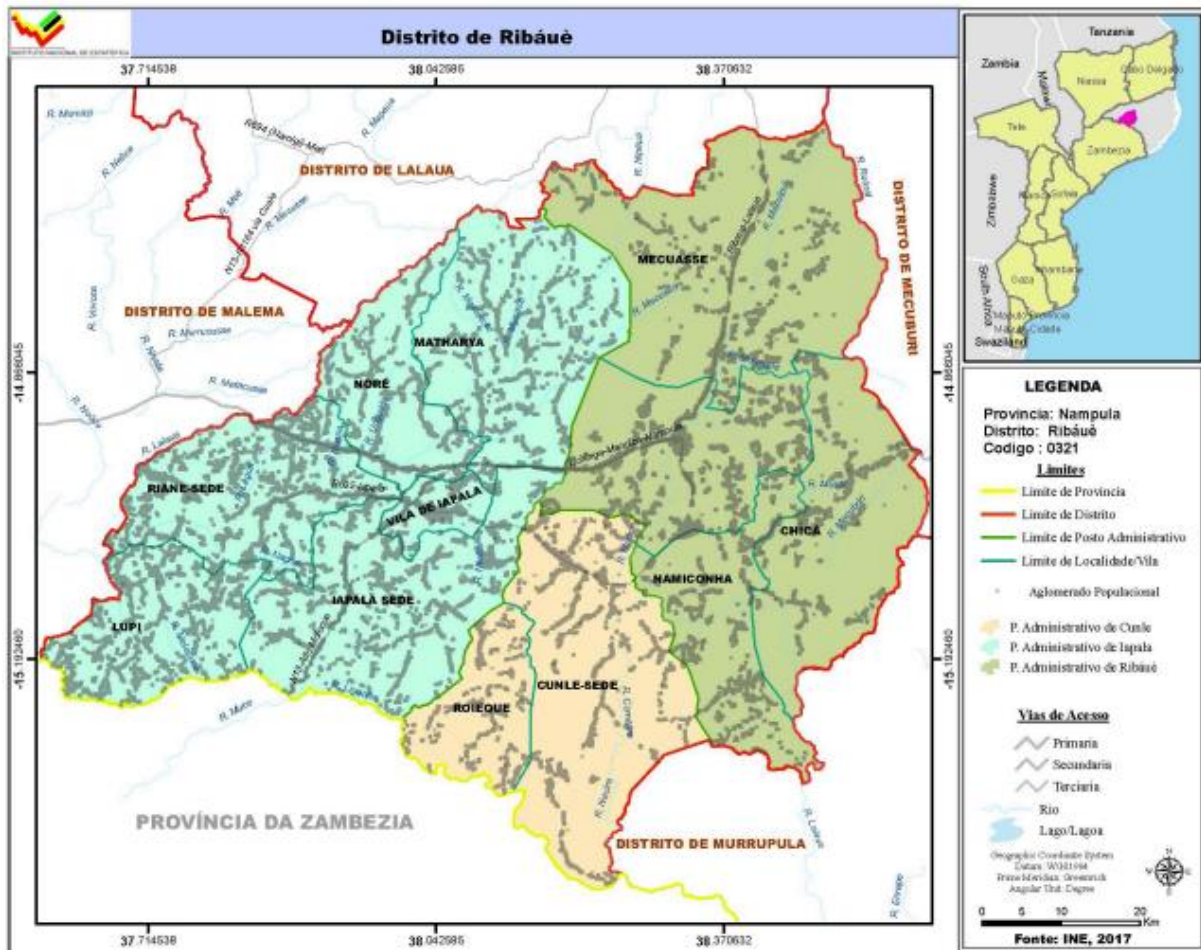
	Distrito de Ribáuè			
	Norte	Sul	Este	Oeste
Limites	Distrito de Lalaua	Distrito de Murrupula e Província da Zambézia <i>(Distritos de Alto Molocué e Gilé)</i>	Distritos de Murrupula, Nampula e Mecuburi	Distrito de Malema

Fonte: INE, 2017.

O território do Distrito de Ribáuè (**Figura 7**), estende-se por uma superfície de 6.281 Km², o que corresponde a 8% da Província. Segundo o INE (2021), a sua população estima-se em 311 mil habitantes, dos quais 52% são do género feminino e de matriz rural. A maioria dessa

população, de um modo similar que a de Malema, (cerca de 50%) situa-se na faixa etária abaixo dos 15 anos de idade¹⁶.

Figura 7. Mapa do Distrito de Ribáuè



Fonte: INE, 2023.

A maior parte dos seus solos é arável e beneficia de uma bacia hidrográfica de seis rios com caudal permanente. Por essa ordem, a agricultura constitui a actividade dominante e envolve quase todos os agregados familiares, em regime de consorciação de culturas, predominantemente em condições de sequeiro e em muito dependente das águas pluviais. São principais produções o milho, a mandioca, feijões, o amendoim, o arroz, hortícolas, aves e gado bovino.

¹⁶ Ministério de Administração Estatal - Perfil do Distrito de Ribáuè, Província de Nampula (2017).

No decurso da linha de comercialização dos seus produtos agrários, entre 2015 e 2022, o Distrito teve em raízes e tubérculos (mandioca e batatas) como a sua melhor aposta, dadas as condições de solo favoráveis para a produção dessas espécies (**Tabela 7**).

Tabela 7. Comercialização de Culturas de Alimentos e de Rendimento – Distrito de Ribáuè, 2015 - 2022

ANO	Mercado Interno (em toneladas)					Exportações (em toneladas)
	Cereais	Hortícolas	Leguminosas	Raízes e Tubérculos	TOTAL	
2015	35.671	9.210	15.372	161.741	221.994	4.998
2016	18.199	11.424	11.010	109.334	149.967	11.527
2017	55.939,7	18.431,5	24.923,7	462.729,7	1.124.049,6	13.135,1
2018	45.102,2	28.911,5	21.318,6	600.122,9	695.455,2	7.654,3
2019	39.798	26.727	18.008	564.077	648.610	2.751
2020	32.599	32.159	20.252	306.091	391.101	2.666
2021	81.408	48.837	31.098	382.104	543.447	2.010
2022	157.926	167.083	154.696	377.390	1.702.399	150.033

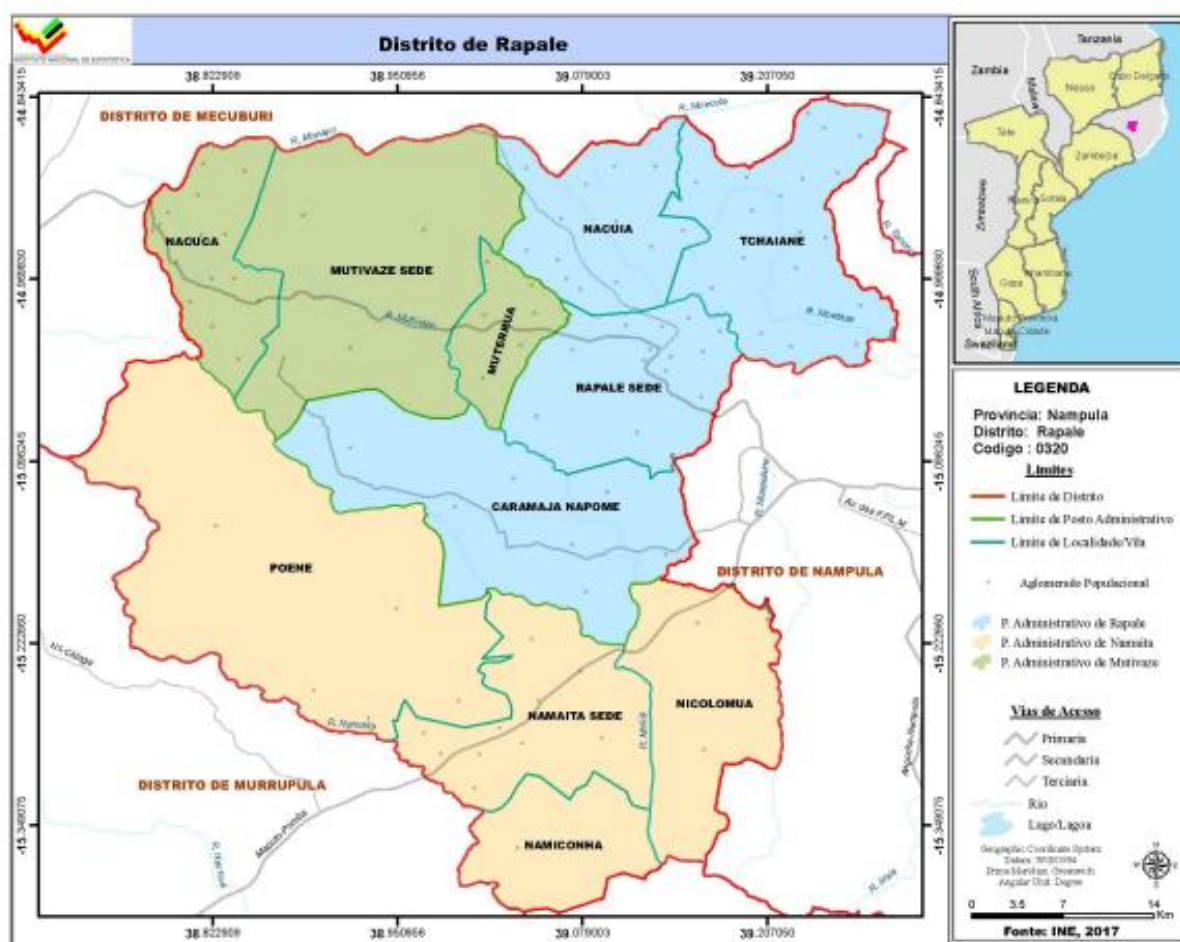
Fonte: Serviços Distritais de Actividades Económicas – SDAE, Ribáuè, 2023.

Os anos de 2017 e 2018 foram excepcionalmente positivos na comercialização dos produtos agrícolas para o Distrito, pelas suas condições climáticas favoráveis à produção e segundo os responsáveis do SDAE, isso teve também como reflexo a garantia alimentar para vários outros distritos da Província de Nampula.

1.7.1.3. Distrito de Rapale

O Distrito de Rapale foi criado por Lei nº 26/2013, da Assembleia da República. Até então, Rapale pertencia ao Distrito de Nampula, que tinha como sede a Vila de Rapale. Por essa redefinição administrativa legal, o novo Distrito passou a ter uma superfície de 2950 Km², isto é, com menos 800 Km² da parte distrital de Nampula correspondente a Cidade de Nampula e Anchilo.

Figura 8. Mapa do Distrito de Rapale



Fonte: INE, 2020

O Distrito em referência (**Figura 8**) é limitado pelos seguintes distritos: a Norte por Mucate e Mecuburi, a Sul por Mogovolas, a Leste por Nampula-Distrito, a Sudoeste por Murrupula e a Oeste por Mecuburi (de novo). A sua área arável disponível é de 132 ha, mas

somente com cerca de 70 ha a serem usados. Na **Tabela 8** são apresentados os dados gerais do Distrito, segundo a Secretaria Distrital:

Tabela 8. Dados gerais do Distrito de Rapale, 2022

Descrição	Distrito	Província	Distr./Prov (%)
Território e população			
Área (km ²)	2 950	81 606	4,5
População (hab.)	191 036	6 335 121	3,0
Economia			
Principais actividades económicas	Agricultura		
Principais produtos no Distrito	Mandioca, milho, feijões nhemba e bóer, amendoim, algodão, gergelim, aves e hortícolas		

Fonte: SD – Secretaria Distrital.

A divisão administrativa deste novo Distrito é constituída por três postos administrativos, Mutivaze, Namaíta e Rapale, compostos pelas seguintes localidades:

- Posto Administrativo de Mutivaze:

- Mutivaze

- Posto Administrativo de Namaíta:

- Namaíta

- Posto Administrativo de Rapale:

- Caramaja Napone

- Rapale

- Chaiane

Segundo o INE, o Distrito de Rapale apresenta o seguinte quadro populacional (**Tabela 9**):

Tabela 9. População de Rapale – 2022

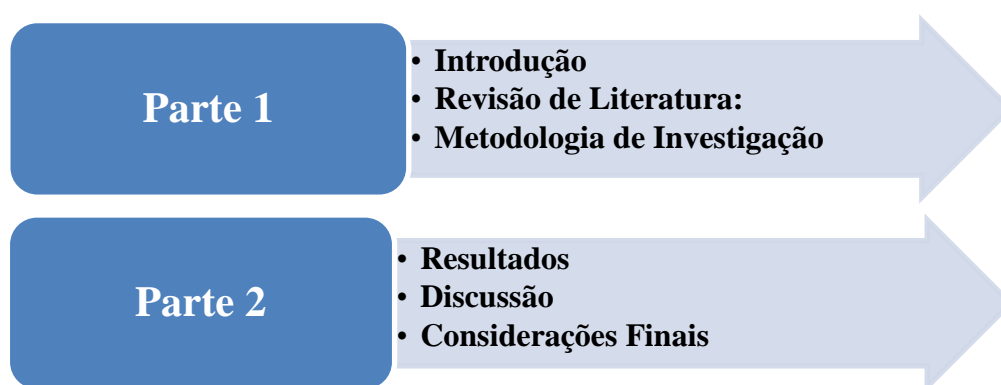
Género	População
Masculino	93. 309
Feminino	97. 727
Total	191.036

Fonte: INE, 2022

1.8. Organização do Trabalho

Esta Tese encontra-se estruturada em duas partes, sendo uma teórica e outra prática (Tabela 10).

Tabela 10. Estrutura da Tese



E, de um modo detalhado:

Parte 1:

Introdução, em que são sintetizados todos os capítulos do trabalho de investigação, assim como as motivações e seus propósitos;

Revisão de literatura, em que se apresenta a revisão bibliográfica sobre o tema; nesta parte do trabalho fazemos uma revisão do papel da agricultura na actualidade, revendo o estágio actual da agricultura familiar, o agro-negócio e a incubação agrária em África, na perspectiva de outros continentes. Nesta fase olhamos em particular, os estádios actuais atrás referidos em Nampula, tendo em atenção os seus determinantes endógenos e exógenos.

Nesta fase apresenta-se também o quadro teórico do qual se inspira para o desenvolvimento do estudo da incubação agrária e do seu papel no desenvolvimento da agricultura familiar e do agro-negócio em Nampula. Procuramos aqui efectuar a conceptualização do tema em análise, fazendo a ligação entre os conceitos e o real em incubação agrária e agro-negócio na Província de Nampula.

Metodologia, em que se descreve a metodologia com base na qual são desenvolvidas as etapas e tarefas, para além do tipo e características da informação usada no trabalho de pesquisa; por outro lado, estabelecem-se os critérios usados na recolha e análise da informação e definem-se os principais instrumentos no tratamento e análise dos dados em estudo.

Parte 2:

Apresentação e Análise dos Resultados, onde efectuámos o tratamento e a compilação da informação primária e secundária, de acordo com os critérios predefinidos. Apuramos os resultados, testamos as hipóteses e verificamos as respostas às questões de pesquisa apresentadas na problematização.

Discussão, onde procurámos também dar resposta aos objectivos, assim como a validação ou não das hipóteses formuladas. Por outro lado, aqui se faz uma comparação com outros estudos realizados nessa área, de modo a avaliar os resultados da pesquisa.

E por fim, como **Considerações Finais**, apresentamos as principais contribuições e sugestões resultantes do nosso estudo e que se consideram apropriadas para a aplicação futura da incubação agrária na Província de Nampula e, quiçá, em Moçambique. Nesta fase derradeira da nossa pesquisa, procuramos remeter para estudos futuros aspectos levantados no presente trabalho que, eventualmente, não tenham tido respostas amplamente satisfatórias nesta análise.

2. Revisão da Literatura

2.1. O Empoderamento Económico como Factor de Emancipação Social da Mulher Rural

Pelas desigualdades crescentes das sociedades, o Banco Mundial identificou o empoderamento como um elemento de redução da pobreza, através de vários programas. Neste trabalho de investigação procuraremos definir primeiro o conceito 'empoderamento' e a sua relação com esta pesquisa. O termo empoderamento é definido como “o processo de melhorar a capacidade de um indivíduo ou grupo de indivíduos de fazer escolhas intencionais e para transformar essas escolhas em acções e resultados desejados.” (Anju, *et al.*, 2002).

Esse termo tornou-se familiar em muitas agências de desenvolvimento e ONG's. Os objectivos de empoderamento também aparecem com frequência crescente em documentos políticos emitidos por governos, especialmente documentos de estratégia que tratam da redução da pobreza.

Quando se fala de empoderamento, torna-se importante entender quem realmente necessita de ser capacitado. Empoderamento muitas vezes significa mitigar desequilíbrios de poder entre aqueles que o têm e aqueles que não o têm. Às vezes, o poder pode ser mal utilizado e pode causar resistência de acções e esforços para capacitar o desejado indivíduo ou grupo (Alsop, *et al.*, 2005).

Essa resistência deve ser tida em conta pelos profissionais e formuladores de políticas, em como planejar e monitorar estratégias e intervenções de empoderamento. Investimentos e intervenções podem capacitar pessoas. É importante compreender a vulnerabilidade dos mais carenciados, para que se tenha sucesso em políticas e acções que possam aliviar a pobreza.

O empoderamento (no nosso estudo preferimos o termo *fortalecimento*) leva-nos a nos referirmos ao desenvolvimento de modelos de auto-conhecimento, pelo qual os indivíduos fortalecem ou adquirem o sentimento de poder e competências da auto-estima e auto-valorização (Herriger, 2006).

O processo de fortalecimento reflecte situações de mudança do trilho da vida. A corroborar com esse pensamento, o mesmo autor enfatiza que, por meio desse processo, indivíduos renunciam ao estado de tutela por outra entidade, de dependência, de impotência, e transformam-se em sujeitos activos que batalham e lutam para si e para os que lhes são próximos, por mais autonomia e autodeterminação, colocando o rumo das suas vidas nas suas mãos, sendo assim mais proactivos. O desenvolvimento do indivíduo surge quando este alcança o poder de controlo da sua vida, assim como quando obtem capacidade de definir e realizar algo que seja bom para o seu *ego* (León, 1997).

Mulheres, ou grupos marginalizados do meio rural na Província de Nampula são os mais afectados em capacidade económica, porque não lhes é dada a oportunidade de fazer escolhas eficazes. Isso porque são frequentemente definidos por atributos sociais que abordam questões culturais sensíveis, e o empoderamento pode trazer mudanças nas crenças e práticas sociais (Alsop, *et al.*, 2005).

O envolvimento de mulheres e homens em diferentes tipos da agricultura em África depende dos costumes locais e é influenciada por factores sociais, culturais e religiosos. Acredita-se que a participação do género tem um papel importante no estímulo ao crescimento da agricultura de pequenos agricultores nas zonas rurais de África, onde o trabalho manual é o mais comum na produção. O envolvimento do género nas actividades agrícolas e não agrícolas em África varia em diferentes países e culturas (Akite, *et al.*, 2018).

Existem três dimensões do empoderamento económico das mulheres, nomeadamente:

- i) *Agregado familiar*, o que significa que as mulheres têm o poder de assumir o controlo sobre o rendimento, contribuição no sustento da família, o acesso e o controlo de recursos familiares.
- ii) *Comunidade*, significa que as mulheres têm acesso ao emprego; propriedade de bens e terras; acesso ao crédito; envolvimento e/ou representação em associações comerciais locais e, o acesso aos mercados.
- iii) *Área mais ampla* significa que às mulheres são-lhes dadas poderes para representação em locais de trabalho e com salários altos; mulheres CEO; representação de interesses económicos das mulheres nas políticas macroeconómicas e nos orçamentos do Estado (Fox, *et al.*, 2017)

Esta pesquisa se concentra no empoderamento económico das mulheres ao nível das comunidades rurais. Procuramos explorar como a incubação do agro-negócio promove o acesso das mulheres ao emprego, acesso ao crédito, envolvimento e/ou representação em associações comerciais locais, acesso aos mercados, controle dos rendimentos, apoio à família e acesso e controlo dos recursos familiares (**Tabela 11**).

Tabela 11. As três dimensões do empoderamento económico nas mulheres.

Agregado Familiar	<ul style="list-style-type: none"> • Poder das mulheres em assumir o controlo sobre o rendimento, contribuição no sustento da família, o acesso e o controlo de recursos familiares
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"> • As mulheres têm acesso ao emprego, propriedade de bens e terras, acesso ao crédito, envolvimento e/ou representação em associações comerciais locais e, o acesso aos mercados
Áreas Diversas	<ul style="list-style-type: none"> • Às mulheres são lhes dados poderes para representação em locais de trabalho e com salários justos, mulheres CEO, representação de interesses económicos das mulheres nas políticas macroeconómicas e nos orçamentos do Estado

Fonte: Adaptado de Anju, *et al.*, 2002.

Quando é dado às mulheres acesso a bens como educação, rendimentos auferidos e propriedade, isso lhes atribui poder dentro e fora do seu agregado familiar. Essa condição também as ajudará a participar na tomada de decisões em todos os aspectos, incluindo os de carácter familiar, político e social. E se as mulheres se tornarem activas na tomada de decisões na economia, a desigualdade familiar por certo diminuirá (Kagotho, 2018).

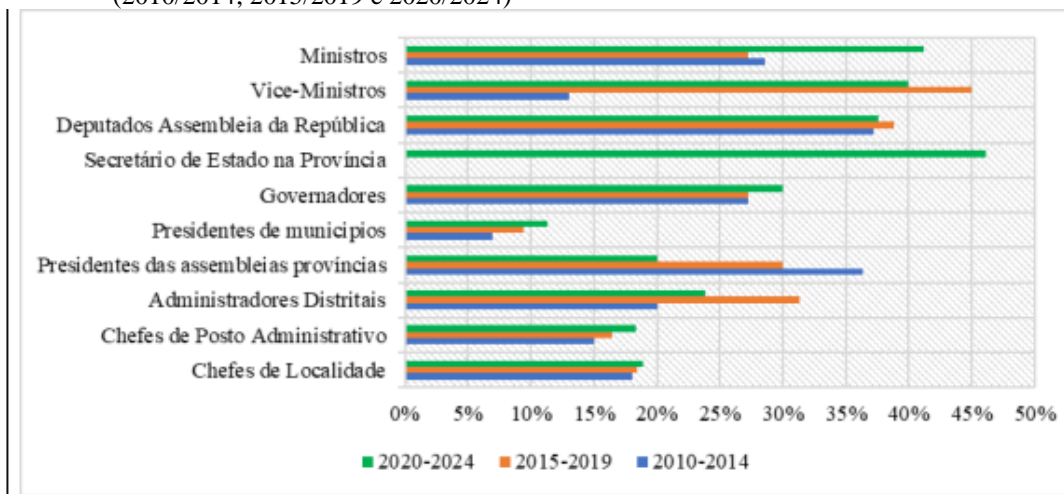
2.2. A Mulher nos Espaços de Tomada de Decisão

O fortalecimento político do género tem a ver com a representação equitativa de mulheres em instâncias de tomada de decisões, assim como na sua participação na expressão

de políticas que podem impactar as vidas das comunidades de que fazem parte. Em Moçambique, a representatividade da mulher nas esferas de decisão política ainda constitui um enorme desafio, mais em expressões a serem tidas em conta do que na sua presença numérica.

O crescimento da participação da mulher nos órgãos públicos em Moçambique deve-se mais ao factor nomeação e não por eleição. A **Figura 9** indica vários cargos por nomeação, sendo 55% de Secretárias Permanentes, 41% de Ministras, e 45% de Vice-Ministras. Na Assembleia da República, o género feminino atinge os 40%, que é uma posição por votação. Note-se, contudo que, a colocação de mulheres nas chefias não é condizente com a sua emancipação ou participação efectiva na tomada de decisão na política (Muianga *et al.*, 2018). Segundo o mesmo autor, trata-se da preocupação do Governo em cumprir as metas que ajudam a colocar o país como cumpridor de boa governação.

Figura 9. Percentagem de mulheres em funções de chefia ao nível dos órgãos do Estado (2010/2014; 2015/2019 e 2020/2024)



Fonte: MAE, (diversos anos).

2.3. A Mulher no Agro-negócio e os seus Desafios

Agro-negócio é um termo usado para significar a agricultura acrescida a todas as outras indústrias e serviços que constituem a cadeia de abastecimento, desde a exploração agrícola até ao processamento, venda grossista e retalhista, ao consumidor (i.e., do campo ao prato, do peixe ao prato-*from fish to dish*) (Yumkella, *et al.*, 2011).

Uma das razões que nos leva a optar por pesquisar o agro-negócio, em detrimento de outros negócios é que, nos últimos anos, o agro-negócio tem mostrado uma trajectória de desenvolvimento com grande produtividade em todas as cadeias de valor. Por outro lado, a indústria em si, não contribuiu muito para o desenvolvimento económico de África até à data.

O apoio e incentivo ao agro-negócio e o desenvolvimento agro-industrial poderá contribuir na redução da pobreza, promover o alcance dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), e no aumento do emprego. Além disso, o agro-negócio pode contribuir para os seguintes objectivos:

- Reduzir a pobreza e a fome
- Capacitar mulheres
- Desenvolver parcerias globais para o desenvolvimento global

Se o agro-negócio for feito de forma eficiente, poderá promover o crescimento agrícola e criar uma ligação forte com os pequenos agricultores, na redução da pobreza rural (Yumkella, *et al.*, 2011) e na melhoria da dieta alimentar das comunidades (Menasche *et al.*, 2008).

2.4. Agricultura Familiar e a sua Relevância na Produção Global de Alimentos

Os primórdios da agricultura são vistos como um processo de significado económico de longo prazo. A sua evolução tem garantido o crescimento e a sobrevivência da população humana, contribuindo imensamente para a mudança profunda do modo de operar das comunidades, desde há 11.000 anos. O provimento de alimentos suficientes para a actual população da Terra (mais de 8 biliões de pessoas) tem sido possível com modernos recursos

tecnológicos. Por outro lado, a humanidade segue em frente contornando as contrariedades da natureza e as que o próprio homem tem causado. O que importa é que tem sido contínuo o uso de novas tecnologias que permitam a produção de alimentos com o menor impacto ambiental (Dall'Agnol, 2016).

Essa mudança incidiu no aumento da densidade populacional, na maior sobrevivência de crianças nas fases iniciais da agricultura e também na maior disseminação de doenças dependentes de condições patológicas relacionadas com a má alimentação. Em suma, embora a agricultura permitisse um maior número de pessoas sobreviverem à fome, não as tornava mais saudáveis, e isso só foi conseguido com a Revolução Industrial, no Séc. XIX.

O desenvolvimento da agricultura constitui um dos meios mais poderosos para a diminuição da pobreza extrema que grassa pelo mundo e estima-se que cerca de 9,5 milhões de pessoas dependam da agricultura para serem supridos de alimentos até 2050, para além do seu impacto directo no crescimento económico em muitos países (FAO, 2022).

Em face dessas projecções, a quantidade de vegetais para a alimentação a serem produzidos para alimentação de humanos e animais em vários países de África, terá de ser dez vezes maior para evitar subnutrição ou carência. E para que se observe um incremento de produção agrícola tão substancial, de modo a fazer face a esse desafio, a actividade agrária deverá ser intensificada e de um modo sustentável em todo o planeta (Collomb, 1999)¹⁷.

Contudo, na próxima década, a OECD calcula que a importância relativa do uso de alimentos para animais e biocombustíveis não mudará significativamente, pois não são esperadas grandes mudanças estruturais na necessidade e procura de produtos agrícolas (OECD, 2020).

O aumento exponencial da população global, independentemente das diversas razões, fez crescer a capacidade de produção agrícola e sobretudo do aumento da produtividade, resultante do aperfeiçoamento da produção aquática do arroz na Ásia, possibilitando 2 a 3 colheitas anuais. Esse aumento na produção deve-se, em parte, ao desenvolvimento da

¹⁷ *Une voie étroite pour la sécurité alimentaire* [Uma via estreita para a segurança alimentar]. Tradução do autor.

agricultura mecanizada e utilização de químicos. No entanto, mesmo perante esses cenários positivos, a fome e a subalimentação ainda persistem na humanidade (Mazoyer e Roudart, 2001).

Pode-se mesmo afirmar que, nos finais do século XX, perto de 1 bilião de pessoas ainda sofriam de subnutrição crónica e mais de 2 biliões eram carentes de um ou mais nutrientes (e.g. ferro, iodo, vitamina A, proteínas).

A corroborar com esse ponto de visto, René Dumont (1997) também afirma que:

... as necessidades crescentes da humanidade se aproximam perigosamente, desde o momento actual, dos limites de possibilidade de exploração dos recursos de água e fertilidade do planeta, e mesmo das possibilidades de utilização da fotossíntese com fins de produção alimentar.

Os mercados agrícolas e de pesca mundiais enfrentam uma série de incertezas e os os perfis de consumo e as tendências projetadas variam dependendo do nível de desenvolvimento de cada país, levando a padrões nutricionais divergentes enquanto a parcela de alimentos básicos na cesta de alimentos irá diminuindo.

Em plena segunda década do século XXI, nos países em desenvolvimento ainda existem pessoas que, dependendo somente da agricultura para a sua forma de vida, são tipicamente muito mais pobres do que as pessoas que trabalham em outros sectores da economia e que representam uma parcela significativa, senão mesmo a maioria, devido a factores como a utilização intensiva dos mesmos solos, aos preços do mercado tanto dos insumos, quanto das colheitas.

Segundo Theodore Schultz (1979),

*Most of the people in the world are poor, so if we knew the economics of being poor, we would know much of the economics that really matters. Most of the world's poor people earn their living from agriculture, so if we knew the economics of agriculture, we would know much of the economics of being poor.*¹⁸

¹⁸ Tradução do autor: A maioria das pessoas no mundo é pobre, então, se conhecêssemos a economia de ser pobre, perceberíamos muito da importância da economia. A maioria das pessoas pobres do mundo ganha a vida com a

A Organização das Nações Unidas declarou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF), por reconhecer a importância da agricultura familiar na redução da pobreza e na melhoria da segurança alimentar mundial. A declaração do AIAF visou promover novas políticas de desenvolvimento, particularmente a nível nacional, e regional, o que ajudaria pequenos produtores e agricultores familiares na erradicação da fome, da pobreza rural e continuará a desempenhar um papel importante na segurança alimentar global, através da produção agrícola sustentável em pequena escala (FAO, 2014).

A declaração do AIAF serviu ainda como uma oportunidade de reflexão sobre o estado da produção agrícola pelas famílias no global e na sua relação com a segurança alimentar, a sustentabilidade sócio-ecológica e o desenvolvimento económico equitativo (FAO, 2014).

No entanto, dada a diversidade desse sector a nível universal, ditada pelas características diferenciadas de sistemas de produção de alimentos, essa heterogeneidade cria desafios de realce na definição de políticas sistemáticas e de desenvolvimento que visem maximizar segurança alimentar e nutricional, meios de subsistência apropriados, protecção ambiental de um modo desenvolvimento socioeconómico sustentável (Smith e Haddad, 2015).

As propostas da agricultura sustentável em Moçambique ainda são minoritárias, incipientes, até mesmo marginalizadas, em certos contextos sociais, políticos e económicos da produção agrícola moçambicana sendo, contudo, difícil em se determinar a sustentabilidade de qualquer sistema (Dzucule, 2021).

Diversos debates a nível internacional e regional têm sido levados a cabo e com resultados surpreendentes, em que os pequenos agricultores e os de escala familiar, de antes vistos como sendo parte do problema da fome, agora como intervenientes centrais na solução desse problema (McIntyre, *et al*, 2009; HLPE, 2013). É surpreendente que, no âmbito do sistema alimentar global, a contribuição da agricultura familiar na segurança alimentar e no desenvolvimento local e regional, não tem sido documentado com a importância merecida.

agricultura, portanto, se conhecêssemos a economia da agricultura, saberíamos muito sobre o significado da economia do pobre.

O Director Geral da FAO, José Graziano da Silva, reconheceu em 2014 o esforço contínuo e das medidas levadas a cabo com vista a promover a segurança alimentar sustentável, assim como o compromisso de vários países em estarem abertos ao “Desafio Fome Zero”. E mais afirma:

O compromisso político dos governos se concretiza cada vez mais em medidas abrangentes e eficazes, com um compromisso reforçado dos atores não-estatais. [...] Em 2003, a África lançou o fundamental Programa Geral para o Desenvolvimento da Agricultura na África (CAADP). Em 2013, criou-se o Fundo de Solidariedade Africano de Solidariedade para a Segurança Alimentar, o que mostra que os países estão dispostos a aumentar a cooperação SulSul, por entenderem que nenhum país poderá desfrutar da segurança alimentar se o seu vizinho continua atormentado pela fome. Esta solidariedade e cooperação são necessárias para responder aos desafios que a África enfrenta e que vão desde o aumento da resiliência diante de eventos climáticos extremos até a necessidade de garantir a paz na região. Este ano, os líderes africanos tomaram uma ousada iniciativa de se comprometer em acabar com a fome em 2025 (FAO, 2014).

Mesmo o sistema alimentar global sendo uma complexa teia de actividades envolvendo a produção, o processamento, a distribuição, o comércio a retalho, o consumo e o tratamento dos resíduos, por norma liderado por intocáveis dez multinacionais¹⁹, influencia a governança e a economia da produção e sua sustentabilidade nos seus três pilares: social, ambiental e económico. Muitas das *commodities* exploradas são de matérias-primas também africanas (e.g. café, chá, açúcar, cacau, tabaco).

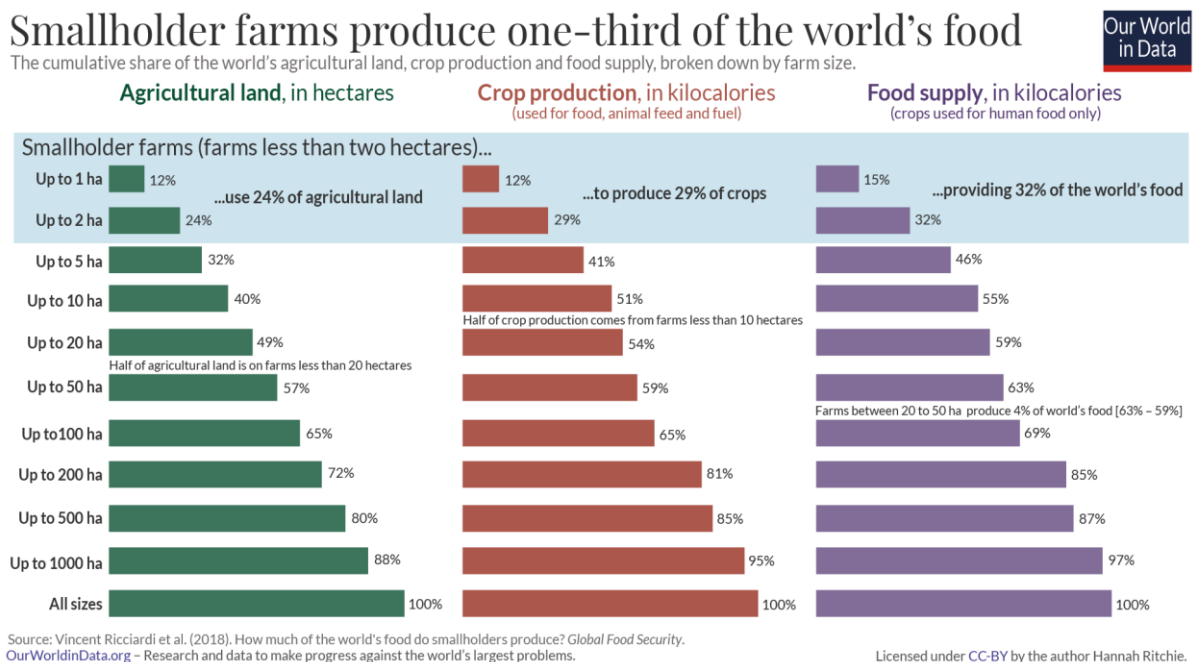
Segundo um relatório sobre o estado da alimentação e da agricultura²⁰ e com base em análise de apenas 30 países, usando dados do censo da agricultura de 2000, estimou-se que são cerca de pouco mais de 500 milhões de agricultores familiares no mundo que produzem 80% dos alimentos do nosso planeta, destacando assim a necessidade de estudos e análises mais precisos sobre o contributo e relevância da agricultura familiar.

¹⁹ Suzana Camargo, em 3 de março de 2020: O relatório da *Break Free from Plastic* revelou que 10 empresas estão no topo de *ranking* de descarte de lixo plástico no meio ambiente. *Coca-Cola* apareceu em 1º lugar, seguida por Nestlé, PepsiCo, Mondelez International, Unilever, Mars, P&G, Colgate-Palmolive, Phillips Morris e Perfetti Van Mille. <https://conexaoplaneta.com.br/blog/dez-multinacionais-entre-elas-coca-cola-pepsi-e-nestle-estao-sendo-processadas-na-california-pelo-descarte-de-embalagens-plasticas/#fechar>.

²⁰ *State of Food and Agriculture (SOFA)*.

Esse relatório (FAO, 2014) e outros das Nações Unidas têm sido contudo considerados como incorrectos e conducentes a polémicas pois não foi efectuada a diferenciação entre “produtores familiares” e “pequenos produtores”, factos muito distintos, com o significado de que os produtores de pequena escala produziam a maior parte dos alimentos (**Figura 10**) (Lowder, *et al.*, 2021).

Figura 10. Produção agrícola por área de produção fornecimento de alimentos – Global.



Fonte: Vincent Ricciardi *et al.* (2018).

Mesmo assim, surge a questão de quem, efectivamente, providencia alimentos ao mundo. Vários pontos de vista (FAO, 2014; Herrero, *et al.*, 2017; Ricciardi, *et al.*, 2018) indicam que numerosos esforços têm sido feitos para estimar a proporção de alimentos do mundo produzidos por pequenos produtores, com ênfase para os agricultores familiares.

A grande maioria das explorações agrícolas do mundo são pequenas ou mesmo muito pequenas e, em muitos países de baixa renda em África e em Moçambique, em particular, o tamanho dessas explorações em forma de lotes ou talhões agrícolas, está a tornar-se ainda menor, porque as famílias tendem a produzir somente o necessário para o consumo familiar e os excedentes anuais são mais para garantir sementes para a época agrícola seguinte. Isso porque são escassas as cadeias de valor que os liga aos mercados.

Ao procurarmos juntar todos os conceitos sobre o agro-negócio, diremos que estamos perante operações e transações que vão desde a produção dos insumos para o sector agrícola, às operações de produção nas unidades agrárias, tendo no percurso o processamento dos produtos, a sua distribuição, comercialização e consumo final dos produtos agrários.

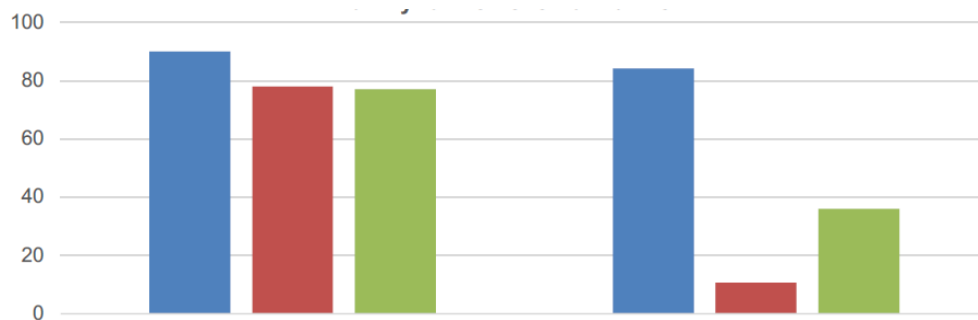
E no que se refere à cadeias de valor, ou cadeia produtiva do agro-negócio, são todos os actores que fazem parte do processo produtivo, que vão desde produtores de insumos e demais factores de produção, a todas as ligações do processo em cadeia até ao consumidor final, conhecido pelo conceito “*from stable to table*” e “*from fish to dish*” (Zylberstajn, 2005). E esse processo produtivo, aplicado através da incubação agrária, em muito poderá beneficiar os produtores familiares, no aumento da sua renda através da comercialização dos seus excedentes.

2.5. Agricultura de Escala Familiar na África Subsaariana: o Garante do Sistema Alimentar na Região

Ao pretendermos abordar a questão do sistema alimentar, torna-se importante colocar uma distinção entre agricultura de escala familiar e pequenos agricultores. A maioria dos pequenos agricultores está inserida na agricultura de escala familiar.

Embora a noção de agricultura familiar seja imprecisa, a maioria das definições referem-se ao tipo de gestão ou propriedade e a oferta de trabalho nos lotes rurais. Por outro lado, estima-se que mais de 90% (**Figura 11**) desses lotes sejam administrados por um indivíduo ou uma família e dependem principalmente da mão-de-obra com laços familiares, sendo consideradas como explorações agrícolas familiares (Garner e O’Campos, 2014).

Figura 11. Explorações familiares e pequenas explorações – quota de explorações e quota de área agrícola (valores em %).



Propriedades Familiares Vs. Pequenos Agricultores

Explorações Familiares Pequenas Explorações (Menos de 2ha)

- Quantidade de propriedades ■ Tamanho da área agrícola ■ Quantidade de produção alimentar

Fonte: Compilação do autor, com os dados da FAO, 2001; FAO, 2013; Relatório do Censo agrícola da FAO, 2010; Quantidades em Produção Alimentar, FAO, 2019.

A maioria das áreas de produção em Moçambique é de pequenas dimensões, sendo 54 com menos de 1 ha, 30 entre 1 a 2 ha, 14 de 2 a 5 ha e acima disso, quase sem expressão estatística (**Figura 11**).

Por outro lado, e segundo vários autores e organismos (Hazell, *et al.*, IFAD, Wiggins, *et al.*, 2010; HLPE, 2013; FAO, 2014), define-se pequenos agricultores como os que possuem propriedades agrícolas que abrangem menos de 2 hectares de terreno de produção.

Nos pequenos agricultores a gestão da propriedade está sob a alçada de um indivíduo ou mais, especificamente contratados para o efeito. Quanto aos seus trabalhadores, alguns podem ser membros da família proprietária e outros sazonais contratados.

Na visão da FAO e WFP (2020), as actividades agrícolas de escala familiar são as que mais contribuem para o sistema alimentar na África Subsaariana e são fundamentais para que se alcancem os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, definidos pelas Nações Unidas (ONU, 2015) e que são:

- 1 – Pobreza Zero
- 2 – Fome Zero

A par desses dois Objectivos, que por sinal consideramos declarações políticas bem-intencionadas, mas profundamente optimistas e pouco realistas, também se associam outras contrariedades que tornam a vida deficitária e a afectarem grande parte dos países de África Subsaariana incluindo Moçambique. Essas contrariedades têm contribuído para o enraizamento da pobreza, tornando-a cíclica e com ênfase no meio rural (**Figura 12**).

Figura 12. Ciclo Vicioso da Pobreza.



Fonte: Garciajks (2020). Adaptado pelo autor.

A secundar essa perspectiva, estão alguns autores (Feijó, *et al.*, 2020), ao afirmarem que, para o caso de Moçambique,

saindo de um período de guerra civil, a partir de finais da década de 1990 foram registadas rápidas melhorias ao nível do bem-estar das populações. Durante este período assistiu-se a um rápido crescimento económico e do investimento estrangeiro, traduzindo-se na construção e reabilitação de importantes infra-estruturas de transporte e de comunicação. Contudo, as melhorias apresentaram diferentes velocidades, sendo menos evidentes nas zonas rurais e no Norte do país, em geral, traduzindo-se num aumento das desigualdades rural urbanas e entre o Norte e o extremo Sul do país. Já a partir do novo milénio, com a concentração do investimento em mega-projectos de capital intensivo (pouco geradores de emprego e com poucas relações com o tecido económico local), o crescimento económico passou a beneficiar, sobretudo, os estratos mais favorecidos da população, maioritariamente urbanos, pelo que o modelo de crescimento apresentou fracos níveis de inclusão socioeconómica.

Para produzir alimentos, são necessárias duas coisas: um pouco de terra e um pouco de tempo disponível. Terra e mão-de-obra são dois dos “insumos” da agricultura. Para construir um sistema alimentar que funcione para as pessoas e para o planeta, a humanidade necessita de alcançar alta produtividade em ambos (Jayne e Sanchez, 2021).

Mais se acrescenta que, para se livrarem da pobreza, os agricultores precisam de aumentar a produtividade do trabalho, de modo a produzir mais alimentos por hora de trabalhada. É um problema social profundo quando a maioria da população trabalha na agricultura e recebe pouco dinheiro em troca. As famílias dos agricultores não conseguem uma boa educação escolar, melhorar os cuidados de saúde, e capacitar em competência os seus filhos de modo a tornarem-se professores ou construir novas indústrias fora da agricultura.

Para proteger a vida selvagem do planeta, precisamos de elevados índices de produtividade da terra agrícola, de modo a produzie-se mais alimentos por unidade de área de terra. A produtividade da terra para as culturas é medida como “rendimento das culturas”. Se a humanidade quiser reduzir o desmatamento e proteger os *habitats* ricos em biodiversidade, então precisamos de usar menos terra para cultivar alimentos.

A produtividade agrícola em toda a região Subsaariana deve melhorar para que se reduza a fome, a pobreza e a destruição da biodiversidade, o que, de certo modo, constitui um dos problemas mais importantes a enfrentar neste Séc. XXI.

Desde o início da primeira década de 2000 que Moçambique tem procurado implementar diversos programas com vista a incentivar a modernização agrícola e que possam resultar na promoção do aumento da produtividade, como o Programa de Desenvolvimento Agrário (PROAGRI) e o Plano de Acção para a Redução da Pobreza (PARPA) (Guanziroli e Guanziroli, 2015).

Perante os baixos níveis de produtividade em comparação ao mundo (**Tabela 12**), há que repensar na adopção de métodos que possam reverter essa situação, tais como a aplicação de tecnologias melhoradas (e.g. rega, fertilizantes químicos, pesticidas, herbicidas, estrume) pelos agricultores, acesso ao financiamento para créditos rurais para a cadeia de produção agrícola e não só (comércio, indústria e serviços) ((Marassiro, Oliveira e Come, 2020).

Tabela 12. Níveis de produtividade agrícola de Moçambique Vs Mundial.

Produto	Produtividade Agrícola de Moçambique			Produtividade Agrícola Mundial (ton/ha)
	Produção (ton)	Área (ha)	Produtiv (ton/ha)	
Milho	2.178.842	1.812.717	1,2	5,1
Arroz	271.402	238.778	1,1	4,3
Mapira	409.745	670.096	0,6	1,5
Meixoeira	51.602	113.642	0,5	0,9
Amendoim	157.685	372.964	0,4	1,6
Feijões	263.771	543.324	0,5	0,8

Fonte: Elaborado pelo autor. Adaptado de FAOSTAT 2008.

Observa-se que a saúde é fundamental para o desenvolvimento de qualquer país. O Direito Humano à Saúde não tem sentido sem a colaboração de todas as partes de uma nação, o que vai desde um financiamento adequado e um apoio a um sistema de saúde para todos que aposte na qualidade dos seus serviços (Bell, *et al.*, 2023).

Contrariamente, na África Subsaariana e sem excepção para Moçambique, pouca atenção se dá a esse aspecto importante, tanto por parte dos decisores políticos, dos doadores,

dos provedores de serviços de saúde e até dos académicos. E nessa pouca seriedade estão os registos frequentes de doenças crónicas, assim como os de contágio nas comunidades. Essa situação manifesta-se em atitudes frequentes de reivindicação por melhores condições de trabalho por parte dos profissionais da saúde, manifestações essas que são consideradas pelos líderes governamentais como acções de índole política (Bell, *et al.*, 2023).

De facto e segundo uma Comissão da Revista *Lancet* (2018), torna-se difícil existir saúde igual para todos, pelas desigualdades sociais e injustiças no mundo. Por outro lado, a pobreza persistente é ao mesmo tempo causa e consequência (tornando-se num *hub*) dos problemas de saúde e escapar desse *loop* infinito é quase imperceptível. É nessa linha de pensamento a afirmação de Jayathilaka, *et al.*, (2020) de que o empobrecimento, doenças crónicas e morte prematura andam de mãos dadas, se bem que Moçambique esteja no limiar do alcance do objectivo de retraimento da mortalidade de crianças com menos de 5 anos de idade (WHO, 2018).

Em Moçambique, uma economia de baixo rendimento e entre os seis países mais pobres do mundo, 65% dos 33 milhões da sua população²¹ vive abaixo da linha de pobreza internacional²², 80% não conseguem ter acesso a uma dieta adequada, e apenas alguns podem ter acesso a alimentos adequados, principalmente em áreas urbanas (Bell, *et al.*, 2023).

A pobreza é a mais antiga e mais resistente causadora de mortes no mundo e não pode ser comparada a nenhuma doença desde a gênese da humanidade. No entanto, África tem os recursos naturais mais ricos, mas os seus povos ainda permanecem pobres e estagnados no crescimento e desenvolvimento (Addae-korankye, 2014).

Mas, é caso para se questionar: que solução a adoptar para minimizar os impactos da pobreza, que podem resultar na capacidade de aprendizagem escolar que se estende para a educação dos pais, na saúde, na falta de conforto, do bem-estar e da felicidade, para além de afectar a livre mobilidade? A solução talvez possa estar na edificação de instituições fortes, na

²¹ INE, previsão da população para 2023.

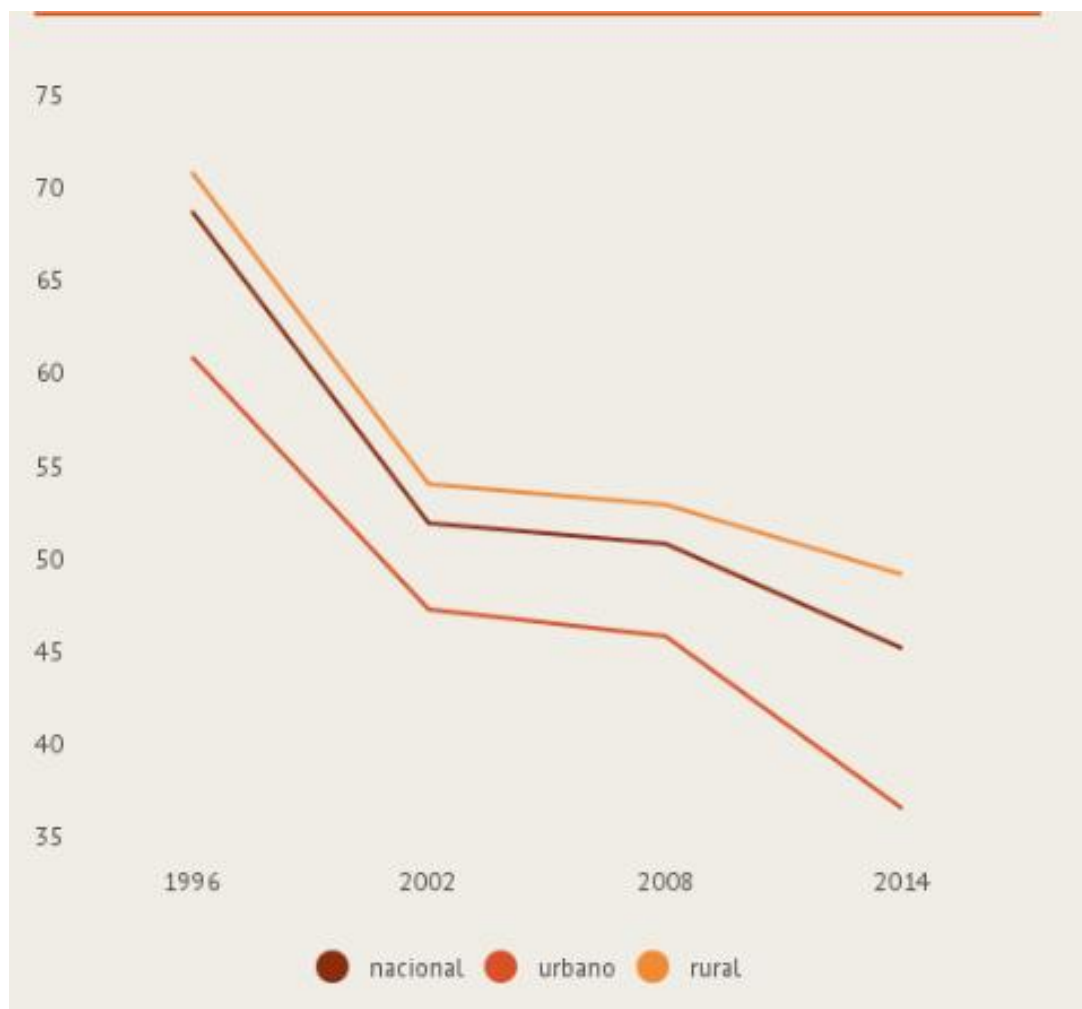
²² Pobreza, segundo definição da ONU (PNUD, 2021), é a condição caracterizada por uma grave privação das necessidades humanas básicas. A pobreza inclui, entre outras condições, o acesso a alimentos, água potável, instalações sanitárias, saúde, moradia, educação, bem como informação.

distribuição equitativa dos recursos e na abdicação da corrupção por parte das lideranças (Azevedo, 2017; Bell, *et al.*, 2023) e na produção agrícola de um modo sustentável.

Aumentar a produtividade agrícola de um modo sustentável é indispensável para aceleração da redução da pobreza e alimentação numa população mundial crescente e em que os recursos naturais básicos são cada vez mais limitados. Agricultores devem aumentar a produção para atender a crescente procura por alimentos e, para isso, novos paradigmas de produção devem ser introduzidos, com base na inovação e nos avanços tecnológicos, sendo uma das opções a formação adequada através da incubação agrária.

O INE (2016) apresentou um relatório com uma análise abrangente de pobreza e bem-estar e suas tendências em Moçambique, referentes a 2013/14 e que constituiu a Quarta Avaliação Nacional. Os dados desse relatório foram extraídos do Inquérito aos Agregados Familiares sobre o Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) e comparados aos dados dos inquéritos de 1996/97, 2002/03 e 2008/09 (**Figura 13**).

Figura 13. Índice de Pobreza em Moçambique



Fonte: INE, 2016.

Os indicadores usados tinham como incidência a educação, saúde, habitação e a posse de bens duráveis, considerando-se assim como multidimensional. Pelo gráfico acima, nota-se que houve uma grande melhoria entre os dados de 1996/97 e 2002/03, tendo-se mantido um pouco estáveis até 2008/09 e deste até 2013/2014, houve uma melhoria significativa.

Mais recentemente, certos factores espaciais, tais como: proximidade a alguma fonte de água, proximidade a alguma fronteira, assim com a queda de chuva, são considerados significativos no que concerne à pobreza (Chiconela, 2022).

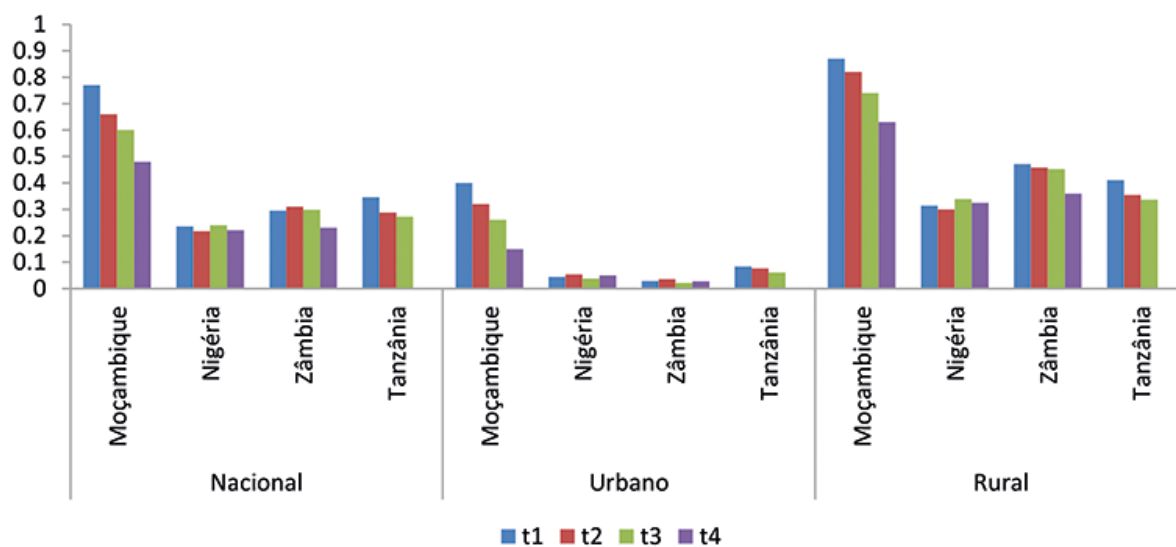
No entanto, os avanços verificados até ao presente não ajudaram na convergência nos níveis de bem-estar entre os meios urbanos e rural, assim como entre regiões geográficas do

país. Essas disparidades entre as zonas urbanas e rurais tendem a agravar-se cada vez mais, o mesmo se verificando entre as regiões Sul, Centro e Norte, apesar de a assimetria entre regiões, no que se refere ao consumo, estar a diminuir. Do nosso ponto de vista, isso deve-se à ausência de políticas abrangentes, ausência de poder em momentos de crise como a pandemia da Covid-19 e os desastres naturais, em que tem de se recorrer sempre à ajuda dos parceiros internacionais.

Na **Figura 14** apresentamos uma imagem comparativa da incidência da Pobreza Multidimensional entre Moçambique e três países africanos, baseada em Inquéritos aos Agregados Familiares sobre Orçamento Familiar, desde 1996/1997 a 2013/2014. Nota-se, nos quatro países, a disparidade entre os meios urbanos e o rural, e este mantendo índices muito elevados de pobreza.

- **t₁** indica o inquérito mais antigo, feito entre 1996 e 1997;
- **t₂** é o segundo inquérito mais antigo, feito entre 2001 e 2004;
- **t₃** indica o segundo inquérito mais recente, feito entre 2007 e 2010;
- **t₄** representa o inquérito feito entre 2013 e 2014.

Figura 14. Incidência da Pobreza Multidimensional por área de residência para alguns países Sub-saarianos.



Fonte: INE, 2016.

Acresce que, grande proporção dos agregados familiares dessa região está em situação de insegurança alimentar e vive abaixo da linha da pobreza (Harris e Orr, 2013; Frelat, *et al.*, 2016; Harris, 2019). A produtividade agrícola na África Subsaariana tem aumentado muito mais lentamente do que nas outras regiões do globo, mas o rendimento é somente cerca de 20% do que se poderia ter alcançado (Sánchez, 2002; van Ittersum, *et al.*, 2016; Giller, *et al.*, 2021).

Uma das razões primárias para o *deficit* em rendimento é o pobre estado de fertilidade do solo, que resulta de safra contínua sem que haja reposição de nutrientes (Buresh, *et al.*, 1997; Sánchez, *et al.*, 2002). A Convenção das Nações Unidas manifesta que a “desertificação” corresponde à degradação da terra, nas zonas áridas, semiáridas e sub-húmidas secas, em resultado da influência de vários fatores, incluindo as variações climáticas e as atividades humanas. Apesar destas notas, localmente em Nampula não há estudos científicos e nada leva a crer nesse panorama.

Enquanto isso, o aumento da população vai-se acentuando e os impactos das mudanças climáticas vão-se evidenciando, através de seca prolongada, chuvas extemporâneas e dilúvicas (ONU, 2019; Godfrey e Tunhuma, 2020).

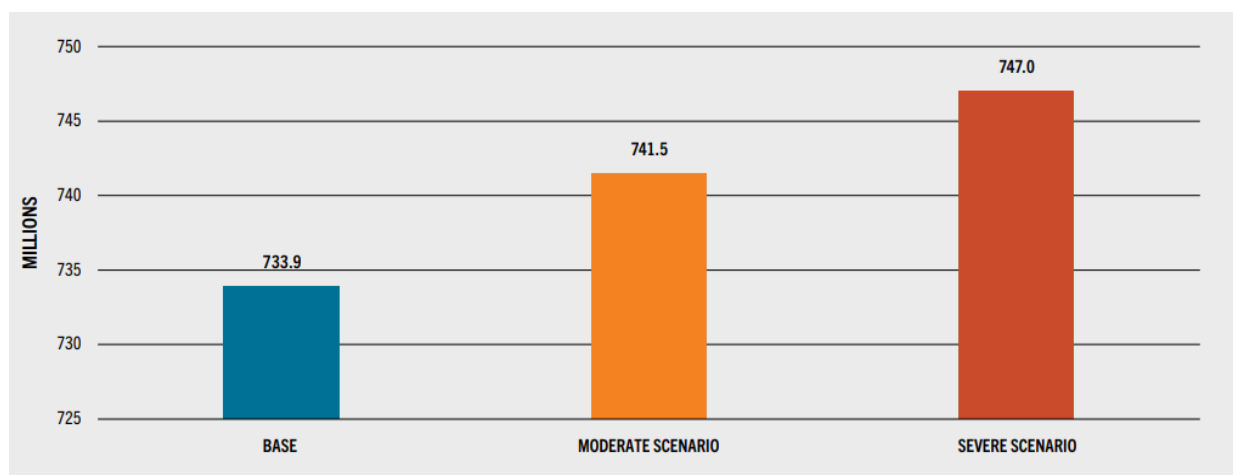
Os baixos retornos em rendimentos e o rápido crescimento em necessidade por alimentos de qualidade apresentam-se como excelentes oportunidades motivadoras para se aumentar a produção agrícola para os mercados internos em expansão. Contudo, é notório o estado de estagnação da produtividade, i.e. da eficiência de todo processo produtivo.

Os pequenos produtores são relutantes em efectuar investimento nos lotes que exploram, devido aos escassos retornos na produção de mais alimentos e rentabilidade agrícola que podem gerar. Ao invés, remetem o seu foco principal em actividades fora do âmbito agrícola, como oportunidade para o sustento das suas famílias (Franke, *et al.*, 2014; Ritzema, *et al.*, 2017).

Essa situação, rotulada de “enigma da segurança alimentar”, chega a criar frustração em iniciativas de apoio ao desenvolvimento sustentável, que seria de considerar urgente e necessário para se garantir segurança alimentar e rendimentos, tanto a nível nacional quanto a regional (Giller, 2020).

Tendo em conta os vários relatos sobre as alterações climáticas, os flagelos que têm assolado o planeta, como a pandemia COVID-19, os conflitos em alguns países, como o da Rússia-Ucrânia (porque estes dois países são dos grandes produtores de cereais do mundo) e o do Norte de Moçambique, todas essas situações adversas poderão impactar no sistema de alimentos (**Figura 15**), assim como nos preços sobre os mesmos, o que pode resultar em crise alimentar mundial (Guina, *et al.*, 2021).

Figura 15. Impacto estimado da Guerra na Ucrânia, no número global de pessoas subnutridas em 2022



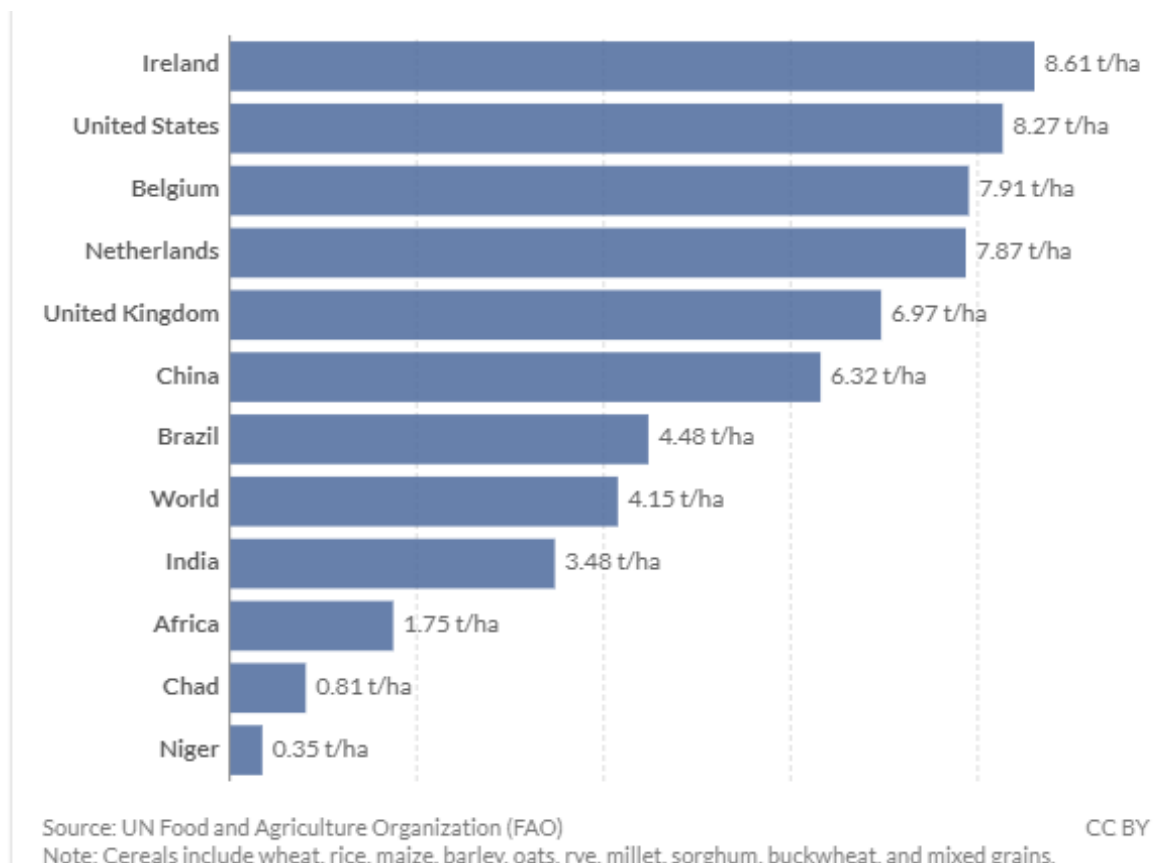
Fonte: do autor e adaptado da FAO/STAT 2022.

Nota: Base refere-se à projecção dos subnutridos em 2022, elaborada sem considerar a Guerra da Ucrânia.

A África e em particular a Subsaariana (ASS), detém mais de 50% das terras aráveis produtivas não utilizadas do mundo e com reservas de água notáveis. Paradoxalmente, por razões de várias ordens, essa situação de inação para as terras torna os governos, os líderes comunitários e empresários africanos incapazes de poderem impulsionar o crescimento económico das suas paisagens territoriais (Guina, *et al.*, 2023).

Em toda a ASS, há uma forte necessidade de intensificar a produção de cereais (quase inexpressiva) de forma sustentável e aumentar a produtividade que é muito baixa (em comparação com as outras regiões do globo) (**Figura 16**), devido aos baixos rendimentos das culturas, à rápida expansão da população humana e ao aumento da pressão sobre as áreas não cultivadas remanescentes com alto valor de biodiversidade (Pretty, *et al.*, 2011; Vanlauwe, *et al.*, 2014).

Figura 16. Produção rentável de cereais no globo, 2021²³.



Fonte: UN Food Agriculture Organization (FAO)

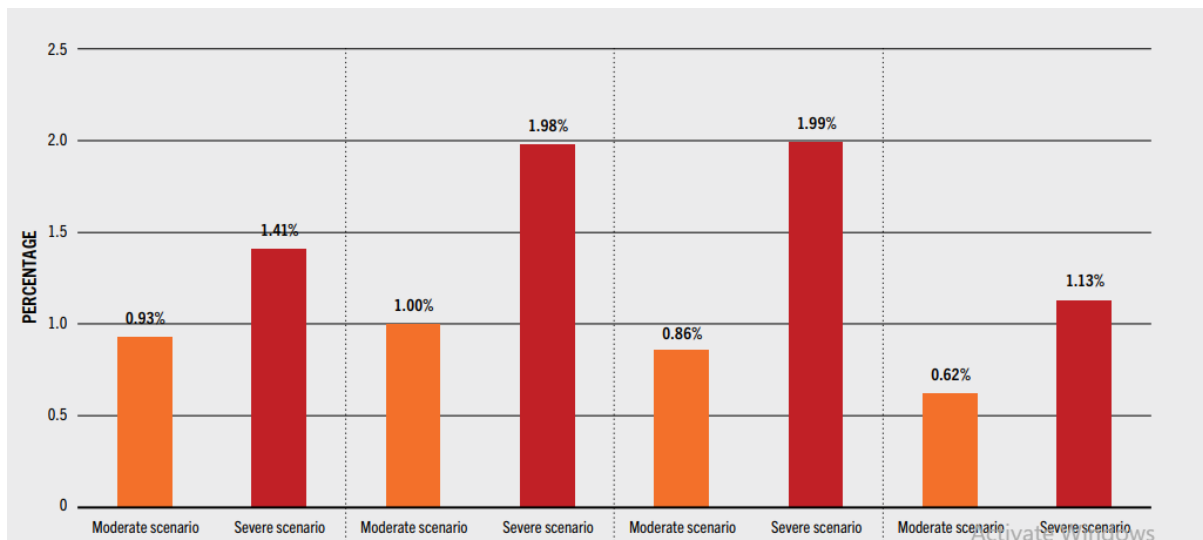
As leguminosas, que constituem um dos maiores produtos da região (pela facilidade na sua conservação em seco), oferecem oportunidades para uma intensificação sustentável. Estas podem fixar o nitrogénio (N) atmosférico e resultarem em boa produção sem nitrogénio, como melhorar o *status* de azoto dos solos e prevenir a acumulação de ervas daninhas, pragas e doenças associadas à monocultura contínua de cereais ou culturas de raízes e tubérculos. Além disso, fornecem alimentos nutritivos e rações, que muitas vezes têm uma boa procura no mercado (Giller, 2001).

Ultimamente o panorama parecia estar a mudar para uma maior atenção à produção agrícola, com a aplicação de métodos industriais, mas a eclosão da guerra na Europa, que tem afectado as economias globais e principalmente africanas, resultou num retrocesso e o futuro próximo é desconhecido, dada a dependência no fornecimento de insumos da região ora em

²³ Produção rentável é medida como a quantidade produzida por unidade de área de terra usada para o cultivo.

conflito bélico. Daí e segundo as estimativas feitas pela FAO (2022), o Continente Africano terá um aumento significativo de pessoas subnutridas nos anos em frente (**Figura 17**).

Figura 17. Aumento estimado do número de pessoas subnutridas em 2022, por região.



Fonte: do autor e adaptado da FAO/STAT 2022

Nota: Segundo os cálculos da FAO, a variação percentual no número de subnutridos é calculada como a diferença entre os resultados dos cenários moderado e grave e o número base (valores considerados sem a guerra) da Figura 15.

É de notar que alguns países africanos, não obstante o seu grande potencial agrícola, sem que isso seja devidamente capitalizado, têm apresentado algumas reduções na fome e na pobreza e aumentos na produtividade. Moçambique, com uma população de cerca de 31 milhões, é um país deficitário em alimentos, com uma elevada população rural (64% rural e 34% urbana) (INE, 2021).

Embora se reconheça a monotonia das dietas da maioria do povo Moçambicano, algo que não se debate com frequência é a avaliação da qualidade da dieta em Moçambique, tentando avaliar a diversidade da dieta, baseando nos principais grupos de alimentos e calculando a adequação da ingestão dos principais micronutrientes. A diversidade de alimentos é um aspecto importante da saúde e do bem-estar das populações, e deve ser estimulada a partir das culturas agrícolas.

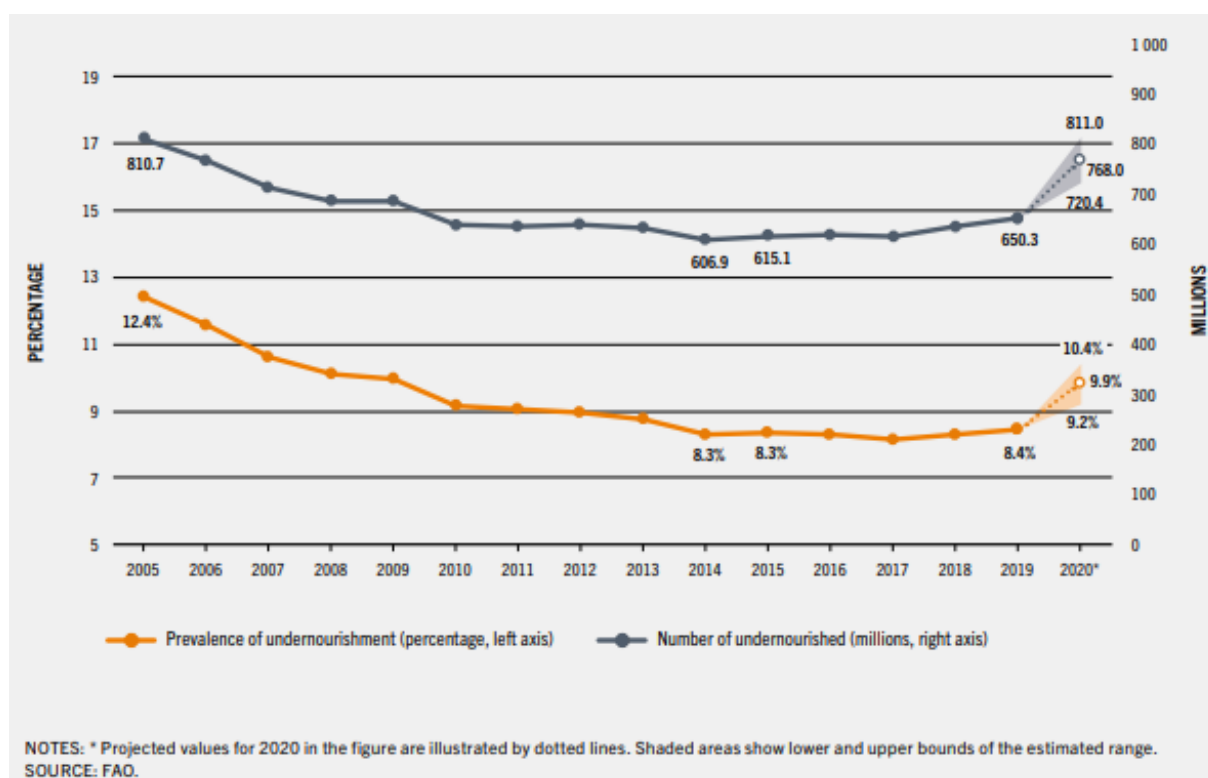
Cerca de 67.500 crianças menores de 5 anos estão sob condições de uma alimentação deficiente, das quais 6.500 são afectadas por grave desnutrição aguda; cerca de 42,6% das crianças menores de 5 anos são raquíticas (muito baixas para a idade) e com maior incidência no Norte do país, como em Nampula (Guina, *et al.*, 2021).

O mundo já produz alimentos suficientes para 10-12 mil milhões de habitantes, mas cerca de 17% desta produção é perdida, enquanto um terço dos alimentos produzidos globalmente é desperdiçado sobretudo nos países desenvolvidos, com consequências nefastas, junto com toda a energia, água e produtos químicos envolvidos na sua produção e descarte (Holt-Giménez, 2012).

Abordar a perda e o desperdício de alimentos é fundamental para se poder estimar a segurança alimentar e nutricional até porque os riscos associados a dietas inadequadas também são a principal causa de morte em todo o mundo, através das doenças crónicas não transmissíveis e com custos atribuíveis às principais doenças crónicas associadas à alimentação inadequada (Forouzanfar, *et al.*, 2015).

Milhões de pessoas não se alimentam o suficiente em quantidade e em qualidade; ou porque consomem tipos errados de alimentos para uma dieta eficaz, resultando em uma carga dupla de desnutrição que pode levar a doenças e crises de saúde, ou talvez porque não possuem condições financeiras para aquisição de alimentos necessários. Um relatório da FAO de 2021 revelou que entre 720 e 811 milhões de pessoas passaram fome em 2020, ou seja, mais de 10% da população mundial (**Figura 18**).

Figura 18. Número de pessoas subnutridas no mundo, projecção até 2020.



Fonte: FAO, 2020.

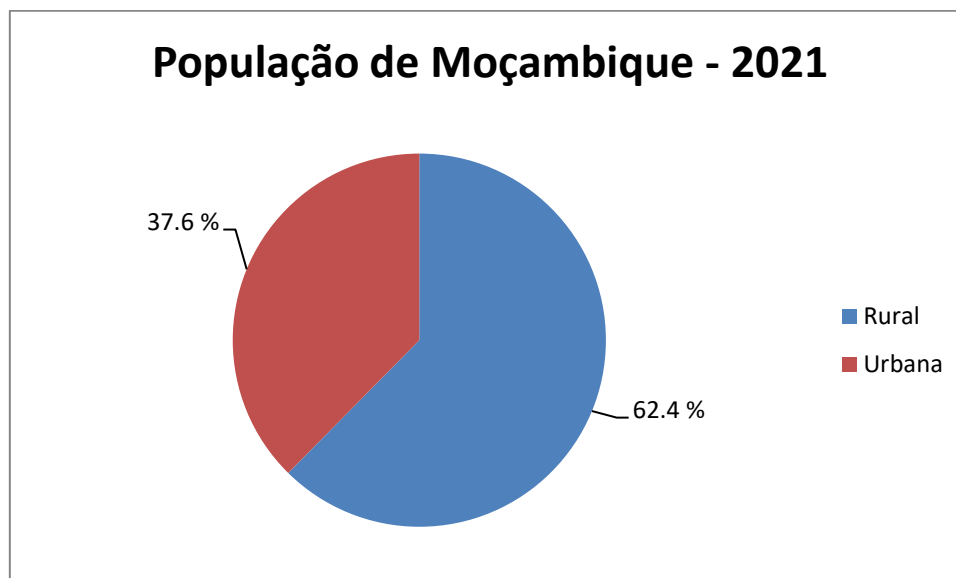
A insegurança alimentar pode piorar a qualidade da dieta e aumentar o risco de várias formas de malnutrição, levando potencialmente à desnutrição, bem como ao sobrepeso e à obesidade. Estima-se que 3 bilhões de pessoas no mundo não podem usufruir valores monetários que os proporcione uma dieta saudável.

2.6. A Agricultura Moçambicana e o Desafio ao Problema Nutricional

Moçambique é considerado um país rico em recursos naturais, onde se destacam terras férteis, recursos florestais e faunísticos que constituem um elevado potencial a empregar no processo de desenvolvimento sócio-económico e redução da pobreza, principalmente nas zonas rurais, onde 20.723.120 habitantes, o que corresponde a 62,4% (**Figura 19**) do total, vivem e

dependem destes recursos para o seu sustento. Como já mencionado, estima-se que cerca de 36 milhões de hectares do total de terra disponível no país é terra arável (FAO, 2023)²⁴.

Figura 19. População de Moçambique em 2021



Fonte: do autor e adaptado da FAO, 2023.

As Florestas ocupam uma área de cerca de 54.8 milhões de hectares (70% da superfície do país). Estas constituem um considerável património constituído de formações florestais e outras formações lenhosas de diferentes composições e densidades. Calcula-se ainda que o sector florestal empregue cerca de 10.000 trabalhadores, registando uma tendência crescente com o actual desenvolvimento de plantações florestais no País (PNISA, 2013-2017).

A principal fraqueza nesta área é o fraco sistema de controlo e fiscalização na exploração de recursos naturais (e.g. floresta; terra) ao lado de oportunidades imensas de desenvolvimento dada a existência de largas parcelas de terra incultas; disponibilidade de terra arável; e larga procura de bioenergia devido a subida do preço de petróleo.

A alimentação adequada e equilibrada em macro e micronutrientes condiciona e possibilita o crescimento, assim como o desenvolvimento humano com qualidade de vida e cidadania, requisitos básicos e essenciais para manutenção da vida e saúde sustentável. Os

²⁴ <https://www.fao.org/faostat/en/#country/144>. FAOSTAT, acedido em 29/08/2023.

hábitos alimentares que atendam ao aspecto salutar são em muito condicionados por vários factores, desde os psicológicos e culturais, a sociais, cognitivos, económicos e até políticos.

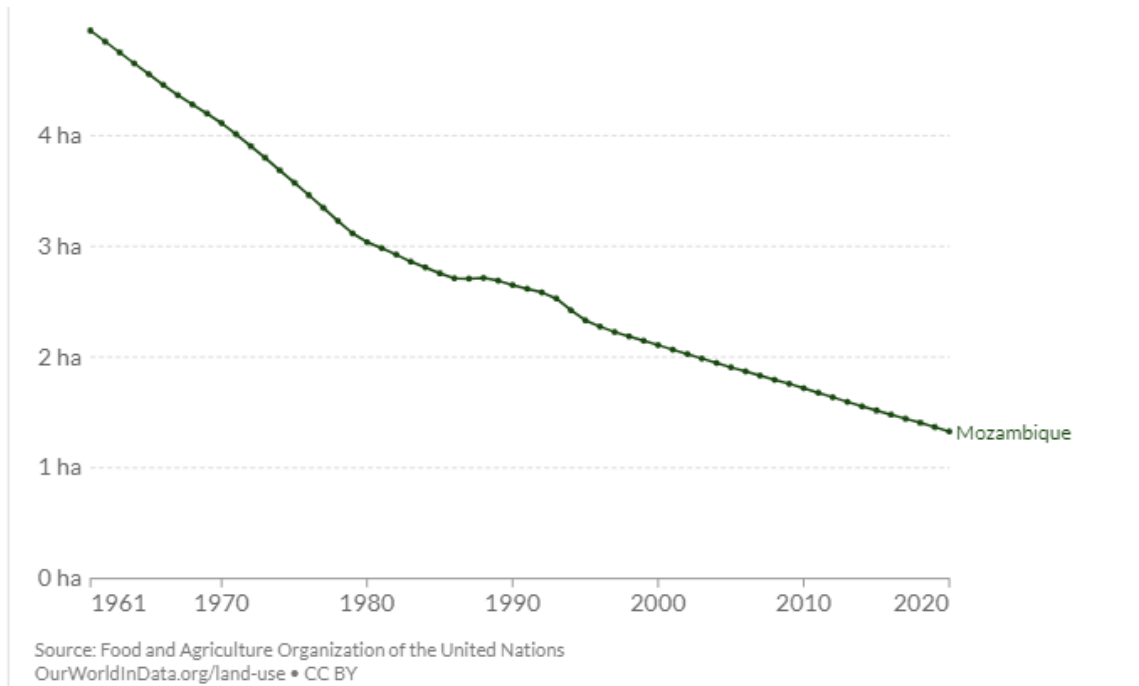
Produção agrícola compreende o processo em que o trabalho é aplicado na transformação da natureza, através do trabalho humano, na preparação e cultivo da terra, para a subsistência humana. Mais se acrescenta que produção pressupõe criação de valores de uso, isto é: bens como alimentos, vestuário, habitação e, serviços como educação, saúde, transporte, condições que devem garantir a contínua existência da sociedade (Fine e Saad-Filho, 2016).

No presente estudo procurámos analisar a agricultura e o quão importante a sua boa prática pode influenciar o espectro da nutrição em Moçambique e com destaque na Província mais populosa, Nampula. Dada a existência de várias condições apropriadas para uma prática agrícola bem sucedida, desde solos férteis, fraca desertificação, rios e população rural jovem, seria de esperar que nunca se observassem bolsas de fome na Província e que houvesse excedentes de produção disponíveis para comercialização.

Segundo o Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), no Inquérito Agrícola Integrado (IAI) de 2020, o crescimento agrícola em Moçambique constitui uma fonte para a promoção do crescimento económico do país em geral e com particular interesse para as famílias rurais, que constituem o maior grosso da população nacional. Nesse contexto, estima-se que a distribuição de terras agrícolas²⁵ *per capita* em Moçambique esteja actualmente entre 1 a 2 ha (**Figura 20**).

²⁵ A terra agrícola é a soma da terra cultivada e da terra usada como pastagem para o gado (FAO, 2020).

Figura 20. Terras agrícolas *per capita* em Moçambique, 2020



Fonte: *Food and Agriculture Organization of the United Nations.*

Na base desse inquérito, existem em Nampula cerca de 750 mil explorações agropecuárias pequenas, cerca de 9 mil e 500 são médias, e 749 mil (<1%) são grandes (**Tabela 13**). Do total nacional (4.261.758 explorações), cerca de 7% receberam informação ou conselho técnico de extensão, 40% tiveram acesso à informação sobre preços e 0.6% acesso a crédito. A área cultivada foi de cerca de 5.5 milhões de hectares, onde 5.5% das explorações utilizaram pesticidas nos seus campos, 8.8% usaram estrume, 7.8% utilizaram fertilizantes químicos e 9.1% usaram rega.

Tabela 13. Número de Explorações por Província.

Província	Pequenas		Médias		Grandes		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Niassa	156 212	99,00	1 561	0,99	21	0,01	157 794	100
Cabo Delgado	320 644	99,37	2 030	0,63	15	0,00	322 689	100
Nampula	749 406	98,73	9 571	1,26	49	0,01	759 026	100
Zambézia	822 346	99,22	6 430	0,78	16	0,00	828 792	100
Tete	595 176	96,75	19 958	3,24	42	0,01	615 176	100
Manica	241 305	94,97	12 768	5,02	21	0,01	254 094	100
Sofala	463 587	97,92	9 744	2,06	80	0,02	473 411	100
Inhambane	192 083	95,36	9 288	4,61	57	0,03	201 428	100
Gaza	348 878	95,43	16 461	4,50	254	0,07	365 593	100
Maputo Província	278 065	97,99	5 372	1,89	318	0,11	283 755	100
Nacional	4 167 702	97,79	93 183	2,19	873	0,02	4 261 758	100

Fonte: MADER/DPP, Inquérito Agrário Integrado, IAI 2020

O crescimento agrícola beneficia transversalmente as famílias de baixa renda tanto rurais, quanto urbanos, pois que isso torna os preços mais baixos para os alimentos e matéria-prima, o que pode contribuir para a redução da pobreza através do crescimento da produtividade e de oportunidade de emprego nas áreas rurais (Thurlow, 2008). O estímulo ao crescimento económico verifica-se em outros sectores da economia, pois que os agregados familiares com maior rendimento agrícola têm a oportunidade de adquirir bens não agrícolas.

O Programa do Governo em 2020, aliado à política económica do país, visava alcançar os seguintes grandes objectivos estratégicos:

- Segurança alimentar;
- Aumento do rendimento familiar;
- Criação de emprego / Inclusão social;
- Aumento da produção e produtividade.

Pelos dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2020), nos indicadores sócio-demográficos, destaca-se a população de Moçambique como principal activo da produção, ao atingir a magnitude de 29,3 milhões de habitantes em 2019, 66,2% da qual vivia na área rural,

e continuando concentrada em Nampula e Zambézia com 6,03 e 5,43 milhões de habitantes respectivamente.

Anualmente o país regista pessoas em insegurança alimentar aguda devido a choques climáticos (cheias, inundações e seca) que afectam a produção agrária que é a principal fonte de alimentos e de renda, em geral nas zonas rurais (MADER, 2020). Segundo os dados de 2016, e ao longo de 12 anos (**Figura 21**), o país registou variáveis índices de insegurança alimentar aguda, devido à seca, sobretudo nas regiões Centro e Sul.

Figura 21. Número de Pessoas em Insegurança Alimentar, em Moçambique.



Fonte: MADER, 2016.

No que se refere à insegurança alimentar aguda, verifica-se um grande agravamento, ao partir de 3,6% em 2013 para 29,9% de famílias em 2019, um comportamento assumido também pela desnutrição aguda em crianças que de 1,9% em 2013 deteriorou-se para 12,3% em 2019. Estes índices estão, de certo modo, em sintonia com o agravamento da pobreza (INE, 2020).

As múltiplas adversidades no país, como secas consecutivas em províncias do sul que afectaram as colheitas de 2018 e 2019, pragas (**Figura 22**) e efeitos dos ciclones Idai e Kenneth em 2019, das inundações localizadas no início de 2020, causaram uma situação aguda de insegurança alimentar (FAO, 2020).

Figura 22. Efeitos de pragas na machamba de um incubado em Malema



Fonte: Autor, 2022

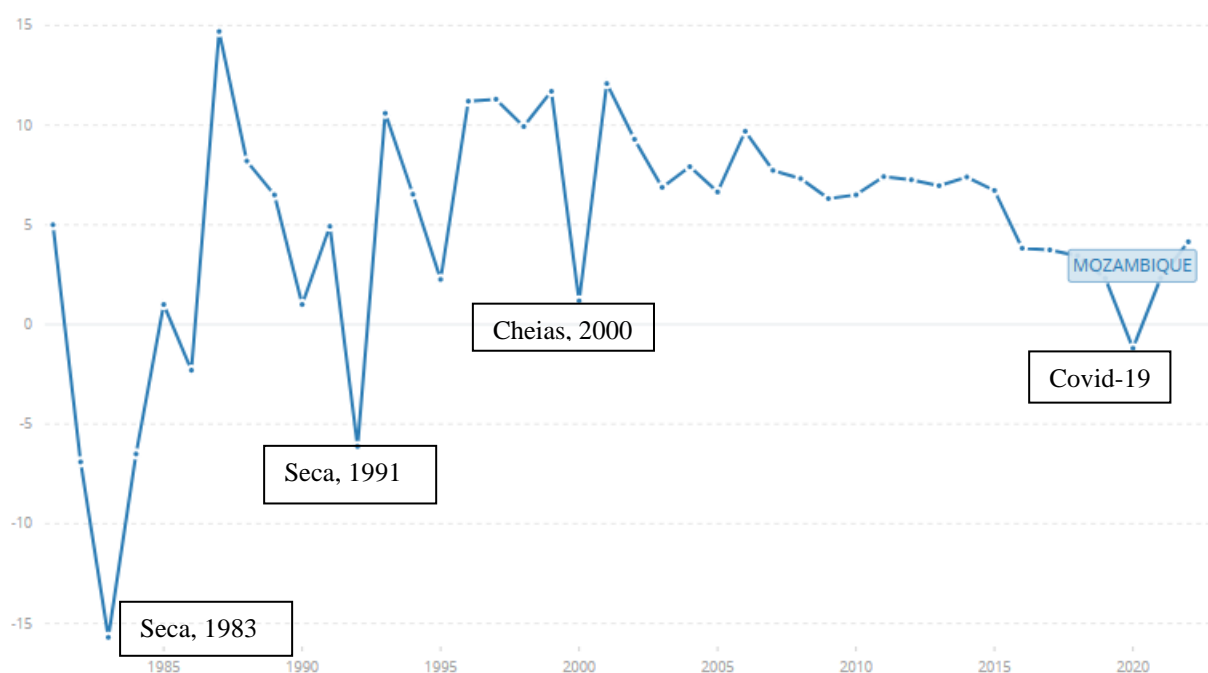
O país é assim considerado extremamente vulnerável a esses impactos económicos negativos e aos da COVID-19, considerando sua dependência da importação de alimentos que agora estão expostos a flutuações de preços, e as exportações das mercadorias primárias com prováveis reduções, o que tem resultado em menores receitas para o Governo e daí o aumento dos preços dos alimentos.

Além disso, as restrições relacionadas com a COVID-19, acrescidas à depreciação monetária, têm conduzido à perda de renda para muita população urbana pobre e para as famílias rurais, situação que constitui ameaça e agravamento da segurança alimentar. Por outro lado, a situação da insegurança em Cabo Delgado, a Província mais afectada pela COVID-19, está a deteriorar-se rapidamente à medida que as capacidades da insurgência aumentam. Isso conduz ao aumento de deslocados, dos quais e segundo a afirmação do Presidente da República de Moçambique, em Maio de 2023, na sua intervenção no Conselho de Segurança das Nações Unidas, mais de 300 mil já regressaram às zonas de origem em Cabo Delgado²⁶.

²⁶ Presidente da República, Filipe Nyusi, em Nova Iorque, segundo a Rádio Moçambique, Maio de 2023.

Os choques climáticos são cíclicos e frequentes no território moçambicano (**Figura 23**). Para minimizar o seu impacto, o MADER considera importante tornar a agricultura cada vez mais resiliente, com medidas a longo prazo, com a construção de represas, barragens, regadios, diques de protecção, desenvolvimento de variedades tolerantes à seca e inundações, entre outras medidas.

Figura 23. Taxa de crescimento anual do PIB no período 1981-2022



Fonte: *World Development Indicators*. Adaptado pelo autor, 2023.

No aspecto económico, ressalta o peso do PIB do sector agrário a preços constantes, tendo 2014 como ano base, que se estabilizou em torno de 23%, entre 2015 e 2019, tendo a respectiva taxa de crescimento registada 1,2% em 2019, abaixo da média nacional que foi de 2,3% face a 2018. No entanto, no Orçamento do Estado alocado ao sector agrário continua abaixo de 10% em todo quinquénio, tendo-se fixado em 4,9% em 2019, sendo o PIB de 2,2 pontos percentuais em 2021, (**Tabela 14**) (INE, 2020; Banco Mundial, 2022a). Além disso, a dívida pública interna continuou a aumentar à medida que as autoridades recorreram ao mercado interno para satisfazer as necessidades de financiamento.

Tabela 14. Serviços e agricultura são os sectores-chave a determinar o crescimento do PIB (Pontos percentuais)

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022e
Agricultura	1,1	0,9	0,8	0,6	0,6	1,2	1,2
Indústrias Extractivas	0,8	1,9	0,9	-0,3	-0,8	-0,1	0,7
Manufatura	0,5	0,1	0,0	0,2	-0,1	0,0	0,1
Serviços privados	0,5	0,5	1,4	1,2	-0,6	0,7	1,8
Serviços públicos	0,9	0,3	0,2	0,6	-0,3	0,4	0,4
Crescimento do PIB	3,8	3,7	3,4	2,3	-1,2	2,2	4,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) e estimativas do Banco Mundial

Entre os países da região da SADC, a economia moçambicana cresceu 4,15% em 2022, (**Tabela 15**), com uma média esperada de 6% entre 2023 e 2025, impulsionada pela contínua recuperação dos serviços, pelo aumento da produção de gás natural liquefeito e pelos preços elevados das matérias-primas. Porém, riscos negativos relacionados com choques climáticos, riscos de segurança e pressões sobre os preços de alimentos e combustíveis podem reduzir o crescimento do PIB a médio prazo para 4,5% (Banco Mundial, 2023)²⁷.

²⁷ Banco Mundial - *Actualidade económica de Moçambique: o papel dos serviços no crescimento económico e geração de empregos*. Comunicado à imprensa, 10 de Março de 2023, em Maputo (<https://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2023/03/10/mozambique-afe-economic-update-why-services-matter-for-growth-jobs>).

Tabela 15. Taxa de Crescimento Económico da SADC (%)

PIB da SADC	Real %	Real %	Proj. %
	2020	2021	2022
África do Sul	-6.4	4.9	2.1
Angola	-5.5	0.8	2.9
Botswana	-8.7	11.4	4.1
Eswatini	-1.9	7.9	2.4
Lesotho	-6.0	2.1	2.1
Madagascar	-7.1	4.3	4.2
Malawi	0.9	2.2	0.9
Maurícias	-14.9	4.0	6.1
Moçambique	-1.2	2.10	4.15*
Namibia	-8.5	2.7	3.0
República Democrática de Congo	1.7	6.2	6.1
Seychelles	-7.7	7.9	10.9
Tanzania	4.8	4.9	4.5
Zambia	-2.8	4.6	2.9
Zimbabwe	-5.3	7.2	3.0
SADC	-4.6	4.9	3.7

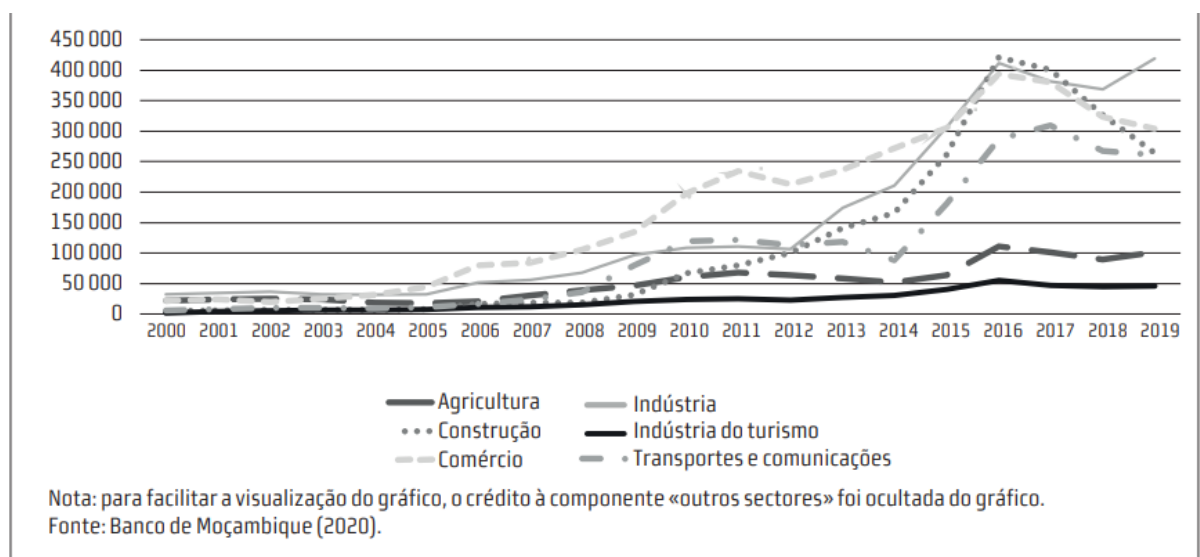
Fonte: IMF/World Economic Outlook Database, Outubro de 2022;

*INE, Fevereiro 2023 (Dados preliminares).

As longas cadeias de valor alimentar, na perspectiva de melhorar a nutrição e saúde de toda comunidade, a nível global e nacional, com elevadas percentagens de perdas e desperdícios, e mais evidente a sua vulnerabilidade com a pandemia, revelaram-se insustentáveis e porventura se deva procurar alternativa no formato tradicional de venda directa, cadeia curta de abastecimento alimentar.

A agricultura, considerada a base do desenvolvimento no País, constitui o sector produtivo que menos atenção teve em financiamento bancário, nas últimas duas décadas, (**Figura 24**). Por vias disso, esse constitui um dos grandes obstáculos que contribui para o fraco desenvolvimento agrário em Moçambique e em particular o do sector familiar (Banco de Moçambique, 2020).

Figura 24. Crédito bancário por sector (milhões de meticaís), 2020.

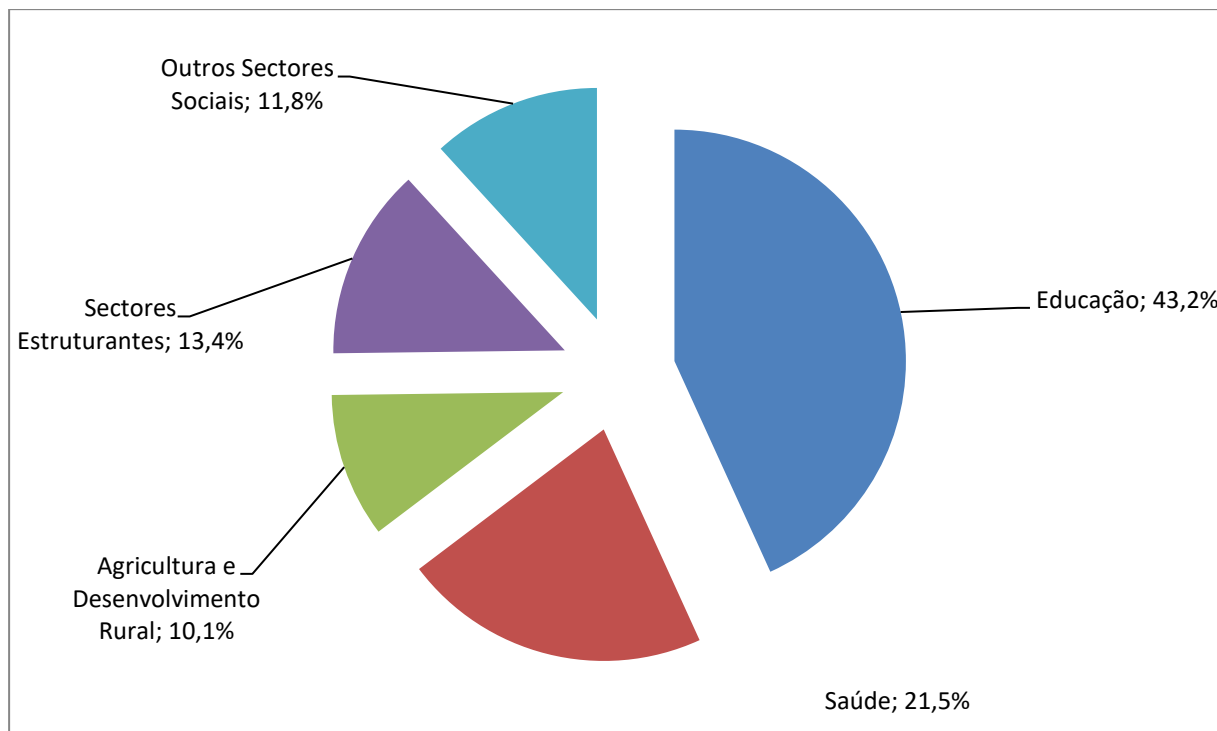


A ausência, pouco interesse ou desconhecimento técnico na implementação adequada de políticas públicas agrárias na África Subsaariana, têm tido como resultados a insegurança alimentar, ocasionando a malnutrição e todo um desajustamento na organização social e económica das populações, que torna cíclica a necessidade de ajuda alimentar emergencial (Mosca, 2017). A alta dependência da ajuda externa tem redundado em alarmantes níveis de subserviência do Governo em relação aos doadores, dificultando a apropriação e afirmação da autonomia individual e nacional no processo de emancipação social, política e económica (Nipassa, 2009).

Observe-se, contudo, que só em 2022 é que o GdM teve em atenção o cumprimento do recomendado na CAADP de Malabo em 2014²⁸, para uma aplicação de valores percentuais que se aproximem a 10% do Orçamento do Estado em agricultura, (**Figura 25**), sobre despesas por compromissos sectoriais.

²⁸ A reunião dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, que teve lugar em Junho de 2014, em Malabo, Guiné Equatorial, aprovou duas (2) Decisões e duas (2) Declarações que se relacionam directamente com CAADP e a agenda de transformação e da segurança alimentar e agrícola da África na década 2015-2025.

Figura 25. Estrutura das Despesas por Compromissos Sectoriais

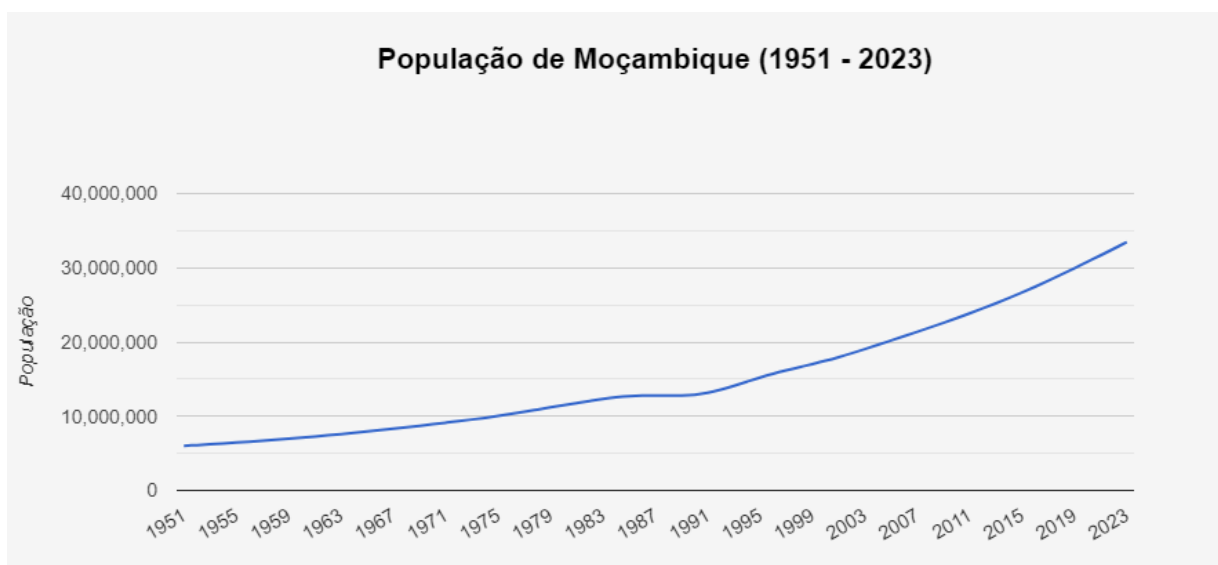


Fonte: BPESOE²⁹, 2022. Adaptado pelo autor.

No caso de Moçambique, a esses factores juntam-se os efeitos das alterações climáticas, os conflitos bélicos que se prolongam por décadas e que provocam inúmeros deslocados, o aumento significativo da população (**Figura 26**), a incerteza da propriedade e do mercado da terra, e uma governação que procura delinear planificação e extensão agrária, mas que resulta em pouca eficácia na prática.

²⁹ Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado de 2022.

Figura 26. População de Moçambique



Fonte: *Countrysmeters.info* (12 de Junho 2023), estima-se que em 2023 Moçambique tenha cerca de 33 888 518 habitantes.

Por outro lado, toda esta faceta desfavorável deve-se também à fraca qualidade de educação escolar básica e agrária, tanto dos técnicos executantes quanto dos formadores. Não se tem sabido implementar troca de experiências dos saberes e das práticas vivenciadas em um espaço educativo não escolar e a relação possível com aprendizagem agrária.

Em Moçambique são ministrados vários cursos de Ciências da Agronomia, i.e., ciências agrárias e gestão ambiental, universitários e politécnicos, além de outros técnicos e básicos, espalhados pelo país, tendo todos como afirmada Missão formar técnicos profissionais de nível superior, competentes, pro-activos e empreendedores nas áreas de ciências agrícolas, zootécnicas e afins, capazes de promover o desenvolvimento socioeconómico sustentável das comunidades.

Estas escolas agrotécnicas de diferentes níveis são extremamente importantes como unidades vitais de um sistema educacional agrícola, no entanto a metodologia actual não tem sido reconhecida como de real valor pelo sistema produtivo.

As mesmas carecem ainda de ligação adequada com as comunidades e formação de técnicos capazes de superar as barreiras do mercado de trabalho, principalmente como

autónomos na profissão. A filosofia de ensino agrícola deve ser centrada, do nosso ponto de vista, no conceito de escola como “Centro Educacional Comunitário” ou, com quintas experimentais efectivas.

Ao longo do nosso trabalho de pesquisa pudemos identificar uma instituição designada “Instituto Politécnico Familiar Rural de Mecuburi”, na Província de Nampula, com um regime de ensino público e parte da gestão sobre a responsabilidade de um grupo de missionários brasileiros.

Essa instituição administra curso agrário médio, em que a interação com a comunidade é muito próxima, verificando-se uma estreita e mútua colaboração, tanto na aprendizagem, quanto na protecção dos campos de cultivo, assim como na fase da colheita e comercialização. Aqui são promovidas com muita frequência feiras agrícolas, um meio acessível aos produtos alimentares pelas comunidades com recursos financeiros reduzidos.

O desfasamento em procedimentos entre a investigação agrária e os serviços de extensão em Moçambique têm resultado em grandes perdas pós-colheita, gestão não adequada das doenças sobejamente identificadas das plantas e dos animais. Adicionado a isso está o baixo rendimento dos agricultores do sector familiar, pela constante dependência do ciclo das chuvas, pelo fraco poder económico para a aquisição de insumos (e.g. fertilizantes e agrotóxicos) melhorados e pela falta de tecnologias que possam melhorar o bom uso dos solos. Naturalmente todos esses aspectos merecem uma revisão apropriada da investigação agrária (Siteo, 2014).

Em toda a África encontra-se uma grande diversidade de propriedades, lotes e estratégias de cultivo, mesmo dentro das aldeias, Além dos factores biofísicos, os factores sócio-económicos, as características das famílias agrícolas, assim como os tamanhos dos talhões de cultivo, posse de gado, educação, nível de renda (dentro e fora das áreas de cultivo), podem afectar a adopção ou rejeição de tecnologias (Marenja e Barret, 2007; Giller *et al.*, 2011).

Em Moçambique apenas é permitida a concessão do uso da terra, pois esta é propriedade inalienável do Estado³⁰. De acordo com o n.º 1 do Artigo 98 da Constituição, “os recursos naturais situados no solo e no subsolo, nas águas interiores, no mar territorial, na plataforma continental e na zona económica exclusiva são propriedade do Estado”. Como complemento, a Lei de Terras 19/97 estabelece no Artigo 3º o seguinte: “A terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer forma alienada, hipotecada ou penhorada”.

A implementação do referido Artigo 3º da Lei de Terras caracteriza-se mais por não-cumprimento, com realce nas zonas rurais em que se verifica a presença de investimentos mineiro e agrário e nas áreas urbanas e costeiras devido ao investimento turístico e de habitação (Carlos Serra, 2013).

As empresas, nacionais e estrangeiras, procuram a concessão de áreas mais férteis, acessíveis e ricas em recursos naturais e localizadas junto aos principais rios, estradas, vias-férreas e mercados, como se observa nos distritos de Malema, Ribáuè e Rapale, portanto, tendencialmente as mesmas que são mais procuradas pela população local, sendo necessário ponderar os impactos causados.

Mosca (2017) ainda observa que, de um modo geral e a exemplo do que aconteceu nas minas de carvão da multinacional Vale em Moatize,

o Estado não é o actor que actua junto das comunidades, deixando esse papel para os líderes locais, para as organizações da sociedade civil, organizações não-governamentais e mesmo para as empresas interessadas. Por outro lado, quando há conflitos, o Estado surge do lado das multinacionais e, se necessário, com forças policiais repressivas.

O governo moçambicano tem expressado a sua convicção de que a alimentação condigna das populações deve estar permanentemente no centro das suas preocupações, como o Presidente da República salientou no seu discurso de abertura da campanha agrícola de 2017-2018, em que reafirmou o seu comprometimento com a agricultura, tendo até na ocasião recordado as suas palavras aquando da sua tomada de posse que “*a alimentação não deve ser*

³⁰ “Na República de Moçambique a terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida, ou por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada.” - <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Cidadao/Informacao/Direito-do-Uso-e-Aproveitamento-de-Terra>. Acedido em 31/12/2022.

vista como um privilégio, mas sim como um direito fundamental que assiste a todos e a cada um dos moçambicanos”.³¹ Aliás, um compromisso assumido e plasmado na Declaração Universal dos Direitos do Homem (Art. 25) como ideal comum a atingir por todos os povos e todas as nações.

Actualmente Moçambique se foca mais, e talvez em demasia, na fascinante descoberta de recursos naturais mineiros sólidos, líquidos e gasosos, o que torna divergentes aos interesses de muitas comunidades rurais, levando isso, por um lado e na nossa perspectiva, a migrações para locais com actividades ligadas a esses recursos. Esse aspecto leva a que a produção alimentar para auto-suficiência ou venda imediata se torne secundária.

Pode haver manifestação por meio de grupos de poder que procuram ter para si a maior parcela da riqueza natural ora identificada. Dito de outro modo, uma maior quantidade de recursos naturais pode, de certo modo, promover incentivos ao comportamento *rent seeking*³², levando assim à redução do estímulo ao empreendedorismo de actividades produtivas que não sejam ligadas à extração de recursos naturais, como a agricultura (Torvik, 2002). Por outro lado, quando as instituições promovem um governo responsável, os recursos naturais podem transformar-se numa “bênção” para os seus países (Robinson, *et al.*, 2006). Isso leva-nos a afirmar que pode não haver uma relação intrínseca entre a existência dos recursos naturais e a não existência do crescimento económico.

Toda essa perspectiva, que nos leva a análise da relação inversa entre os recursos naturais e o crescimento económico de um país como Moçambique, pode ser explicada pela tendência de se importar quase todo o tipo de produtos de consumo e não só, fenómeno esse caracterizado como consequência da “doença holandesa”³³. Mas, essa situação pode ser

³¹ Intervenção de Sua Excelência Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República de Moçambique, por ocasião da cerimónia de lançamento da Campanha Agrícola 2017-2018, Moamba, 25 de Outubro de 2017.

³² Segundo a economista Cristina Majaski (2021), *Rent-seeking*, termo definido economicamente como riqueza económica obtida por meio do uso astuto ou potencialmente manipulador de recursos. Uma maneira mais coloquial de descrever esse comportamento é “busca de privilégios” <https://www.investopedia.com/terms/r/rentseeking.asp> (19 de Fevereiro 2023).

³³ O termo “doença holandesa” aparece na edição da revista *The Economist* de 26/11/1977, e refere-se aos efeitos adversos sofridos pela economia holandesa no final da década de 1950 em decorrência de um *boom* na produção de gás no país. Boa fonte sobre o fenómeno é Corden (1984). Frankel (2012) também destrinça sobre “doença holandesa”. (24) (PDF) *A maldição dos recursos naturais: atualizando, organizando e interpretando o debate**. Available from:

mitigada canalizando as rendas da extração dos recursos para investimentos de um modo diversificado, ao invés de as mesmas serem consumidas pelos governos e de um modo pouco transparente (Frankel, 2010).

Sendo mais preciso, nos anos 80 procurou-se explicar a relação negativa entre os recursos naturais e o crescimento económico:

a valorização da moeda local frequentemente ocorre com a descoberta de petróleo, gás natural ou minérios. Esta explicação, conhecida como “doença holandesa”, baseia-se no argumento de que a moeda valorizada inibe a exportação de bens manufacturados, que ficam mais caros no exterior, e, ao mesmo tempo, favorece a importação destes bens. Além disso, como a lucratividade da extração de recursos naturais provoca o aumento dos salários dos funcionários deste sector, os custos de mão-de-obra dos demais sectores tendem a se elevar. Como consequência, a indústria local torna-se menos competitiva, acarretando, assim, um menor crescimento económico (Corden e Neary, 1982; Corden, 1984; van Wijnbergen 1984; Krugman, 1987; Gelb, 1988).

Além disso, os efeitos da volatilidade das receitas podem ser refreados através de gastos e aplicações responsáveis ou, através de criação de fundos soberanos (Bulte et al., 2005). Ora, perante várias pressões da sociedade civil moçambicana, por falta de decisão para a instauração de um Fundo Soberano e de um modo inclusivo na sua gestão, que acolha os valores provenientes dos *royalties* e excedentes de arrecadação fiscal, na venda dos recursos naturais da indústria extractiva, o Governo de Moçambique aprovou a proposta de Lei que cria o Fundo Soberano³⁴.

A gestão metodológica do Fundo Soberano atribuída ao Banco de Moçambique, não tem sido consensual, porque se receia que os valores a isso referente tenham o mesmo caminho que os valores das “dívidas não declaradas”, que tiveram o aval desse Banco Central, sem o consentimento da Assembleia da República, o que poderá significar servir alguns membros do poder e não constituir um fundo sustentável para as gerações futuras³⁵.

https://www.researchgate.net/publication/325669431_A_maldicao_dos_recursos_naturais_atualizando_organiza_ngo_e_interpretando_o_debate [accedido Jun 28 2023].

³⁴ Portal do Governo de Moçambique, 01/12/2022.

³⁵ <https://www.voaportugues.com/a/mo%C3%A7ambique-gest%C3%A3o-do-futuro-fundo-soberano-entregue-ao-banco-central-levanta-d%C3%BAvidas/7050498.html>.

A transparência na aplicação das receitas dos recursos naturais pode, por outro lado inibir o referido comportamento *rent seeking* (Isham, *et al.*, 2005). Esta análise leva-nos a afirmar que a qualidade das instituições constitui factor-chave no estabelecimento da relação entre os recursos naturais e o crescimento económico do país, evitando ou não o fenómeno designado de “*resource curse*”³⁶, ou seja, “a maldição dos recursos”.

A corroborar com a premissa de que pode não existir uma correlação entre a existência dos recursos naturais e o não crescimento de uma sociedade, temos o caso de alguns países como a Noruega, Singapura, China e Dubai, que optaram pela criação de um Fundo Soberano ou instituições similares e a alguns a conjugar com a boa governação e que lograram estar num trilho de crescimento económico e desenvolvimento sócio-económico.

O complexo problema das relações entre a indústria mineira e o meio rural envolvente, sobretudo na perspectiva do impacto ambiental sobre a propriedade agrícola e marítima, encontra-se ainda, em grande parte, por estudar. De facto, os derramamentos de óleos e gás, considerados como inerentes à exploração pelas próprias companhias, pois não há risco zero, estão longe de ser avaliados no impacto a médio e longo prazo na saúde humana.

Mas é bem conhecido o facto de as maiores 20 empresas mundiais produtoras de petróleo, gás natural e carvão terem sido responsáveis por um terço das toneladas de dióxido de carbono e metano libertados na atmosfera desde 1965³⁷.

A coexistência entre a indústria mineira e o universo rural envolvente nem sempre foi pacífica, cadenciado por interesses por vezes diametralmente opostos. Por outro lado, isso deve-se também à fraca compensação na comercialização dos produtos agrícolas, por não haver uma uniformização no mecanismo de estabelecimento dos preços e por outro, pelo diminuto valor alocado pelo orçamento do Estado ao sector agrário e agroindustrial (Mosca, 2017).

³⁶ O termo “*resource curse*” foi usado pela primeira vez por Auty (1993) para se referir ao paradoxo no qual os países dotados de recursos naturais como petróleo, gás natural e minérios tendem a ter menor crescimento económico e piores resultados de desenvolvimento do que países com menos recursos naturais

³⁷ <https://www.thecorporategovernanceinstitute.com/insights/news-analysis/the-20-most-polluting-companies-in-the-world-esg>.

As incubadoras surgem na necessidade de contribuir para que o sector empresarial consiga ultrapassar, na sua fase inicial, as várias contrariedades impostas pelo mercado, garantindo assim, a sua continuidade e sustentabilidade (Ibañez, *et al.*, 2004).

2.7. Incubação no Agro-negócio

A incubação no agro-negócio é definida como um processo que visa fomentar empresas em estágio inicial e que possuem alto potencial de crescimento para se tornarem competitivas em agro-negócio ao atender, agregar valor ou vincular-se ao produtor agrícola (Banco Mundial, 2017).

Esta entidade, ao atribuir este conceito num estudo especial para a África é porque considerou esta temática como nova para este continente, que tem sido usado para apoiar os agricultores a melhorar a sua produção e ajudá-los a enfrentar muitos desafios envolvidos no agro-negócio.

Em pesquisas anteriores levadas a cabo por essa organização mundial, constatou-se que as incubadoras de agro-negócio ainda são recentes nos países em desenvolvimento, mas que constituem um novo caminho para o desenvolvimento do agro-negócio e que estas necessitam de muito apoio de um vasto leque de instituições, para além de um suporte considerável de políticas governamentais, para que tenham sucesso (*World Bank*, 2011).

A incubação no agro-negócio é uma inovação em África e que requer mais pesquisa e novos desenvolvimentos, para que vá de encontro às necessidades globais (Juma, 2011). Este autor define um sistema de inovação

como uma rede de organizações, empresas e indivíduos focados em trazer novos produtos, novos processos e novas formas de organização para uso económico, juntamente com as instituições e políticas que afectam o seu comportamento e desempenho. O conceito de sistemas de inovação abrange não apenas os fornecedores de ciência, mas a totalidade e interação dos actores envolvidos na inovação.

Como dinamizadores desse processo estão as incubadoras de agro-negócio, que são organizações estabelecidas para fomentar agroindústrias para que se tornem empresas

competitivas no mercado. O processo de incubação, como tem sido prática na Incubadora de Empresas do ISEUNA, oferece uma combinação de vários serviços e produtos, como instalações e equipamentos, serviços financeiros através dos seus parceiros, *networking* e orientação, bem como técnicas de desenvolvimento de negócios, com vista a transformar *start-ups* de agro-negócio (recém-estabelecidas empresas) e garantir o sucesso das suas operações no mercado.

Incubadoras de agro-negócio fornecem as seguintes cruciais funções para as *start-ups* de agro-negócio, com vista a aumentar o seu desempenho:

Capacitação: Incubadoras de agro-negócio apoiam *start-ups* de agro-negócio na obtenção, melhoria e retenção de habilidades, ferramentas, conhecimento e outros recursos críticos para a transformação das operações correntes, para alcançar maior capacidade como medida para obtenção de maior lucratividade e capacidade de atender adequadamente às necessidades dos consumidores (Hjortsø, *et al.*, 2017).

Assistência para obtenção de financiamento: O acesso a financiamento tem sido uma limitação significativa nas operações de agro-negócio. Incubadoras de agro-negócio apoiam essas *start-ups* na obtenção de fundos, através da colaboração com várias instituições financeiras que irão fornecer acesso a créditos, nas condições mais favoráveis para apoiar o seu crescimento (Hjortsø, *et al.*, 2017).

Consultoria Técnica: Incubadoras de agro-negócio oferecem conhecimento técnico para as *start-ups* em áreas especializadas, como planeamento de negócios, governança e finanças, bem como a gestão do dia-a-dia dos empreendimentos agroindustriais. Essas informações são cruciais para o sucesso das operações, assim como a tomada de decisão nessas organizações (Bonny, 2019).

Disponibilização de infra-estruturas: é fundamental que o agro-negócio tenham capital suficiente para as suas operações, bem como a acessibilidade aos mercados. As incubadoras de agro-negócio apoiam as *start-ups*, com recursos necessários para a aquisição de maquinarias e equipamentos, bem como na melhoria das ligações com o mercado.

Serviços sobre desenvolvimento de produtos: As incubadoras de agro-negócio oferecem técnicas inovadoras e de agregação de valor para o apoio desenvolvimento de produtos diferenciados, de modo a poder atender as necessidades correntes do mercado, para tais produtos.

Promoção e divulgação, ou publicidade: Existe a necessidade de os agentes do agro-negócio criarem uma consciência sobre os seus produtos no mercado. A necessidade de publicidade e divulgação é impulsionada com o objectivo de fornecer informações, aumentar a

necessidade de um produto pelos clientes, diferenciar produtos no mercado, acentuar o valor do produto, bem como estabilizar as vendas. As incubadoras de agro-negócio fornecem as plataformas necessárias para o agro-negócio crescer divulgar e promover os seus produtos, como revistas agrícolas, eventos e exposições.

Assistência de mercado: As incubadoras de agro-negócio são fundamentais no fornecimento de serviços de assessoria a empreendimentos agroindustriais. As incubadoras avaliam os mercados para determinar as necessidades dos consumidores e conseqüentemente assessorar os empreendedores, dessas necessidades, para os apoiar produção e agregar valor aos produtos. As incubadoras também apoiam no acesso dos empreendimentos agroindustriais aos mercados por meio da movimentação de produtos das áreas de produção para os consumidores finais. Além disso, as incubadoras apoiam as agroindústrias no contacto com novos clientes, preparando orçamentos de obra, propostas, certificação de equipamentos e controle de qualidade dos produtos e serviços (Almeida, 2010).

Planeamento de negócios e estudos de mercado: O sucesso dos empreendimentos do agro-negócio está alicerçado na sua capacidade de estabelecer planos de negócios eficazes, bem como acesso a informação adequada dos mercados. As incubadoras apoiam os empreendimentos do agro-negócio por meio de capacitação em técnicas eficazes de planeamento de negócios, bem como o fornecimento de informações sobre os mercados, o que ajudará nas operações e na produtividade desses empreendimentos para obtenção de lucros (Singh, *et al.*, 2011).

2.8. A Incubação como um Processo Dinâmico de Desenvolvimento Empresarial

Na economia global de hoje, as chaves para o sucesso económico são a tecnologia, a pesquisa e o desenvolvimento, a gestão do conhecimento e, de uma forma holística, a inovação. Claro, um dos pilares em que se baseia a inovação é a investigação, e grande parte do potencial de pesquisa de uma região ou país pode ser encontrado em universidades e instituições de ensino superior.

As incubadoras são a ponte entre universidades, pesquisas e empresas. Elas são as “tradutoras” da linguagem muitas vezes díspar e entre os diferentes interesses dos académicos e empresários (Monkman, 2010).

Na analogia com a perspectiva biológica em relação aos objectivos pretendidos, o processo de incubação visa disponibilizar condições controladas para favorecer o surgimento e o crescimento de uma nova vida, porque nesse controlo é possível ter conhecimento antecipado, factor que pode incidir sobre a probabilidade de sobrevivência do novo ser vivo ou entidade empresarial. No caso de uma empresa, os factores que incidem para a sua sobrevivência podem ser: obtenção de recursos financeiros e infra-estruturas e, no apoio em gestão e nas regras do mercado, junto da incubadora (Barbosa, 2000).

A inovação é um impulsionador do desenvolvimento: as ideias avançam para fronteira tecnológica, nutrindo-se até ao crescimento da produtividade (Romer, 1986). Do mesmo modo os empreendedores são “portadores de novas ideias” (Schumpeter, 1962; Audretsch, 2007), que desempenham um papel importante como parte de instituições e sistemas sectoriais, regionais e nacionais (Freeman, 1991; Cooke, 2002; Malerba, 2002). No entanto, tanto a inovação quanto o empreendedorismo exigem aprender com os outros, envolvem experiências e carregam um alto risco de falha (Kerr, *et al.*, 2014).

Como principal exigência da incubadora para o incubado, é o cumprimento rigoroso na materialização de um plano de negócios previamente delineado. Por outro lado, uma incubadora de empresas pode funcionar somente como um “nicho”, em que a relação entre a incubadora e os novos empreendedores é mais de cedência de infra-estruturas para a logística do incubado.

Com o seu surgimento em 1959 e nos Estados Unidos da América (Lewis, 2002; Hackett e Dilts, 2004; Meru, *et al.*, 2011), com o objectivo de estimular a economia local, que atravessava uma grave crise de destruição de empresas e desemprego no pós-guerra³⁸ o conceito de incubadora de empresas não tem sido consensual. De certa forma, a existência de várias perspectivas podem estar a ser influenciadas pelas rápidas transformações devido ao panorama global da economia e das novas tecnologias.

³⁸ <https://www.redalyc.org/journal/4991/499151081003/html/>. Consultado a 26/05/2022.

De um modo sucinto, uma incubadora de empresas constitui um ambiente auxiliar e de apoio aos indivíduos com ideias boas e promissoras, mas que carecem de condições adequadas e apropriadas para a concretização de um negócio (Martins, *et al.*, 2019).

Na actualidade reconhece-se a incubadora como um meio de esclarecer às *start-ups* uma variedade de políticas económicas e sociais, que podem englobar apoio a pequenas empresas que demonstrem potencial em crescimento, criação de empregos e riqueza, promoção de inovação e transferência de tecnologia, impulso na ligação entre universidades e instituições de pesquisa e comunidade empresarial (Aernoudt, 2004).

As incubadoras de empresas, na perspectiva que desejamos enquadrá-las em Moçambique e de acordo com Bruneel, *et al.*, (2012), têm como objectivo a disponibilização de infra-estruturas com qualidade, serviços e apoio em gestão e, nos momentos mais recentes, o acesso às redes de empresas, de modo a facilitar parcerias e melhor conhecimento do mercado.

O historial de incubadoras de empresas pode ser colocado em três etapas ou gerações (Bruneel, *et al.*, 2012):

- A primeira geração, na década de 50, caracterizou-se pela oferta de valor em infra-estruturas, isto é, espaço físico de qualidade e financeiramente acessível, incluindo facilidades partilhadas, como salas de reuniões e equipamentos;
- A segunda geração, pelos anos 1980, debruçou-se mais em oferta de valor em serviços de desenvolvimento de empresas, através de formação, *mentoring* e *coaching*. Essa fase correspondeu à produção de inovação como o cerne de crescimento económico e,
- A terceira geração, e até aqui como a última, porque as mudanças no tempo, pela vertiginosa e desejada velocidade que levam as tecnologias de informação, a oferta de valor é caracterizada pela criatividade e acesso a redes de contacto que permitem a promoção dos produtos das incubadoras de negócios e melhor alcance ao mercado.

De facto, há décadas que em vários países, e com o suporte de regiões ou de universidades, existe consenso no interesse em incubadoras de negócios, no seu papel para a

sobrevivência de empresas emergentes, as designadas *start-ups*, sendo assim entendidas como “bolas mágicas” na prevenção de falência prematura das MPEs daí provenientes (Ogutu e Kilhonge, 2015).

A incubação de empresas como tal é caracterizada por 3 dimensões de base:

- **infra-estruturas** – O conceito de incubação de negócios tecnológicos está intrinsicamente ligado à infra-estruturas (Phan, *et al.*, 2005) estas normalmente ligadas ao espaço e a recursos partilhados, em que aos incubados é lhes proposta uma renda acessível. Contudo, para empresas ligadas a actividade agrária como as do nosso estudo, o espaço será uma parcela de terra arável, e os incubados podem ter como elementos de partilha o sistema de regas ou estufas.

- **Apoio às empresas** – As *start-ups* muitas vezes carecem de experiência em processos de gestão, ou mesmo em aspectos organizacionais adequados que permitem encarar situações inesperadas. Quando não devidamente preparadas nessas situações, as empresas iniciantes podem ver-se incapacitadas e desaparecerem de um modo prematuro, como os autores Ogutu e Kilhonge atrás se referiram. Um apoio empresarial, como um aconselhante experiente pode constituir um apoio fundamental, ajudando os novos empreendedores a contornar positivamente as dificuldades surgentes, dando assim, lugar a fases de sucesso (Davidsson e Honig, 2003; Colombo e Grilli, 2005). No nosso estudo pudemos constatar o quão importante é o apoio dos extensionistas, na orientação em como tratar das mudas, na preparação dos solos e na forma correcta de rega. Dadas as distâncias entre os incubados, a organização de *workshops* no ISEUNA teve uma eficácia enorme, porque foram oportunidades de aprendizagem comum e também de troca de experiências entre os incubados.

- **Acesso a redes** – aceder aos serviços empresariais profissionais ou a recursos financeiros travez de redes de contacto também estão ligados à característica de incubação de negócios (Hansen, *et al.*, 2000; Bøllingtoft e Ulhøi, 2005). O acesso às redes pode ser um meio para dinamizar os parceiros adequados, tanto fornecedores quanto clientes, ou mesmo investidores, dado que isso pode contribuir para melhor dar a conhecer o seu tipo de negócio (Lee and Osteryoung, 2004). Para os incubados dos

3 distritos em estudo foi importante a troca de experiências entre eles através de redes sociais, assim como em aceder aos extensionistas, mesmo que fosse por intermédio da Incubadora do ISEUNA, o que nos possibilitou manter registos em portfólios individuais. Por outro lado, a Incubadora estimulou a comunicação por redes entre os incubados e os PACEs já estabelecidos. Esse aspecto possibilitou cedência de serviços na preparação da terra por tractores e no escoamento ou transporte das colheitas para os mercados, meios esses só na posse dos PACEs próximos das *start-ups* incubadas.

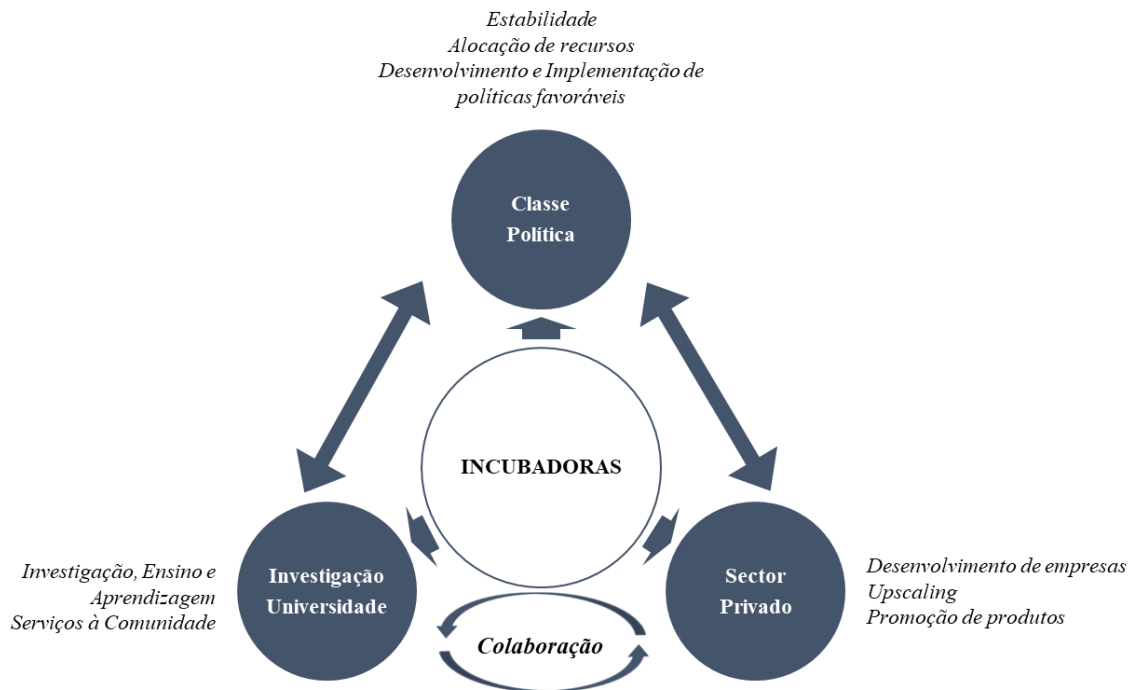
Incubadoras possuem um longo historial em países do Hemisfério Norte, como instrumentos no desenvolvimento económico. Em várias regiões dos EUA, do Canadá e da Alemanha procurou-se apoiar actividades inovadoras e criativas de jovens através de incubação, por se considerar o modo mais eficiente e inovador em rentabilizar o “capital”³⁹ intelectual, de gestão e financeiro para o sucesso dos empreendedores (Isabelle, 2013).

De início as incubadoras surgiram para facilitar a comercialização de inovações tecnológicas (Bowman-Upton, *et al.*, 1989), constituindo, assim um ambiente de auxílio na divulgação das novas iniciativas empresariais. Vendo quão importante seria apoiar as iniciativas dos inovadores, as universidades começaram a tomar a liderança em apoiar a materialização dessas inovações em todas as vertentes que possibilitassem o sucesso e a sustentabilidade das novas empresas daí surgidas, através da fixação de infra-estruturas de grandes empresas à volta dos estabelecimentos universitários, de modo a apoiar de perto as iniciativas inovadoras dos estudantes (Campbell e Allen, 1987).

Para que uma incubação de negócios prospere, são necessárias ligações com as universidades e centros de investigação, bem como com o sector privado e a classe política (Ozor, 2010). É através dessas ligações (**Figura 27**) que a missão de uma incubadora, no seu todo, pode ser realizada.

³⁹ Colocou-se a palavra “capital” de um modo destacado porque entende-se no seu significado primário como algo tangível e segundo o Dicionário da Língua Portuguesa Infopédia da Porto Editora (<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/capital> - consultado em 30/11/2022) Capital é *Dinheiro que constitui o fundo de uma indústria, sociedade comercial ou de um rendimento.*

Figura 27. A interligação das incubadoras com os diversos sectores públicos e privados



Fonte: Kwesiga (2010). Adaptado por Bell, V (2023).

Se formos a considerar as incubadoras, tendo em conta as formas de apoio que possuem para a sua formação, podemos colocá-las na seguinte arrumação:

There are different types of incubators namely: University based/linked incubators, Government (Public) run/supported incubators, private incubators, and corporate incubators. Business incubators are also classified by specialization sector e.g., Technology Incubator or mixed incubator catering for mixed tenants in different business sectors/industry. In addition, the business incubators differ in their structures, policies, tenants, management, funding and their outcomes in terms of; are they achieving the desired results they were created and best practice in incubation (Lalkaka, 2002; Amezcua, 2011; Al-Mubaraki, et al., 2012).

A incubação passa por três fases: a pré-incubação, a incubação propriamente dita e a pós-incubação (Gerlach e Brem, 2015). Nos vários projectos em que a incubadora esteve envolvida, a implementação dessas fases resultou na consolidação empresarial dos incubados, o que lhes permitiu garantir sustentabilidade nos seus negócios. A sua estrutura detalhada e

segundo o Centro de Inovação da Comissão Europeia (2010)⁴⁰ é apresentada do seguinte modo:

Pré-incubação – refere-se às actividades gerais necessárias para apoiar o potencial empreendedor em desenvolver a sua ideia de negócio, modelo de negócios e plano de negócios, para aumentar as possibilidades de chegar a ser *startup*. Geralmente implica uma primeira avaliação da ideia, formação, orientação e assistência directa necessária para colocar o cliente em condições de redigir um plano de negócios totalmente completo. As incubadoras afiliadas à universidade são geralmente pré-incubadoras;

Incubação - diz respeito ao apoio dado ao empreendedor desde o início como *start-up* até à fase de expansão. Normalmente, este é um processo de médio prazo, podendo ir até três anos de actividade da empresa recém-criada, que são os anos em que é seguro dizer se o novo empreendimento é bem-sucedido e tem uma boa possibilidade de se tornar uma empresa totalmente madura. As acções nesta fase são geralmente de acesso aos serviços de financiamento, *coaching* directo e *mentoring*, bem como serviços de logística e treino específico. Portanto, a incubação física, embora seja um serviço muito importante, é um subconjunto de todo o processo de incubação.

Pós-incubação - refere-se às actividades a serem realizadas quando a empresa atingir a fase de maturidade e, portanto, está pronta para evoluir de forma independente. É o momento em que, se foi incubada fisicamente, a empresa sairá da incubadora. Vários serviços podem ainda ser necessários para a nova MPE, por exemplo, para incrementar as suas vendas ou melhorar os seus processos produtivos, como serviços de internacionalização ou introdução de inovação através de actividades de aferição e detecção.

De um modo esquemático, essas três fases clássicas da actividade de incubação são apresentadas no guia prático das incubadoras de empresas inovadoras (*Smart Guide to Innovation-Based Incubators - IBI*), da Comissão Europeia (**Tabela 16**).

⁴⁰ European Commission. *The Smart Guide to Innovation-Based Incubators (IBI)*. Luxembourg: Publications Office of the European Union 2010 — 39 pp. — 21 x 29.7 cm ISBN 978-92-79-14859-0. doi: 10.2776/16668.

Tabela 16. Fases de Incubação

Pré-incubação	Incubação	Pós-incubação
<ul style="list-style-type: none"> ○ Avaliação da inovação ○ Elaboração do plano de negócios ○ Formação 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Acesso ao financiamento ○ Aconselhamento, orientação e formação ○ Alojamento físico, laboratórios e oficinas ○ Comercialização ○ Planeamento pormenorizado do negócio ○ Associação de parceiros comerciais 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Desenvolvimento comercial ○ Internacionalização ○ Agrupamento (<i>clustering</i>) ○ Contactos empresariais

Ideia de negócio	Empresa em fase de arranque (<i>start-up</i>)	PME sustentável
------------------	-------------------------------------------------	-----------------

Fonte: Tribunal de Contas Europeu com base no guia publicado pela Comissão, 2010.

2.9. Capacidade e Dinâmicas das Empresas

O objectivo de uma empresa é gerar retornos financeiros dos seus investimentos. As capacidades dinâmicas aplicadas nesse empreendimento por vezes podem estar enraizadas em certas rotinas de mudança (e.g. desenvolvimento de produtos ao longo de uma trajetória conhecida) e análise (e.g. de escolhas de investimento).

Contudo, elas são mais comumente enraizadas em actos de gestão, como, na obtenção, ou conquista de mais mercados. Elas reflectem a velocidade e o grau em que os recursos ou competências peculiares da empresa podem ser alinhados e realinhados para corresponder às oportunidades e requisitos do ambiente de negócios.

Nessa perspectiva, Teece, *et al.*, (1997; 1998) definem capacidades dinâmicas de uma empresa como as suas aptidões de integrar, construir e reconfigurar recursos ou competências internos e externos, para atender e moldar ambientes de negócios em rápidas mudanças, devido à globalização. No entanto, essas capacidades não são adquiridas em troca de algum valor, mas sim, devem ser construídas.

As competências básicas de uma empresa, se bem apuradas e aperfeiçoadas pela excepcionalidade dos seus gestores, permitem que ela desempenhe com eficiência as actividades que se propõem realizar. No entanto, se a empresa está envolvida na produção de algo diferenciado, que atenda o segmento de mercado adequado, ou se os seus planos futuros são adequados às necessidades do consumidor, diremos que isso é determinado pelas suas capacidades dinâmicas.

No nosso trabalho de pesquisa foram utilizadas três dimensões de análise para a medição do desempenho das empresas agrárias que tenham passado pelo processo de incubação ou não, sendo elas *inovação*, *solidez financeira* e *capacidade de gestão*.

2.9.1. Capacidade de Inovação

A capacidade de inovação pode ser vista como a habilidade empresarial de extrair conhecimento do desenvolvimento equilibrado das actividades rotineiras de pesquisa (*mainstream*) e das actividades de exploração inovadora (*newstream*). Esse desenvolvimento equilibrado é determinado pelos factores visão e estratégia, aproveitamento da competência base da empresa, inteligência organizacional, gestão de criatividade e ideias, estrutura organizacional e sistemas, cultura e clima e gestão da tecnologia disponibilizada (Lawson e Samson, 2001).

Desse modo, a capacidade de inovação apresenta-se como um conjunto de factores dentro das empresas e que quando são conjugados de um modo eficaz fazem com que o processo de inovação gere novos produtos ou serviços. Essa gênese de novos produtos pode assim, ser caracterizado como resultante do uso das capacidades dinâmicas (Winter, 2003).

Os incubados em estudo no Distrito de Rapale, dada a incidência à luz do sol e às temperaturas elevadas, adoptaram o sistema de estufas na produção das várias espécies de hortícolas. Como uma acção a curto prazo e a depender dos rendimentos que forem acumulando, pretendem adoptar o sistema de rega gota-a-gota, pelo que já adquiriram a tubagem necessária, estando em curso a aquisição do equipamento de temporizador.

O acto de uma empresa, ou um indivíduo, produzir um bem ou serviço que seja novo para si, significa que está a operar uma mudança tecnológica e quando esses novos produtos fazem surgir lucros fora do comum no mercado, então são denominados de inovações (Freeman, 1998).

Ora, nesse processo de inovação estamos perante uma interacção constante, em que o indivíduo, ou a empresa, adquire novo conhecimento pela sua experiência nos processos de desenvolvimento ou pesquisa, produção e comercialização. Para além de aprender também pelas relações de parceria com fontes externas, isto é, com os seus fornecedores, clientes e outras instituições como universidades e até com os seus concorrentes. Portanto, todos os momentos de interacção são capitalizados para a aprendizagem.

2.9.2. Capacidade Financeira

A administração financeira é um dos aspectos mais importantes para a sobrevivência de qualquer negócio e em particular em empresas novas no mercado. As que estiverem em posição financeira sólida podem usar os seus próprios fundos para maximizar o valor da organização. Mesmo que tenham que usar fundos de terceiros, como instituições de financeiras, folgadoamente e de um modo hábil, podem otimizar todos os seus recursos (Weston e Brigham, 2000).

As *start-ups* integradas no processo de incubação no ISEUNA puderam ter momentos de aprendizagem em gestão financeira, na elaboração dos seus Planos Financeiros, tendo assim tido a oportunidade de partilhar a discussão de *itens* como mapa de fluxo de caixa, Diário, Balancete, Balanço e Demonstração dos Resultados, este considerado como a “saúde” de uma empresa e daí poder se decidir sobre a sua viabilidade, na fase da sua estruturação.

2.9.3. Capacidade de Gestão

Para uma empresa que tenha como foco a inovação, torna-se imprescindível que priorize ter no seu seio quadros qualificados, porque é com esses recursos fundamentais que

pode ter o domínio e desenvolvimento de novas tecnologias, para além de ter a destreza de identificar devidamente as necessidades do mercado e dos clientes. Para isso, são importantes as capacidades de gestão dos membros da empresa.

Para as empresas do ramo agrário, e em particular na Província de Nampula, o factor gestão criteriosa não é considerado como sendo uma prioridade. Capacidades em gestão possibilitam que uma empresa se preocupe com o aspecto de investigação para o aumento da qualidade dos seus produtos, para além de permitir o uso tecnologias de vanguarda, com o objectivo de aumentar a produção e a produtividade, através de uma constante actualização dos seus trabalhadores.

A capacidade de gestão pode ser conseguida através de aprendizagem e capacitação em gestão, em que se adquirem novos conhecimentos, atitudes e valores no trabalho, para além de se consolidar a capacidade de análise de problemas, de decisão e liderança e de encarar os riscos e as incertezas (Motta, 2001).

Para os incubados agrários do ISEUNA e em particular os instalados no Distrito de Rapale (**Figura 28**) e que se dedicam à produção de hortícolas, como estão agrupados numa área comum com cerca de 10 ha, decidiram que o momento de colocação das mudas deveria ser espaçado em, pelo menos, 10 a 15 dias entre eles, de modo a que a colheita não seja em simultâneo, evitando assim excesso de produto da mesma origem e garantindo, por outro lado, o prolongamento de fornecimento ao mercado.

Figura 28. Alguns dos incubados de Rapale, numa das produções de tomate.



Fonte: Autor, 2023

Na culminação de formação das *start-ups* incubadas no ISEUNA em produção agrária e agro-negócio, os mesmos puderam ter a oportunidade de elaborar os seus Planos de Negócio, momentos que foram importantes para compreenderem mais profundamente em como poderiam implementar cada fase das suas ideias empresariais, aspecto aliado à compreensão da gestão financeira obtida na respectiva capacitação.

2.10. Incubação Agrária como Meio Catalítico para o Desenvolvimento do Empreendedorismo Rural

É manifesta a intenção dos decisores em obter o desenvolvimento económico e alguns, para o conseguir, promovem o empreendedorismo através de incubação de empresas (Bergek e Normann, 2008). Outrossim, sabe-se que qualquer novo empreendedor está exposto a diversos desafios, que vão desde o iniciar da actividade, na fase de crescimento do seu negócio e até para a sua continuidade e sustentabilidade.

O leque de desafios constrangedores estende-se desde a carga tributária, à falta de estímulo de crédito ou de fontes de financiamento apropriadas, competências adequadas no sector e em gestão, burocracia excessiva, dificuldade em identificar infra-estruturas condignas, para além de aspectos sociais e culturais e mercado cada vez mais livre e exigente.

Para os países com economias de pouca consistência como Moçambique, esses desafios podem ir desde regulamentações laborais e de mercados para os produtos ou serviços, obtenção de fontes apropriadas de financiamento, formação e habilidades nos empreendedores e mesmo dificuldade em conseguir infra-estruturas adequadas para as suas actividades (Shanfari, 2012).

Os desafios a que os pequenos negócios estão expostos podem mesmo ditar a sua “mortalidade” precoce, ou seja, o facto de os novos empreendedores não possuírem capacidades de poder negociar devidamente, ou conseguir soluções para esses desafios pode levar a que a sua sobrevivência não se observe (Masutha e Rogerson, 2014). É, pois, nesse contexto que abordamos a pertinência das incubadoras de empresas no sector agrário, como agentes no apoio aos camponeses e pequenos agricultores a superar as várias dificuldades no seu percurso.

Essas práticas permitem a partilha de conhecimento técnico e científico no meio rural, apoio administrativo, jurídico, e financeiro, o que leva à inclusão e ao empoderamento das comunidades, o direito à igualdade de oportunidades para as mulheres, dado que a população desta região do Norte do país é maioritariamente do género feminino⁴¹. Pois, Paulo Freire (1992) já afirmava o seguinte:

Discutir com camponeses que as universidades estão comprovando alguns de seus saberes é tarefa política de alta importância pedagógica. Estes debates podem ajudar as classes populares a ganhar autoconfiança ou a aumentar o grau de confiança em que já se achem. Confiança em si mesmas tão indispensável à sua luta por um mundo melhor [...].

Muitas MPEs vêm a sua existência encurtada prematuramente, dado que os seus proprietários ainda estão numa fase incipiente em competências e habilidades para saber negociar e obter soluções perante esses múltiplos desafios, para além de ser muito comum os jovens empreendedores estarem tentados a efectuar desvio de aplicações quando na posse valores monetários.

Essas situações adversas tornam-se avolumadas quando se trata de iniciativas empresariais do sector agrário. Nesse contexto, alguns autores (Zhao, *et al.*, 2017) propõem mecanismos de políticas públicas que apoiam a inovação e o crescimento empresarial rural em modelos de incubação de empresas.

Não ousamos neste trabalho, colocar de um modo consequente que de um dado adquirido se tratasse, de que a adopção do paradigma de incubação de empresas se apresente como uma solução apropriada para a maturidade, o crescimento e a manutenção das MPEs de índole rural. Estamos cientes de que o actual mercado é incapaz de viabilizar todas as novas empresas que emergem muitas vezes num ambiente de incertezas e muito mais quando se trata da actividade agrária.

Incubação empresarial é um processo de desenvolvimento de negócios, usado para um crescimento com sucesso e garantindo sobrevivência, em que se criem empreendimentos sustentáveis que contribuem para o desenvolvimento económico de uma economia saudável. O

⁴¹ IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017. <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/censo-2017-brochura-dos-resultados-definitivos-do-iv-rgph-nacional.pdf>.

processo de incubação bem-sucedido envolve um ambiente de apoio, no qual novos empreendimentos podem desenvolver-se e atingir o seu potencial de crescimento, para além de se proporcionar acesso a uma ampla gama de recursos de desenvolvimento de negócios e serviços personalizados (Al-Mubarak e Busler, 2012).

Incubadoras de empresas são organizações dinâmicas, flexíveis e ambientes propícios onde novos empreendedores (*start-ups*) são encorajados, em que ideias para comercialização são desenvolvidas, proporcionando assim, actividades lucrativas, sustentáveis e crescentes e com condições para poderem enfrentar a dura realidade do ambiente de negócios e altos custos iniciais. As incubadoras disponibilizam serviços de formação, orientação e suporte empresarial (Ogutu e Kilhonge, 2015).

Do nosso ponto de vista, há quem verifica um “vazio” entre uma concepção ou ideia e a sua transformação em empresa e inserção no mercado. Perante esse desfasamento, sugere-se que, durante essa fase embrionária, se torne importante uma infra-estrutura de apoio adequada aos potenciais novos negócios, podendo ser suprida por incubadoras de empresas.

Podemos, assim, afirmar que o objectivo da incubação é aumentar as oportunidades de sucesso de um negócio, sendo uma das consequências e preocupações nesse ambiente o nível de emprego/desemprego e o foco dos negócios criados no atendimento ao consumidor final, para além dos ganhos que podem provir pela inovação tecnológica no próprio processo de incubação agrícola, tanto na produção quanto na cadeia de valores do agro-negócio.

E mais se pode acrescentar que uma incubadora de empresas ajuda a promover o crescimento de novos negócios numa comunidade local. Do nosso ponto de vista, ao ajudar o empresário a iniciar um novo negócio na região, a comunidade usufrui dos benefícios em termos de aumento de conhecimento, das oportunidades de emprego, da receita adicional, e da prosperidade que fluem para essa mesma região, devido a esses novos negócios. Portanto, o papel das incubadoras de empresas pode ser considerado como um dos promotores do crescimento económico e daí o de desenvolvimento social.

Infra-estruturas apropriadas, políticas e regulamentos eficazes e o acesso ao financiamento adequado são facilitadores críticos para que se estabeleça um empreendimento

sustentável. Além disso, o acesso e a adoção da inovação, juntamente com as habilidades empreendedoras, são fundamentais para um progresso eficaz.

A incubação de empresas pode constituir uma abordagem para que se permita a criação de *start-ups* e o crescimento de empresas inovadoras. E ainda se afirma que o seu propósito fundamental é evitar a extinção de empresas num ambiente competitivo, tornando-as independentes e sustentáveis, auxiliando na transação de produtos e serviços geralmente ligados às novas tecnologias. Para além do impacto imediato na criação de empresas e empregos, as incubadoras de empresas podem ser instrumentos cruciais de mudança em inovação e empreendedorismo.

Admitimos que o empreendedorismo, como impulsionador de economia, tem sido matéria de interesse para muitos estudos e vários governos. Por outro lado, podemos enquadrá-lo como um processo dinâmico de criação de riqueza progressiva e com tomada de decisões que, às vezes acarretam riscos de vária índole.

O surgimento de MPEs em Moçambique tem sido por iniciativas que levam consigo muitos riscos de sobrevivência. Contudo, no âmbito da Agenda 2025, existem documentos que exortam e incentivam a criação de empresas empreendedoras como Estratégias e Visão da Nação⁴², em que consta como uma das prioridades da Nação a Estratégia para o Desenvolvimento das MPEs em Moçambique⁴³.

Como um dos exemplos dessas iniciativas, o Governo de Moçambique, com o apoio do Executivo Indiano e através do Instituto para a Promoção de Pequenas e Médias Empresas (IPEME), inaugurou, nos finais de Abril de 2020, uma incubadora de empresas na província de Manica. Trata-se de uma plataforma de promoção, formação, assistência de micro, pequenos e médios negócios (MPMEs) e de intermediação e demonstração tecnológica simples e adequada ao meio rural⁴⁴.

Numa visão holística, o desenvolvimento económico de um país resulta da contribuição e do esforço de diversos agentes da sociedade e em diversificados sectores de

⁴² www.mpd.gov.mz. Acedido a 20/08/2022

⁴³ www.ipeme.gov.mz. Acedido a 20/08/2022.

⁴⁴ Reportagem de Evaristo Chilingue, periódico *online* Cartamz: <https://cartamz.com/index.php/empresas-marcas-e-pessoas/item/5020-manica-ja-tem-incubadora-de-pequenas-e-medias-empresas>. Acedido a 20/08/2022.

actividade, com destaque para as MPEs. Estas possuem um papel de grande importância, dado que estão no cerne de desenvolvimento, por gerarem empregos, disponibilizarem produtos e serviços e tornarem real a contribuição fiscal, dinamizando assim a economia.

A agricultura familiar representa uma grande fatia do PIB, do valor acrescentado e do emprego, e, por norma, conseguem ser mais resilientes em tempos de crise, contribuindo, assim, para o robustecimento da economia. O sistema fiscal moçambicano tributa, separadamente, o rendimento, o consumo e o património, mas em função dos tipos de contribuintes. O micro produtor familiar usualmente nem está colectado, porque o excedente da sua produção é colocado no mercado de um modo informal, situação que o GdM pretende ver alterada, através da AT.

Ora, no nosso trabalho de pesquisa, procuramos abordar, como objectivo primordial, a aplicação da incubação empresarial na perspectiva agrária. Desse modo, colocamos a incubação em agro-negócio no contexto de desenvolvimento da agricultura, da comercialização e da própria cadeia de valores do sector agrário.

2.11. Perspectivas do Agro-negócio em Moçambique como uma Força Orientadora para os Agricultores Familiares

Embora a história da Agricultura se considere com mais de 12.000 anos, curiosamente, os debates sobre a sua eficácia e produtividade permanecem como temas que ainda carecem de posições comuns satisfatórias (Guina, *et al.*, 2023). África detém mais de 50% das terras aráveis produtivas não utilizadas do mundo e reservas de água notáveis, mas inexploradas. Contudo, isso não tem garantido soluções definitivas, pois os governos, líderes comunitários e empresários africanos têm sido privados de motivações e ambições necessárias, factores que podem impulsionar o desenvolvimento do continente.

Os diversos produtos agrícolas comerciáveis (“*commodities*”) de África (e.g. café, chá, cacau, algodão, açúcar, tabaco, nozes, frutas tropicais), com pouco ou nenhum processamento envolvido, são exportados para multinacionais (Fox e Jayne, 2020).

No entanto, os produtos processados de que o continente necessita, sendo alguns agrícolas e pecuários, são importados e a preços alarmantes. Note-se, porém, que a África Subsaariana tem vindo a crescer na exportação agrícola, com um *superavit* comercial⁴⁵, o que torna o panorama mercantil um pouco complexo.

A África Subsaariana (ASS) enfrenta quatro desafios básicos: crise alimentar global, mudanças climáticas extremas, custos crescentes de energia e pobreza contínua. A agricultura sustentável com o objectivo de atender as necessidades da comunidade só pode ser alcançada evitando a monocultura, praticando a rotação de culturas agrícolas e usando fertilizantes naturais (Hazel e Wood, 2007).

No entanto, o actual cenário do modelo global de desenvolvimento agrícola é articulado exatamente no oposto, ou seja, alta especialização, menor diversidade e uso intensivo de agrotóxicos, e todas essas práticas conduzem a desigualdades, ao aumento das diferenças sociais, para além da degradação ambiental (Hazel e Wood, 2007; Fogaça, 2011).

Moçambique, apesar de ser considerado um país frágil e ter-se comprometido ao crescimento económico, como um desafio essencial a assumir, tem vindo a proporcionar níveis de vida adequados aos rendimentos e à resiliência das comunidades do meio rural. Na verdade, é um dos países com crescimento mais rápido *per capita* na ASS, mas esse crescimento não tem sido amplamente partilhado para todos os seus cidadãos e a desigualdade de renda tem sido crescente (Banco Mundial, 2021).

Moçambique, abençoado que é por longa costa marítima e abundantes terras aráveis e pouco degradadas, todos os métodos de agricultura são praticados em todo o país, mas a forma dominante e preferencial ainda é baseada na agricultura e pesca de tipo de sobrevivência. Algumas Províncias especializam-se em certas culturas para fins comerciais, enquanto outras produzem as mesmas culturas como uma mera actividade agrícola de subsistência, em escalas e tamanhos diferentes (Coughlin, 2006).

⁴⁵ *Superavit* comercial é a designação que se dá quando a balança comercial de um país é positiva

Cerca de 1,3 bilhão de toneladas de alimentos pós-colheita, em todos os pontos da cadeia de abastecimento, são perdidos a cada ano em todo o mundo, principalmente devido à falta de instalações de refrigeração, e o problema é particularmente grave na ASS, com mais de um terço (37%) de alimentos perdidos, principalmente devido a deficiente e desorganizada cadeia de abastecimento (FAO, 2011).

As conexões entre ecossistemas de actores empresariais bem estabelecidos e *start-ups* são importantes porque podem ajudar a trazer algumas dessas soluções para os clientes que não seriam capazes de fazê-los sem apoio. Para impulsionar o desenvolvimento dos agro-negócios em África, a maior área de livre comércio do mundo, é necessário atualizar as cadeias de valor informais e vinculá-las às cadeias de valor formais (UNIDO, 2011).

Podemos afirmar que o emprego na actividade agrícola é uma referência fundamental como indicador em desenvolvimento, pois com o aumento nos salários, a cota da força de trabalho na agricultura diminui à medida que os sistemas agrícolas se tornam mais eficazes e lucrativos e as pessoas se deslocam para outros sectores, como indústria e serviços.

Para tornar viável o potencial das empresas agrárias africanas, privadas ou estatais, é necessário priorizar a sua capacitação, de modo a permitir a manifestação do seu enorme potencial agrícola amplamente inexplorado, aumentando as suas taxas de crescimento, criando mais empregos, redução significativamente da pobreza, e assim produzir mais alimentos nutritivos e baratos o suficiente (Banco Mundial, 2022b).

Torna-se necessário apoiar e vincular os pequenos produtores familiares e pequenos empreendimentos às cadeias produtivas de valor, tentando converter a agricultura de produção com acesso a mercados de maior valor num agro-negócio integrado rentável, garantindo assim a segurança alimentar (Hidayati, *et al.*, 2021).

O bem-estar económico e a qualidade de vida de uma comunidade são o resultado das contribuições e esforços de múltiplos actores colocados em diferentes níveis e sectores de actividades. As MPEs são actores-chave, mas não são um grupo homogéneo; no entanto, a maioria dos pequenos produtores familiares existentes está fora de disputa se não se agruparem

em cooperativas ou outras formas de associações de mercados especializados (Valentinov, 2007).

Podemos afirmar que as ofertas e a dinâmicas naturais do mercado não são suficientes para promover o empreendedorismo, uma vez que os ambientes institucionais e regulatórios em que estão inseridos constituem um adicional para uma implantação bem-sucedida de projectos e negócios. No atual cenário de incertezas, os agricultores familiares necessitam de organizar-se, se possível, em parceria com empreendimentos maiores visando a cooperação com a integração de diferentes culturas produtivas, fortalecendo iniciativas e sistemas locais.

A FAO e várias outras organizações internacionais, assim como outros quadrantes das sociedades, como políticos, técnicos estatais têm procurado dar o seu contributo complementar à ciência “a um processo de construção da categoria sócio-profissional do agricultor familiar e dos respectivos quadros institucionais [...] marcadores dos sinais positivos que passaram a ser associados ao termo *agricultura familiar*” (Neves, 2007).

Os múltiplos actores sociais empenhados em consagrar um certo modo de conceber o mundo social dão um grande complemento sobre a participação activa da luta simbólica pelos princípios de visão e de divisão desse mundo, “lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos” (Caume, 2009).

O modo de ligação do desenvolvimento das cadeias produtivas e do agro-negócio pode levar à selecção ou à exclusão de alguns agricultores, pois que, os instrumentos de trabalho tendem a ser de diferentes níveis de evolução, pelo factor-custo. Por outro lado, a notória característica do agro-negócio de vertente comercial, pela sua primazia em monoculturas de grande escala e pelo massivo uso de pesticidas, às vezes sem responsabilização nos danos ambientais, levam ao aumento do desemprego rural pela mecanização agrária, atrofiando assim a agricultura de índole familiar (Stedile, 2007).

É nosso entendimento desmistificar os equívocos conceptuais entre a agricultura familiar e o agro-negócio, porque com a aceitação da globalização por quase todas as sociedades permite-se essa construção dualista e “antagónica”. Talvez isso se deva à falta de

rigor no uso de conceitos em ciências sociais e económicas. Afirmaríamos que estamos perante processos e fenómenos sócio-económicos distintos e não comparáveis. E isso remete-nos a uma discussão, não definitiva, do que é o agro-negócio e o que é a agricultura familiar, do ponto de vista científico e sobre as relações que podem ser estabelecidas entre eles.

Em 1957, os economistas Norte-americanos J. H. Davis e R. A. Goldberg introduziram o conceito de Agro-negócio (*Agribusiness*) como “*the sum total of the operations involved in the manufacture and distribution of agricultural inputs; production operations on the farm; and the storage, processing and distribution of agricultural products and items made from them*”⁴⁶. Nesta conceptualização, reconhece-se o papel da agricultura na disponibilização dos alimentos como parte de uma vasta rede de actores económicos, que se estende desde a produção até à distribuição de produtos agrícolas (Zylbersztajn, 2005).

Ao referirmo-nos a agro-negócio estamos a introduzir um significado de evolução paulatina das actividades agro-pecuárias que se aliam a outros sectores económicos, a vários actores de um mesmo processo integrador, como fabricantes de máquinas alfaia, agricultores, insumos agrícolas, processadores de produtos agrários, entidades financeiras, comerciantes, as entidades estatais, o transportadores e agentes de logística e até os próprios consumidores (Jackson, 1968).

Com esse conceito de agro-negócio, os autores Davis e Goldberg (1957) queriam transferir a ideia da agricultura das suas tradicionais funções com um segmento reduzido, para um processo que engloba outros sectores da economia. Essa passagem gradual tem, no nosso entender, a ver com o crescimento urbano e daí a necessidade crescente em produtos alimentares, nesses aglomerados habitacionais, provenientes da produção agrária rural.

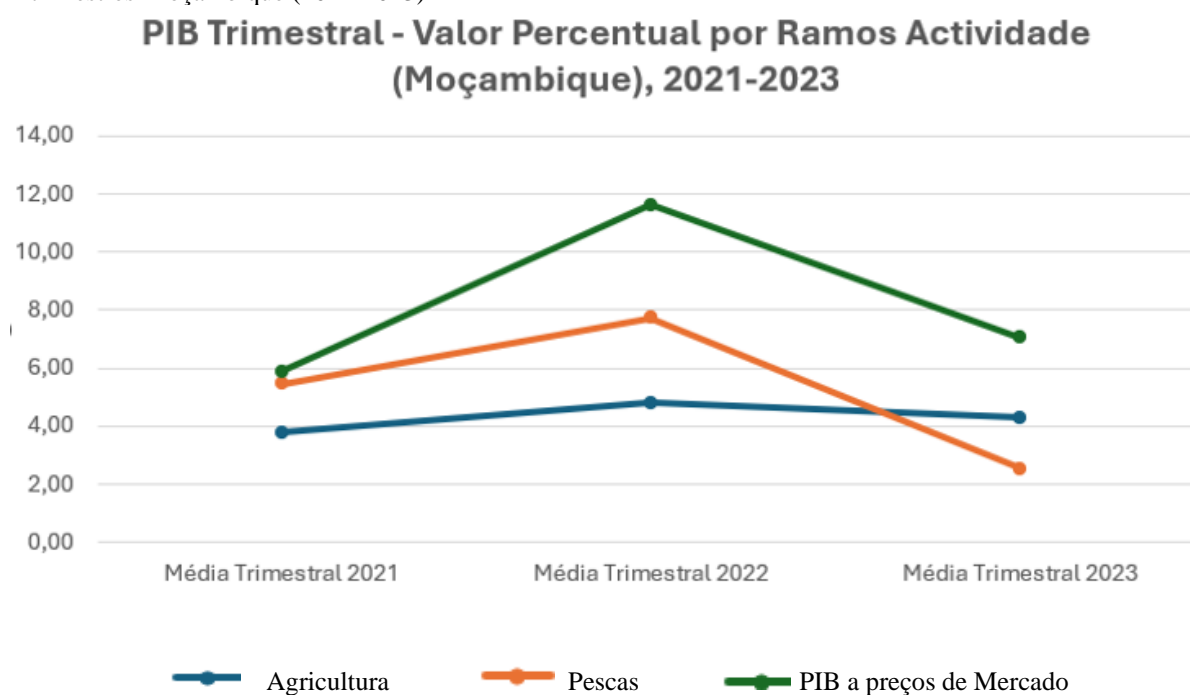
Mais tarde, Goldberg (1968) analisa um conjunto de sistemas de *commodities* (e.g. trigo, soja e laranja) e avança da descrição da economia do agro-negócio total para uma análise esquemática da estrutura e desempenho apresentados em um constante processo de mudanças.

⁴⁶ Tradução do autor: A soma de todas as operações envolvidas no processamento e na distribuição dos insumos agropecuários, as operações de produção na fazenda; o armazenamento, o processamento e a distribuição dos produtos agrícolas e os seus derivados.”

Pode-se dizer que o conceito de Agro-negócio abre a fase de transição da concepção da agricultura como uma indústria relativamente independente, na medida em que o agricultor poderia operar desvinculado de outras indústrias para uma modalidade em que se passa a considerar as relações de dependência dessa indústria tanto a montante quanto a jusante. Deste ponto de vista, as actividades agro-pecuárias estão conectadas a uma ampla rede de outros actores envolvidos na produção de insumos, transformação industrial para armazenamento e distribuição de produtos agrícolas e seus derivados (Batalha e Silva, 2007).

Segundo o Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA, 2011-2020), Moçambique tem sido um dos países do continente africano com desempenho económico positivo de destaque. No entanto, devido a vários factores de índole humana e natural, tanto na agricultura, quanto na Pesca, os valores percentuais em volumes de PIB trimestral acumulado tiveram uma variação acentuada, entre 2021 e 2023, segundo os dados do INE⁴⁷ (Figura 29).

Figura 29. PIB Trimestral por Ramos de Actividade: Valores percentuais em volumes acumulados nos últimos 4 trimestres-Moçambique (2021-2023)



Fonte: INE (2023)

⁴⁷ Do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2023).

Pelas condições naturais do território moçambicano, o sector agrário tem sido o pilar anunciado para a sustentabilidade da economia nacional e pelos dados do Banco Mundial (2022), cerca de 70% da população activa do país é rural e dedica-se à produção agrária⁴⁸. Dadas as suas condições favoráveis, o sector de agro-negócio tem estado em crescimento, mas, ainda muito aquém do que se poderia aproveitar.

A agricultura, para que não caiamos no errático marasmo de confundir-la com agro-negócio por força da globalização, é muito mais do que a sua parte integrada nas cadeias produtivas, dado que é dela que provêm os produtos alimentares e outros, a cultura humana e a gestão do ambiente. Sumarizando, a agricultura deve ser encarada como a actividade humana que gere o ambiente, proporciona alimentos e gera lucros.

Ao invés do que se conceituava no Séc. XX, a agricultura ainda continua a ter uma importância fundamental na economia e na sociedade. E mais se acrescenta que, o actual modelo de agricultura tem tido um grande contributo na produção de alimentos (Mazoyer e Roudart, 2001).

Por outro lado, a agricultura era vista somente numa perspectiva de um conjunto de procedimentos independentes que, quando realizados seguindo uma certa sequência tinham como resultado um produto apropriado para o circuito comercial, o que se designa também por cadeias produtivas (Zylbersztajn, *et al.*, 1993).

A estruturação dessas cadeias produtivas, consideradas como sistemas interligados à produção agrícola, à transformação de um modo industrial e à distribuição dos produtos finais, veio dar mais ênfase a ideia de industrialização da agricultura e dos sistemas agro-industriais, o que Goldberg (1968) designou de *agro-negócio* (Heredia, *et al.*, 2010).

A gestão do ambiente a que nos referimentos pode apresentar-se sobre vários aspectos, pois que, a espécie humana lida com florestas, plantas e animais, donde retira do que necessita para a sua sobrevivência, dependendo das religiões, culturas locais, costumes e hábitos

⁴⁸ Banco Mundial, *Relatório de Desenvolvimento Mundial*, 2022.

<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/36883/211730ovPT.pdf>. Acedido em 17/11/2022.

alimentares para além do interesse económico, que garante a aquisição de outros bens que moldam as sociedades.

A ambiguidade que, por vezes surge e que chega a colocar a agricultura à condição de agro-negócio pode influenciar e limitá-la na sua nobre função como garante da segurança alimentar dos povos. Ora, vejamos: o objectivo primário do agro-negócio não é o de alimentar a humanidade e nem o de valorização dos aspectos culturais, mas sim, o de lucros surgidos ao longo das cadeias de produção e pelo acesso aos mercados facilitados pela globalização. Essa perspectiva economicista está assente na caduca visão de “crescimento económico” do Séc. XVIII e apresentada por Adam Smith⁴⁹

Dada a multifacetada forma que o ambiente se apresenta, no tempo e no espaço, as técnicas usadas para a agricultura são diversificadas, assim como os sistemas de produção e da organização social a isso ligado e essa heterogeneidade verifica-se em todo o nosso planeta (Ploeg, 2008). Contudo, em todos os espaços identificamos sempre agricultores tradicionais, de índole familiar, que não seguem o modelo de agricultura moderna e esse grupo é o que existe em maior número e como nos referimos atrás, é o que disponibiliza mais alimentos à sociedade (Dal Soglio, 2016).

Mesmo estando nós na era de diversos debates sobre o desenvolvimento sustentável⁵⁰ e o desenvolvimento humano⁵¹, a realidade é que parte considerável dos investimentos são aplicados para a modernização da agricultura, assim como os respectivos processos produtivos, porque é daí que provêm os alimentos, condição associada à nossa necessidade biológica primária.

⁴⁹ Adam Smith (1723-1790) propõe um modelo de crescimento económico que estaria baseado na tendência humana de buscar os seus próprios interesses acima dos interesses colectivos. Segundo essa visão clássica, os países devem buscar o “crescimento sustentado”, o qual pode ser medido pelo aumento do Produto Interno Bruto (PIB).

⁵⁰ O conceito de *desenvolvimento sustentável* incorpora as variáveis ambientais, além de indicadores de renda, saúde e educação, visando a “satisfazer as necessidades atuais, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas necessidades”, conforme propõe o Relatório Brundtland (*Nosso Futuro Comum*, 1991). Para que isso seja possível, é preciso ampliar os horizontes para além da sociedade humana, assumindo o planeta inteiro como centro dos nossos interesses.

⁵¹ Ainda na segunda metade do século XX é desencadeado o debate sobre a necessidade de que os países persigam um desenvolvimento humano buscando o interesse das pessoas em geral. A esse debate, Amartya Sen trouxe relevante contribuição com sua visão de “desenvolvimento como liberdade”; e, actualmente, para avaliar os níveis de desenvolvimento, é adoptado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que incorpora indicadores de renda, saúde e educação.

O processo produtivo, considerado aqui num dualismo de âmbito familiar (agricultura familiar) e de carácter patronal ou capitalista (agro-negócio) pode constituir um obstáculo epistemológico à compreensão de algo naturalmente diversificado e complexo, pelo modo imposto dos seus conceitos, que mais parecem modelos sociais de produção pré-concebidos.

Nessa senda, se afirma que essa forma simplista a que são colocados esses dois modelos de produção, na sua polaridade e diversidade social como os “dois únicos modos de articulação; como duas exclusivas e contrapostas formas de atribuição de sentidos às acções sociais”, pode induzir aos investigadores sociais a não alcançarem uma sensibilidade abrangente de quão diversificadas podem ser as razões do *modus operandi* e objectividade dos agricultores (Neves, 1995).

Em Ciências Sociais, sempre foi intrigante diferenciar o conceito do real.

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista, e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenómenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo do pensamento. Torna-se impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceptual, pois trata-se de uma utopia.” (Weber, 1997).

Weber introduz o instrumental metodológico dos “tipos ideais”, na intenção de que existem limitações ao pleno conhecimento do real e que os conceitos nunca podem ser a imagem da realidade. Segundo este sociólogo, os tipos ideais servem como parâmetro de observação, para comparar entre o observado e a abstracção teórica. Num pressuposto epistémico ele afirmava que “todo o conhecimento reflexivo infinito realizado por um espírito humano, finito, se baseia na premissa tácita de que apenas um fragmento dessa realidade poderá constituir cada vez o objecto da compreensão científica” (Lassman, 1977).

Nessa reflexão, o agro-negócio não deve ser considerado como algo natural, já configurado e pré-existente, na condição de ser desvelado na aplicação de um método científico. Podemos, sim, considerá-lo como resultado da aplicação de várias áreas de conhecimento, como a economia, a sociologia e a administração e, dos objectivos traçados por um sistema governamental, o que constitui em sùmula, uma combinação que pode resultar no objecto científico denominado “agro-negócio”.

Sendo em Moçambique a terra pertença do Estado, é cedida aos cidadãos para a sua exploração. Isso constitui democratização de acesso à terra. Contudo, em Moçambique, a monitoria da aplicação da respectiva lei não tem sido do próprio Estado, talvez por uma certa leviandade que lhe permita, em certos casos, a sua não aplicação, quando os requerentes à sua posse são para aquisição de grandes extensões. Em muitos casos destes, é notório o não respeito dos seus titulares consuetudinários.

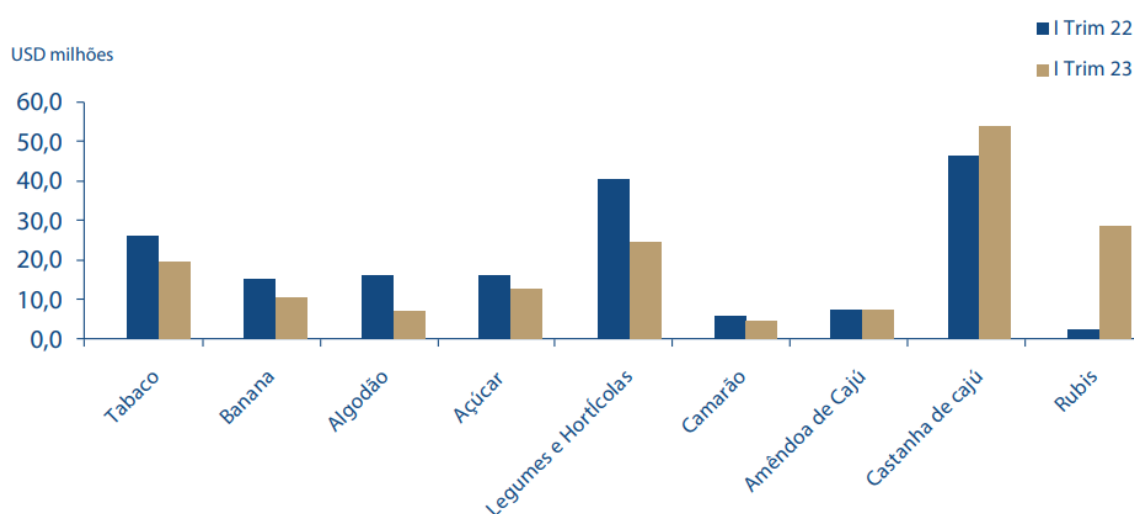
Note-se, no entanto que, o que diferencia um sistema de produção agrícola familiar do de agro-negócio não é o tamanho de terra explorada, mas sim, pelas relações sociais existentes no processo de produção. Enquanto o agro-negócio está primariamente virado para o mercado, a agricultura familiar caracteriza-se como uma produção virada para a subsistência e que só se vira para o mercado em caso de haver excedentes (Sitoe, 2005).

Cerca de 75% da população moçambicana dedica-se a agricultura familiar, que constitui a sua e única actividade económica. Este sector da agricultura, em que os seus operadores são os próprios membros das famílias, consistem, essencialmente, em pequenas explorações, sendo no máximo uma ocupação de 2 a 5 ha (Mosca, 2014).

Segundo o MINAG⁵² (2013), as províncias com maior potencial agrícola do país são as do Centro e Norte, com solos férteis e chuvas abundantes e regulares o que permite produções com excedentes. Segundo o relatório do Banco de Moçambique, da balança de pagamentos do primeiro trimestre de 2023, os ganhos com as vendas dos produtos da economia moçambicana decresceram em 5,1%, com destaque para os produtos agrícolas que reduziram em 21,7%, excluindo os Grandes Projectos (BM, 2023). As exportações dos principais produtos tradicionais do País no período em análise ainda estão muito aquém do desejado (**Figura 30**).

⁵² Ministério da Agricultura de Moçambique.

Figura 30. Exportações dos Produtos Tradicionais (Milhões de Dólares).



Fonte: Banco de Moçambique, 2023.

Em Moçambique, agricultura familiar tem sofrido grandes alterações nas suas formas de produção, sobretudo pela substituição, em muitos casos, de meios de produção, maior aplicação de capital familiar e utilização de fertilizantes (Mosca, 2014). E desde os finais da segunda década de 2000, o próprio Estado tem incentivado os produtores familiares a intensificar a produção, através do Programa SUSTENTA.

Nessa perspectiva, o MADER coloca o SUSTENTA como um Programa de Integração da agricultura familiar nas cadeias de valor produtivas. O dominante sector agrário familiar em Moçambique, apesar de muitos desafios, vem adquirir uma oportunidade de promoção de estratégias de crescimento para a população com poucos recursos, visando uma transformação do actual sector familiar (Sitoe, 2005).

Com vista a melhorar o desempenho do sector agrícola, o Governo de Moçambique (GdM) tem vindo a implementar diversos programas (ou projectos), como o SUSTENTA (**Tabela 17**), que visam a integração da agricultura familiar em cadeias de valor produtivas, objectivando melhorar a qualidade de vida dos agregados familiares rurais, através da promoção de agricultura sustentável, nos aspectos social, económico e ambiental.

Por um lado, através do Programa Quinquenal (PQG, 2020 – 2024), o Governo de Moçambique enfatiza o desenvolvimento rural, promovendo actividades produtivas nas regiões

Centro e Norte do País, nas áreas de agricultura, pesca, sicultura e turismo e, por outro lado, pelo Plano Estratégico do Sector Agrário 2020 - 2030 (PEDSA II), com vista a contribuir para a aceleração do crescimento e da transformação sustentável da economia rural, este aspecto a ser conseguido pela melhoria da renda das famílias rurais, tendo em conta os serviços eco sistémicos.

Tabela 17. Iniciativas do GdM na área de Desenvolvimento rural

Projecto	Objectivo	Período	Província	Implementador
SWIOFish1-Moçambique	Melhorar a eficácia na gestão das pescarias prioritárias seleccionadas, a nível regional, nacional e comunitário.	2015-2021	Nampula Zambézia Quelimane, e Sofala	ProAzul
MOZBIO I	Melhorar a gestão das áreas de conservação e as condições de vida da comunidade.	2015-2018	Gaza Inhambane Manica e Maputo	BIOFUND
SUSTENTA	Integrar as famílias rurais na cadeia de valor da base florestal e da agricultura sustentável.	2016-2021	Zambézia e Nampula	FNDS
MozFIP	Melhorar a governação das florestas e promover a gestão sustentável das florestas e terras.	2017-2022	Zambézia e Cabo Delgado	FNDS
MOZBIO II	Aumentar a eficácia de gestão das áreas de conservação e melhorar as condições de vida das comunidades residentes.	2018-2023	Manica, Sofala e Maputo	FNDS
MOZDGM	Apoiar iniciativas que facilitem o desenvolvimento socioeconómico das comunidades locais - orientadas para a adaptação e mitigação das mudanças do clima.	2018-2023	Zambézia e Cabo Delgado	WWF
IRRIGA	Melhorar a agricultura familiar, produtividade e acesso ao mercado nas áreas do projecto através de irrigação e fornecimento imediato de resposta eficaz a uma crise ou emergência elegível.	2018-2024	Nampula Zambezia Sofala e Manica	MADER

Fonte: Do autor e adaptado do PEDSA II, 2020-2030.

O actual MADER, que supervisiona o Programa SUSTENTA em Moçambique, apresentou à sociedade moçambicana esta iniciativa em 2017, como resposta aos grandes desafios que se tem colocado ao longo dos anos desde a independência nacional em 1975, em que se apela a todos para considerar a agricultura como o pilar fundamental do desenvolvimento do país.

Ao abordarmos o aspecto do agro-negócio englobamos o desenvolvimento da pecuária e aquacultura, dado que o país possui condições para tal, nomeadamente na Província de Nampula. Existe potencial para a produção de gado bovino e seus derivados, de coelhos e aves, de gado caprino e suíno. Contudo, dado o crescimento populacional nas zonas urbanas, a actual oferta não satisfaz a procura doméstica, trazendo como consequência a importação de quantidades significativas desses e de outros produtos alimentícios da vizinha África do Sul, da Europa e mesmo do Brasil, algo que facilmente se identifica pelos rótulos desses produtos nos supermercados.

2.12. Inovação como uma das Estratégias para a Agricultura Familiar

Em 2020, mais de 656 milhões de famílias eram responsáveis na gestão de terras para a produção da maior parte dos alimentos a nível mundial, sendo o tipo e a dimensão indicadores essenciais que devem ser utilizados para a priorização de estratégias de desenvolvimento (Erenstein, *et al.*, 2021). O IFAD estima cerca de 500 milhões de agricultores familiares no mundo em vias de desenvolvimento que suportam os meios de subsistência de mais de 2 biliões de pessoas e responsáveis por mais de três quartos do alimento aí produzido (IFAD, 2021).

E para que se possa objectivar o acima exposto, torna-se necessário delinear políticas públicas que apoiem a produção familiar com modos de produção inovadores, dentro de um sistema que reconhece a diversidade e a complexidade dos vários desafios a ter pela frente. O apoio na inovação a conceder às famílias visa intensificar de um modo sustentável a produção, para a melhoria de vida das comunidades.

Existem muitas definições de *inovação* na literatura académica. Inovação, num contexto económico, foi definido pela primeira vez por Schumpeter (1939) como a introdução de um novo método de produção, novos insumos em um sistema de produção, um novo bem ou um novo atributo de um bem existente, ou uma nova estrutura organizacional. O mesmo autor procurou distinguir de um modo claro inovação de invenção. Segundo ele, “a inovação é possível sem nada do que se possa identificar como invenção, e esta não induz necessariamente a inovação”.

E no contexto agrícola, a FAO procurou estruturar uma definição específica, em que dá enfoque no impacto da inovação na segurança alimentar, na sustentabilidade e nos resultados do desenvolvimento. Ou seja:

A inovação agrícola é o processo pelo qual indivíduos ou organizações trazem produtos existentes ou novos, processos e formas de organização o uso social e económico, com vista ao aumento da eficácia, competitividade, resiliência a choques ou sustentabilidade ambiental, contribuindo assim para se conseguir a segurança alimentar e nutricional, o desenvolvimento económico e gestão sustentável dos recursos naturais (FAO, 2012).

As definições aqui partilhadas caracterizam a *inovação* mais como um processo do que como um mero evento discreto, e fundamentalmente é vista como criativa e virada para a resolução de problemas. Por outro lado, inovação pode não envolver necessariamente novo conhecimento ou produto. Ou seja, usando integrantes existentes por um novo mecanismo também é inovador.

A própria noção de desenvolvimento territorial deve modificar-se no sentido de abarcar novas dimensões além das tradicionais (bem-estar social, competitividade económica e coesão social), como a sustentabilidade ambiental (desenvolvimento sustentável) e a apropriação tecnológica (desenvolvimento tecnológico).

A crescente urbanização, globalização e a procura por produtos de alto valor também têm mudado substancialmente o contexto global para a agricultura. As cadeias de valor estão a tornar-se cada vez mais importantes, instaurando-se o agro-negócio, e a pressão para a preservação da base dos recursos naturais para a agricultura é cada vez maior, especialmente devido à ocorrência das alterações climáticas. Os sistemas de inovação devem permitir que os

agricultores familiares lidem de modo positivo com esses diferentes desafios. Assim, reconhecemos ser necessário:

- Desenhar sistemas de inovação que vão de encontro com as necessidades e as aspirações dos agricultores:
 - tornando os produtores mais protagonistas do que meros receptores da inovação agrícola;
 - apoiando o desenvolvimento das organizações, ligações e redes que envolvam propriedades familiares;
- Promover capacidade individual e colectiva para inovar;
- Reconhecer a diversidade das propriedades familiares e as necessidades específicas dos diferentes membros dos agregados familiares e das cadeias de valor, os quais exigem políticas e reformas adequadas.

A agricultura familiar é a chave para que se garanta, a longo prazo, segurança alimentar mundial. Para alimentar uma crescente população e erradicar a pobreza e a fome, agricultura familiar deve ser incentivada a inovar mais e a se tornar mais produtiva, sem que se descure da preservação dos recursos naturais e do meio ambiente (Tirfe, 2014).

Dado o crescente ritmo da população mundial, em que se projecta para 9,6 biliões, ou até mais, até 2050, a procura de alimentos, principalmente os de produtos agrícolas, é também cada vez maior, mesmo nos países em desenvolvimento, pelo aumento do rendimento familiar (van Dijk, *et al.*, (2021).

Para que novos consumidores sejam satisfeitos, a produção global de alimentos em 2050 terá de ser acrescida em 60% dos níveis obtidos entre 2005 e 2007. Contudo esse acréscimo de produção poderá implicar um esforço adicional do solo, assim como da água e da biodiversidade, que já se nota serem escassos e com sinais de degradação. A adicionar a esses desafios estão as mudanças climáticas, que em muito têm condicionado a produção de mais alimentos, como se tem verificado em Moçambique (Alexandratos e Bruinsman, 2012).

O Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2010-2019) prevê uma quebra acentuada na fertilidade dos solos, apoiados em informações da FAO; porém,

não se suportam em estudos concretos ou análises de solos, mas em ideias generalistas preconcebidas porventura mesmo especulativas. Existem de facto alguns estudos piloto de manejo integrado de fertilidade dos solos, com estrume como adubo, mas não se pode generalizar (MINAG, 2010).

Em áreas rurais com altos níveis de pobreza como em Nampula, o aumento de produtividade dos agricultores pobres pode contribuir em muito no alívio da pobreza e na redução de desnutrição e malnutrição. De acordo com o Banco Mundial (2007), o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) com origem em agricultura aumenta a renda das famílias pobres em pelo menos 2,5 vezes mais do que o crescimento em outros sectores, como indústria ou comércio. No entanto, mais recentemente, o próprio Banco Mundial (2022), afirma que o avanço global na redução da pobreza extrema está estagnado.

Torna-se difícil para os pequenos agricultores familiares conseguirem aumentar a sua produtividade e sustentabilidade, a menos que estejam preparados para inovar e tenham apoios nisso. Dada a vital importância da agricultura familiar para a segurança alimentar, preservação dos recursos naturais e redução da pobreza, a promoção da inovação na agricultura familiar deve constituir prioridade dos governos (FAO, 2014).

A capacidade de inovar pode ser promovida mais amplamente através capacitação e educação para facilitar a formação de agricultores e grupos comunitários locais (e.g., organizações de agricultores, pequenas cooperativas) e a criação de um ambiente favorável à inovação.

Os agricultores podem inovar de diferentes maneiras. A mudança pode envolver produtos agrícolas (e.g. novos tipos de culturas ou variedades de alto rendimento), processos de produção (e.g. plantio directo ou diferentes rotações de culturas) e/ou modos de organização e gestão das áreas de produção (e.g. novos modelos de negócios ou formas de interagir com cadeias de valor, aumentando a capacidade de armazenamento). Inovações nessas diferentes áreas muitas vezes podem ocorrer em simultâneo (JIVA, 2023).

Existe a necessidade de apoiar e vincular os pequenos produtores familiares e pequenos empreendimentos às cadeias produtivas de valor, tentando converter a agricultura de

produção com acesso a mercados de maior valor em agro-negócio integrado e rentável, garantindo segurança alimentar (Hidayati, *et al.*, 2021).

O Plano de investimento do Sector de agro-negócio, como instrumento de operacionalização do PEDSA (2011-2020), define as principais linhas de orientação e acções prioritárias para uma intervenção coordenada do Governo de Moçambique, para o relançamento desse sector (PNISA, 2012).

Esse plano tinha como objectivo orientar o investimento público, privado e das agências de desenvolvimento na promoção do agro-negócio e como principais perspectivas:

- a) Aumento da produção nacional orientada para o consumo interno e exportação;
- b) Estímulo para o surgimento de investimentos comerciais através da melhoria do ambiente de produção e negócio;
- c) Aumento do acesso dos agricultores/pescadores ao crédito pagável.

Desse modo, constitui objectivo geral do Programa de Apoio ao Agro-negócio do plano impulsionar o desenvolvimento sustentável do sector agrário e pescas através da promoção do emprego, segurança alimentar, nutricional e do alimento e abastecimento aos mercados de produtos agrários e pesqueiros, ao nível nacional e internacional (PNISA, 2012).

Para o alcance desse objectivo geral foram traçados os seguintes objectivos específicos:

- i) Aumentar a contribuição do agro-negócio na produção agrária e pesqueira nacional;
- ii) Aumentar o valor acrescentado dos produtos agrários e pesqueiros, aumentando a contribuição da agricultura, pescas e da agro-indústria no Produto Interno Bruto;
- iii) Aumentar o valor e diversificar as exportações de produtos agrários e pesqueiros;
- iv) Reduzir a dependência das importações dos produtos agrários e pesqueiros, em geral, e dos produtos alimentares, em particular.

Para apoiar a concretização deste programa de apoio ao agro-negócio, foram definidas as seguintes acções:

1. **Financiamento**, acção que tem em vista o estabelecimento de linhas de crédito especiais para o financiamento ao agro-negócio, direccionado para a produção, extracção de recursos pesqueiros, processamento, conservação e comercialização; focalizar as linhas de crédito especiais nos *clusters* e alargar a sua incidência sobre todas actividades da cadeia de valor do agro-negócio; criar ou encorajar o sector privado a investir em instituições de seguro agrário que cubram toda a cadeia de valor do agro-negócio; melhorar a divulgação das oportunidades de financiamento existentes junto dos destinatários; incentivar as instituições financeiras (IFs) a conceder crédito agrário, em especial para as PME's, e a adoptar taxas de juro mais competitivas para o agronegócio.
2. **Incentivos e Fiscalidade**. A aprovação de medidas de incentivo para os intervenientes do sector agrário constitui uma das estratégias para estimular o investimento privado nas principais culturas prioritárias para o agro-negócio e exploração das potencialidades agrárias do país, principalmente nos corredores de desenvolvimento agrário. Neste contexto, esta acção pretende: (i) identificar os factores de produção e produtos prioritários para benefício de isenção do IVA e/ou direitos aduaneiros, (ii) estudar mecanismos para que o reembolso do IVA se faça dentro dos prazos legais para todos os contribuintes (não apenas a média); (iii) estimular o consumo de matérias-primas e produtos intermédios nacionais na agro-indústria; (iv) estimular a compra de produtos nacionais pelos supermercados.
3. **Mercados**. A garantia de mercados competitivos para a comercialização da produção nacional afigura-se como um dos principais desafios ao agro-negócio. Este subprograma pretende organizar grupos de trabalhos de cadeias de valor específicas do agro-negócio; fóruns nacionais e internacionais do agro-negócio; feiras regulares nos *clusters*; promover a participação dos agentes do agro-negócio nas feiras regionais e internacionais.

4. **Desenvolvimento de Capital Humano**, acção que deve articular com o Ministério da Educação (e com estabelecimentos de ensino e formação não directamente tutelados) para promover cursos técnico-profissionais nas áreas relacionadas com o agro-negócio; promover o desenvolvimento de uma classe de empresários nacionais do agro-negócio, com formação adequada e vocação empresarial; instalar incubadoras de agro-negócios nas escolas de formação técnica agrária.
5. **Quadro Institucional**, acção que pretende coordenar as actividades dos diferentes intervenientes no agro-negócio (instituições públicas, privadas e ONGs). Deste modo, a acção terá o seu enfoque na capacitação do CEPAGRI para a promoção do agro-negócio; adequação das políticas, leis, normas, regulamentos e principalmente os procedimentos para impulsionar o desenvolvimento do agro-negócio; facilitação do acesso à terra, criando mecanismos flexíveis de atribuição de DUATs e permitindo o seu trespasse entre os agricultores e outros detentores nos *clusters*; criação de Centros de Agro-Negócio nos *clusters* prioritários; desenvolvimento (e manter actualizado) um sistema de informação específico para o agro-negócio.

Embora num futuro próximo a estrutura média do agricultor familiar em Moçambique e SSA deve mudar, o tamanho adequado da propriedade agrícola é um conceito dinâmico que se altera à medida que a economia global do país cresce e os sectores não agrícolas se desenvolvem (Fan, *et al.*, 2020). Há a necessidade de mais pesquisas sobre como os pequenos proprietários familiares poderão passar de sistemas agrícolas de subsistência para sistemas agrícolas orientados para o comércio.

A incubação de empresas no setor agrícola é importante porque o desafio no agro-negócio envolve vincular inovação, investimento e empresa. Isto só pode acontecer se uma “rede de conhecimento” que liga investidores, empreendedores e inovadores é definida e facilitada por uma incubadora.

2.13. Promoção da Capacidade de Inovação em Prol da Agricultura Familiar

Nas lideranças dos países em desenvolvimento como Moçambique, pesquisa académica, extensão rural e serviços de consultoria podem ter um papel muito positivo no apoio à inovação e aplicação dos avanços técnico e dos recursos em lotes de cultivo familiar. Todos esses vectores, quando direccionados ao fortalecimento dos benefícios dos agricultores familiares, podem em muito contribuir na melhoria da sua produtividade, na sustentabilidade da sua produção e mesmo na garantia da sua subsistência.

Mas, quais seriam os aspectos a considerar? Baseando-nos no panorama actual em Moçambique, é óbvio que, para além do incentivo ao consumo dos seus produtos pelas comunidades, sejam implementadas capacidades de inovação para os agricultores familiares em diferentes níveis: individual em particular valorizando o trabalho das mulheres e jovens, organizacional ou de forma colectiva e através de ambientes favoráveis.

Existem já diretrizes bem delineadas e muito concretas para a assistência e evolução da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP pois os camponeses já demonstraram ao longo do tempo forte resiliência e superação em condições adversas e situações de bloqueio, desempenhando um papel fundamental na promoção de uma transição alimentar nos países (CPLP/FAO, 2017).

2.13.1. Desenvolvimento da Capacidade de Inovação

Fortalecer capacidade de inovação significa investir na aprendizagem e desenvolver as habilidades de vários actores do sector agrícola no sistema de inovação. Também requer-se a disponibilização de incentivos adequados para encorajar as pessoas a colocar essas habilidades em prática e desenvolver atitudes e práticas apropriadas.

A principal premissa é a vontade dos camponeses estarem abertos à mudança e ter a capacidade de criar as condições propícias à implementação da inovação pelos seus próprios mecanismos, potenciando e assim otimizando os recursos que possui.

A capacidade de inovar pode significar a junção das seguintes combinações (Hall e Dijkman, 2009):

- (i) Científica, empresarial, habilidades de gestão e outras, conhecimento e recursos;
- (ii) Parcerias, acordos e redes que ligam diferentes fontes de conhecimento e diferentes áreas de actividades, social e económica;
- (iii) Rotinas, cultura organizacional e práticas tradicionais que estimulam a propensão a inovar;
- (iv) Capacidade de uma aprendizagem contínua e uso eficaz do conhecimento;
- (v) Combinação de políticas de apoio e outros incentivos, estruturas de governação e um processo de uma política favorável.

Por outro lado, a capacidade para inovação pode ser desenvolvida em três principais áreas (FAO, 2010) (**Figura 31**):

- Actualizar as habilidades, conhecimentos, competências e confiança dos indivíduos e organizações para a estruturação do seu capital humano;
- Melhorar os processos dentro das organizações, empresas e áreas de produção familiares envolvidas em identificar e/ou desenvolver, adaptar e ampliar inovações;
- Criar um ambiente com políticas favoráveis a esses esforços e vínculos, canais e redes de comunicação, para permitir que indivíduos e organizações obtenham e troquem novas ideias e conhecimento para a inovação.

Figura 31. Desenvolvimento da Capacidade para a inovação em Diferentes Níveis



Fonte: FAO, 2010.

Especial atenção deve ser direccionada às mulheres e jovens e principalmente os das zonas rurais, camada maioritária da população moçambicana (INE, 2017), que podem ser fundamentais para acelerar a inovação na agricultura familiar. Em Moçambique, com o aumento da escolaridade nos jovens e nas mulheres rurais, estes grupos populacionais podem ter maior consciência das novas tecnologias e mais curiosidade, dando-lhes, assim, um papel importante no apoio às suas famílias a aderirem a sistemas de inovação.

A educação básica é parte fundamental no desenvolvimento de recursos humanos, não apenas como um direito humano universal, mas também como base na melhoria da produtividade e rendimento agrícolas, tendo um enorme impacto positivo na produtividade da agricultura (Reimers, *et al.*, (2013).

O ensino primário pode melhorar significativamente a eficácia da capacitação e da extensão agrária, facilitando:

- (i) Maior produtividade de insumos e eficiência da mão-de-obra;

- (ii) Redução de custos na aquisição e uso de informações sobre tecnologia que pode incrementar o rendimento da produção;
- (iii) O empreendedorismo e respostas às mudanças das condições do mercado e desenvolvimentos tecnológicos.

Atenção especial deve ser dada às mulheres, dado que o actual desnível em educação no género é sobejamente bem documentado. Embora as diferenças educacionais de género apresentem uma tendência a diminuir, a ASS ainda mostra grandes disparidades entre o masculino e o feminino, com défice para este.

Acções firmes direccionadas para o aumento da frequência escolar das meninas pode jogar um papel no empoderamento das próximas gerações das mulheres, ao mesmo tempo que se cria uma massa crítica de agricultores educados e um grupo de potenciais mulheres protagonistas no sistema de inovação (Ragasa, *et al.*, 2014).

Os jovens podem ter habilidades e motivação para inovar, mas muitas vezes não têm acesso à terra. Esse factor e a falta de apoio financeiro colocam-lhes numa situação de se dedicarem à agricultura como último recuso, ou como uma actividade temporária ou parcial.

O senso comum sugere que o aumento contínuo da população coloca pressão sobre a agricultura nacional e ameaça a disponibilidade de aprovisionamentos adequados de alimentos. Mas a evidência não dá nenhum suporte forte para esse ponto de vista. Ao se observar as principais características do sistema alimentar mundial, o acesso de uma família à alimentação depende principalmente da renda familiar, e não da disponibilidade de alimentos em si (Johnson, 1984).

A produção mundial de alimentos é suficiente para suprir a actual e futura demanda. Fornecer alimentos nutritivos para uma população global em rápido crescimento é um desafio para os sistemas de alimentos actuais sobretudo sem afectar negativamente o ambiente. A situação da segurança alimentar e nutricional em Moçambique tem acompanhado a evolução global onde a disponibilidade e os custos são factores essenciais, e o cenário da fome e da desnutrição persiste.

A agricultura de subsistência sempre esteve sujeita a intempéries naturais, como cheias e secas, impactando o abastecimento das populações que dependem de sua produção. A produção agrária em grande parte do mundo em vias de desenvolvimento tem sido muito bem-sucedida nas últimas décadas. A produção está a crescer e continuará a crescer nas próximas décadas (Kung'u, 2007).

No entanto, em África, particularmente a ASS, não tem participado nesses sucessos. A produção alimentar africana mais do que duplicou desde 1961, mas esse crescimento tem sido insuficiente para acompanhar o crescente índice populacional. Como resultado, a produção *per capita* de alimentos decaiu em 20% desde 1970, e a baixa renda real impede África ao acesso dos alimentos nos mercados mundiais e muitos africanos têm tido direitos alimentares insuficientes para evitar a desnutrição crónica que continua dominante (Sen, 1981).

No nosso ponto de vista, África enfrentará regularmente séria escassez de alimentos durante as próximas décadas, a menos que a renda familiar cresça, ou a produção de alimentos aumente a taxas sem precedentes na história, usando mecanismos que passem pela educação e formação adequada das populações, boa regulação da lei de terras e modernizando e inovando a agricultura familiar.

2.14. A Relevância da Co-criação de Valor em Agro-negócio para os Pequenos Produtores

A dinâmica do mercado estimulada pelas correntes da globalização, impulsiona o poder do consumidor e as empresas produtoras vão tomando consciência da necessidade do seu entrosamento social (Kumar e Pansari, 2016). O comportamento do consumidor varia com a cultura, papel social, receios, necessidades, fases da vida e muitos outros factores.

A percepção dessa tendência pelas empresas levou ao conceito de *co-criação*, uma referência às interações entre empresas produtoras e os consumidores, com o propósito de criação de valor. *Co-criação* pode ser entendida como uma forma de inovação colaborativa e

esse conceito tem sido aplicado a vários mercados e campos de gestão (Prahalad e Ramaswamy, 2004a).

A raiz do termo, indo ao verbo criar, que é definido como trazer algo para a existência, fazendo com que algo aconteça como um resultado de uma acção e, *co* em conjunto com outro ou outros é assim entendida como uma forma de inovação colaborativa e esse conceito tem sido aplicado a vários mercados e campos de gestão (Prahalad e Ramaswamy, 2004b; Oertzen, *et al.*, 2018).

A melhoria da segurança alimentar e o posicionamento cada vez mais relevante dos pequenos agricultores na ASS e Moçambique tem estado no topo da agenda dos governos e organizações internacionais (Struik, *et al.*, 2014; Ros-Tonen, *et al.*, 2015).

De acordo com vários autores (Nyikahadzoi, *et al.*, 2012; Totin, *et al.*, 2013; Triomphe, *et al.*, 2013; Cullen, *et al.*, 2014; Pamuk, *et al.*, 2014; Shaw e Kristjanson, 2014; Akpo, *et al.*, 2015; Musvoto, *et al.*, 2015; Lamb, *et al.*, 2016; Schut, *et al.*, 2018), a transferência unidirecional de conhecimento, central na maioria das abordagens de extensão, já não é vista como suficiente para que esses objectivos sejam alcançados.

Ao invés, reconhece-se cada vez mais que, diferentes tipos de conhecimento e sistemas de inovação, incluindo os dos agricultores, devem ser combinados para encontrar soluções para desafios persistentes, relacionados com a segurança alimentar. A essa coexistência e simbiose de conhecimentos se designou de *ecologia de saberes*, combinando o alicerce científico com o conhecimento popular (Moassab, 2008).

Para que essa gestão se torne eficaz, as comunidades rurais devem ser incentivadas, incluídas em todos os processos decorrentes, através da *co-criação*, isto é, fazendo parte integrante de todo o percurso de produção, desde a auscultação inicial, à atenção às suas narrativas, à análise e até ao ponto final da cadeia de valores gerada, acumulando e co-gerindo os conhecimentos que se forem adquirindo, nessa troca de vivências, através de convivências.

Assim, do nosso ponto de vista, a *co-criação* pode, e deve ser aplicada em várias direcções em que se identifiquem os intervenientes *stakeholders* do sector correspondente e em

particular **Produtor** < – – – > **Consumidor**, que apresentam ou proponham iniciativas, visando a melhorar o produto.

A inovação agrícola pode, assim, ser melhor vista como um "processo co-evolutivo" que combina "mudança tecnológica, social, económica e institucional" e pode incluir várias abordagens e visões sobre sistemas de inovação do sector agrário (Klerkx, *et al.*, 2012).

Ao reconhecer-se que os agricultores, tanto aprendem com múltiplos actores, quanto com redes de pares, as iniciativas de pesquisa e desenvolvimento embarcam cada vez mais em plataformas multisectoriais (MSPs)⁵³ como forma de agregar diferentes saberes (Dolinska e d'Aquino, 2016).

Essas plataformas podem ser vistas como formas de "intervenções em nível de rede de inovação", podendo ser definidas como "arenas de aprendizagem conjunta" (Klerkx, *et al.*, 2012; Ros-Tonen, *et al.*, 2015). Usualmente, em Moçambique surgem como iniciativas de pesquisadores do IIAM ou de Instituições de Ensino Superior (IES), ou mesmo de incubadoras integradas em Universidades, como a Incubadora do ISEUNA, sendo esta parceira de vários programas agrários do Governo e de entidades privadas (como o SUSTENTA Jovem com o FNDS, Financiamento-Jovem com o GAPI e Apoio-Jovem com a HELVETAS).

Essa combinação de saberes entre os agricultores de dimensão familiar e os vários actores, como extensionistas, comerciantes, processadores e todos os agentes envolvidos na cadeia de agro-negócio, visa melhor diagnosticar problemas, identificar oportunidades e combinar a ciência com o conhecimento local, para empreender acções que objectivem efetuar mudanças (Cullen, *et al.*, 2014; Ros-Tonen, *et al.*, 2015). Os cientistas também aprendem com o conhecimento comunitário reconhecendo a sabedoria popular como a base de muitos dos seus estudos.

A aprendizagem conjunta atrás referida, também designada de "aprendizagem social", pode ser definida como "uma mudança na compreensão que vai além do indivíduo para situar-

⁵³ Usamos aqui o termo MSPs para nos referirmos a diferentes tipos de plataformas de inovação e de aprendizagem.

se dentro de unidades sociais mais amplas ou comunidades de prática, por meio de interações entre os actores dentro das redes sociais” (Shaw e Kristjanson, 2014).

Combinando diferentes tipos de conhecimento e aprendizagem conjunta, novos conhecimentos podem ser "co-produzidos" ou "co-criados" (Struik, *et al.*, 2014; Akpo, *et al.*, 2015). Por meio da co-criação de conhecimento em um ambiente com envolvimento múltiplo, os MSPs visam mudar certos comportamentos, práticas, políticas ou instituições ou melhorar os meios de subsistência dos agricultores, sendo estes muitas vezes os principais grupos-alvo dessas intervenções.

2.15. Agro-empendedorismo e Empoderamento Económico e Social de Jovens.

O termo *empreendedor*, ou aquele que inicia algo novo, pode ser enquadrado como sendo “*aquele que está entre, ou intermediário*”, partindo de uma ideia à acção. (Hisrich, *et al.*, 2014). Esse intermediário consegue iniciar negócios do zero e transferir recursos económicos de uma área de produtividade reduzida para uma outra de produtividade elevada e maior lucro. Não se trata somente de alguém que inicia um negócio próprio, porque, nem todos os que abrem pequenos negócios podem ser designados de empreendedores (Drucker, 2016).

O envolvimento na actividade empreendedora é considerado uma das formas de se tornar autónomo. O trabalho por conta própria é visto como um meio de se sustentar e, conseqüentemente, gerar rendimentos e benefícios para terceiros, por meio do emprego de quem tem capacidade de agregar valor ao negócio.

Conforme relatado pela *Global Entrepreneurship Monitor*, um projecto-consórcio anual envolvendo muitos países, essencialmente ligados a universidades de topo mundial, que avalia o empreendedorismo, na maioria dos países de ASS, especialmente os que se caracterizam como estando num estágio de “*factor-driven economies*”, i.e. baixa mão-de-obra especializada e recursos disponíveis, existe um desfasamento entre as condições em recursos naturais, contra o nível de competência da mão-de-obra para o efeito, resultando daí um fraco empenho em empreendedorismo (Amorós e Albarca, 2015).

As razões para esse fraco estágio devem-se a vários factores, como capital financeiro insuficiente, baixa capacidade de gestão de negócios (ou seja, fraca formação) e no geral, falta de apoio em infra-estruturas (Gwija, *et al.*, 2014).

2.15.1. Algumas Experiências de Incubação e Empreendedorismo em África

Em África, tem-se observado que as incubadoras de negócios melhoram significativamente as perspectivas de sobrevivência e crescimento de novas *start-ups* (Fernández Fernández, *et al.*, 2015; Lose, *et al.*, 2016). Configuram-se, portanto, como os principais impulsionadores e ferramentas para promover o empreendedorismo e, conseqüentemente, o crescimento económico e o desenvolvimento neste continente. Contudo e pelas nossas pesquisas, podemos sintetizar algumas iniciativas em alguns países africanos.

- **Gana** - Considerando o facto de que a necessidade mais premente do Gana é fornecer emprego para os seus muitos jovens desempregados e muitos deles graduados, há a necessidade de se enveredar por um empreendedorismo robusto. Quando a necessidade de criar empregos é tão extrema quanto em Gana, qualquer meio de criação bem-sucedida de empregos deve ser considerado de vital importância (Asamoah - Owusu, 2010).

Gana tem várias incubadoras de negócios de base tecnológica, que oferecem escritórios comerciais, pacotes de aluguel acessíveis e apropriados, Internet, equipamento de ITC, bem como serviços de gestão de negócios (Kpodo, 2015). A maioria de incubadoras de negócios urbanos neste país é fundada em torno de cibercafés existentes e são um alívio, dado que, tradicionalmente as propriedades comerciais exigem um pagamento adiantado de aluguel de três anos.

- **Quénia** é um centro crescente de tecnologia com exemplos notáveis do *iHub*⁵⁴ e do *NaiLab*⁵⁵ no topo da lista de incubadoras de negócios. O caso do Quénia é típico de África, no contexto de uma elevada taxa de desemprego estrutural, apesar de ter uma força de trabalho relativamente bem-formada (Pasquier, 2010).

O governo do Quénia introduziu e incentivou incubadoras de negócios, disponibilizando capacitação em equipamentos e gestão para abordagem com empresas locais e estrangeiras, trazendo energia, entusiasmo e criatividade em negócios existentes. A paisagem queniana é tal que incentivou o acesso a recursos, integrando a mentalidade de *start-up* em empresas comparativamente maiores para criar um impacto ainda maior (Pasquier, 2010).

A economia do Quénia, ao longo da última década, mostrou moderada resiliência diante de desafios externos e internos, aplicando reformas que melhorem o ambiente de negócios e estrutura regulatória geral para o lançamento de *start-ups* e empreendimentos existentes.

O governo impôs restrições em sectores da economia por causa das distorções que podem ser causadas pela propriedade estrangeira e estatal, optando por locais para participar das indústrias seleccionadas. Isso criou oportunidades para empreendedores e abriu sectores como turismo, finanças, agricultura e comércio para jovens locais. Como consequência, as incubadoras tornaram-se vitais para o crescimento da economia, devido ao crescimento de MPEs.

No Quénia, o número de incubadoras identificadas e registadas pela sua Associação de Incubadoras de Negócios não vai para além de duas dezenas e as mesmas estão enquadradas em seguintes grupos: incubadoras ligadas a Universidades, incubadoras Privadas, incubadoras associadas a empresas e incubadoras pertencentes ou apoiadas pelo Governo (Meru, *et al.*, 2011).

⁵⁴ Eixo cibernético – (Tradução do próprio).

⁵⁵ NAIiLAB é uma plataforma virtual em Nairobi – Kenya, que capacita empreendedores com habilidades para construir negócios sustentáveis que resolvem de forma prática os desafios únicos de África usando tecnologia.

Fizemos menção enfática ao Quênia porque este país possui um PIB mais elevado que a Nigéria e África do Sul, não obstante estes dois países serem mais populosos e possuírem, cada uma, mais do dobro de incubadoras do que aquele país.

Em Moçambique, a adopção da filosofia de Incubadora de Empresas ainda é incipiente, daí não haver ainda estudos específicos sobre o papel das mesmas no desenvolvimento económico, e muito menos na sua aplicabilidade no sector agrário, que é o enfoque do nosso trabalho, pelo que procurámos recorrer ao espólio bibliográfico de países com alguma experiência sobre a matéria.

Para uma eficaz concretização do que se define em cada fase, está a planificação, com as seguintes partes: o *Plano de Negócios* consistindo em Valor por aquilo que o comprador está disposto a pagar; *Segmentos de Clientes*, que consiste no público-alvo a que se oferece o produto; *Receitas*, em que se descreve de como uma organização ganha dinheiro; *Processos-Chave*, que identifica a cadeia de valor; *Recurso*, que indica os recursos mais recomendados para um modelo de negócio; e *Stakeholders* que identifica todos os intervenientes numa cadeia de valor (Osterwalder, 2004; Osterwalder e Pigneur, 2011).

2.16. Abordagem Alternativa para o Desenvolvimento de Agro-negócio em Nampula

Procurámos no nosso estudo seguir um trilho que nos possa permitir ilações conducentes ao valor desejado na Província de Nampula sobre a importância das incubadoras de negócios de empreendimentos provenientes do sector agrário, isto é, abrangendo a agricultura, pecuária, apicultura e avicultura, assim como todas as respectivas cadeias de valor que culminam com a comercialização dos seus derivados.

Apesar de o nosso trabalho estar orientado mais para a vertente agrária de Nampula, importa aqui fazermos uma breve referência ao ambiente de negócios da Ilha de Moçambique (**Figura 32**), dado que esta cidade constitui uma referência na província e no país, em vectores de desenvolvimento do território, nas seguintes cadeias de valor (**Figura 33**):

- A produção pesqueira (peixe e mariscos)
- O turismo
- A produção do sal

Figura 32. Ilha de Moçambique



Fonte: do Autor, com drone, 2019.

A produção pesqueira afigura-se como a base de sobrevivência e de rendimento da maioria das famílias da Cidade da Ilha de Moçambique e é garantida pelo sector familiar e a sua prática é do tipo artesanal, sendo o peixe capturado por redes de arrasto e o uso de barcos à vela e de canoas, trabalho efectuado por homens, enquanto as mulheres, as crianças e os idosos se cingem ao processo de recolha de mariscos (ADELNA, 2011).

Figura 33. Três cadeias de valor da Ilha de Moçambique: produção pesqueira, turismo e produção de sal.



Fonte: ADELNA, 2011.

Mais de 90% do pescado da Ilha de Moçambique é comercializado em moldes artesanais, tanto no local, quanto nos distritos vizinhos, como Monapo e Nampula Cidade. A não existência de indústria de transformação leva a que somente 10% da produção pesqueira seja processado em pequenas unidades domiciliárias por secagem ou fumado, como melhor forma de conservação (ADELNA, 2011).

Tendo nós tido o privilégio de visitar com frequência até ao presente trabalho, na qualidade de meros turistas regionais, observámos que a comunidade da Ilha de Moçambique necessita de uma atenção especial em apoio na estruturação da cadeia de valores, através de incubação de pequenos empreendedores que podem estimular o agronegócio pesqueiro em sectores que garantem emprego e rendimento para os agregados familiares, que são na sua maioria de jovens (INE, 2017).

A agricultura familiar, voltada para o autoconsumo caracterizado pela forte dependência da natureza e fraco uso de tecnologias, que consiste nos produtores de pequena escala e com pouca terra (menos de 2 ha), utilizando mão-de-obra de sua própria família nas actividades económicas, ocupa grande parte da população moçambicana, podendo alcançar mais de 75% de cidadãos (Mosca, 2017).

A Província de Nampula tem como seu maior potencial a actividade agrária e a maioria da sua população é rural e de faixa etária jovem. O Governo Provincial tem elaborado anualmente o Plano Operacional da Comercialização Agrícola (POCA), que tem como

objectivo identificar os produtos para autosuficiência alimentar e exportação, o apuramento das metas da comercialização na Província e salvaguardar a produção doméstica (POCA, 2018).

Nessa perspectiva e através da Direcção Provincial de Indústria e Comércio (DPIC) e dos Serviços Distritais das Actividades Económicas (SDAE's), os seguintes produtos são identificados como os mais rentáveis, tanto na produção, garantia alimentar e comercialização e sobre os quais se recomenda o incremento da produtividade: Agrícola (milho, arroz, tomate, cebola, batata, feijões, caju, mandioca, moringa, soja, amendoim, soja, rações e frutas diversas) e Pecuária (galinha indígena, cabritos, frango de corte e ovos).

Segundo o POCA (2018), dos constrangimentos mais marcantes na comercialização agrícola salientam-se os seguintes:

- 1. Vias de acesso:** Apesar dos esforços empreendidos pelo Governo nesta área, persistem ainda bastantes constrangimentos para garantir a reabilitação das principais vias de acesso com maior destaque para as zonas de potencial agrícola (Manica, Sofala, Tete, Zambézia, Nampula, Cabo delgado e Niassa), o que condiciona o escoamento da produção das zonas de produção para os centros de consumo (indústria e mercado). Esta situação torna as operações bastante onerosas, encarecendo os custos das transacções;
- 2. Transportes:** A realidade actual, mostra que os custos de transporte têm um peso elevado no preço final do produto comercializado decorrente do mau estado das vias de acesso e escassez de viaturas específicas. Esta situação, em alguns casos, não tem permitido ao produtor negociar com os operadores um preço que permita remunerar a sua actividade e os ganhos do produtor tendem a reduzir;

Armazenamento e conservação:

- ✓ Fraca utilização de infra-estruturas de armazenagem (silos) e exiguidade de capacidade de processamento;

- ✓ Fraco conhecimento de técnicas de conservação pós-colheita no sector de conservação;
- ✓ O custo e condições de acesso aos silos não são favoráveis aos pequenos produtores;
- ✓ Existência de poucas infra-estruturas de armazenamento nas zonas de maior produção agrícola;
- ✓ Fraca rede comercial, entrepostos frigoríficos e escassez de infra-estruturas de armazenamento nas zonas fronteiriças, sobretudo nas províncias com potencial agrícola;
- ✓ Não observância dos requisitos de limpeza, selecção, secagem, tratamento e classificação de produtos.

3. Acesso aos mercados:

- ✓ O acesso ao mercado é um dos pilares estratégicos do PEDSA, relativamente à capacidade das pessoas disporem de recursos para a aquisição de alimentos e acesso e a criação de um ambiente propício para que as famílias e indivíduos consigam ter e usar recursos suficientes para a sua alimentação adequada;
- ✓ O grande constrangimento está relacionado com ausência de serviços e infra-estruturas adequados para maior acesso ao mercado e quadro orientador conducente ao investimento agrário e comercial, oscilações de preços de alguns produtos agrícolas (e.g. milho e feijão boer), o que pode desmotivar aos produtores maiores investimentos nas campanhas posteriores e a fraca promoção de feiras agropecuárias, como forma de melhorar acesso ao mercado.

4. Agro-processamento:

- ✓ Apesar de haver um aumento significativo de volumes de produção interna de alguns produtos agrícolas (e.g. milho e oleaginosas), tal aumento ainda

se mostra insuficiente para abastecer a indústria nacional. As grandes indústrias de agro-processamento da zona Sul continuam a importar o milho, trigo e oleaginosas para o seu aprovisionamento;

- ✓ O fundamento das agro-indústrias para recorrer a importação do milho, a título de exemplo, são os elevados custos de transporte para o escoamento das zonas de produção para as indústrias, grande dispersão da produção, fraca oferta e qualidade, inexistência de um padrão uniforme do milho, secagem (existência de parâmetros (%) de humidade acima do recomendado e aceite internacionalmente).

5. Taxas cobradas e documentos exigidos na circulação de mercadorias:

- ✓ Um dos constrangimentos na comercialização agrícola tem sido a cobrança de taxas na emissão de alguns documentos, cujos valores variam de local para local, dentro da mesma Província e entre províncias, nomeadamente Credencial ou Declaração, Guia de Circulação ou Guia de Trânsito, Balança (Ocupação de espaço) e Aferição de Balança.

6. Comércio informal:

- ✓ Um dos principais constrangimentos que enferma o circuito comercial é o comércio informal, o que concorre para evasão fiscal e concorrência desleal, implicando a necessidade urgente da delimitação entre o comércio formal do informal.

7. Concorrência desleal:

- ✓ Entrada no país de produtos originários de outras regiões, usando RdO⁵⁶ da SADC⁵⁷.

⁵⁶ RdO - *Remote Data Object*. – ou RDO é uma tecnologia da Microsoft cuja sigla tem o significado Remote Data Object, permitindo a criação de interfaces que podem chamar ODBC diretamente. Isto é considerado útil para velocidade, controle geral, e facilita o trabalho da programação.

⁵⁷ SADC – Comunidade para o Desenvolvimento de África Austral.

- ✓ Não se exploram barreiras técnicas e não se implementam medidas de salvaguarda para proteger o interesse nacional.
- ✓ Fraca colaboração regional na troca de informação estatística sobre o comércio externo;
- ✓ Existência de poucas infra-estruturas de entreposto comercial nas zonas de maior produção agrícola;
- ✓ Fraca rede comercial e escassez de infra-estrutura de armazenamento nas zonas fronteiriças, sobretudo nas províncias com potencial agrícola; e
- ✓ Não observância dos requisitos de limpeza, selecção, secagem, tratamento e classificação de produtos.

Um estudo diz ser possível apontar que as políticas agrárias moçambicanas se mostram inconsistentes deixando maior parte dos agricultores sem acesso a serviços e infra-estruturas básicas que poderiam impactar na melhoria dos seus meios de vida. O estudo sugere que o governo moçambicano crie políticas mais robustas e exequíveis capazes de contribuir para a promoção do desenvolvimento rural, redução das assimetrias regionais e melhoria da qualidade de vida das famílias rurais (Marassiro, *et al.*, 2021).

De acordo com a visão de Davis e Goldberg (1957) da *School of Business Administration* da Universidade de Harvard, que introduziram o termo agro-negócio (*agribusiness*), a cadeia alimentar deve ser vista de um modo integrado, ou seja, de forma holística como a soma de todas as operações envolvidas na fabricação e distribuição de abastecimentos agrícolas, na própria produção do campo e no armazenamento, processamento e repartição dos produtos daí provenientes. Para a obtenção de resultados consistentes há que criar e apoiar entidades de um modo organizado ou modo empresarial nesses diferentes estágios.

As MPEs quando não beneficiam de apoio e orientação na fase inicial, tendem a deixar ou terminar as suas actividades muito cedo. Essa tendência declinante é mais evidente nos países em vias de desenvolvimento, pelas condições organizacionais e exiguidade de apoios, tanto em gestão, quanto na questão de ordem financeira e assim, quase 75% das empresas dessa dimensão vêm-se condenadas ao insucesso, passados três anos depois de iniciarem a actividade (Longnecker, *et al.*, 2006; Bowen, *et al.*, 2009; Klapper, *et al.*, 2009).

O aumento da taxa de permanência no activo das *start-ups* e das MPEs tem um efeito muito marcante nas sociedades, dado que pode permitir a criação de muitos empregos, assim como um conseqüente crescimento económico e redução da pobreza, por possibilitar um maior poder de compra às famílias (Aerts, *et al.*, 2007),

Reforçamos aqui o conceito de Incubadoras de Negócios e na ideia de alguns autores, como organizações que criam “*espaço ou ambiente propício, onde start-ups, ou seja, novos empreendedores são instalados, ideias são desenvolvidas para negócios, construindo assim empresas lucrativas, sustentáveis e com rumo determinado, sem expô-las ao abandono às duras realidades do ambiente de negócios que exigem altos custos iniciais*” (Chan Lau, 2005; Bergek e Norman, 2008).

Dado ser característica em qualquer actividade lucrativa séria a existência de incertezas e riscos, aos incubados são oferecidos formação, orientação e serviços de suporte empresarial, como assistência jurídica, logística e boas práticas para encarar o mercado com sucesso.

A sobrevivência e permanência em actividade das *start-ups* e das MPEs podem ser vistas como de extrema importância nos aspectos de crescimento económico e de desenvolvimento nas regiões e nos países considerados de reduzido rendimento individual.

O conceito de incubação surge inicialmente para os empreendedores em áreas de serviços e em actividades nos meios urbanos. Mas, como adaptar essa filosofia no apoio às *start-ups* rurais, dedicadas às actividades agro-pecuárias e ao agro-negócio? É nessa linha que o nosso projecto de pesquisa se integrou.

A incubação da área de negócio agrícola define-se como um processo que se centra no fomento de empresas inovadoras em início de actividade, que apresentam um elevado potencial de crescimento para se tornarem competitivas, através da prestação de serviços, criação de valor, ou como elemento de ligação com os produtores agrícolas. O processo de incubação do negócio agrícola facilita, regra geral, o seguinte⁵⁸:

- Instalação e equipamentos partilhados;
- Desenvolvimento empresarial, acesso aos mercados, serviços de acesso a tecnologia;
- Serviços financeiros;
- Trabalho em rede e mentoria.

As Incubadoras de Negócios surgem com o objectivo de contribuir para que as empresas iniciantes consigam encarar e superar os vários riscos do mundo empresarial, de modo a permitir-lhes ter sucesso a um mercado cada vez mais competitivo (Ibáñez, *et al.*, 2004).

O agro-negócio desenvolve-se em ecologias de alto risco, caracterizadas por várias categorias peculiares, tais como o risco de preço dos artigos (*commodities*), risco de política agrícola de governos e autoridades locais, riscos biológicos, riscos climáticos e de sazonalidade e riscos das mudanças climáticas.

Os pequenos agricultores, sendo na sua maioria de tipo familiar, possuem competências muito limitadas e poucos recursos. São avessos ao risco pela sua proximidade ao regime de subsistência, para além de terem recursos limitados, isto devido à sua capacidade diminuta de criar valor.

O problema mais significativo enfrentado pela maioria do sector agrícola tradicional é a falta de acesso a mercados. Sem acesso ao mercado, as comunidades agrícolas ficam sem oportunidades de criar riqueza. Desde que o seu comércio seja baseado em trocas locais ou em

⁵⁸ Fonte: INFODEV, Trainee Manual, Module 12 – Agribusiness Incubation s/d, p. 34.

comércio informal (como acontece na maioria dos casos na Província de Nampula), os indivíduos das comunidades envolvidas nas actividades de produção agrícola veem-se confinadas à pobreza crónica (D’Costa, 2015).

Os produtores familiares incubados nos três distritos da nossa pesquisa, um dos aspectos de que muito lamentam é a dificuldade na colocação dos seus produtos nos supermercados da área urbana da Cidade de Nampula, pelo que se vêm impelidos a colocar a sua produção nos mercados informais locais e regionais, com destaque no da Waresta (**Figura 34**), nos arredores da cidade. Nesses locais de trocas comerciais, o produtor ve-se na contingência de estar sujeito aos preços do dia, dependendo da proliferação ou não de certo produto.

Figura 34. Mercado do Waresta em Nampula



Fonte: Foto do autor, 2022

Sempre que há uma comparticipação de lucros nas áreas rurais, surgem oportunidades para comprar e vender vários produtos e serviços, além de produtos agrícolas. Essa abertura das economias locais implica a sua integração em grandes economias e a construção de vínculos comerciais com centros urbanos e com outras economias rurais, o que leva ao crescimento económico e ao desenvolvimento das comunidades.

Parte da missão estratégica da incubação em agro-negócio é fomentar o desenvolvimento do mesmo, cujo papel estratégico e premissa de valor é integrar novas e diversas formas de produção às cadeias de valor de mercado, ligar produtores e processadores aos mercados, fornecedores de bens, insumos e fontes de tecnologia⁵⁹.

Nos países em vias de desenvolvimento e segundo o manual de formação em agro-negócio do INFODEV, a maioria dos pequenos agricultores não tem acesso a economias de produção de escala elevada, assim como meios de produção especializados. Assim, o papel das incubadoras de agro-negócio visa a criação de propriedade agrícolas organizadas e que são suficientemente consideráveis em tamanho para serem capazes de suportar um nível mínimo competitividade, possuir um nível mínimo de habilidades de negócios e inculcar um nível mínimo de valores orientados para os negócios⁶⁰.

Todas as abordagens alternativas pela incubação contribuem para a comercialização e modernização da agricultura (**Tabela 18**), desenvolvimento do sector de agro-negócio e aumento da renda agrícola. No entanto, elas intervêm de diferentes modos, aplicam incentivos diferenciados de acordo com os actores alvo e requerem diferentes níveis e tipos de investimentos.

Tabela 18. Características de Abordagens Alternativas para a Comercialização Agrícola

Abordagem	Objecto Central	Tipos de Intervenção	Principais Beneficiários	Resultados Esperados
Empoderar organizações dos agricultores	Aumento da produtividade agrícola e de rendimentos dos agricultores	<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar as organizações dos agricultores; - Desenvolver infra-estruturas rurais; - Melhorar o sistema de fornecimento; - Investir na educação e na saúde; 	Organizações de agricultores	Impacto significativo na produtividade e renda de pequenos agricultores

⁵⁹ INFODEV, Trainee Manual, Module 12 – Agribusiness Incubation s/d, p. 36.

⁶⁰ INFODEV, Trainee Manual, Module 12 – Agribusiness Incubation s/d, p. 37.

		- Disponibilizar crédito, usualmente como microcrédito.		
Agro-negócio de Grandes Dimensões	Estimular investimento externo e ganhos pelas exportações	- Melhorar o ambiente de investimento, incluindo a remoção de restrições em entradas e saídas de produtos comerciais; - Permitir o mesmo nível de competição com as empresas estatais.	Empresas de Agro-negócio de grandes dimensões (por vezes Empresas de escala multinacional)	Impacto significativo sobre expansão de mercados e de indústrias como a avicultura, produção de sementes
Desenvolvimento da Cadeia de Valor	Melhorar a rede entre os actores nas cadeias de valor	- Melhorar investimento ambiental; - Garantir subsídios aos actores da cadeia de valor; - Promover parcerias público-privadas.	Grupos de agricultores e empreendimentos	Impacto significativo no valor Acrescentado de cadeias de valor específicas
Incubadoras de Agro-negócio	Estimular a inovação e entrada de novas empresas	- Partilhar instalações e equipamentos; - Promover Serviços de Desenvolvimento de Negócios (BDS), acesso ao mercado, tecnologias e serviços; - Disponibilizar serviços financeiros; - Monitorar e criar redes entre os actores.	Agro-negócio em PMEs	Impacto significativo no crescimento do agro-negócio sustentável das PMEs

Fonte: INFODEV e adaptação do autor.

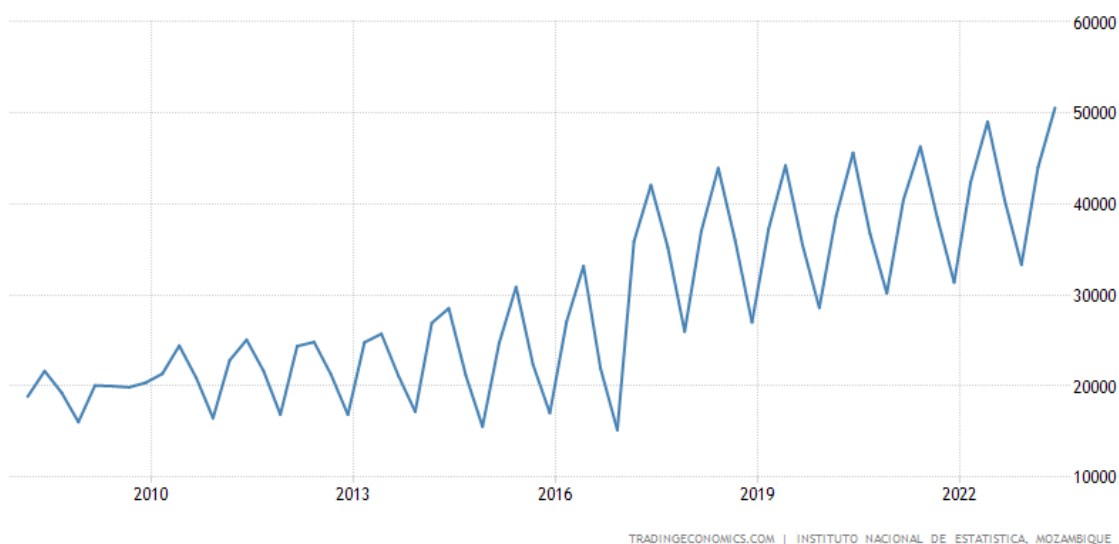
2.17. Desempenho e Desafios do Sector Agrário

Moçambique tem sofrido uma série de transformações políticas macro-económicas, condicionadas pelas opções na orientação político-social dos governos. Definido como socialista na altura da Independência Nacional, o País adoptou o Programa de Reestruturação Económica (PRE) em 1987, passando assim para um regime capitalista. Em 2001 surge o Plano

de Acção para a Redução da Pobreza (PARPA), como opção que visava diminuir a incidência da pobreza provocada pelas indefinidas orientações económicas (Cunguara *et al.*, 2013).

O mesmo autor afirma ainda que, nesse processo de mudanças profundas na economia, maior atenção e investimento deveriam ter ido para o sector agrário, o que não aconteceu. Na actual década de 2020 a contribuição da agricultura no PIB te vindo a crescer (**Figura 35**).

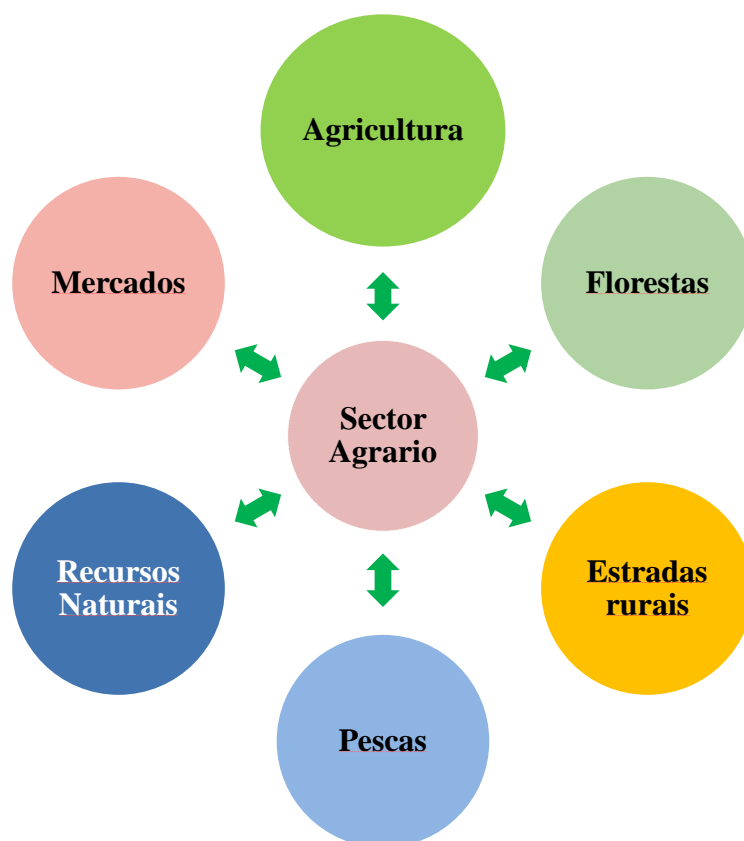
Figura 35. Moçambique – PIB Agricultura, 2010-2023



Fonte: INE, 2023

A definição do Sector Agrário segundo a União Africana (UA) contempla vários sub-sectores (**Figura 36**), e a partir do olhar atento desta Organização dos Países Africanos, da necessidade de se dar mais prioridade à agricultura, como factor de desenvolvimento das sociedades, surge em Moçambique o PNISA como elemento a implementar e monitorar os programas que visam o incremento da produção, como o PEDSA.

Figura 36. Definição do Sector Agrário, segundo a União Africana, incluindo Moçambique



Fonte: *The African Union Guidance Note: On Tracking and Measuring the Levels and Quality of Government Expenditures for Agriculture (Africa Union/ NEPAD, 2015)*

O Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA) 2013-2019 foi instiuído para operacionalizar o PEDSA 2011-2020 e este, desenhado como um plano estruturante que incorporava programas de natureza agrícola, pecuária, pesqueiro, recursos naturais, segurança alimentar e nutricional, desenvolvimento institucional e programas transversais de género. Contudo, a limitada disponibilidade financeira, baixo rendimento do prescrito no PEDSA 2011-2020 e a fraca coordenação intra e interinstitucional determinaram o fraco desempenho do que fora desenhado (PEDSA II, 2022).

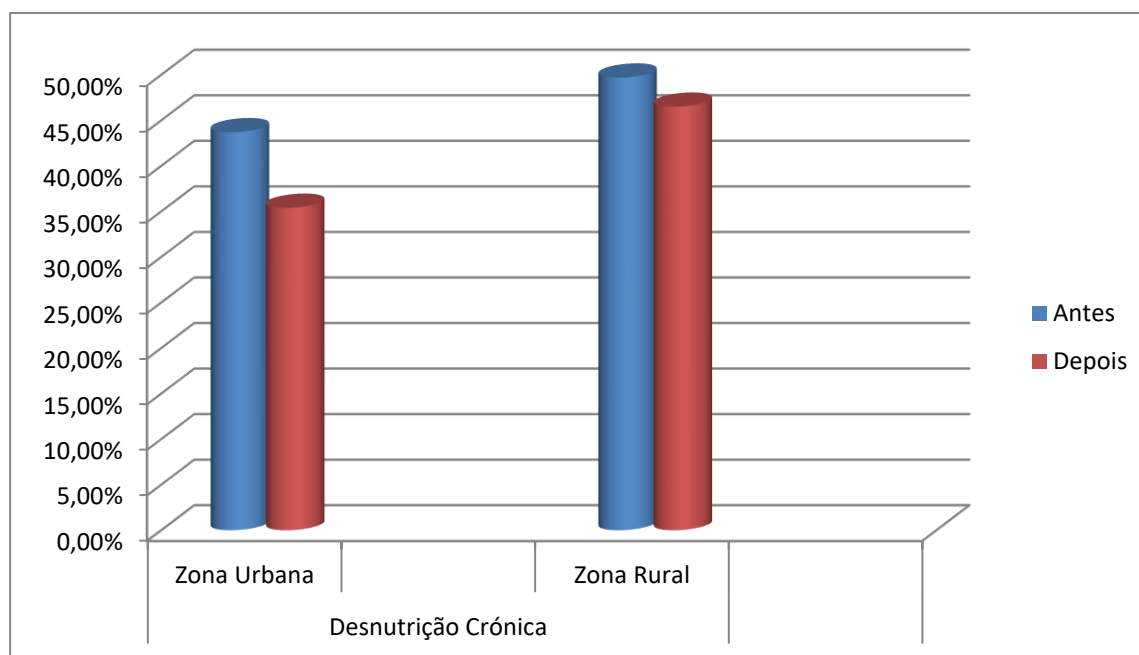
Perante vários contextos adversos, o GdM viu-se na necessidade de introduzir programas centrados no desenvolvimento de cadeias de valor dos subsectores agrícola e de pescas, como o SUSTENTA e o *Small-scale Aquaculture Development Project* (PRODAPE), respectivamente. Na sua análise e avaliação, o PNISA 2013-2019 indicou desafios a merecerem

atenção para a sua superação, de modo a permitir o alcance das metas e concretização da transformação acelerada do sector agrário, entre os quais se indicam (PEDSA II, 2022):

- a) Fraca resiliência e sustentabilidade de produção;
- b) A fraca participação do sector privado;
- c) A falta de dados estatísticos sobre investigação e inovação;
- d) Financiamento público inadequado e investimento privado limitado;
- e) Balanço alimentar negativo;
- f) Fraca governação da agricultura por falta da estruturação e formalização das cadeias de valor;
- g) Fraca coordenação intra e interinstitucional no sector agrário.

A acrescentar ao que o PNISA 2013-2019 destacou, o alto nível de insegurança alimentar e nutricional ainda prevalecem no País, pelo que constiuem os maiores desafios para Moçambique, com destaque na região Norte (Nampula, Niassa e Cabo Delgado). Segundo a mesma avaliação, salientou-se a redução mais acentuada da desnutrição crónica na zona urbana, comparativamente à zona rural (**Figura 37**).

Figura 37. Redução da desnutrição crónica em Moçambique, 2013-2019



Fonte: IOF, 2020 e adaptado pelo autor.

Essa fraca redução deve-se por um lado, à baixa produtividade do sector agrário, pelo reduzido uso de insumos e adopção de tecnologias melhoradas, assim como da crescente vulnerabilidade climática e da sazonalidade na produção. Por outro se deve ao facto de que a segurança alimentar e nutricional (SAN) ser de índole transversal e complexo, dependente de actores multisectoriais, que requerem acções coordenadas (IOF, 2020).

2.17.1. O Programa SUSTENTA

O MADER, que supervisiona o Programa SUSTENTA em Moçambique, apresentou à sociedade moçambicana esta iniciativa em 2017, como resposta aos grandes desafios que se têm colocado ao longo dos anos desde a independência nacional em 1975, em que se apela a todos para considerar a agricultura como o pilar fundamental do desenvolvimento do país.

Na sua fase piloto em Nampula, o Programa SUSTENTA teve como abrangência os Distritos de Malema, Ribáuè, Lalaua, Rapale e Mecuburi e a partir do ano agrícola 2020 / 2021, o Programa abrangeu os restantes 18 distritos, sendo consideradas as seguintes cadeias de valor estratégicas:

- a) Cereais (milho e a arroz);
- b) Leguminosas (feijões holoco e bóer);
- c) Oleaginosas (amendoim, soja, gergelim e girassol);
- d) Algodão;
- e) Carnes vermelhas (bovinos, ovinos, caprinos);
- f) Avicultura (frangos e ovos);
- g) Hortícolas (tomate, repolho, cebola, alho, batata, cenoura e feijão-verde);
- h) Frutas (manga e banana);
- i) Tabaco, Caju, Sisal e Piripiri.

As Nações Unidas declararam o Ano Internacional da Agricultura Familiar 2014, reposicionando-a no centro das políticas agrícolas, ambientais e sociais nas agendas nacionais. Cabe ainda salientar que foi aprovada na 72ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas a

declaração da década da Agricultura Familiar (2019 -2028). A agricultura familiar é um sector importante na produção de alimentos em todo o mundo, sendo assim formalmente reconhecida como profissão no mundo do trabalho, desempenhando funções económicas, sociais, culturais, ambientais e territoriais de grande valor.

Cerca de 80% dos alimentos produzidos no mundo, em termos de valor vem da agricultura familiar, destacando-se na luta global contra a fome, demonstrando a sua importância no alcance da segurança alimentar e nutricional para as gerações actuais e futuras, a sua sustentabilidade e livre de agro-tóxicos, com base numa gestão adequada e diversificada dos recursos naturais e na preservação da biodiversidade (Mosca, 2017).

2.18. Incubação Agrária: Espaços Epistemológicos de Globalização

Ao procurarmos aqui abordar o conceito de globalização, não devemos limitar nossa visão sobre esse fenómeno, pois a sua definição pode ser vista em vários discursos, aproximações e definições, perspectivas e dimensões, o que, contribui para o nosso enriquecimento conceitual. O facto de estarmos perante visões diferentes podem estas, no entanto, não possuírem um carácter de exclusão, mas sim até de complementaridade.

Ora, mesmo antes de apresentarmos perspectivas diferenciadas ou similares de conceitos para a “Globalização”, torna-se importante efectuarmos curta consideração sobre as várias fases desse fenómeno, desde a apropriação conceptual dos países dominantes, à percepção actual generalizada do termo Globalização.

A formação do sistema-mundo actual distribui-se por quatro fases da globalização, embora existam também abordagens que subdividam esse fenómeno em três períodos distintos. A dita 4ª fase iniciada em 1989 com a queda do muro de Berlim poderá hoje estar ultrapassada com a actual guerra na Ucrânia que, de certo modo, poderá fazer surgir uma mudança na Ordem Mundial e assim vermos debates em busca de um novo equilíbrio entre a geopolítica e a globalização. Actualmente já se nota um choque de “desglobalização”, sendo muito difícil prever o retorno a esse período mais “livre”.

Actualmente, as economias locais enfrentam um mercado global competitivo e muito exigente para os seus intervenientes, em aspectos ligados ao empreendedorismo e à capacidade de adaptação que podem, de certo modo, contribuir para minimizar movimentos migratórios de quadros de certas regiões e daí gerar-se um subaproveitamento económico de alguns países ou regiões (Ewert, 2012). Contudo, no passado as comunidades rurais eram as que garantiam a produção de alimentos em escalas suficientes e até na criação de empregos.

No ramo de agro-negócio os riscos são enormes, pela dependência climática, a fraca capacidade em conhecimentos empresariais e o não uso devido das redes (*network*) do ramo. Parte desses factores, que são condicionados pelas rápidas mudanças proporcionadas pela globalização, podem não permitir a sustentabilidade e até mesmo ocasionar a queda precoce das empresas emergentes, ou *start-ups*.

Certos posicionamentos da nossa responsabilidade neste trabalho poderão levar-nos a sermos rotulados de heterodoxos sobre a Globalização da agricultura e da economia. Contudo, aceitaremos isso, visto que o objectivo é suscitar mais dúvidas e debates sobre esse fenómeno, que não é estático e o seu dinamismo pode proporcionar inspirações para os jovens que procurem enveredar pelo empreendedorismo, como *start-ups* do ramo agrário, objecto do nosso estudo.

Em Ciência não é legítimo admitir um único postulado como o aceitável, ou uma única estrada que nos leva ao destino desejado e rotulando outros pontos de vista ou vias de acesso como que desprezíveis, daí que “*a heterodoxia é uma permanente reconstrução científica, social e política.*” (Pimenta, 2007).

Há quem defina globalização “*como conjunto de relações sociais que se traduzem na intensificação das interações transnacionais, sejam elas prática interestatais, práticas capitalistas globais ou práticas sociais e culturais transnacionais.*” (Santos, 2005). E ainda, na análise de fenómenos como globalizados na desglobalização, dominantes e dominados e localizados, este autor afirma que “*A desterritorialização, desvinculação local e transformação expansiva, por um lado, e a reterritorialização, revinculação local e transformação desintegradora e reactiva, por outro, são duas faces da mesma moeda, a globalização.*”.

De certo modo, o mesmo autor remete-nos a um aspecto muito delicado no modo como as sociedades dominantes, as eurocêntricas, procuram hierarquizar os conhecimentos, colocando alguns ramos da ciência como os propriamente ditos, os reais e, outros como de categoria secundária. Esse posicionamento está inculcado nas sociedades ocidentais no divisionismo e que procuram demarcar as epistemologias do Norte das do Sul. Essa diversidade antagônica, só será eliminada pela tolerância, através da substituição da monocultura de conhecimento científico por uma ecologia de saberes como práticas do conhecimento (Santos, 2007).

O mesmo autor coloca-nos a desafiante coexistência das reivindicações hegemônicas (Moraes e Freire, 2014). Nesse novo contexto epistemológico, a ecologia de saberes apresenta-se como postura de diálogo e articulação entre saberes antes alijados, permitindo novas configurações do conhecimento consonantes com uma cidadania mais ampla. Essa cidadania, que chamamos de planetária, é concebida nesse trabalho como significante flutuante que se articula em uma variedade de projetos concretos de acordo com os contextos em que são inseridos. Tais contextos abrigam ideias como internacionalismo, cosmopolitismo, sustentabilidade, direitos humanos, justiça social, interdependência. Destacamos o papel da universidade como território de articulação da cidadania planetária em toda a sua importância e abrangência.

Todas essas complexidades dos fenômenos da globalização têm também em Octávio Lanni (2004) a seguinte perspectiva:

... em rigor, a reflexão sobre a sociedade global reabre questões epistemológicas fundamentais: espaço e tempo, sincronia e diacronia, micro e macro, singular e universal, individualismo e holismo, pequeno relato e grande relato. São questões que se colocam a partir do reconhecimento da sociedade global como uma totalidade complexa e problemática, articulada e fragmentada, integrada e contraditória. Simultaneamente às forças que operam no sentido da articulação, integração e até mesmo homogeneização, operam forças que afirmam e desenvolvem não só as diversidades, singularidades ou identidades, mas também hierarquias, desigualdades, tensões, antagonismos. São forças que alimentam tendências integrativas e fragmentárias, compreendendo nação e nacionalidade, grupo e classes sociais, provincianismo e regionalismo, localismo e cosmopolitismo, capitalismo e socialismo.

Em vários simpósios e seminários, alguns intervenientes procuram passar a ideia de que a Globalização constitui um processo irreversível e inevitável. Ora, a perspectiva de inevitabilidade pode constituir um perigo, visto que, ao nível de Estados-Nação pode haver a leveza de legitimar-se a desresponsabilidade política, tanto nos actores sociais colectivos ou individuais e mesmo nos líderes na governação, ficando-se com a ideia de que se está perante um facto consumado.

Isso poderá também permitir uma fácil permeação dos agentes externos que, com uma actuação e visão pouco clara intencionalmente e que, no contexto da globalização enveredem por aquilo que Martin Kohr (2006) afirma sobre a Globalização como sendo simplesmente “*uma versão actual do colonialismo.*”.

Ainda na “crença” de considerar a Globalização como um fenómeno inevitável, isso não torna as transformações atrás referidas como se houvesse um deslizar sem atritos, como se de um pavimento liso se tratasse. Podem existir inúmeros conflitos, contrariedades e até incompatibilidades com os projectos de desenvolvimento nacional, nos espectros cultural, económico, ideológico, do poder e da mentalidade. Mas, havendo vontades por parte de todos os actores envolvidos, pode existir uma harmonização, permitindo uma coexistência equilibrada.

As actividades sociais, políticas e económicas além-fronteiras arrastam consigo e com uma certa cumplicidade o fenómeno Globalização, de tal modo que muitas decisões e actividades num certo espaço planetário são visualizados, analisados e aceites ou rejeitados, tornando-se às vezes algo significativo e levemente aceites noutras regiões (Held, 1999).

Ao abordarmos no nosso estudo a perspectiva de incubação orientada para as comunidades rurais, é com o propósito de disponibilizar conhecimento que permite produção com inovação, objectivando no fim “qualidade” e “produtividade”. Essa prática pressupõe mudanças nos intervenientes, que podem ser aprimoradas com o conhecimento que vai sendo disponibilizado para o efeito e que permite uma abertura para um *novo status*.

Esse salto para um *novo status* do conhecimento permite criar condições de modo a encarar os desígnios de uma globalização bem dinâmica e intensa. Na verdade, a comunidade

rural predispõe-se a assumir-se como um sistema disponível para a inovação em função das mudanças macro-sociais que caracterizam o mundo. É nessa perspectiva que Paulo Freire (1967) afirma o seguinte:

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos actos de criação recriação e decisão, vai ele dinamizando o mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a. Vai acrescentando a ela algo de que ele mesmo é fazedor. Vai temporizando os espaços geográficos. Faz cultura.

O Prémio Nobel Joseph Stiglitz (2004), nas suas intervenções sobre Política Industrial, em *Políticas de Desenvolvimento no Mundo da Globalização*, afirma que:

A globalização tem confrontado os países com o desafio de como competir no mercado global. Hoje se reconhece que o que separa os países desenvolvidos dos menos desenvolvidos não é apenas uma disparidade de capital e outros recursos, mas também uma desfasagem no conhecimento.

O mercado financeiro é porventura o mais globalizado dos mercados. O fluxo de capitais, no passado já analisado por Karl Marx (1818-1883), não obstante este considerar “o conflito entre os diversos capitais individuais – habitualmente referido por concorrência,...”, como um dos conflitos que caracterizam a sociedade capitalista, esse antagonismo espontâneo pode tornar-se o principal dinamizador na optimização da produtividade e do processo de inovação tecnológica das empresas, de modo a poderem triunfar no mercado cada vez mais exigente, tanto em qualidade, quanto em celeridade na disponibilização dos produtos.

Diríamos aqui que essa é uma das consequências bem aceitáveis da globalização, pela sua não estaticidade e que a liberalização dos fluxos de capitais ocorrida desde os anos oitenta, aliada à inovação tecnológica nas telecomunicações e nas aplicações informáticas permitiu avanços substanciais.

2.20. A Incerteza Causada pela Guerra

A guerra na Ucrânia, iniciada em Fevereiro de 2022, mostrou as limitações da abordagem Ocidental de décadas de tentar mudar a Rússia por meio do comércio e significa o fim da globalização como a conhecemos. As alianças globais estão a ser reformuladas e haverá pressão ainda maior nas cadeias de suprimentos globais, já frágeis após dois anos da pandemia pela COVID-19.

A rede financeira mundial fragmenta-se, com o risco suplementar do bloqueio da oferta de energia e alimentos e é o fim da globalização que observamos nas últimas décadas. O fosso entre economias desenvolvidas e as em vias de desenvolvimento será maior. Sinais deste fracasso crítico já tinha sido revelado pela vitória de Trump⁶¹, pelo referendo do ‘Brexit⁶²’ em 2016, e pela pandemia⁶³ em 2019, processos que evidenciaram a desestruturação dos dois pilares ocidentais da globalização e o significado do fim da globalização para a prosperidade, a paz e a ordem económica global ainda incerto.

O agro-negócio, que em muito depende da fidelidade das conexões que vão do produtor até ao consumidor, será particularmente afectado. A actual guerra em Gaza, onde o Programa Alimentar Mundial da ONU já afirma estar esgotando seus recursos nessa região e alerta para risco de fome, vem aumentar as incertezas, indo reduzir a rentabilidade da agricultura mundial com o desabastecimento mundial, diminuindo a oferta de cereais e insumos básicos para a formulação de fertilizantes, aumentando seus preços, concomitantes com os elevados preços de energia e combustíveis.

2.21. Desenvolvimento e Epistemologias: a Dinâmica do Conhecimento na Incubação de Empresas

Ao crescimento económico dos anos 80 surge nos anos 90 o conceito de desenvolvimento humano que se apresenta na sua forma individual ou colectiva pela

⁶¹ Donald Trump foi o 45º Presidente dos Estados Unidos da América, de 2017 a 2021.

⁶² Brexit é o processo de saída do Reino Unido da União Europeia, iniciado em 2017.

⁶³ Coronavírus, ou COVID-19, um vírus que causa infecções semelhantes a uma gripe, cujos efeitos levaram a que se declarasse como uma pandemia.

oportunidade, autonomia e poder que possam demonstrar, na construção contínua e sustentável de tomadas de decisões, e de resultados concretos de produção, o que lhes permite traduzir de um modo eficaz as transições que se lhe apresentarem.

Ao se acentuarem possíveis posicionamentos no campo de produção do conhecimento salienta-se a premissa de que um debate sobre a gnoseologia é antes de tudo uma discussão política e ideológica. Efectivamente e enfatizando a abordagem do desenvolvimento, este só se verifica quando existe uma vontade política expressa e factível das lideranças no poder e não algo que dependa somente do aspecto técnico.

Na abordagem do conhecimento e dada a sua complexidade, alguns teóricos procuram destrinchá-lo e distinguir alguns vocabulários a ele relacionados, como “dado, informação e inteligência”. Alguns são defensores de que “o sucesso ou fracasso dos empreendimentos pode estar sujeito ao reconhecimento de qual desses elementos é importante, qual está disponível e o que se pode fazer com cada um deles para abordar a situação que se está lidando no momento” (Davenport e Prusak, 1998).

De acordo com os teóricos Coelho e Dou (2000), “dado” (*data*) é

o nível mais elementar, um conjunto de números que pode aparecer em um resumo estatístico, no balanço de uma grande empresa, os sinais eletrônicos emitidos por um satélite de comunicação. [...] normalmente não tem significado para os não especialistas, mas são reveladores para os *experts*. O que é importante, portanto, não é o conjunto de dados em si, mas sim o conteúdo de informações que pode ser extraído deles. A informação pode ser entendida como dado - em seu sentido mais amplo que foram recebidos, processados e compreendidos.

Ao se afirmar que o conhecimento detem uma acepção mais complexa do que os de dados e informação, pode-se afirmar que conhecer constitui um processo cognitivo e que tem a ver com o compreender e internalizar as informações chegadas ao receptor. Porém, na percepção que se tem de “dado, informação e conhecimento” é de que os três conceitos são complementares e interdependentes (Maciel e Albagi, 2011).

Mais se enfatiza que:

O conceito de conhecimento apresenta diversas interpretações. O conhecimento não é construído apenas com a aplicação da lógica formal. O conhecimento decorre de um processo humano complexo, com características subjetivas e profundamente relacionadas ao sistema de valores do indivíduo e de seu meio ambiente cultural. O conhecimento é criado e organizado por muitos fluxos de informações; parte da informação é proveniente do próprio indivíduo e parte é adicionada pelo meio ambiente cultural, sendo que a segunda parte pode provocar a reestruturação da primeira parte no indivíduo (Carbone, 2009).

Ao procurarmos no nosso trabalho resgatar a importância do conhecimento das comunidades rurais nas suas práticas agrárias, torna-se importante distinguir a interação entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito.

Os professores e pesquisadores japoneses Nonaka e Takeuchi (1997) realçam que a criação do conhecimento “está ancorada no pressuposto crítico de que o conhecimento humano é criado e expandido através da interação social entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito”. Segundo os mesmos autores, designam também essa interação de “conversão do conhecimento”, entre indivíduos e em quatro modos diferentes:

- a) Do tácito para o tácito (ou seja, **socialização**) – a consistir na partilha de experiências e convivências, o que faz surgir o conhecimento tácito, ou empírico, i.e., habilidades técnicas no ‘como fazer’. A figurar como exemplos pode-se mencionar as “sessões de *brainstorming*”, em que há uma necessidade de colocar todos os participantes de uma sessão num estado equilibrado e entrosado, quando se pretende obter resultados bem firmes, em casos de problemas ou projectos de desenvolvimento sensíveis; partilha de experiências e modelos mentais que requerem a contribuição de todos, através de trabalho em equipa; maior contribuição em *inputs* e interação entre os responsáveis pelo desenvolvimento do produto e os clientes, dado que estes podem oferecer contribuições para a melhoria da qualidade;
- b) Do tácito para o explícito (i.e, **externalização**) – caracterizado pela transformação do conhecimento tácito em conceitos explícitos. É um processo de criação do conhecimento dito perfeito, dado que o conhecimento tácito, transforma-se em explícito. Como exemplo, temos o acto de detalhar o conhecimento tácito através

de folhas de cálculo, textos, figuras, imagens, descrições orais e mesmo filmes que relatem acções ou ocorrências;

- c) Do explícito para o explícito (designado de **combinação**) – que é o processo de sistematização de conceitos em um conjunto coerente de conhecimento. Essa forma de transformação ou conversão do conhecimento requer a combinação de conjuntos diferenciados de conhecimento explícito. Com o uso de documentos, conversas ou *chats* pelas redes sociais ou outro modo de comunicação digital, as pessoas trocam e partilham conhecimentos;
- d) Do explícito para o tácito (interiorização ou **internalização**) – processo de incorporação do conhecimento explícito no conhecimento tácito. É intimamente relacionada ao “aprender fazendo”. Quando são internalizadas nas bases do conhecimento tácito dos indivíduos sob a forma de modelos mentais ou *know-how* técnico partilhado, as experiências através da socialização, histórias apresentadas oralmente, externalização e combinação tornam-se activos valiosos. Geralmente acontece por meio da leitura/visualização e estudo individual de documentos de diferentes formatos/tipos (e.g. textos, manuais imagens), prática individual (*learning by doing*) e reinterpretação, o que permite, desse modo, aumentar o conhecimento tácito.

Nessa perspectiva, os mesmos autores identificam duas orientações dinâmicas para o processo de aumento do conhecimento: a “dimensão epistemológica”, que é a conversão do conhecimento tácito em explícito e, a “dimensão ontológica”, que consiste na transformação do conhecimento individual para o grupo, para a organização ou organizações.

Na verdade, a criação do conhecimento organizacional acontece numa interação contínua e dinâmica dos conhecimentos tácito e explícito, a qual acontece de acordo com as diferentes formas de conversão do conhecimento, cujo processo designam-no de “espiral do conhecimento” (**Figura 38**) e que este é contínuo, cíclico e evolutivo. Na interacção entre o conhecimento explícito e o conhecimento tácito, nas organizações, dá-se lugar à inovação.

Figura 38. Espiral do Conhecimento



Fonte: Nonaka e Takeuchi, 1997.

Atualmente, muito se tem feito referência da necessidade de interação entre as universidades (através da extensão universitária), que são consideradas como produtoras de conhecimento científico e as organizações ou empresas. Em Moçambique tem havido a expressão de exigência desse intercâmbio pelas instâncias governamentais. Contudo, a parte receptora e impulsionadora da sua implementação nem sempre valoriza essa produção científica, para que se verifique a transferência dos saberes teóricos e sistméticos, para além da quase inexistência de orçamento nas pesquisas nas Instituições de Ensino Superior.

Olhando para as várias perspectivas partilhadas pelos autores e não obstante a pouca importância dada à investigação científica nas universidades moçambicanas, têm surgido do ensino técnico privado iniciativas em formação profissional baseado em competências⁶⁴, o que poderá motivar várias entidades a criar empregos para muitos jovens, ou estes a serem empreendedores *start-ups*.

Há quem apresente uma perspectiva do conhecimento como o centro de união entre o desempenho das sociedades, regiões e organizações (Terra, 2005). E no contexto organizacional, o conhecimento afigura-se com as seguintes características: é difundível, auto-replicável, substituível, transportável e compartilhável (Zabot e Silva, 2002).

⁶⁴ O subsector do ensino médio da Universidade Politécnica em Nampula – ISEUNA foi precursor, no País, da iniciativa de cursos técnico-profissionais com base em competências e com o apoio da UKAID, em 2016.

O conhecimento surge como resultado de uma proporção ontológica, colocando o desenvolvimento humano como “*desenvolvimento conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e do sentimento de pertença à espécie humana*” (Morin, 2002) e, nessa perspectiva, abordamos aqui um modelo de distribuição de recursos, prémios ou vantagens, pelo modo como cada indivíduo ou uma certa colectividade corresponde aos objectivos pretendidos, ou seja, a meritocracia.

A avaliação e o reconhecimento das acções, que designamos de mérito, constitui uma grande complexidade e a aplicação da justiça pode não ser tão transparente. A aplicação da igualdade meritocrática de oportunidades tem a ver com os princípios de justiça, ou seja, obedecendo o preceito de justiça, que integra a igualdade equitativa de oportunidades, assegurando a todos, de forma ponderada, a distribuição de bens primários sociais essenciais (Rawls, 2000). A preocupação é com a distribuição igual de direitos e deveres básicos e depois, a partir do princípio da diferença, são compensadas as desigualdades injustas, particularmente aquelas que atingissem os mais desfavorecidos, garantindo-se a todos iguais oportunidades.

Ainda segundo esse autor, a repartição de habilidades ínsitas é considerada um bem comum e cabe a cada ser humano partilhar essas prerrogativas; a justiça como equidade aquiesce que o mérito moral dependa, não só do carácter moral de um indivíduo, mas também das suas práticas e, sobretudo, da consonância dos seus actos com os preceitos públicos, estabelecidas nas configurações básicas, de acordo com propósitos sociais que “servem para estimular os indivíduos a educar seus talentos e usá-los para o bem geral.”

Na mesma linha de pensamento, o ponto relevante aqui é que há muitas maneiras de definir mérito, dependendo das regras públicas em questão e dos fins e propósitos a que elas supostamente se destinam. Mas, nenhuma dessas maneiras define uma ideia de mérito moral em sentido próprio.

Este propósito conceitual mereceu também a atenção de um outro autor, na sua apreciação não totalmente concordante, quando se exprime:

A personificação e a genetização do mérito implica não só uma esterotipificação do mérito – o mérito simplesmente associado a determinada posição social, raça, profissão, nacionalidade... - mas também a própria depreciação do carácter instrumental ou consequencialista do mérito – significa recompensar cada um, não segundo aptidões demonstradas, mas decorrentes do estatuto herdado ou aptidões herdadas, independentemente do bom contributo para a sociedade (Sen, 2006).

Para os jovens no campo, a capitalização do conhecimento adquirido nas práticas agrícolas pode permitir a sua permanência nas suas origens, se forem contemplados em mais saberes de índole agrária, através da incubação, e em meios apropriados, como *kits* em insumos, para além de subvenções financeiras para os passos iniciais em investimento.

No nosso trabalho de campo e em visitas aos incubados em Malema, pudemos verificar o empenho dos jovens agricultores que, com os conhecimentos vindos das suas experiências na comunidade e em conciliação com as aprendizagens adquiridas nos seminários na incubação (**Figura 39**), estão a ter sucesso nas suas produções e na colocação das colheitas no mercado, se bem que em locais informais, porque os supermercados exigem a certificação dos produtos, condições ainda aquém da sua forma de organização.

Figura 39. Com uma jovem incubada de Malema



Fonte: Foto do autor, 2022

A estagnação do desenvolvimento em Moçambique passa de certa forma, em não se assumir de um modo sério e comprometido de que a verdadeira e prioritária aposta é na

actividade agrária e esta munida de conhecimento orientado cientificamente (sem menosprezar as práticas tradicionais). Muitos programas agrários são ensaiados no país. Mas, a selecção e o reconhecimento das pessoas para a sua implementação é muitas vezes pelas suas origens regionais e extractos sociais, ou pelos seus relacionamentos com as esferas políticas, ao invés de ser pelo esforço individual e no alcance dos objectivos planificados pelos respectivos pelouros.

Situações do género levam ao descumprimento de iniciativas, pelo não reconhecimento social no trabalho e nos projectos e daí haver um desnudamento do mérito pelas acções realizadas, porque as premiações são às vezes por amizades, amor, verificando-se assim uma promiscuidade entre a “responsabilidade”, “responsabilização” e “diversão”. Quando esses cenários são vivenciados por jovens, surge toda uma geração “contaminada” por práticas em que os valores estão sempre ausentes.

Quando se considera que a meritocracia é uma crença enfatizada no modelo de negócios actual, aí podemos afirmar que ela constitui um valor, se bem que às vezes com um carácter paradoxal, pela sua complexidade na sua aplicação justa (Tamayo, *et al.*, 1996).

Estes autores afirmam que “nem toda a crença constitui um valor; somente aquelas que são enfatizadas. Obviamente, as crenças que estabelecem os valores estão em interação entre si e com outras crenças, de forma a compor um sistema de valores complexo e organizado hierarquicamente.”

Olhando para o conceito de meritocracia, é na busca de uma gnosiologia com princípios antropológicos do saber e no qual “como cada ponto singular de um holograma contém a totalidade da informação do que ele representa, cada célula singular, cada indivíduo singular contém de forma hologramática o todo do qual faz parte que ao mesmo tempo faz parte de si” (Morin, 2002).

Dadas as dinâmicas nas sociedades, com vista a satisfazer de um modo eficiente os seus consumidores, as organizações, públicas ou privadas, consideram preponderante a efectivação de mudanças. A transição para uma nova tecnologia ou adopção de um método científico, ou mesmo para um mercado com regras específicas, constitui um passo às vezes

gigantesco para se transpor. Mudanças tecnológicas ou institucionais têm provado ser uma das principais causas de fracasso para as empresas estabelecidas e a história está repleta de tais exemplos (Tushman e Anderson, 1986; Henderson e Clark, 1990).

De certa forma, a introdução de mudanças tecnológicas numa organização leva consigo a necessidade de desenvolvimento de novas competências, através de uma aprendizagem dinâmica (Tushman e O'Reilly, 1996; Kim, 1998). A assistência local aos pequenos produtores rurais, através de extensionistas bem preparados tecnicamente, pode gerar muitas mudanças nas comunidades, pelas novas competências adquiridas na aprendizagem.

Por outro lado, é nossa intenção abordar aqui um referencial teórico dos processos envolvidos na dinâmica de aprendizagem nas pequenas ou médias empresas, incluindo as *start-ups* num país de reduzido desenvolvimento como Moçambique, tomando como paradigma a metodologia de incubação, na área de agro-negócio no meio rural.

As competências adquiridas, tanto dentro das organizações, através da assimilação íntegra da filosofia da mesma, quanto de fora, através do acumular de experiências que, de certo modo, são exigidas à comunidade numa hodiernidade polissémica, sendo ela monofacetada ou não, permitem potenciar os cidadãos visados com uma literacia e uma perspectiva libertadora, tomando por analogia a interpretação da “literacia multicultural” como “o espaço no qual se tornam possíveis novas práticas dialógicas e relações sociais.” (Giroux, 2005).

As experiências adquiridas pela interacção com as incubadoras permitem às comunidades rurais maior abertura para o mercado e melhor se relacionar com os outros intervenientes da cadeia de valor do agronegócio.

Na fase de incubação, de modo a garantir-se sucesso, torna-se importante a perscrutação de conhecimentos e experiências de organizações que tenham alcançado patamares de sustentabilidade, pois desse modo, os iniciantes aprendem continuamente a treinar em grupo, dado que um dos factores importantes para que se saia da fase de projecto é apetrechar-se de mais saberes.

A acentuar essa partilha de conhecimento há que

(...) life histories can reveal that personal, individual experiences and perceptions actually have their origins in social forces. This can have an emancipatory and empowering effect in that it removes or alleviates the personal sense of responsibility and gives pointers as to where change might be possible (Goodson e Sikes, 2001).

A aplicação do método de incubação agrária, pela sua dinâmica de trabalho e envolvimento, pode potenciar o diálogo entre o ambiente rural e cosmopolita e assim reforçar o posicionamento do indivíduo de ambas as partes como cidadão, na sua interação para um intercâmbio justo e democrático. O alinhamento pela incubação coloca ideias e crenças em entendimento harmonioso, dado que os interesses do campo e da cidade nessa perspectiva serão comuns, o de prover-se de lucros na troca de produtos, através de cadeia de valores. E nesse espaço comum, todos aprendem com todos, tornando as assimetrias diminutas.

2.22. A Hermenêutica Diatópica na Construção do Espaço Social Entre o Rural e o Urbano Consumidor

Propusemo-nos também aqui rever a redefinição da “... democracia, dos direitos humanos, da humanidade e das relações económicas para lá das definições impostas pela modernidade europeia” (Grosfoguel, 2008) numa perspectiva mundial, sincronizadas nos princípios de uma hermenêutica diatópica, aspectos fundamentais na boa governação que se pretende, para um permanente diálogo entre as comunidades rurais e o meio citadino.

As boas práticas de governação podem e devem proporcionar ambientes conciliadores entre o campo e a cidade e entre diferentes identidades, em que “a incompletude das culturas e das concepções da dignidade humana, do direito e da justiça exige o desenvolvimento de formas de diálogo (a hermenêutica diatópica) que promovam a ampliação dos círculos de reciprocidade” (Herrera-Flores, 2009).

Um diálogo permanente entre diferentes *topoi*, ponto comum de partida de uma argumentação, percebidos como “os lugares-comuns retóricos mais abrangentes de

determinada cultura, deve ser sempre priorizado, enquadrando assim a noção de hermenêutica diatópica, com o objectivo de “ampliar ao máximo a consciência da incompletude mútua [das culturas] através de um diálogo que se desenrola, por assim dizer, com um pé numa cultura e outro, noutra.” (Wolkmer, 2006).

A diversidade de vivências e experiências leva a que alguns *topoi* sejam mais fortes que outros. No entanto, o diálogo entre as diferentes identidades, a rural e a cosmopolita, é aqui chamado, para miscigenar esse espaço de interações. “O reconhecimento de incompletudes mútuas é condição *sine qua non* de um diálogo intercultural,” que pode originar “uma produção de conhecimento colectiva, participativa, interactiva, intersubjectiva e reticular.” (Demo, 2006).

Torna-se importante clarificar o conceito de ruralidade. “A noção de ruralidade, quando aplicada a um modelo de ocupação do território, baseia-se em aspectos como o povoamento de baixa densidade demográfica e vínculo à agricultura como actividade económica dominante” (Ferrão, 2007). Sem a ruralidade, entendida como a valorização dos recursos rurais e a identidade daqueles que habitam no mesmo, o desenvolvimento sustentável não é possível.

Na aplicação de incubação de empresas no meio rural para que alcancem sustentabilidade, os riscos são bem diferentes que na incubação de empresas e de serviços no meio urbano e não de fácil conhecimento, dada a raridade e dispersão de estudos sobre esse aspecto.

Não existe “o desenvolvimento rural” como fenómeno real e distinto do desenvolvimento urbano. Dada a complexidade do processo ‘desenvolvimento’, porque quase sempre se conta com o ‘desenvolvimento económico’, quando queremos nos referir ao ‘desenvolvimento rural’ há que fazê-lo em estudo separado (Veiga, 2000)

No início do Séc. XX, a Sociologia Rural distinguia rural do urbano

[...] estabelecendo a conexão entre os elementos caracterizadores do primeiro e procurando explicar, com base nalgumas variáveis (ocupacionais, ambientais, tamanho das comunidades, densidade populacional, homogeneidade e heterogeneidade das populações,

diferenciação, estratificação e complexidade social, mobilidade social, migrações, sistema de integração social), os diferentes graus do rural e do urbano, que se ordenavam no espaço, sem rupturas, num contínuo gradual entre os pólos extremos (Baptista, 2001).

É importante notar que, os elementos que caracterizam a ruralidade se têm modificado ao longo da história, apresentando-se com novos paradigmas, isto é, os sistemas de latifúndios vão se esvanecendo, a agricultura está a modernizar-se (com a inovação e aplicação de novos equipamentos de produção), a população rural passou a obter rendimentos nas proximidades do meio urbano (como alternativa de sobrevivência) e as diferenças culturais entre o campo e a cidade são cada vez menores.

O espaço rural é agora procurado por urbanos, consumidores da natureza e das actividades que esta proporciona. O mercado já não se limita a pôr em relação, através das trocas de produtos agrícolas e de equipamentos e tecnologias, dois espaços produtivos: a cidade industrial e o campo agrícola. Hoje envolve todo o território numa teia diferenciada de actividades e de fluxos económicos (Baptista, 2001).

Ao nos referirmos ao desenvolvimento rural apontamos a sua influência na criação de novos produtos e serviços, associados a novos mercados. Por outro lado, a aplicação do desenvolvimento procura modos de redução de custos através da aplicação de tecnologias que tornam as actividades de produção mais céleres. Além do mais, a proximidade entre o rural e o urbano é em muito graças a vias de comunicação mais acessíveis. De antes, o percurso da cidade de Nampula a vila de Ribaué era feito em 3 horas e actualmente basta 1 hora e meia para o efeito.

O “paradigma de desenvolvimento com base na parceria urbano-rural” (Epstein e Jezeph, 2001) é um objectivo claro de que, partindo da constatação de que os países com poucos recursos económicos, mesmo os que têm a sua população como maioritariamente rural, como Moçambique, tendem a concentrar os seus recursos no desenvolvimento industrial urbano. Esse fenómeno estimula a migração rural-urbana, fazendo com isso surgir vários problemas para as cidades, como o desemprego, a criminalidade e a salubridade e pobreza urbanas. Como solução para estancar esses movimentos, sugere-se que se criem incentivos que retenham os jovens nos meios rurais, através apoios aliantes para a prática agrária que compense.

Em toda a parte mais ênfase deve ser dirigida ao desenvolvimento rural para desencorajar a migração rural-urbana – especialmente nos países onde a maioria da população ainda vive em áreas rurais. O desenvolvimento rural e o urbano precisam ser considerados processos complementares, em vez de competidores por recursos limitados.

À complexidade para uma avaliação rápida na incubação agrária, para além da exiguidade de estudos, adicionam-se:

os elevados níveis de risco (risco relacionado com políticas agrícolas governamentais, riscos biológicos, riscos ambientais, mudanças climáticas e sazonalidade, *commodities...*), o que concorre para o facto de o *risk aversion* dos profissionais do sector primário ser, geralmente, maior do que em outros negócios e para uma maior dificuldade na obtenção de financiamento por parte das instituições financeiras tradicionais (Ferrão, 2007)

2.23. Desenvolvimento Sustentável e Agroecologia

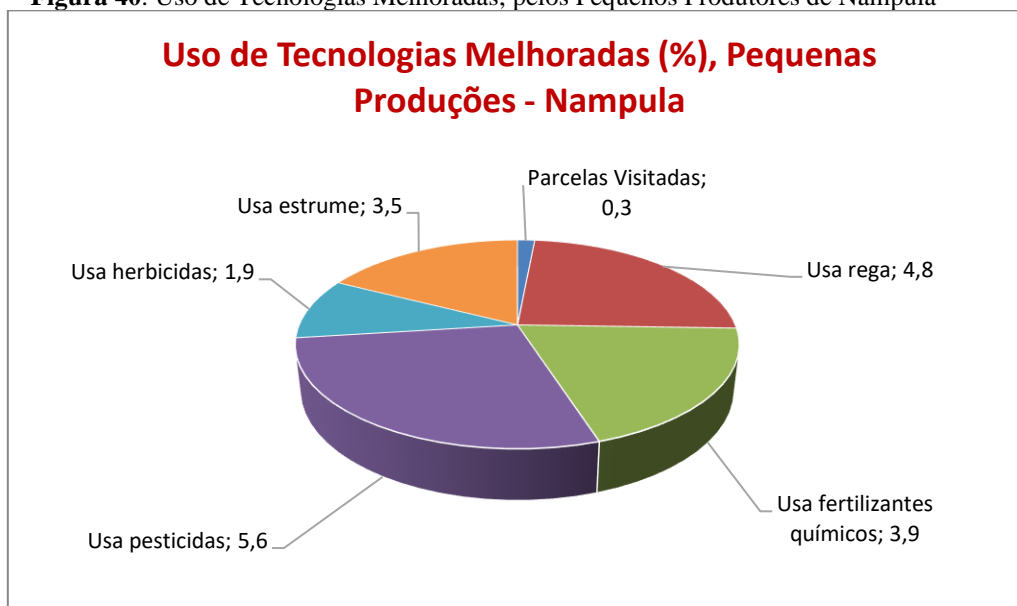
Actualmente, a questão ambiental tem sido referência em vários patamares e ciclos, desde encontros oficiais a diversos níveis das sociedades, assim como nas escolas e no dia-a-dia do cidadão comum. Desse modo, a temática de sustentabilidade ambiental transcende o ser algo para debate restricto de estudiosos e decisores políticos.

Se colocarmos a questão em que consistiria o “desenvolvimento sustentável”, recolheríamos, por certo, posicionamentos díspares em pontos de vista, deduzindo daqui que a temática não reúne consenso e que depende dos interesses de cada um. Partindo deste último mote, a agroecologia é interpretada como um modelo alternativo de agricultura, compreendendo as relações ecológicas entre os diferentes elementos do agroecossistema, e constituindo, constituindo uma via à sustentabilidade.

O modo de conceber desenvolvimento e progresso está, de certa maneira, associado à ideia de evolução e, como Charles Darwin colocava biologicamente, como processo de evolução dos seres vivos para a perfeição desejada, com base nas potencialidades genéticas. Daí a ideia de transformação como movimento para a forma apropriada de cada ser vivo (Gould, 1999).

A prática da actividade agrária em Nampula e pelo número de terras aráveis na província (749 261 parcelas, IAI, 2020) ainda pode-se considerar que ainda se pratica a agroecologia, visto que o uso de tecnologias melhoradas para fertilizar os solos ainda é muito diminuto (**Figura 40**).

Figura 40. Uso de Tecnologias Melhoradas, pelos Pequenos Produtores de Nampula



Fonte: Adaptado do IAI, 2020.

Apesar do uso de insumos fertilizantes ser ainda de pequena escala, devido aos custos na sua aquisição pelos pequenos produtores, o uso de pesticidas é o mais comum e frequente (5.6 %), porque torna-se imprescindível garantir uma colheita razoável para a subsistência das famílias em alimentos e alguma renda no mercado informal.

Contudo, não deixa de ser preocupante a infestação das poucas águas correntes, que também são usadas para a rega e consumo, não garantindo, assim, as salvaguardas ambiental e social das comunidades mais próximas das parcelas cultivadas. A horticultura é praticada na época seca, em que a temperatura ambiental é mais fresca, mas coincide que nessa fase muitos dos pequenos riachos estão secos e para a rega recorre-se a poços artesanais.

As várias análises sobre o “desenvolvimento” feitas por vários cientistas levou-os a despoletar preocupantes problemas ambientais que afectavam o seu equilíbrio e que colocariam explicitamente aspectos ligados à própria sobrevivência humana, na enorme contaminação das águas e dos solos, pela crescente industrialização, nas ameaças à camada de ozono a provocarem o aumento crescente do efeito de estufa. Todos esses aspectos, como factores a afectarem o ambiente, passaram a ser comuns à maioria dos cidadãos.

Moçambique, com mais de 16,4 milhões de crianças (52% do total da população)⁶⁵, tem envidado esforços para alcançar os objectivos de desenvolvimento sustentável para as crianças⁶⁶, num contexto de grande vulnerabilidade ao clima e choques económicos globais, assim como desafios internos, tais como a qualidade do ensino básico, o conflito no Norte do país, a implementação do Processo de Desmobilização, Desarmamento e Reintegração (DDR) dos ex-guerrilheiros da RENAMO, assim como a implementação das Reformas de Descentralização.

Dada a severidade do panorama provincial sobre a situação de vulnerabilidade da criança em Nampula, camada da população que criará um impacto muito grande num futuro próximo, torna-se importante que o governo tenha um olhar mais atento a esse *cohort* de habitantes. Com 3.521.679 a viverem em Nampula⁶⁷, numa taxa bruta de natalidade por 1000 habitantes de 36,6%⁶⁸, apresentamos uma visão geral da pobreza na Província (**Tabela 19**).

Tabela 19. Pobreza Multidimensional e Monetária das Crianças na Província de Nampula

	Média Nacional	Nampula
Pobreza Infantil Multidimensional	46,3%	58,9%
Pobreza Infantil Monetária	49,0%	58,7%
Taxa de Desnutrição Crónica	38,0%	47,6%

Fonte: Dados do INE, 2017. Adaptação do Autor.

⁶⁵ INE, 2017.

⁶⁶ UNICEF, 2020.

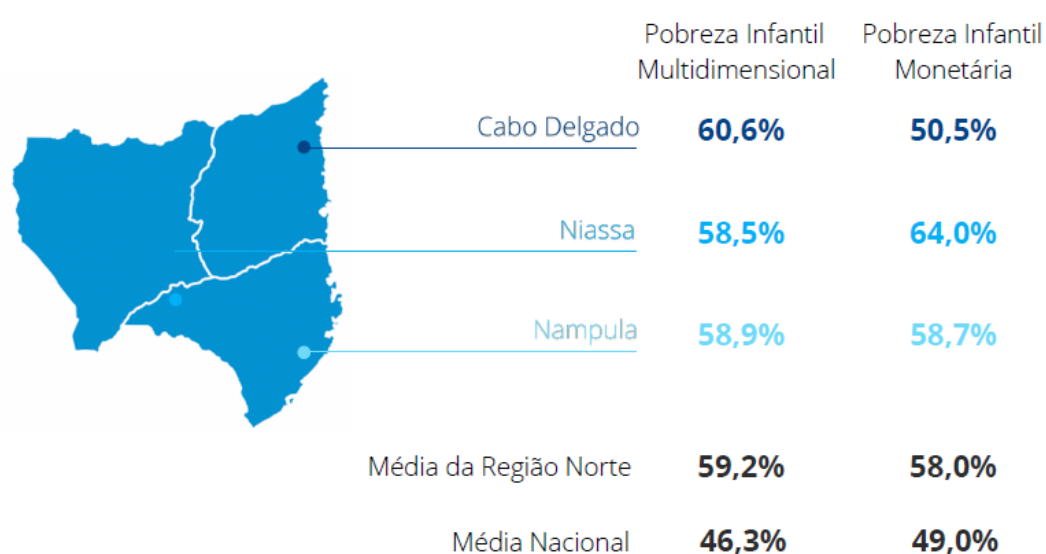
⁶⁷ INE, projecções do Censo 2017.

⁶⁸ Ibid.; Número de nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, por referência à população média desse período.

A Província de Nampula tem taxas mais elevadas de pobreza infantil, quer monetária quer multidimensional, do que as médias nacionais. Por outro lado, as crianças de Nampula estão mais propensas a viver na pobreza do que os adultos⁶⁹.

Segundo o Relatório da UNICEF (2021), as crianças que vivem em Nampula apresentam a segunda taxa de pobreza infantil multidimensional mais elevada da região Norte de Moçambique, cerca de 13 pontos percentuais acima (**Tabela 20**).

Tabela 20. Índices de Pobreza Infantil na Região Norte de Moçambique



Fonte: Relatório da UNICEF, 2021.

Um aspecto a considerar nas nossas reflexões é de que a agricultura familiar e de pequena escala não se orienta pelo produtivismo, ou seja, numa produção intensiva de monocultura, com o uso de insumos externos e virada somente para o mercado, como o agro-negócio. É sim, de uma produção de alimentos de um modo diversificado e no uso múltiplo dos recursos naturais, o que tem potenciado uma prática agroecológica.

Por outro lado, a agroecologia como é actualmente praticada nos diversos locais da província do nosso estudo não tem permitido proporcionar produtos que possam merecer fácil aceitação nos mercados urbanos, ou porque os seus produtores não possuem certificação, ou porque o aspecto aparente da produção não é apelativo ao consumidor final urbano. E isso

⁶⁹ Projecções do INE, 2017.

requer uma consciencialização paulatina dos consumidores sobre os benefícios desse tipo de produção, na sociedade, tanto para a saúde quanto para o meio ambiente.

Como atrás referido, o modo de produção da agricultura familiar é o que mais tem garantido a produção de alimentos a nível global (Ritchie, 2021), se bem que o modelo de agro-negócio procure uma cooptação, para merecer menos críticas na devastação ambiental, alegando até a abordagem ao mercado em forma de “livre comércio”.

2.24. Incubação Agrária na Perspectiva de uma Agricultura Sustentável

Actualmente a prática agrícola tende a estar virada para o mercado, pelo que olha mais para o presente, sem que tenha em conta o “amanhã”, o que coloca em risco a sustentabilidade das gerações do futuro. Ora, esse possível legado pode-se dever ao uso não adequado dos recursos agrícolas, como a água, o solo e mesmo a diversidade genética, o que incrementa a necessidade e dependência do uso de insumos químicos que podem degradar o ambiente.

A ampliação das exigências do mercado leva a que se aumente a produtividade do sector agro-pecuário, às vezes em prejuízo da sustentabilidade ambiental, através do desmatamento e desflorestação, da erosão e assoreamento dos rios, do uso deliberado de agrotóxicos, da redução da biodiversidade e mesmo até do risco a saúde dos próprios agricultores. Entre os impactos negativos directos, destacam-se a poluição e a degradação do solo, da água e do ar. (Serra, *et al.*, 2012).

Pode-se classificar o desenvolvimento sustentável como sendo o crescimento económico que se baseie no equilíbrio ecológico e na igualdade social, tendo em conta a integração da sustentabilidade económica, social, espacial, cultural e ecológica ao desenvolvimento económico, em que se incorpore a conservação e protecção ambiental ao processo de desenvolvimento económico dos países, com o objectivo de se minimizar o impacto humano no meio ambiente (Mendonça Filho, 2002).

Por outro lado, a nossa análise pode ser direccionada para uma vertente factual e natural em que, diante do rápido avanço das mudanças climáticas, da perda de biodiversidade e da escassez de água, fica claro que a agricultura global deve mudar rápida e decisivamente para a sustentabilidade. A agricultura não contribui apenas para esses problemas ambientais. As actuais práticas também deixam muitas comunidades vulneráveis a desastres relacionados ao clima, assim como monoculturas dependentes de insumos que deixam pouco espaço para resiliência adaptativa (Smith, *et al.*, 2014).

É nesse estágio que os pesquisadores em Moçambique, através do IIAM, das universidades e das incubadoras, que deve ser feita uma transição para uma agricultura ecológica ou a agroecologia. Ao mudar-se de regime de monocultura para o sistema de cultivo diversificado e natural, os agricultores podem criar ciclos fortes de energia, água e nutrientes, diminuindo consideravelmente tanto o impacto ambiental, quanto a dependência de recursos intensivos e de insumos externos (Vandermeer, 2011; Kremen, *et al.*, 2012).

Por outro lado, a agroecologia também dá aos agricultores mais flexibilidade para se adaptarem às mudanças climáticas e às flutuações do mercado, e pode fornecer dietas mais diversificadas, providas de mais nutrientes e culturalmente apropriadas, podendo assim, também providenciar e aumentar benefícios ambientais na agricultura.

Contudo, há que reconhecer que, para práticas de uma agricultura ecológica existe a necessidade de capacitar os pequenos agricultores de conhecimento adequado e, nesse aspecto, torna-se importante a intervenção de um programa de incubação agrária devidamente monitorado e também de se implementar a lei da terra de um modo justo.

3. Metodologia

Pesquisa é uma viagem em busca de apoio, em que se procura descobrir algo, uma jornada com um determinado fim, uma atitude de reconhecimento da ignorância, uma experiência no espaço do nosso desconhecimento, um método de pensamento crítico, uma actividade motivada pelo instinto de curiosidade com vista a adquirir novas visões, uma multiplicidade de modelos facilitadores do desenvolvimento mais conhecimento e obtenção de respostas criativas para problemas das sociedades, usando métodos e procedimentos científicos. Assim, nesta fase do trabalho apresentam-se os métodos e técnicas utilizadas para a realização desta investigação.

3.1. Local de Estudo

Optámos pela Província de Nampula para a realização do nosso estudo pelas seguintes razões:

- (a) Nampula apresenta-se como a província mais populosa e, segundo os indicadores sociodemográficos da UNICEF (2022)⁷⁰, sua população atingindo quase os 6,5 milhões de habitantes (**Tabela 21**), sendo a sua maioria residente nas zonas rurais.

Tabela 21. População de Nampula vs Moçambique.

Total da População Residente	6 490 271
Total de Adultos	2 968 592
Mulheres Adultas	1 569 977
Homens Adultos	1 398 615
Total de Crianças (0-17 anos)	3 521 679
Raparigas	1 756 441
Rapazes	1 765 238

Fonte: UNICEF, 2022.

⁷⁰ INE, projecções do Censo 2017.

- (b) Segundo os Serviços Provinciais de Actividades Económicas de Nampula (IOF, 2020), existem disponíveis vastas terras férteis para o desenvolvimento da actividade agrária;

- (c) O Corredor de Nacala pode ser grande dinamizador dos agro-negócios para toda a região Norte de Moçambique, assim para alguns países vizinhos, como o Malawi, a Zâmbia e a Tanzânia.

A Província de Nampula, situada a Nordeste do território moçambicano, como se pode observar do mapa de Moçambique (**Figura 41**), a Norte faz fronteira com as Províncias de Cabo Delgado e Niassa, através do Rio Lúrio, a Sudoeste com a Província da Zambézia, através do Rio Ligonha e a Este com o Oceano Índico. Com cerca de 81.606 km² de superfície, a sua divisão administrativa é composta por 23 distritos, dos quais 8 contêm municípios.

Figura 41. Mapa de Moçambique



Fonte: <http://bigkarta.ru/pt/mapa-mocambique.htm> (Acessado aos 24 de Setembro de 2023)

Nampula, com um clima tropical e húmido e com uma vasta rede hídrica colocam a agricultura como a actividade dominante, sendo o caju, o sisal, a copra, o milho, o amendoim e o arroz as produções mais importantes (POCA, 2018).

3.2. Delimitação do Estudo

Incubação de empresas é uma abordagem para o sector agrário, porque pode contribuir para a comercialização e modernização da agricultura, bem como na promoção de uma indústria agrícola rural competitiva, através de armazenamento e processamento adequados. Outras abordagens que visam alcançar esses objectivos incluem

- (i) Fortalecimento de organizações dos agricultores.
- (ii) Maior investimento no agro-negócio.
- (iii) Desenvolvimento da cadeia de valor.

Dentro deste espectro de opções complementares, a incubação de empresas do agro-negócio visa especificamente facilitar a criação de novas e firmes empresas de carácter rural, estimulando-as a serem inovadoras, de modo a permitir-lhes crescimento e sustentabilidade.

O agro-negócio em todo mundo passa por mudanças estruturais, exigindo dos produtores rurais novas formas de produzir que levem em conta os seguintes determinantes:

- Mudanças climáticas que exigem capacidade de resiliência no campo;
- Sistemas de produção sustentáveis;
- Necessidade de agregar valor nas cadeias produtivas que tem representatividade mundial;
- Segurança alimentar e,
- Incorporar novas tecnologias de produção para aumento da produtividade.

Há que notar que a importância do agro-negócio e a sua complexidade é tão relevante, tanto pelo rendimento que proporciona, quanto pela abrangência geográfica e populacional, que merece do Estado acções coordenadas e ousadas, de modo a preparar e apoiar o sector e para que este continue a se desenvolver.

Na visão de um Moçambique sem fome, desnutrição e pobreza extrema, o MADER (2023), através do segundo Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário,

PEDSA II, com horizonte temporal até 2030, antevê um sector agrário próspero, competitivo e sustentável, preparado e resiliente aos choques climáticos.

Para sermos mais assertivos, delimitámos o nosso estudo aos distritos de Malema, Ribáuè e Rapale, por estes serem servidos por uma estrada que os coloca na mesma linha sequencial para servir a urbe de Nampula, no abastecimento de produtos agrícolas. Por outro lado, estes 3 distritos possuem uma rede hídrica e clima favoráveis à prática agrícola que, bem organizada, através de incubação, pode preconizar resultados muito positivos e garantir a sustentabilidade do agro-negócio. Este trabalho teve uma delimitação temporal entre 2021 e 2023.

3.3. Tipo de Pesquisa e Colecta de Dados

Neste trabalho usámos o método de pesquisa qualitativa. A análise retrospectiva dos dados quantitativos, que se apresenta sob a forma da revisão bibliográfica, baseou-se em elementos dos últimos 12 a 13 anos. Mesmo assim, o apresentado não foi o desejado, visto que as entidades distritais do sector agrário foram renitentes em nos fornecer alguns dos elementos solicitados.

Foram colectados dados brutos por meio de entrevistas, mas também usámos um questionário, com questões pontuais aos jovens agricultores (através de redes sociais e no caso o *WhatsApp*), pelas visitas aos locais de implementação dos projectos, para além dos *workshops* promovidos pela incubadora do ISEUNA, no âmbito de sessões de formação.

Por vias disso, procuramos neste estudo usar fontes de natureza primária e secundária, na busca de dados de pesquisa. Os dados primários não resultam de estudos ou análises anteriores e, no nosso trabalho de pesquisa, no processo da sua obtenção recorremos à entrevistas, questionários ou formulários, ou mesmo a observações através de visitas. Explicou-se aos incubados a motivação do estudo, o que criou sensibilidade para a aceitação em colaborar. Para a obtenção de mais informação usámos também gravação de voz, imagens fotográficas e registo de notas.

O conteúdo foi então analisado tendo em conta a temática e os grandes temas formados foram usados para interpretar os resultados. Escolhemos esse método porque a nossa pesquisa foi sobre a sustentabilidade dos agro-negócios dos jovens agricultores e em especial os do sexo feminino, faixa etária que constitui a maioria dos habitantes do meio rural da Província de Nampula, através da incubação de empresas, o que pode permitir o empoderamento económico desses jovens, uma das áreas-chave no desenvolvimento da comunidade.

Por outro lado, foi também nossa intenção em procurar saber sobre as experiências de jovens e em particular das mulheres no agro-negócio porque, pesquisa qualitativa é mais sobre experiências vividas e percepções humanas (Rutberg, *et al.*, 2018).

É do interesse de pesquisadores qualitativos procurar entender como as pessoas interpretam as suas experiências, como constroem os seus mundos e que significado atribuem a essas experiências (Butina, *et al.*, 2015).

Além do mais, a razão pela qual a colecta de dados foi feita nos locais de implementação e no campo foi para se permitir conduzir as entrevistas dentro do ambiente natural dos participantes, onde estes se sentiam mais à vontade para se expressarem. Os métodos qualitativos valorizam a singularidade das pessoas e o seu meio ambiente, e não visam, nem reivindicam e muito menos procuram a generalização e limitação imposta por necessidades estatísticas das estratégias de amostragens aleatórias (Glenwick, *et al.*, 2016).

Assim, a população de interesse é geralmente localizada. Como tal, a amostragem na pesquisa qualitativa foca-se mais na obtenção de informações locais ricas, em oposição a uma simples recolha de resumos generalizados e globais (Rutberg, *et al.*, 2018). E nós também precisávamos de uma compreensão completa do processo de incubação de empresas no agro-negócio e em como a mesma pode promover o desenvolvimento económico sustentável das comunidades rurais, sendo que, uma das principais características da pesquisa qualitativa é a necessidade de se ter uma melhor percepção do problema e a vontade de explorá-lo minuciosamente.

Como pesquisador, era nosso interesse procurar explorar o significado das palavras dos jovens agricultores e em particular os do sexo feminino e ter a percepção das suas

experiências na primeira pessoa até porque a interação entre pesquisador e participante desempenha um papel na produção de dados e descobertas (Carvalho e Leite, 2019).

3.4. Amostra

A manutenção de registos é uma das questões mais desafiadoras quando se pesquisa áreas em desenvolvimento (Tutuba e Vanhaverbeke, 2018) como agro-negócio e incubação agrária e este estudo não fugiu à regra. A nossa principal questão de pesquisa é: *Até que ponto a aplicação do sistema de incubação de empresas poderá catalisar e tornar sustentável a prática agrária e de agro-negócios pelos jovens, na Província de Nampula?* A complementá-la, colocámos as seguintes questões:

1. Quais são os principais desafios que os jovens empreendedores enfrentam na agricultura de pequena escala e no agro-negócios nas áreas rurais de Nampula?
2. Como é aplicado o processo de incubação de empresas agrárias e de agro-negócios, para superar esses desafios e promover o empoderamento económico sustentável para os jovens envolvidos em agricultura de pequena escala e em agro-negócios nessa região Norte do país?

O principal grupo alvo de estudo foi de vinte e sete (27) jovens de ambos os sexos dos distritos de Malema, Ribáuè e Rapale, de entre os cinquenta (50) seleccionados dos vinte e três distritos da Província de Nampula. Por outro lado, também procurámos entrevistar cinco (5) técnicos extensionistas e três (3) gestores ligados ao sector da agricultura na província (SDAE), perfazendo, portanto, trinta e cinco (35) entrevistados.

3.5. Desenho da Pesquisa

O desenho da pesquisa usado neste trabalho foi de abordagem fenomenológica, onde foram exploradas as experiências vividas dos jovens em agro-negócio. A abordagem fenomenológica lida com os significados das experiências vividas de um fenómeno por vários

indivíduos (Manen, 2017), e neste caso, concentrámo-nos nos jovens e mulheres em agro-negócio e querendo conhecer o impacto e a sustentabilidade do agro-negócio neles.

Na qualidade de entidade pesquisadora, pretendíamos saber sobre as soluções sustentáveis do fortalecimento económico feminino e dos jovens rurais em alguns distritos de Nampula. Portanto, adoptámos o método da pesquisa qualitativa neste estudo porque fornece aos profissionais ferramentas valiosas para o desenvolvimento e avaliação de políticas destinadas a enfrentar problemas como a pobreza, desestruturação ou desfasamento económico e muitos outros, em muitas comunidades contemporâneas (Silverman, *et al.*, 2014).

O presente estudo, dado ser qualitativo, incorporou essencialmente dois métodos de colecta de dados, que foram, por via de entrevistas, por visitas aos locais de implementação dos projectos e por vias de interacção usando o *WhatsApp*. Isso permitiu-nos reunir um espectro mais amplo de evidências e perspectivas, o que permitiu aumentar a credibilidade e confiabilidade da análise. Para o grupo em estudo nos Distritos de Malema e Ribáuè, a obtenção de dados foi, na sua maioria, por entrevistas presenciais, porque muitos não possuíam condições materiais para aceder ao questionário via Internet.

Alguns estudos de pesquisa qualitativa podem usar apenas um método de colecta de dados, como entrevistar os participantes, porque as histórias pessoais e as visões de cada indivíduo muito bem poderão responder as questões do pesquisador. Mas, ao invés de se medir quantitativamente os resultados, os métodos qualitativos são usados para reunir as percepções dos participantes, tanto do processo quanto dos próprios resultados (Saldaña, 2011).

3.6. Opção Metodológica

A decisão sobre a escolha da metodologia apropriada é sempre da máxima importância, ainda que difícil. Um dos métodos de assegurar a validade interna é através do recurso à triangulação dos dados. A triangulação resume-se na combinação de dois ou mais pontos de vista, fontes de dados, abordagens teóricas ou métodos de recolha de dados numa mesma pesquisa, de modo que se possa obter como resultado um retrato mais aproximado e fiel do real, ou uma compreensão mais completa do fenómeno a analisar. Quanto mais diversidade e integração de métodos, maior será a confiança nos resultados (Fonseca, 2002).

A racionalidade desta estratégica multi-metodologia está no facto de se poder atingir o melhor de cada um dos métodos, pois que os defeitos de um método são, muitas vezes, os pontos fortes de outro, pelo que a combinação de métodos permite que se ultrapassem as suas deficiências específicas (Denzin, 1970).

No cômputo geral, todo método de pesquisa tem as suas vantagens e desvantagens, e embora haja um consenso entre alguns pesquisadores de que os dados são, no fundo, mais "interessantes" do que os números, existem razões de índole menos estéticas, contudo analiticamente mais sóbrias, para que se opte pela escolha (Silverman, 2009).

Mas, nem sempre a pesquisa qualitativa é a mais apropriada para todo o tipo de problema de pesquisa. É necessário pensar exactamente no que se pretende alcançar, em vez de simplesmente guiar-se por algo de preferência trivial. Ao optar no nosso trabalho por uma pesquisa qualitativa com a abordagem multi-metodológica, usámos como técnicas de recolha de dados a observação, a análise documental, entrevistas e o questionário (Lakatos e Marconi, 1990).

Metodólogos de investigação não têm entrado em consenso sobre a sua concepção e a sua realização, tornando-o um terreno contestado, o que dificulta a sua plena evolução. Há quem conceba (Yin, 2009) quatro potenciais actividades de colecta de dados: entrevistas; observações; colecta e exame; e sentimento. Dentro desses quatro métodos, as seguintes práticas foram observadas neste nosso estudo:

Entrevistas: questionário estruturado e entrevistas de tipo qualitativo a todos os actores na incubação, seguindo as directrizes do método de Yin (2011), consistindo em modesta intervenção verbal, permanecendo neutral e não de intervenção directa e mantendo o relato e análise enquanto se entrevista.

Observações: presença nos locais de incubação agrária, para ver como foi montada a operação, como foi a interacção aleatória e casual entre os jovens e a equipa de apoio, observando o dia-a-dia das actividades e daí ir tirando ilações e significados dessas observações, para possibilitar a contextualização de outras respostas.

Colecta e exame: colecta de outras informações não directamente observáveis sobre as actividades da incubadora, incluindo relatórios de formação e *workshps*.

Sentimento: incorporação das percepções do pesquisador, adquiridas ao falar com os sujeitos inquiridos e entrevistados.

Este trabalho de pesquisa utilizou uma única incubadora de empresas ligada ao ISEUNA, Unidade Orgânica da Universidade Politécnica, em Nampula. Usamos entrevistas das equipas intervenientes, como profissionais afectos ao FNDS e aos Serviços Provinciais das Actividades Económicas e à Direcção Provincial da Agricultura, incubados actuais e os já graduados, bem como o espólio documental da incubadora.

Dada a natureza da maioria das incubadoras de empresas estarem viradas para a inovação e daí o uso de novas tecnologias de informação, procurámos realizar uma pesquisa exhaustiva sobre as incubadoras de empresas a operar em Moçambique, com vertente agrária e com ligação a alguma Universidade, o que se tornou exaustivo e sem resultado pretendido. Desse modo, a incubadora do ISEUNA foi a seleccionada por ser parte da Universidade Politécnica e com experiência em agro-negócio.

A incubadora em referência funciona desde a sua inauguração em 2014 e, com uma vasta experiência em vários ramos de actividades, que incluem áreas de capacitação, desde engenharia em ferrovias, contabilidade e gestão, higiene e segurança no trabalho, desenho de projectos de obras, manutenção e orçamentação em construção civil, avicultura e vários programas de formação de curta duração em gestão de municípios.

A Incubadora do ISEUNA tem conseguido responder às necessidades dos jovens a que a ela se aproximam, na obtenção de apoio em ambiente de agro-negócio em constante mudança para criar mais empregos e riqueza, usando modelos testados de incubação de agro-negócio com 4 áreas principais de investimento:

- i) Desenvolvimento humano e capacidade institucional em incubação;

- ii) Engajamento de jovens e mulheres em comércio e investimento em agronegócios;
- iii) Apoio na identificação de parceiros para financiamentos;
- iv) Identificação de novos mercados;
- v) Uso de novas tecnologias e inovações nos produtos.

Estabelecidos os contactos dos jovens agricultores, com o apoio das instituições governamentais provinciais e distritais, 27 dos que tenham participado no processo de incubação (**Tabela 22**). Os jovens em estudo anuíram em participar, pelo que receberam um questionário que continha uma nota introdutória que delineava o propósito da pesquisa e os procedimentos da mesma, para além de serem entrevistados.

Por outro lado, de modo a obter-se o efeito influente da incubação ou não, as entrevistas e o questionário foram extensivos a dez (10) pequenos agricultores que nunca estiveram submetidos a um processo de incubação (**Tabela 22**).

Tabela 22. Entrevistados - Incubados e não incubados

Distritos	INCUBADOS		NÃO INCUBADOS	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Malema	4	5	2	1
Ribáuè	3	6	1	2
Rapale	6	3	2	2
Total	13	14	5	5

Fonte: Autor, 2022

A colecta de dados de uma pesquisa deve ser sensível e meticulosa, por ser de uma grande complexidade. Desse modo, recomenda-se que se reúnam várias informações de análise através de vários procedimentos, de modo que se garanta a qualidade dos resultados a obter (Gil, 2008). Por vias disso, neste trabalho de pesquisa usámos duas fontes de procura de dados, sendo uma de natureza primária e outra de natureza secundária.

Os dados obtidos pelo processo primário, como por exemplo, questionários fechados ou abertos, inquéritos ou formulários, entrevistas estruturadas, fechadas, semi-estruturadas,

livres ou abertas, discussões de grupos (sejam em *workshops* ou nas redes sociais dedicadas, como o *WhatsApp*) e observações dirigidas, estruturadas ou livres, têm carácter *original*, isto é, não provêm de estudos ou análise anteriores.

As abordagens foram semi-estruturadas através de um guião de entrevistas. Entrevistas semi-estruturadas são um método de colocar as questões como se fosse de modo espontâneo, em que o entrevistador faz algumas perguntas pré-determinadas, seguindo um guião e o restante momento de interação dilui-se para uma conversa suave, permitindo ao sujeito entrevistado que fale sobre outros assuntos do seu interesse e que considere importantes (Hesse-Biber e Leavy, 2006).

A opção por esse tipo de entrevista foi para se conseguir uma expressão espontânea e genuína do sentimento e das experiências dos entrevistados. Esse tipo de abordagem oferece diferentes tipos de informação e benefícios para os dados estatísticos daí colectados. Por outro lado, esse tipo de entrevistas podem constituir “uma conversação que origina em produção de conhecimento” e daí este trabalho de pesquisa poder até contribuir para um modo de construção de conhecimento e empoderamento das comunidades rurais (Wasseman e Clair, 2016).

A obtenção de dados secundários foi através de documentação oficial, como relatórios de sectores estatais, através dos Serviços Provinciais das Actividades Económicas (SPDAE) de Nampula e dados do MADER, dados dos operadores da cadeia de valor e da revisão bibliográfica sobre a matéria em estudo.

4. Resultados

4.1. Análise de Dados

Nesta fase do nosso trabalho de pesquisa apresentamos os resultados alcançados durante o processamento da informação primária e secundária, de acordo com os critérios predefinidos. Primeiramente apresentamos os resultados obtidos através dos inquéritos submetidos às sub-amostras, uma constituída pelos 27 jovens incubados pelo ISEUNA, previamente definida e localizada nos três distritos em estudo e outra pelas instâncias governamentais e técnicos agrários, ao nível da Província de Nampula.

Desse modo, tratando-se de um estudo de tipo qualitativo, procurámos caracterizar as especificidades da amostra. De seguida, avaliámos a natureza das questões e as respectivas respostas, objectivando aferir o efeito catalítico da incubação agrária na sustentabilidade da agricultura e no agro-negócio, envolvendo jovens rurais na Província de Nampula.

Prosseguindo na nossa análise, procurámos distribuir as respostas provindas das nossas sub-amostras pelas questões da pesquisa, com vista a (i) caracterizarmos as capacidades aplicadas na produção agrícola pelos jovens agricultores incubados, nos três distritos de Nampula, em estudo; (ii) verificarmos se existem diferenças significativas no desempenho da produção agrária dos jovens agricultores, entre os que tenham passado por uma incubação de empresas e os não-incubados.

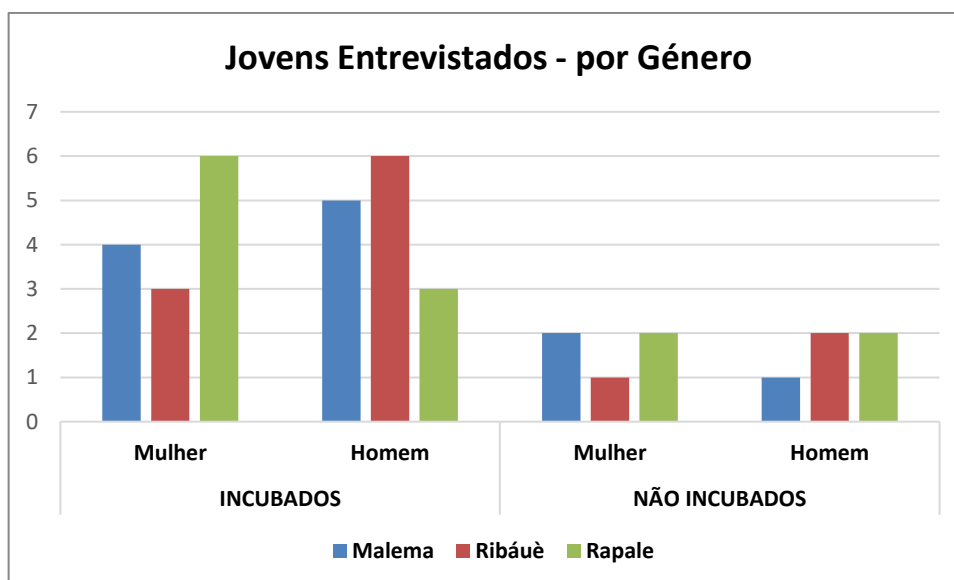
Subsequentemente foi utilizada a análise temática de conteúdo. Glenwick e Jason (2016) afirmam que “a análise temática é um método usado para analisar dados qualitativos, que envolve a busca por ideias recorrentes (referidas como temas) num conjunto de dados”. A análise temática ajuda a identificar ideias comuns nas entrevistas, para além de fornecer uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, que pode potencialmente fornecer uma linha de dados rica e detalhada, mas complexa, pela sua liberdade teórica (Braun e Clarke, 2006). Trabalhámos com dados das entrevistas e dos questionários, para explorar e alcançar temas que daí pudessem emergir.

4.1.1. Caracterização da Amostra

A amostra deste trabalho de pesquisa é constituída por jovens de ambos os sexos integrados no programa de incubação agrária orientado pela Incubadora do ISEUNA, na cadeia de valores do agro-negócio de vários produtos agrícolas nos distritos de Malema, Ribáuè e Rapale, na Província de Nampula. Dos cerca de 40 jovens incubados, somente 27 dos que responderam validamente os questionários constituem uma das sub-amostras. A outra sub-amostra possui 10 elementos, de jovens agricultores não integrados no programa de incubação. Uma terceira sub-amostra é constituída por 8 elementos, sendo cinco técnicos extensionistas e três gestores dos SDAE.

Do total da amostra dos entrevistados (de entre jovens e técnicos) (**Figura 42**), 82% é constituída por pequenos produtores e destes, 49% são mulheres. A maioria das mulheres respondentes está localizada em Rapale e em 60%, sendo de igual valor percentual os homens em Ribáuè. O elevado número dos respondentes ser o dos incubados, isso se deve ao facto de muitos não-incubados se terem recusado a responder ao questionário, mas anuíram a serem entrevistados presencialmente.

Figura 42. Jovens entrevistados, agrupados por sexo e localização.



Fonte: Autor, 2022

O grau de escolaridade, na maioria dos jovens agricultores, é relativamente baixo: 18,5% não sabe ler nem escrever, e 54% frequentou ou completou o ensino básico, o correspondente a 6^a ou 7^a classes de escolaridade. É de notar que, o facto de em todos os grupos entrevistados haver colaboradores com 12^a classe ou o nível médio (**Tabela 23**), isso tem permitido aos jovens produtores ter procedimentos adequados na percepção e seguimento das instruções que permitem boas práticas na agricultura e no agro-negócio, apesar de, em termos quantitativos representar relativa insignificância.

Tabela 23. Nível de escolarização da amostra

Nível Escolar	Freq. Abs.	Freq. Rel. (%)	Freq. Ac.
Não sabe ler nem escrever	10	27,0	10
Escolaridade Básica (6 ou 7 Classe)	20	54,0	30
Ensino Médio ou 12 Classe	6	16,2	36
Ensino Superior	1	2,7	37
Total	37	100	

Fonte: Autor, 2022

Os resultados a que chegamos pela pesquisa seguem a tendência da Província de Nampula, apresentada pelo IAI de 2020 do MADER, em que o nível de escolaridade da maioria dos chefes de exploração agrária em média não completa os 3,7 anos de educação escolar (**Tabela 24**). Este parâmetro coloca os jovens rurais numa situação difícil na compreensão e interpretação de inovações requeridas para a dinamização do sector agrário.

Tabela 24. Características demográficas das pequenas e médias explorações

Província	Percentagem de agregados familiares chefiados por homem	Idade média do chefe do agregado familiar	Nível de escolaridade média em anos completos	Percentagem de agregados familiares cujo chefe tem formação agrária
Niassa	64.7	39.9	4.0	1.4
Cabo Delgado	59.4	39.4	4.1	2.6
Nampula	70.8	40.3	3.7	3.0
Zambézia	60.5	39.0	3.9	1.6

Fonte: MADER/DPP, Inquérito Agrário Integrado, IAI 2020

Os pequenos produtores incubados e em estudo constituem uma amostra de 27 elementos. Porém, consideramos esta quantidade relativamente reduzida para se poder aferir algo sobre uma população de 749.406 de pequenos produtores na Província de Nampula, segundo o Inquérito Agrário Integrado (IAI, 2020). Contudo, dada a uniformidade da província em certos aspectos, como a língua e certos hábitos culturais, não haverá grandes desvios de percepção.

Para os incubados, em que se torna obrigatória a condição de empresa registada, a forma jurídica mais comum é a de empresa em nome individual, com realce para Ribáuè e Rapale num valor percentual de 18,5% para cada paisagem, seguidas de empresas de tipo familiar, com 14,8% para Malema e em igual valor para Rapale.

Na questão sobre a “principal actividade”, todos foram comuns em indicar a produção e a comercialização. Os jovens produtores tiveram formação inicial sobre os solos, as sementes, o sistema de rega e cuidados a ter sobre pragas. Desde o início em 2021, a produção foi absorvida pelos mercados locais e da Cidade de Nampula, em modo informal. Esse aspecto veio a reflectir-se nos rendimentos que foram baixos, devido ao factor preço, pois que, este não é regulado nesses meios de comercialização.

4.2. Temas e Sub-temas Emergidos da Pesquisa

Nessa linha de pesquisa, surgiram-nos os seguintes temas e respectivos sub-temas:

4.2.1. Desafios de Jovens e Mulheres em Agro-negócio de Pequena Dimensão

- a) Pobreza
- b) Falta de habilidades
- c) Discriminação do género e pela orientação política

O Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário 2030, que tem como designação abreviada PEDSA II, foi definido para ser implementado através do Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário (PNISA) em dois períodos: 2022 – 2026 e 2027 – 2030. Dos seus quatro pilares estratégicos, com o objectivo da transformação acelerada e sustentável do sector agrário, destacamos neste espaço o terceiro, que é o ambiente de agro-negócio (PEDSA II, 2022).

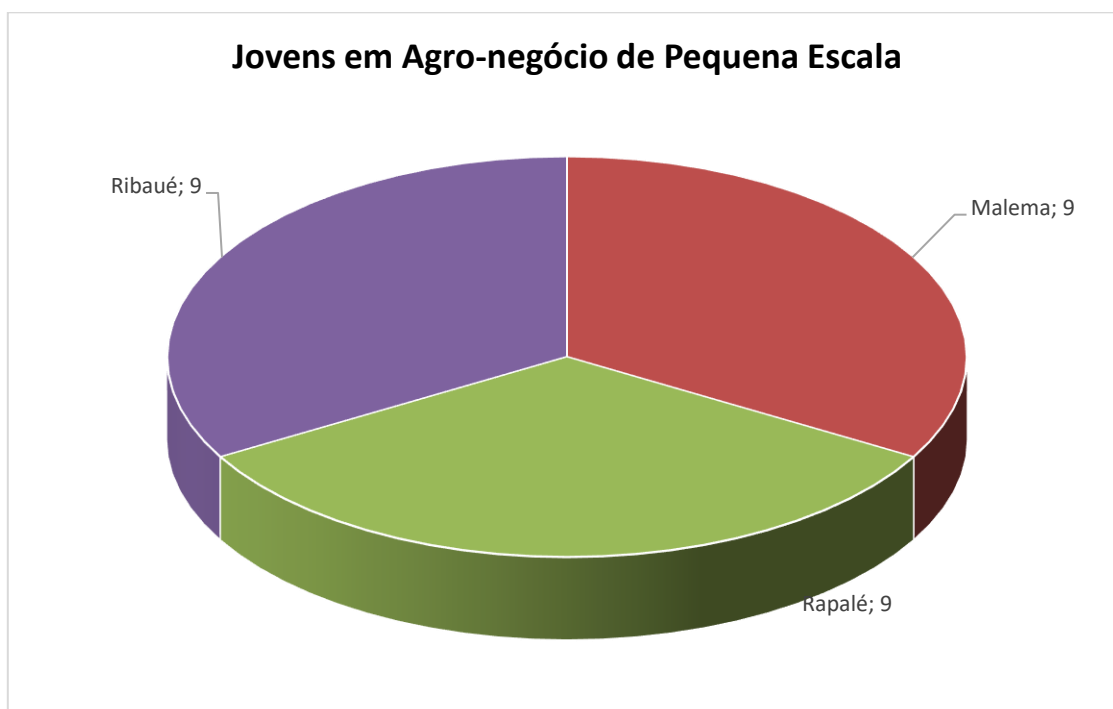
O terceiro Objectivo Estratégico (OE 3) deste Pilar III propõe “fortalecer e facilitar o acesso das cadeias de valor agrário ao mercado doméstico, regional e internacional, e de forma inclusiva e competitiva, maximizando o envolvimento inclusivo do sector privado”, em que algumas das suas metas estratégicas incluem:

- ✓ Duplicada a proporção de produtores agrários (agricultores, criadores e pescadores) que usam insumos agrários melhorados (sementes certificadas, fertilizantes, pesticidas, alevinos, ração, vacinas entre outros) pelos produtores especialmente os pequenos e médios das cadeias de valor agrárias estratégicas, tendo em conta a sustentabilidade ambiental e de saúde pública;
- ✓ Reduzida no mínimo 25.0% o valor de importação de arroz e frango;
- ✓ Reduzida no mínimo 50.0% a percentagem das perdas pós colheita particularmente nas cadeias de valor agrárias estratégicas;
- ✓ Aumentada em pelo menos 25.0% o valor do comércio agrário de produtos de origem nacional no mercado doméstico;
- ✓ Aumentada em pelo menos 25.0% o valor de produtos agrários exportados;
- ✓ Aumentada em pelo menos 30.0% o investimento público e privado na comercialização agrária;
- ✓ Garantida que as despesas anuais públicas no sector agrário sejam pelo menos 10.0% do orçamento total do Estado.

Os resultados deste estudo mostram que a maioria dos jovens e mulheres agricultores de pequenas dimensões enfrentam muitas dificuldades e desafios na prática da agricultura e agro-negócio. As respostas dos questionários e das entrevistas incluíram:

“A falta de apoio dos parceiros com quem trabalhei na actividade agrícola”

Figura 43. Jovens em Agro-negócio de Pequena Escala



Fonte: Autor, 2022

Cerca de três quartos dos inquiridos, distribuídos pelos três distritos (**Figura 43**) e que desenvolviam trabalhos em agro-negócio de pequena escala confessaram que não conseguiram o apoio de outros parceiros, como de instituições financeiras, porque os juros no crédito são insuportáveis por serem muito elevados. Do financiamento prometido pelo FNDS em moldes de subvenção nunca chegou a concretizar-se, não obstante terem cumprido com todos os requisitos exigidos.

A maioria deles enfrentava os desafios sozinhos. Da incubação puderam aprender a criar redes com outros parceiros do agro-negócio para melhorar os seus mercados e bazares e acreditaram que com essa interação teriam parceiros fortes que poderiam trabalhar com eles e melhorar e crescer.

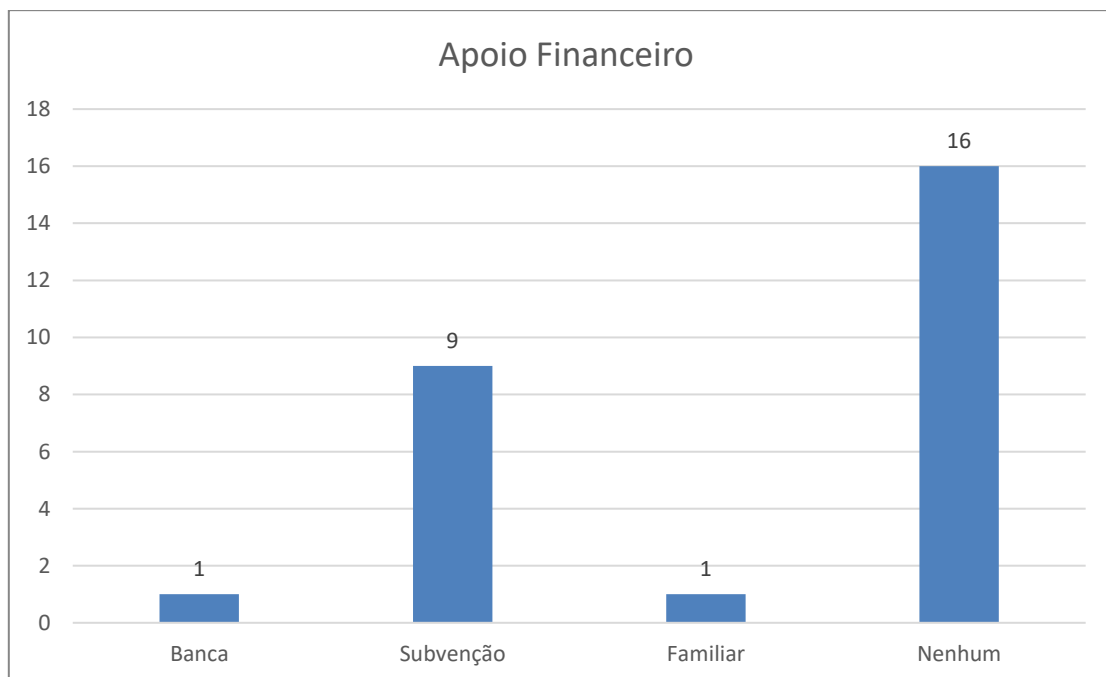
Consideramos aqui como Parceiros do agro-negócio as instituições financeiras, cooperativas de agricultores, instituições de pesquisa, agricultores individuais, governo

(Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural) e os que tratam da agricultura e do agro-negócio. Ainda afirmam que os parceiros podem ser uma boa forma de fazer *networking* e conhecer outros novos mercados/oportunidades para explorar.

“Falta de financiamento para escalar mais alto. Eu gostaria que o meu negócio crescesse, mas eu preciso de mais dinheiro para investir no meu negócio”.

Devido à pobreza, a maioria dos jovens e das mulheres que trabalhavam na agricultura carecia de capital ou dinheiro suficiente para impulsionar os seus negócios ao mais alto nível e nunca tiveram nenhum apoio. Muitos começaram com pouco capital vindo da família e, portanto, precisavam de mais apoio para ir mais longe. Através da incubação puderam aprender a elaborar um Plano de Negócio viável, pelo que foram contemplados financeiramente por subvenção (Figura 44).

Figura 44. Teve algum apoio financeiro para o seu negócio?



Fonte: Autor, 2022

Entre os entrevistados estavam jovens e mulheres de áreas rurais, onde o nível de pobreza é alto, e a única fonte de renda é amanharem as machambas e fazer culturas para uso comercial dos excedentes.

Muitos alegaram que conseguir uma fonte de capital era um desafio para eles e pelas suas histórias, eles descreveram como acabaram no nível em que estavam naquela época. Alguns lutaram com o pouco que tinham, porque não podiam confiar em obter o empréstimo de qualquer instituição financeira. E isso ainda é um desafio para muitos jovens e mulheres inquiridos.

“Estou a enfrentar perdas pós-colheita. Eu trabalho tão incansavelmente na minha machamba e no fim apenas para obter perdas, devido ao mercado e aos preços, e não tenho onde guardar os meus produtos”.

Cerca de metade dos entrevistados neste estudo enfrentaram muitas perdas pós-colheita. Isso significa que as safras colhidas se estragavam devido à falta de mercado e as instalações de armazenamento são muitas vezes precárias. Os entrevistados concluíram que ter boas instalações de armazenamento evita que os produtos se deteriorem enquanto aguardam pelo mercado. Eles alegaram que a perda pós-colheita é o pior desastre que atinge os agricultores com frequência, o que resulta em muitas decepções para os agricultores. Devido a esse factor, a maioria deles achou caro conseguir boas instalações de armazenamento e isso foi um grande desafio porque não podiam pagar.

“Mercado pouco confiável, trabalhamos para obter produtos suficientes e de boa qualidade, mas não temos onde vender por causa da oscilação de preços e fraca procura”

A maioria dos entrevistados queixou-se do mercado pouco confiável. Pois que após as colheitas enfrentam uma súbita flutuação dos preços de mercado. E, portanto, não têm onde vender ou acabam vendendo os seus produtos a preços irrisórios. A maioria afirmou que poderiam vendê-lo localmente a um preço baixo. Mas, encontrar um mercado com antecedência, antes da colheita, seria o ideal. Alguns disseram que, a flutuação às vezes aparece

devido ao ambiente político, regulatório e legislativo e mesmo devido a outros concorrentes que possuem o mesmo produto no mercado.

“Enfrentamos concorrência nas nossas vendas porque a maioria dos agricultores produz e vende produtos similares”

A maioria dos respondentes talvez enfrente concorrência nas vendas dos seus produtos agrícolas. A razão que apresentaram foi que a maioria das pessoas poderia produzir o mesmo produto e inundar o mercado com preços baixos. Então, eles acabam em prejuízo ao invés de lucrar. E também alegam que os seus concorrentes com produtos similares utilizavam tecnologia avançada e inovação. Além disso, outros concorrentes tinham dinheiro suficiente para produzir em quantidade e com melhor qualidade nos seus produtos, superando assim os de baixa qualidade e quantidade.

“Mão-de-obra inadequada. A agricultura exige muito trabalho e nem todos gosta de trabalhar no campo. Portanto, faltam trabalhadores para ajudar na lavoura e isso atrasa todo o processo.”

Algumas dos entrevistados que tinham muito trabalho a fazer nos seus lotes enfrentaram escassez de trabalhadores. É aqui que faltam pessoas para contratar, ou então acham caro contratá-los. Eles alegaram que a maioria das pessoas teme ser empregada no campo devido à natureza do trabalho e baixa remuneração.

Eles também alegaram que poucas pessoas preferem ficar em áreas rurais para trabalhar no lote que exploram, e muitos outros optam por ficar nos centros urbanos em busca de melhores empregos sem muito esforço. Devido a esta percepção, a maioria dos jovens rurais e mulheres empregadoras na agricultura careciam de trabalhadores nas suas propriedades (**Tabela 25**) e, portanto, essa situação originou muitos desafios no processo de produção.

A empregabilidade só se verifica nas *start-ups* que passaram pelo processo de incubação, porque o seu sistema de organização assim o permite e mais pelo facto de terem sido

contemplados com valores e equipamentos, em forma de subvenção. A isso adicionada a formação obtida nas práticas agrárias, o sucesso de todos os incubados tem sido visível.

Nos jovens não incubados é notória a fraca capacidade de criar empregos, porque os rendimentos derivados da produção agrária não o permitem. O trabalho nas machambas envolve os proprietários e membros da família. Nos três distritos em estudo, os entrevistados só possuíam um (1) empregado em cada parcela e em regime sazonal.

Tabela 25. Trabalhadores para as 37 *start-ups* visitadas

Distrito	Trabalhadores de Empresas Incubadas		Trabalhadores de Empresas não Incubadas	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Malema	7	8	1	1
Ribáuè	5	3	1	1
Rapale	8	7	1	1

Fonte: Autor, 2022

Partindo das respostas acima é evidente como os entrevistados vivenciaram muitos desafios ao tentar enveredar pelo agro-negócio. Eles são motivados a praticar o agro-negócio, mas carecem de apoio suficiente em diversas áreas. A maioria dos seus desafios eram institucionais, sociais, culturais e económicos. Superar esses desafios significará investir em programas que apoiem jovens e mulheres no agro-negócio.

4.2.2. Incubação em Agro-negócio: Solução Sustentável para Enfrentar Agro-negócios de Pequenas Dimensões

- a) Partilha de instalações e equipamento
- b) Desenvolvimento de Negócios
- c) Acesso aos mercados Serviços de avaliação tecnológica
- d) Serviços Financeiros
- e) Serviços de Mentoria e redes

Os resultados da presente pesquisa claramente evidenciam como a incubação de empresas actua para oferecer possíveis soluções para os desafios enfrentados pelo agro-negócio de pequena escala. Através de interacções entre diferentes actores do agro-negócio, conseguimos validar a influência do processo de incubação de empresas sobre a actividade agrária.

Figura 45. Um Incubado do ISEUNA com a sua produção de cebola vermelha em Malema



Fonte: Foto do autor, 2022

O papel da incubadora de empresas do ISEUNA tem tido reflexos nos jovens produtores e iniciantes em agro-negócio de Malema (**Figura 45**), Ribáuè (**Figura 46**) e Rapale (**Figura 47**), os três distritos da Província de Nampula em estudo neste trabalho de pesquisa. Através dos diversos *workshops* de formação, os jovens desses distritos obtiveram treino sólido e mais conhecimento, fundamentos sobre como iniciar e aperfeiçoar os seus negócios, o seu funcionamento e as suas transacções. Para além do acompanhamento realizado, em parceria

com profissionais do MADER a nível provincial, alguns participantes puderam usufruir de financiamentos, apoio técnico para a actividade agrária rural, o uso das TIC que facilitaram a comunicação e os registos.

Figura 46. Um Incubado do ISEUNA com a sua Colheita de Tomate e os seus Trabalhadores em Ribáuè



Fonte: Foto do autor, 2022.

A incubadora do ISEUNA treinou os jovens agricultores sobre como lançar as suas ideias e actuar como uma rede entre os diferentes actores do sector agrícola.

A Incubadora do ISEUNA como anfitriã, proporcionou a alguns jovens produtores formação em como lançar planos de ideias de agro-negócio e como obter financiamento para os candidatos. Vários parceiros como instituições financeiras, nomeadamente a GAPI-Gabinete de Apoio e Consultoria a Pequenas Indústrias,S.I., (uma Instituição público-privada Financeira

de Desenvolvimento-IFD), tiveram um papel muito importante no apoio dado às *start-ups* de agro-negócio de pequenas dimensões, que puderam lançar as suas ideias de negócios para esses financiadores ou investidores. Esse trabalho da incubadora concentrou-se principalmente nas mulheres e jovens do agro-negócio.

Figura 47. Incubados do ISEUNA na Produção de Hortícolas em Rapale



Fonte: Fotos do autor, 2022

Tendo como elementos orientadores os objectivos específicos e as características dos três cenários em apreciação, o presente estudo piloto na Província de Nampula revelou que a orientação aos jovens pela incubação agrária veio providenciar abordagens de grande utilidade na modernização e inovação na produção, no armazenamento, processamento, comercialização dos produtos, o que resulta no desenvolvimento das comunidades rurais.

4.2.3. Empoderamento Económico de Mulheres e Jovens Rurais em Agro-negócio de Pequenas Dimensões

- a) Emprego
- b) Fortalecimento social e económico

- c) Melhoria na igualdade do género
- d) igualdade
- e) Criação de renda familiar
- f) Segurança alimentar.

As acções das incubadoras de agro-negócio procuraram estar em sintonia com as práticas dos camponeses, providenciando integração dos mesmos nas cadeias de valor, disponibilizando técnicas avançadas que permitissem melhorar o ambiente de negócios, de modo a que todas as intervenções tivessem sempre uma perspectiva inovadora, tanto na aplicação de avanços tecnológicos, quanto na apresentação de produtos diferenciados. Desse modo, isso permitiu a fortificação e sustentabilidade das empresas *start-ups*, o que incrementou o volume e a qualidade de investimentos.

Esperávamos mais apoio técnico dos extensionistas. Mas, notámos que eles são muito fracos em conhecimentos sobre a lavoura e o tratamento dos solos. Alguns nunca trabalharam como agricultores.

A partir das respostas de alguns jovens rurais, de ambos os sexos, que já faziam agro-negócio, eles foram capazes de expressar os seus sucessos, apesar dos desafios mencionados anteriormente. De acordo com a maioria deles, os seus sucessos criaram impacto nas suas vidas. As respostas abaixo mostram como o ter sido incubado e o seu envolvimento no agro-negócio lhes foi extremamente útil.

Passei de empregado(a) a empregador(a). Foi um pouco difícil no começo, mas agora tudo está melhor. Sinto que ajudei a mim mesma(o) e a outras pessoas.

A resposta acima mostra quão alguns jovens envolvidos no agro-negócio vivenciaram uma mudança na sua situação de empregados para trabalhadores independentes ou

empregadores de outros funcionários. Eles puderam contar como começaram sozinhos e como conseguiram contratar outros trabalhadores nas suas machambas.

De acordo com as suas respostas, a maioria teve um grande desafio em conseguir uma fonte de rendimento, principalmente nas mulheres e, por isso, descobriu que a agricultura era a principal forma de ganhar a vida. Através do envolvimento na agricultura e no agro-negócio, a maioria deles foi capaz de melhorar a sua condição social, até mesmo criar um impacto nas comunidades vizinhas, empregando outros. Assim, o envolvimento no agro-negócio proporciona emprego e independência.

Agora que faço algo por paixão, a minha auto-estima e confiança estão mais elevadas e sólidas.

A maioria das mulheres jovens que entrevistámos praticavam a agricultura e a venda dos seus produtos nos mercados informais por paixão. Elas faziam isso porque gostavam de fazer e ninguém as forçava a serem agricultores. A maioria delas afirmou que a agricultura não é algo que todos gostem de fazer, porque envolve um trabalho duro e sujo de fazer. Mas, como gostavam do que faziam, isso as deixou confiantes e persistentes.

Elas até afirmaram que as mulheres que estão desempregadas vivem com baixa auto-estima e, portanto, não têm acesso a muitas coisas, porque não possuem rendimento próprio e dependem dos homens. Para as mães solteiras jovens, que se envolveram na agricultura e no agro-negócio por paixão, encontraram facilmente o apoio de que necessitavam em diferentes sectores. Elas reconheceram que, conseguindo envolver-se em formação e em programas do agro-negócio, através da incubação, aumenta a auto-estima e a confiança, algo essencial para o empoderamento social.

Sou uma agente de mudança, um modelo que inspirou muitas mulheres a se aventurarem no negócio de produção de hortícolas em Rapale, porque temos a sorte de haver muitos rios com água permanente. Consigo colocar todo o meu produto nos mercados da Cidade de Nampula.

A mudança social é um aspecto importante na vida de uma pessoa. A resposta acima mostra como o agro-negócio pode criar empregos e gerar riqueza. Além disso, mostra a mudança de papéis onde as mulheres se tornam proprietárias e também grandes mentoras de outras mulheres.

Apesar de já ter 3 filhos, ainda sou jovem. Tenho o meu terreno para habitação registado em meu nome, assim como o da minha machamba. Já consegui construir a minha casa de material convencional e com energia eléctrica; os meus filhos estão bem na escola, temos todos os dias refeições completas e de comida variada, como aprendi durante a incubação.

Pelas respostas, descobrimos que a maioria das mulheres não tinha participação na propriedade porque alegaram que na maioria dos casos, os homens é que são considerados proprietários documentados, pelas crenças culturais. Mas ao se envolverem no agro-negócio elas foram conseguindo possuir propriedades e estão orgulhosas do seu trabalho árduo. Consideraram isso como uma conquista, experiência que pode ser partilhada com outras mulheres.

A maioria das mulheres envolvidas no agro-negócio sentem-se impactadas pela positiva e estão felizes em poderem partilhar as suas experiências com outras mulheres. Antes de se aventurarem no agronegócio, elas dizem que se contavam histórias amargas que enfrentaram antes de se tornarem bem-sucedidas.

A maioria delas falou de como era a sua situação dantes, sem capacidade para apoiar as suas famílias, principalmente nas que são mães solteiras. Puderam falar sobre o nível de pobreza nas zonas rurais dos seus distritos, onde a agricultura era a única fonte de rendimento. Nas 3 regiões do nosso trabalho de pesquisa (Malema, Ribáuè e Rapale), as histórias de vida eram muito semelhantes. Muitas praticam agricultura de pequena escala apenas para o consumo próprio. Mas ainda assim não conseguem praticar uma agricultura sustentável devido à falta de conhecimentos e competências, bem como de recursos adequados.

Tendo participado em incubação agrária pela Incubadora do ISEUNA sobre o agro-negócio, tiveram oportunidade de aprender muito sobre como iniciar um negócio na agricultura, elaborar um Plano de negócios, gerir os seus rendimentos e abrir contas bancárias.

Para todos os jovens *start-ups* incubados ainda persistem muitos desafios, começando por exiguidade de fundos financeiros para ampliar a sua produção e apoio de diferentes sectores agrícolas, mas estão firmes em dar continuidade aos seus principais objectivos, que são produzir mais.

Extensão agrária é um processo contínuo de educação e comunicação para influenciar os produtores na tomada de decisões informadas sobre a produção agrária na perspectiva de cadeia de valores com vista a aumentar a sua capacidade técnica de produção e gestão de agro-negócios de pequena e média escala (MADER, 2023)⁷¹.

Segundo os dados dos Serviços Provinciais das Actividades Económicas de Nampula, existem Extensionistas para todo o tipo de assistência agrária na Província (**Tabela 26**).

Tabela 26. Número de Extensionistas nos Distritos de Malema_Ribáuè_Rapale em Abril de 2023

Província	Distritos	Extensionistas por Categoria				
		Superv.	Ramal	Coord.	Campo	TOTAL
Nampula	Malema	1	2	3	19	25
Nampula	Rapalé	1	2	1	24	28
Nampula	Ribaué	1	2	3	21	27
Total	3	3	6	7	64	80

Fonte: Adaptado dos SPAE de Nampula, 2023.

O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural prevê formar mais extensionistas até 2024, porque pretende promover uma agricultura de conservação, sistemas agro-florestais, reflorestamento, bancos forrageiros, compostagem, suplementação animal e sistemas de irrigação (**Figura 48**) de pequena escala e com técnicos de apoio à altura. Segundo

⁷¹ MADER. <https://www.agricultura.gov.mz/agricultura/extensao-agraria/> Acedido a 20/09/2023.

o Vice-Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, a 20 de Julho de 2020, a abertura da formação de 66 formadores nacionais dos extensionistas, até 2024, o programa SUSTENTA “prevê assistir 1.700.000 famílias e alargar ainda mais a actual rede de extensão pública dos actuais 2072 para 7100 Extensionistas.”⁷²

Figura 48. Sistema de irrigação para o cultivo do arroz.



Fonte: MADER, 2023

Como esperado, o processo de incubação agrária tem disseminado conhecimento em práticas no sector, tanto na produção quanto na gestão dos negócios, através de programas de desenho específico de formação, o que contribuiu para um crescimento sustentável no património e isso possibilitou para as nossas três paisagens em estudo uma melhoria na produção diversificada, aquisição e combinação de saberes, a fixação de jovens no meio rural e a melhoria no autoconsumo que permitiu uma dieta mais apropriada para esta região Norte de Moçambique, para além de se haverem criado muitos empregos.

⁷² <https://www.agricultura.gov.mz/mader-capacita-formadores-de-extensionistas/>. Acedido a 20 de Setembro 2023.

4.3. Opiniões dos Técnicos nos Governos Distritais

Os decisores e técnicos dos governos distritais não se mostraram muito disponíveis em colaborar no questionário apresentado, assim como a conceder entrevistas. A maioria alegava que só dariam depoimentos se fossem autorizados superiormente, não obstante ostentarmos credenciais para efectuarmos este trabalho de pesquisa. No entanto, nas suas contribuições não oficiais, muitos afirmaram que as actuais políticas agrárias são bem delineadas, mas não existem condições adequadas para a sua execução.

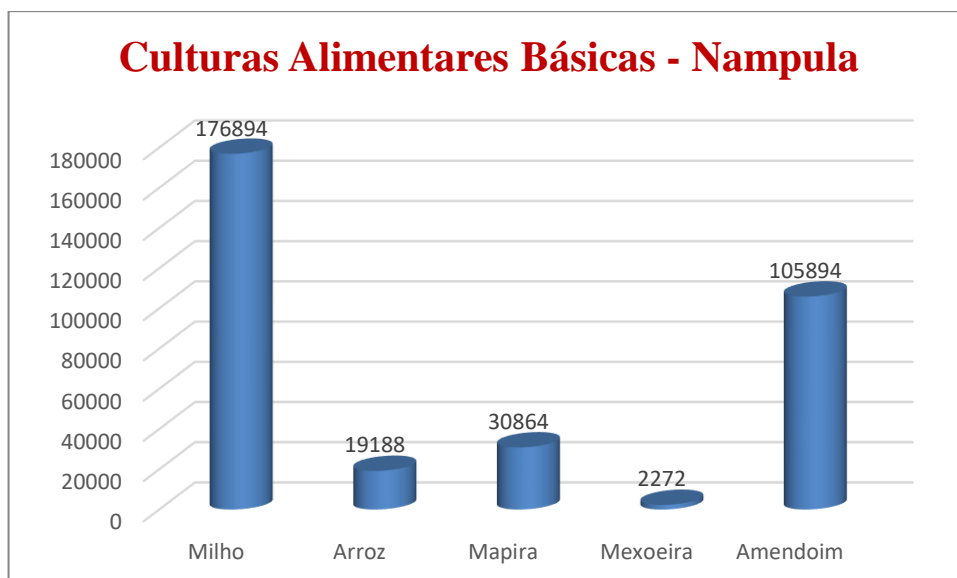
Na questão sobre os programas e parceiros que apoiam os principiantes em agro-negócio, os respondentes indicaram a GAPI como financiadora de crédito rural, a PROMA SEED como produtora de sementes, a FORUM TERRA na piscicultura, a GIZ-IPFR na produção de hortícolas, a SANAM no fomento de algodão e a ADPP-TN no sistema de poupança de crédito rotativo. A maioria indicou também o programa SUSTENTA, tendo os mesmos acrescentado que o referido programa tem muita vertente política.

Sobre empresas em agro-negócio na província, os respondentes afirmaram que não existia informação oficiosa, porque a regulação não tem seguido os critérios exigidos, isto é, os distritos anfitriões não são consultados para o efeito. Contudo, têm conhecimento de que funcionam como tal a SANM, a PROMA SEED e a GREEN AGRO. Esta última tem como actividade primária a produção, o processamento e e comercialização de milho amarelo.

Na questão sobre os produtos agrícolas mais produzidos e que mais impactam na comercialização na Província, os governos distritais indicaram três tipos:

- ✓ Culturas alimentares básicas (**Figura 49**)

Figura 49. Culturas Alimentares Básicas - Nampula

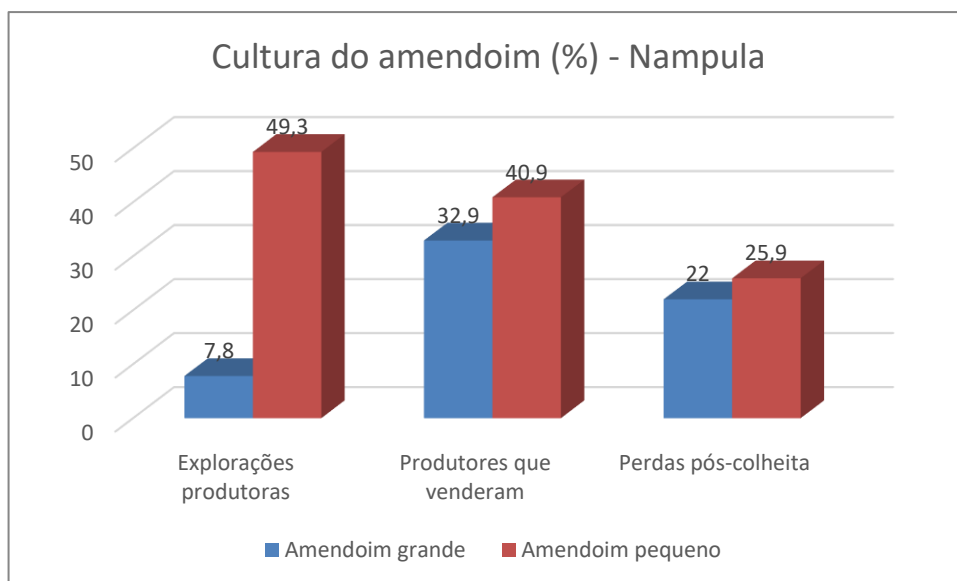


Fonte: Adaptado do IAI, 2020.

A maior produção dos alimentos básicos é do milho, que atinge em média, anualmente, 72,8% a nível provincial, sendo 17 241 toneladas do distrito de Malema, 11 156 toneladas do distrito de Ribáuè e 5 563 toneladas do distrito de Rapale, segundo o IAI 2020 do MADER.

A cultura do amendoim ocupa a maior área cultivada na Província de Nampula. Das 5 843 toneladas produzidas do amendoim grande e 40 191 do amendoim pequeno, 1 564 toneladas do grande e 11 958 toneladas do pequeno foram para o circuito comercial. Contudo há que notar as perdas pós-colheita que atingiram os 22% para o grande e 25.9% para o pequeno (**Figura 50**). Segundo as instâncias do governo provincial, isso se deveu a factores de acondicionamento defeituoso por falta de conhecimento, o que tornou o produto impróprio para o consumo e a falta de transporte para os mercados, ficando o produto a mercê dos roedores.

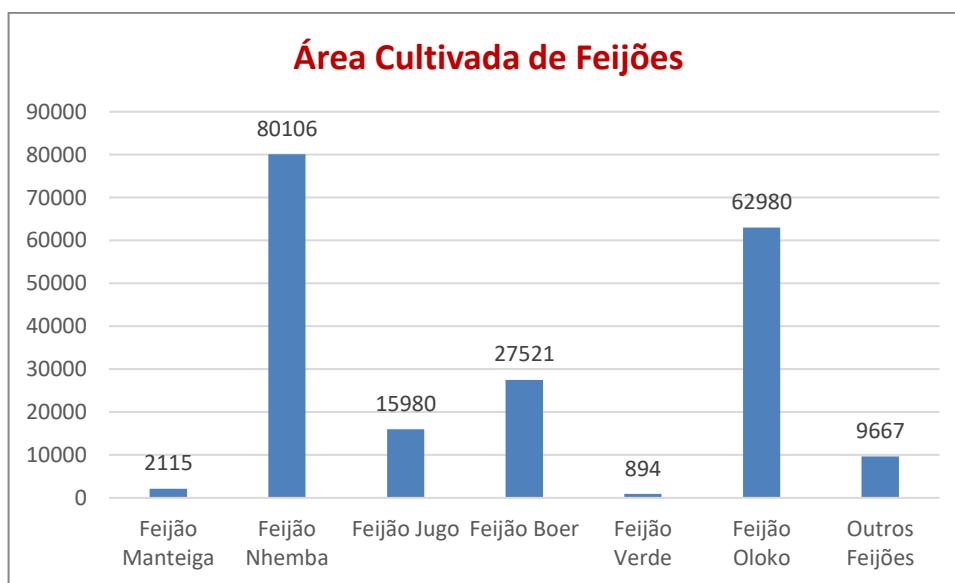
Figura 50. Gestão da Cultura do amendoim (%) - Nampula



Fonte: Adaptado do MADER/DPP, IAI, 2020.

✓ Feijões (**Figura 51**)

Figura 51. Área Cultivada de Feijões em Nampula



Fonte: Adaptado do IAI, 2020.

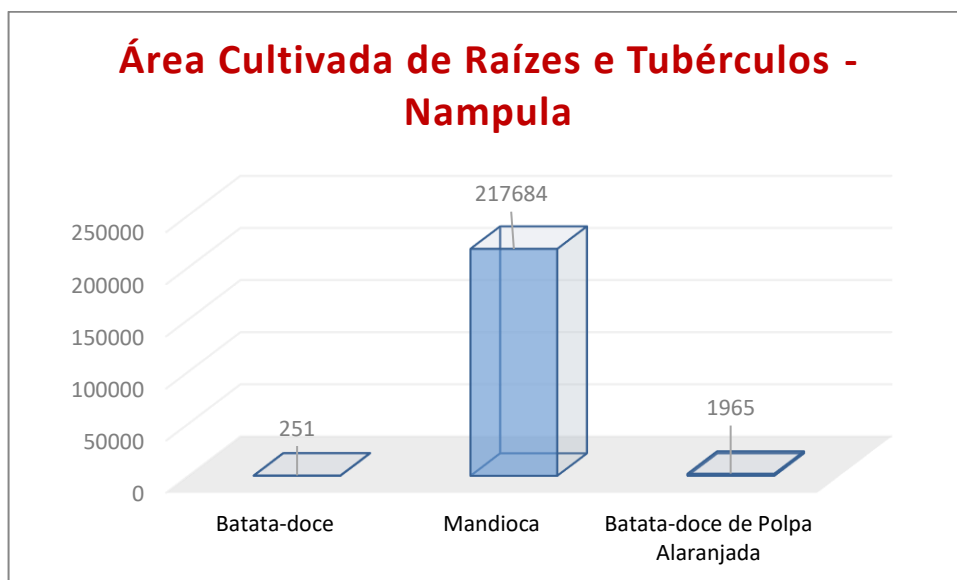
Segundo o IAI de 2020 do MADER, a Província de Nampula produziu nas áreas cultivadas 81 070 toneladas de feijões. Apesar de não ser o mais produzido (27 521 ton.), o

feijão boer tem maior expressão comercial como produto de exportação. Nos distritos da nossa pesquisa, Malema produziu 2 110 toneladas, Ribáuè 1 767 toneladas e Rapale teve uma produção de 351 toneladas.

✓ Raízes e Tubérculos (**Figura 52**).

A maior produção verificou-se na mandioca, em 78% das pequenas e médias explorações na província. Em quantidades, foram produzidas 2.515.703 toneladas de mandioca, 10.886 toneladas de batata-doce de polpa alaranjada e 5.146 toneladas de polpa não alaranjada. Para o circuito comercial foram introduzidos 16,3%, 58,6% e 55,4% desses produtos, respectivamente.

Figura 52. Área Cultivada de Raízes e Tubérculos - Nampula



Fonte: Adaptado do IAI, 2020.

4.4. Pequenos Produtores não Incubados

Da análise feita aos dados dos não incubados (**Figura 53**), depreende-se que o factor incubação permite melhores condições para o início de um negócio, dado que se trata de um ambiente de apoio em várias vertentes.

Figura 53. Situação dos jovens produtores em formação e financiamento.



Fonte: Dados da pesquisa, 2022.

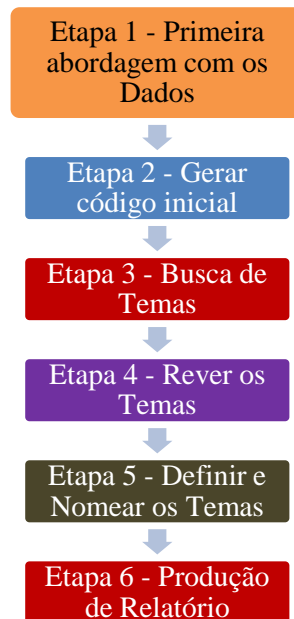
4.5. As Etapas Conjugadas aos Temas e Sub-temas na Análise dos Dados

Uma abordagem indutiva ou de baixo para cima significa que os temas identificados estão fortemente ligados aos próprios dados (como tal, esta forma de análise temática tem alguma semelhança com teoria fundamentada). Neste estudo, tivemos o cuidado de não tirar conclusões sobre os temas antes de estudá-los cuidadosamente e encontrar o significado de cada palavra escrita.

Primeiro apreciámos todas as respostas, de seguida codificámos as respostas semelhantes e depois trabalhamos em sub-temas e grandes temas formados. E através da análise indutiva, foi-nos possível codificar dados sem usar o nosso próprio preconceito analítico ou encaixá-los na estrutura de codificação existente.

A análise temática deve ser orientada por dados e não pelo interesse teórico do pesquisador na área ou tópico (Braun e Clarke, 2006). A seguir, apresentamos as etapas de como foi feita a análise dos dados neste estudo (**Figura 54**), e sua caracterização (**Tabela 27**).

Figura 54. Processo de Análise de Dados



Fonte: Glenwick e Jason (2016).

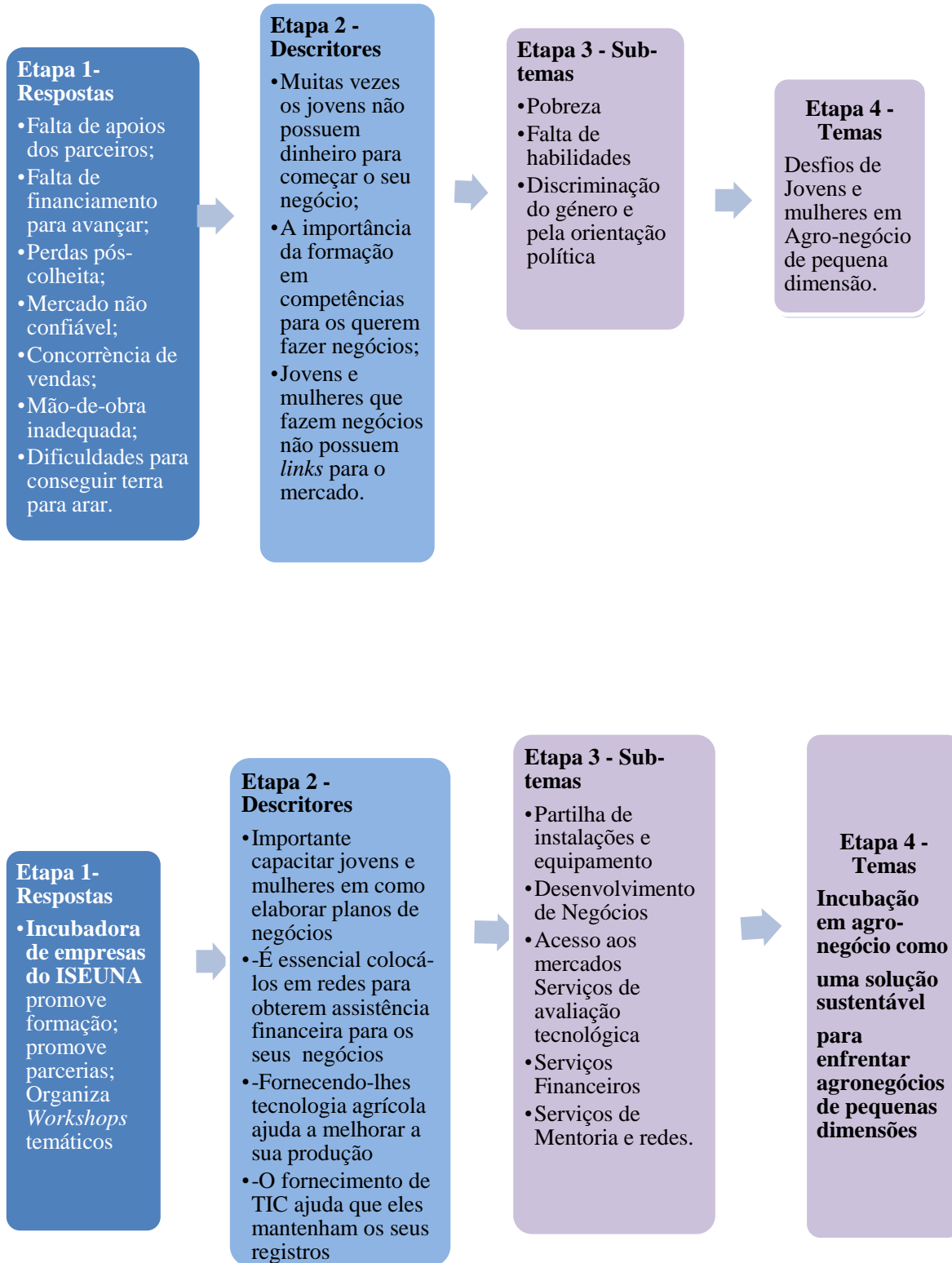
Etapa 1 - Mostra as respostas feitas pelos respondentes;

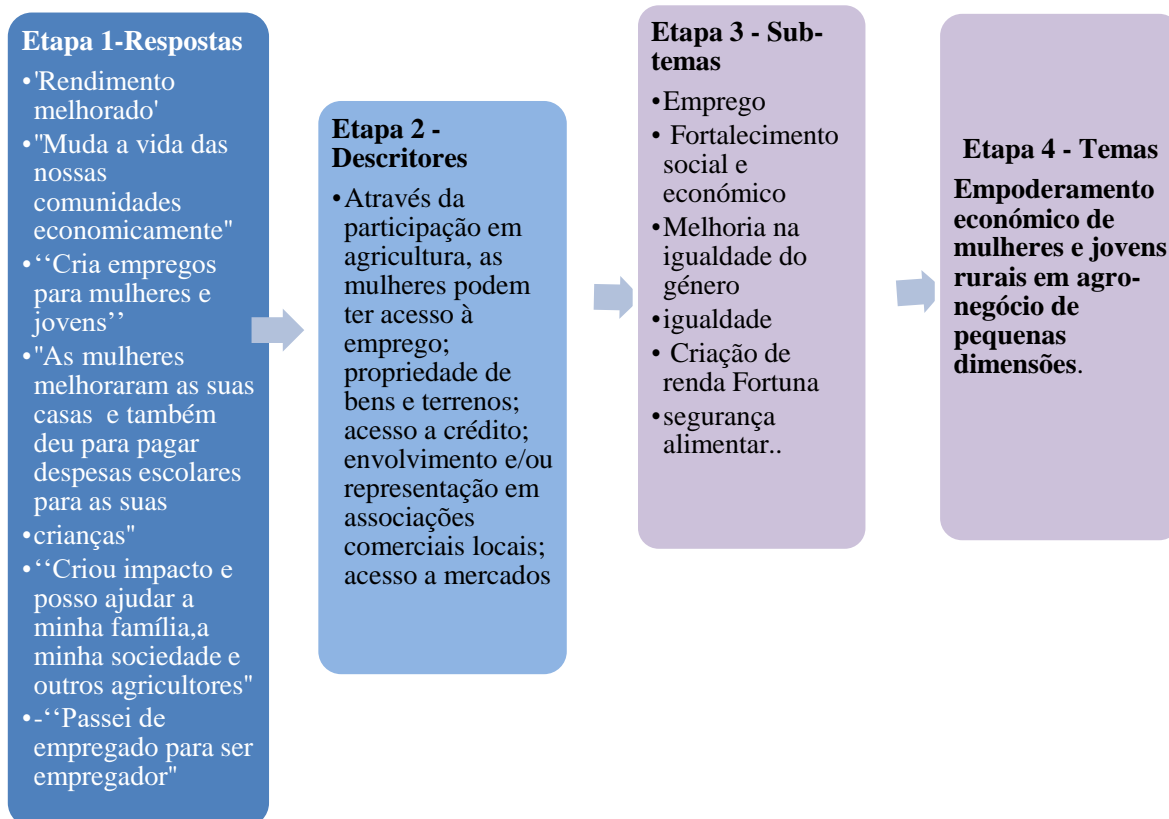
Etapa 2 - Descreve os pontos importantes das respostas na etapa 1;

Etapa 3 - Identifica os sub-temas emergentes da descrição na etapa 2;

Etapa 4 - Descreve os principais temas formados a partir dos sub-temas da etapa 3.

Tabela 27. Caracterização das Etapas





Fonte: Adaptado de Glenwick e Jason (2016).

4.6. Considerações de Ética

Em qualquer trabalho de pesquisa existem algumas orientações sobre a ética. Independentemente da disciplina, é fundamental que os pesquisadores qualitativos sigam todas as directrizes éticas profissionais e pessoais aplicáveis para proteger o bem-estar, a confidencialidade e a dignidade daqueles que optam por participar dos estudos, aqueles que optam por não participar e aqueles que receberão os produtos da pesquisa (Paz, 2022).

Primeiro e acima de tudo, os pesquisadores devem estar certos de que possuem conhecimentos e habilidades suficientes para aplicar os seus métodos de colecta e análise de

dados escolhidos. Eles devem, em especial, considerar o seu papel na relação com os participantes, à comunidade e ao tema de interesse.

A permissão para colectar dados foi solicitada aos serviços governamentais provinciais e distritais, dado que são eles que estão próximos das comunidades-alvo. Antes da entrevista, os participantes foram abordados e aqueles que aceitaram participar receberam o formulário do questionário, que contém no cabeçalho a informação de consentimento.

Todos os participantes tiveram a garantia de confidencialidade e respeito à sua dignidade durante todo o processo. Eles também foram informados de que, as suas informações confidenciais só serão acedidas pelo pesquisador e pelo supervisor. Eles também tiveram a certeza de que a identificação pessoal não seria indicada. Depois que os dados foram recolhidos, os mesmos foram guardados em local seguro e confidencial.

4.7. Constrangimentos Externos e Internos dos Pequenos Produtores na Cadeia de Valores

Geralmente, os pequenos agricultores nos países em desenvolvimento enfrentam grandes desafios, como o acesso à posse da terra; falta de infra-estruturas dentro e fora da exploração; deficiente acesso a financiamento para insumos de produção; falta de acesso à mecanização, logística de transporte, extensão e serviços de apoio à investigação; e acesso limitado a mercados de alto valor, como os supermercados.

Pelo nosso trabalho de pesquisa, pudemos identificar e agrupar os contrangimentos comuns que os jovens agricultores enfrentam nas três paisagens em estudo em dois grupos: os de carácter externo e os de carácter interno.

Os constrangimentos de âmbito externo surgem do contexto mais amplo dentro do ambiente agrícola e estão largamente fora do controlo do agricultor individual. Estes incluem riscos naturais típicos da actividade agrícola; disponibilidade limitada de insumos, serviços de crédito, mecanização e *marketing*; fraco apoio institucional e em infraestruturas; políticas e

legislação inadequadas; estruturas administrativas e sociais restritivas; e problemas associados à posse da terra e à aquisição de recursos agrícolas (DBSA, 1986).

Os contrangimentos de índole interna são os que afectam a capacidade do agricultor em operar de forma eficiente, tais como problemas de liquidez financeira; escassez de mão-de-obra; falta de habilidades, conhecimento e escolaridade; e uma série de factores culturais que, em alguns casos, impedem uma gestão mais eficaz dos recursos.

Para alguns dos jovens produtores em estudo, o processo de incubação a que foram submetidos foi de grande mais valia na minimização de impactos das restrições acima mencionados. Por conseguinte, durante a monitoria fizeram-se apelos para fossem resilientes para enfrentarem as insuficiências do dia a dia para. Note-se, porém, que muitos dos seus colegas iniciais (ao todo em número de 50) já desistiram do programa.

O GdM tem envidado esforços que visam melhorar o desempenho do sector agrário e isso passa por implementação de vários programas de integração da agricultura familiar em cadeias de valor produtivas, com o objectivo de melhorar a qualidade de vida das comunidades rurais, promovendo agricultura sustentável, social, económica e ambiental. Contudo, existem ainda muitos contrangimentos específicos apontados no PEDSAII a ter em conta (**Tabela 28**) com que os pequenos agricultores se deparam constantemente.

Tabela 28. Constrangimentos na Cadeia de Valores, para os Pequenos Agricultores

Produção	Insuficiente acesso (disponibilidade e viabilidade dos preços) a insumos melhorados e certificados a destacar a semente e alevinos; irregularidade das chuvas; deficiente assistência técnica; inacessibilidade ao crédito; falta da priorização da produção agrária tendo em conta as condições biofísicas; modelos de produção que não proporcionam o desenvolvimento das cadeias de valor.
Pós-colheita	Falta de medida-padrão, certificação, fraca qualidade dos produtos, ausência de estruturas de armazenamento; limitado acesso ao crédito, elevados custos de transporte; e fraco acesso a informação de mercados, limitados modelos de armazenamento e de reserva alimentar engajando pequenos produtores.
Venda a grosso	Limitadas estruturas de armazenamento e limitado acesso ao crédito, falta de medida-padrão, fraca qualidade dos produtos; falta de pontos de agregação envolvendo o pequeno produtor; alta concentração de alguns mercados caracterizado pela determinação do preço pelos poucos actores do mercado; dominância dos actores de mercado ilegais em detrimento dos registados; dependência dos mercados externos para alguns produtos.
Processamento	Grande variabilidade na qualidade e preço oferecidos, elevados custos de energia eléctrica, disponibilidade de produtos importados baratos; falta de acesso a infraestruturas de processamento adequadas aos diferentes tipos de produtores (pequenos, médios e grandes).
Venda a retalho	Grande variabilidade de qualidade e de preços e acesso ao crédito.

Fonte: PEDSAII 2030 – MADER, 2023.

Dos resultados do nosso trabalho de pesquisa emergiram três grandes temas:

- a) Desafios dos jovens rurais e das mulheres em agro-negócio de pequena escala;
- b) Incubação de empresas como solução sustentável para os desafios no agro-negócio de pequena escala;
- c) Fortalecimento económico de jovens e mulheres em agro-negócio de pequenas dimensões.

5. Discussão

O presente projecto de pesquisa teve como sujeitos primários empreendedores jovens nos distritos de Malema, Rapale e Ribáuè, na Província de Nampula, em áreas de gestão, produção agrícola, agro-processamento, avicultura, silvicultura e em agro-negócio. Contudo, orientando-nos pelas prioridades do GdM, através dos diversos programas, cingimo-nos aos sectores agrário e de agro-negócio, por consideramos serem os eixos paa o desenvolvimento de Moçambique, dadas as suas potencialidades nessa perspectiva.

Este projecto visa, de certo modo, procurar conectar a investigação à prática e isso poderá conduzir à seguinte reflexão: quanto mais se explorar teoricamente sobre as valências da incubação agrária, mais serão as possibilidades de se abrirem caminhos para se adoptar esse tipo de incubação, de modo a obter-se melhores resultados na produção e comercialização agrária.

Ao seleccionarmos três distritos, o nosso trabalho tornou-se em um estudo comparativo que conceberá duas possibilidades aplicáveis à comparação de fenómenos a serem investigados denominando-as Método de Concordância e Método de Diferença (Gonzalez, 2008). Houve visitas aos locais de implementação de programas agrários monitorados e não monitorados, para efeitos de comparação. Nessas visitas, levaram-se a cabo entrevistas aos empregados e proprietários. Para além de visitas aos locais de produção, houve auscultação aos mercados de destino desses produtos.

O principal objectivo deste estudo foi descobrir como a incubação de empresas no agro-negócio pode auxiliar na superação dos desafios que os jovens do meio rural enfrentam na agricultura e no ciclo do agro-negócio, englobando a produção, os serviços financeiros, transportes, comercialização (*marketing*), seguros, bazares, bolsas de mercadorias primárias, de modo a promover uma solução sustentável para o empoderamento desses jovens, com destaque para as mulheres, que constituem a maioria da população de Nampula.

5.1. Desafios no Agro-negócio

Os jovens e as mulheres rurais entrevistados expressaram os seus entraves e desafios no agro-negócio, que incluíam nomeadamente a carência de assistência financeira, falta de apoio técnico, a escassez, de mão-de-obra acessível e barata. A maioria afirmou que iniciou o seu agro-negócio de micro ou pequena escala individualmente com reduzido capital e recursos e meios disponíveis.

A partir das suas respostas, mostraram que, envolver-se no agro-negócio tem os seus próprios desafios e como superá-los depende de vários factores:

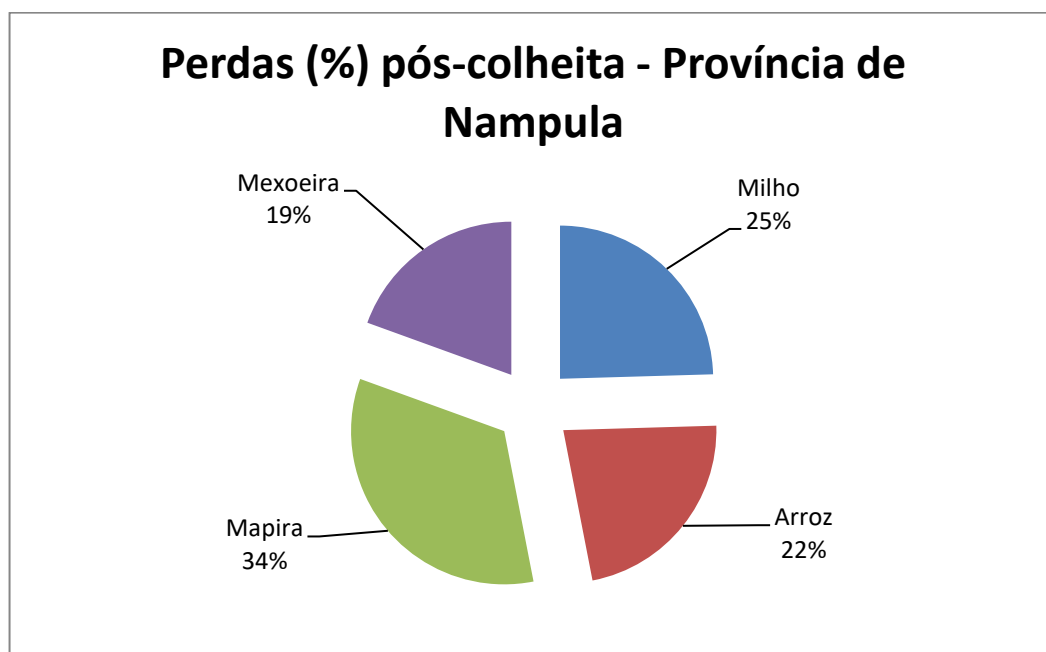
- **Desperdício da produção (Figura 55)**

Possíveis causas: Pela quantidade de produtos perecíveis; incorrecto manuseio dos produtos na colheita; a não existência de embalagens; transporte e armazenamentos inexistentes ou inadequados; exigências por parte dos centros de distribuição.

Como evitar o desperdício da produção agrícola? Acesso às tecnologias do processo produção-colheita; proporcionar-se transporte e armazenamento adequados; conversão de produtos em adubos; formação em boas práticas e gestão; maior apoio dos extensionistas agrários.

Pela nossa interacção com os entrevistados pudemos também constatar neles outros desafios, que se reflectem no seu dia-a-dia, como a incidência da pobreza, a discriminação a que as mulheres estão sujeitas, a pouca ou nenhuma formação em agro-negócio e a deficiente dieta que resulta em malnutrição.

Figura 55. Perdas (%) pós-colheita em Nampula, 2020

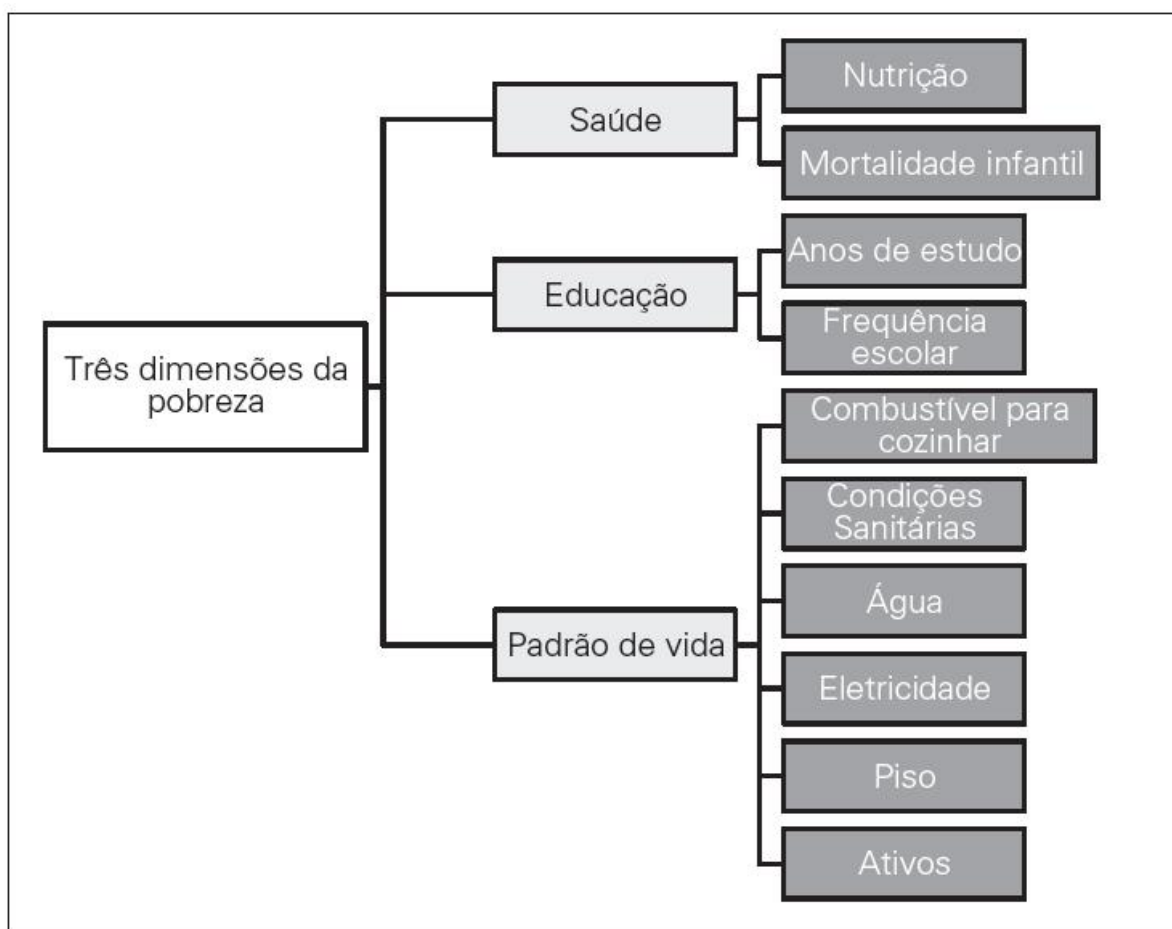


Fonte: MADER/DPP, Inquérito Agrário Integrado, IAI 2020

5.1.1. Incidência da Pobreza

Para se avaliar a pobreza, utilizamos o índice de pobreza multidimensional (IPM) (**Figura 56**) que indica a medida de pobreza de uma população numa determinada região, tendo em consideração a frequência da pobreza e a sua intensidade. (OPHI, 2018).

Figura 56. Três Dimensões na Medição da Pobreza



Fonte: Adaptado de OPHI, 2018.

O seu cálculo resulta da avaliação da pobreza, feita tendo em conta seis indicadores e todos com igual peso (1/6):

1. **Educação** – Conclusão do ensino primário;
2. **Água** – Fonte de água segura, canalizada, fontanário, furo ou poço com bomba mecânica manual ou motorizada;
3. **Saneamento** – Latrina, ou latrina melhorada;
4. **Cobertura de Material Convencional** – Casa coberta de laje de betão, telhas ou chapa de zinco;
5. **Electricidade** – Acesso a electricidade;
6. **Posse de Bens Duráveis** – Acesso a pelo menos três bens duráveis, como bicicleta, carro, moto, televisor, rádio, telefone, cama e geleira.

Neste processo de avaliação, o limite, ou seja, o *cut-off*, é de 60%, o que significa que, os agregados familiares privados em pelo menos quatro dos seis indicadores são considerados pobres multidimensionais.

Outro método de medição da pobreza, o mais comum, é o referente ao consumo e neste caso, como já nos referimos, a nível nacional, a pobreza é predominantemente rural, no centro e norte⁷³. Segundo o Plano Económico e Social – Orçamento do Conselho Executivo Provincial (PESOP) 2021 de Nampula, o índice de pobreza situa-se nos 51,1%, não obstante estar a beneficiar, de ano para ano, de mais bens duráveis e de melhorias de condições de habitação.

Três quartos dos entrevistados neste estudo vieram de áreas pobres. A pobreza ainda é um grande desafio nas áreas rurais de África e, portanto, conseguir uma fonte de rendimento requer um esforço extra. A agricultura parece sair-se melhor nas áreas rurais e pode ser facilmente convertida em uma fonte de dividendos. Para isso, é necessário muito trabalho de especialistas que possam oferecer capacitação aos agricultores dispostos a fazer agro-negócio. Enfatizamos aqui que a maioria dos agricultores rurais tem trabalhado nas suas propriedades apenas para o autoconsumo. Contudo, há que notar que o agro-negócio consiste em praticar a agricultura para fins comerciais.

Por causa da pobreza, a maioria dos agricultores não consegue fazer agro-negócio por falta de capital para iniciar os seus negócios. Esse aspecto afecta principalmente mulheres, cujo trabalho normal é apenas ficar em casa para tarefas domésticas. Ao mostrar-lhes formas de obter capital, apresentando-as a instituições financeiras e a programas governamentais, por certo melhorará a situação das suas famílias e a sociedade em geral.

Em muitas áreas rurais africanas onde a agricultura de pequena escala ocorre, os pesquisadores descobriram que as diferenças de género, classe e idade têm um impacto significativo na alocação de recursos e produtividade na formação de grupos agrícolas para produção de culturas comerciais. Nesses sistemas, espera-se que as mulheres se conformem ao seu papel 'tradicional' como esposas, mães e cuidadoras e continuar trabalhando em serviços de posições braçais (Manzanera-Ruiz, *et al.*, 2016).

⁷³ INE, 2017.

Contudo, em Moçambique e em Nampula, em particular, a participação da mulher no trabalho do campo, em parceria com o homem, é bem mais marcante onde se constata que 90% das mulheres que estão em idade activa trabalham no campo, tendo a agricultura como fonte de subsistência familiar (Fórum Mulher, 2020).

No Distrito de Malema, pudemos observar extensas terras de cultivo do milho e feijão bóer, machambas de índole familiar, com ambos os géneros bem activos no processo de produção. Pela inexistência de indústria de processamento no local, o destino da maior parte do milho seria para a indústria cervejeira na Província. Como consequência, o preço da farinha de milho tem oscilado ao longo do ano. O Mesmo cenário se repete em Ribáuè, acrescido ao problema da falta de transporte das zonas distantes das estradas.

O Distrito de Rapale, que possui como produção dominante as hortícolas, a produção é maioritariamente dominada pelas mulheres. O seu envolvimento é intenso, dada a grande procura dos seus produtos na vizinha Cidade de Nampula. O transporte dos produtos é facilitado pelas boas vias de acesso até aos mercados urbanos.

A pobreza tem causado imensa desigualdade de género em todo o mundo, significando que há uma falta geral de necessidades básicas na vida das pessoas. Esta situação tem sido pior no mundo em vias de desenvolvimento, onde se estima que 24 % da população sobreviva em condições de miséria. A provisão de esquemas de microcrédito nesses países têm contribuído na luta contra a pobreza entre os grupos marginalizados, em particular as mulheres (Atieno, 2017).

Criado no final dos anos 70, o conceito de microcrédito nasceu no Bangladeche, na base de que todos os seres humanos são potenciais empreendedores, e se espalhou universalmente, propondo um sistema bancário baseado no mutualismo, na confiança, participação e criatividade, concedendo empréstimos aos mais pobres dos pobres, especialmente, às mulheres.

Em Moçambique, neste domínio, não existem estatísticas fidedignas, mas estima-se que 85% da população activa trabalha no sector informal, 59% da qual é constituída por

mulheres. O microcrédito em Moçambique é actualmente uma realidade, havendo sido instaurado em 2000. Existem alguns estudos sobre o impacto das microfinanças nos produtores familiares em Moçambique (Diga, 2004; Coutinho, 2007).

A situação económica dos jovens de Nampula e em particular a das mulheres tem sido um desafio para os que vivem nas áreas rurais. A maioria deles vive na pobreza e carece de oportunidades para melhorar as suas fontes de renda. As mulheres são consideradas as mais vulneráveis. Mas Nampula é ndubitavelmente uma ilustração do que se passa no resto do país.

O envolvimento das empresas pode funcionar no sentido de enfrentar os desafios e as restrições das mulheres na agricultura e convertê-los em sucessos comerciais. E se as empresas investirem em agro-negócio das mulheres, identificando-se um conjunto de estratégias de participação utilizadas pelas mulheres, poder-se-ão preencher as lacunas de produtividade, dado que aumentarão as vendas e desse modo abrandar a pobreza (Agy, 2019).

5.1.2. Discriminação das Mulheres em Nível de Direitos

Muitas sociedades preocupam-se com a promoção da igualdade de género pensando que interfeririam com a cultura local e é bem evidente que as mulheres estão muito na retaguarda dos homens em relação à produtividade agrícola na África Subsaariana (Msuya, 2019). Isso se deve às desigualdades de género e diversidade cultural que persistem no que respeita ao acesso, controlo e utilização de recursos produtivos, como terra, pecuária, trabalho, educação, extensão e serviços financeiros e tecnologia. A maioria das mulheres é considerada discriminada na posse de terras o que é muito frequente na África Subsaariana (Okin, 1998).

Nas comunidades rurais em Moçambique, a maioria das mulheres desempenha um papel de extrema importância na produção de alimentos, que engloba a sementeira, o plantio, a capinagem e a irrigação. No entanto e segundo o IFAD (sem data), elas têm pouco acesso a recursos produtivos ou controlo sobre os mesmos. Na Província de Nampula, e como divisão de tarefas, cabe aos homens a limpeza da terra de cultivo, assim como a sua participação da colheita.

Embora exista uma crença amplamente difundida e bem fundamentada de que as mulheres em África têm menos direitos à terra que os homens, há uma falta de dados credíveis sobre a extensão e a natureza dessa desigualdade baseada no género.

Normas culturais e tradições restringem a capacidade das mulheres de herdar terras e contribuem para ampliar as diferenças de género na posse, qualidade e tamanho das terras agrícolas (Diirro *et al.*, 2018), mas em Moçambique o quadro é bem diferente para a positiva. De facto, estudos de caso de comunidades pequenas com menos de três mil habitantes, sendo duas comunidades matrilineares da Província de Nampula, dos distritos de Mecuburi (Namina) e Malema (Limite), demonstraram não estabelecerem igual discriminação positiva em relação às mulheres (Deus, 2019).

Um dos aspectos a considerar para a minimização desse desafio social e, de certo modo, muito enraizado em Moçambique, seria a manifestação da vontade política das lideranças do País, para além de se reforçar o aspecto educativo da igualdade de direitos entre ambos os géneros.

5.1.3. Ausência de Conexão e de Habilidades em Agro-negócio

A partir das entrevistas, os participantes demonstraram como careciam de rede de parcerias e de habilidades em agro-negócio. Muitos dos jovens nas áreas rurais são analfabetos e, na sua maioria, dedicam-se a uma agricultura familiar de escala diminuta. Quanto aos do sexo feminino, para além de fazerem parte do grupo familiar nas mesmas actividades das machambas, também têm à sua responsabilidade as lides domésticas.

Se bem que a formação e capacitação na elaboração de planos de negócios seja uma tarefa árdua, pelo factor analfabetismo, orientar os jovens agricultores sobre como prosseguir é uma boa estratégia para ajudá-los a ter a confiança e a motivação necessárias para trabalhar em agro-negócio e produzir resultados positivos. Isso envolve reunir diferentes equipas para atender às necessidades dos proponentes a *start-ups*, com maior atenção para as mulheres.

Tem havido algumas iniciativas de formação nas Províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula. Nesta, na Ilha de Moçambique, e numa troca de experiências entre equipas, listaram-se as oportunidades nas comunidades e análise de cadeias de valor de agricultura, pesca, aquacultura, produtos florestais, pequena mercearia e venda de alimentos confeccionados. Foram promovidas as relações sociais inclusivas dentro das comunidades, assim como se fomentou o envolvimento dos jovens nas actividades de melhoria de rendimento dos recursos agrícolas, pesqueiros, madeireiros e florestais, abordando a igualdade de género e juventude (OIKOS, 2021).

5.1.4. Melhoria em Segurança Alimentar e Geração de Rendimento.

De entre os jovens envolvidos em agro-negócio, quando a maioria é do sexo feminino, aos mesmos deve-lhes ser facilitado o acesso ao mercado, de modo a permitir que capitalizem o seu negócio como *start-ups* com perspectiva para florescer. Além disso, devem ter acesso a insumos e serviços, bem como formação para o seu fortalecimento técnico e microempresarial.

A incubação de empresas surgiu como um contributo rentável para o desenvolvimento económico local, de forma que, incubar empreendimentos jovens desde o início pode dar credibilidade aos negócios; aumentar a probabilidade de sua sobrevivência e suas habilidades para construir redes eficazes e ter acesso a recursos críticos, como finanças (Kyaruzi, 2008).

A nível global está bem demonstrado o papel de *start-ups* e numa plataforma são mencionados cinco exemplos de excelência no desenvolvimento de soluções dirigidas especificamente à segurança alimentar e englobados num estudo mais amplo de análise de dados derivados da observação de cerca de 3.790.000 *start-ups* e *scale-ups* mundiais (*Start-Ups. Insights*, 2023).

5.1.5. Mentoria, Acesso às Redes e Partilha de Espaços.

A partir dos *workshops* ao longo da incubação de empresas agrárias no ISEUNA, diferentes especialistas das entidades parceiras coorganiadoras, como o FNDS e a empresa aviária Novos Horizontes demonstraram como apoiar as *start-ups* do sector agrário. A Incubadora do ISEUNA criou grupos na plataforma *WhatsApp*, assim como grupos de *e-mails*, onde os jovens empreendedores poderiam interagir e serem orientados. Os participantes, na sua maioria produtores com áreas de produção de pequena escala, foram capazes de participar em outras redes que incluíam clientes revendedores. Além disso, eles tiveram a oportunidade de partilhar as suas experiências sobre os seus negócios, em que puderam mencionar os seus desafios e sucessos.

As incubadoras de empresas são organizações que criam valor, fornecendo suporte, como serviços de facilitação, para ajudar *start-ups* com ideias inovadoras e Micros e Pequenas Empresas (MPEs) para desenvolver negócios sustentáveis. Diversos serviços integrados são providenciados, principalmente em três dimensões: instalações, treinamento e acesso às redes. Procuram estabelecer interdependências para obter acesso a tais recursos.

As interdependências das incubadoras de empresas são vistas como parcerias estratégicas que podem contribuir para aumentar o desenvolvimento sustentável dos negócios dos clientes, melhorando empresas, reduzindo questões socio-económicas, por exemplo, desigualdades de rendimento e pobreza (Hernández, *et al.*, 2016).

Em Nampula, os jovens camponeses vivem com as mesmas e sérias dificuldades que as suas famílias sofrem na lida diária da terra, sempre à mercê da natureza e pobreza crónica, que os faz sonhar em rumar para meios urbanos. Na realidade, o Programa Nacional SUSTENTA visa a integração da agricultura familiar em cadeias de valor produtivas, tendo como finalidade melhorar a qualidade de vida dos agregados familiares rurais através da promoção de agricultura sustentável (social, económica e ambiental), fixando-os nas zonas rurais, oferecendo linhas de crédito e subsídios específicos para cada personagem e de acordo com as cadeias de valor.

O propósito do nosso trabalho, enquadrado neste Programa, seria um muito pequeno contributo nas cinco grandes prioridades de orientação, ou seja, na segurança alimentar, rendimento familiar, emprego, inclusão social e produção/productividade. No total nacional, porém, os resultados do Programa SUSTENTA são considerados ainda longe da expectativa criada, mas não nos compete aqui dissertar sobre o sucesso ou insucesso do mesmo como medida política.

Como Tese universitária, consideramos que a informação e o conhecimento são a chave da produtividade e da competitividade, onde a informação se tornou tão fundamental que a sua prioridade deve ser a base e a razão para uma incubadora de empresas, em que a médio prazo se pode perspectivar a troca do binómio capital/trabalho pelo binómio informação/conhecimento como factores determinantes no sucesso negocial.

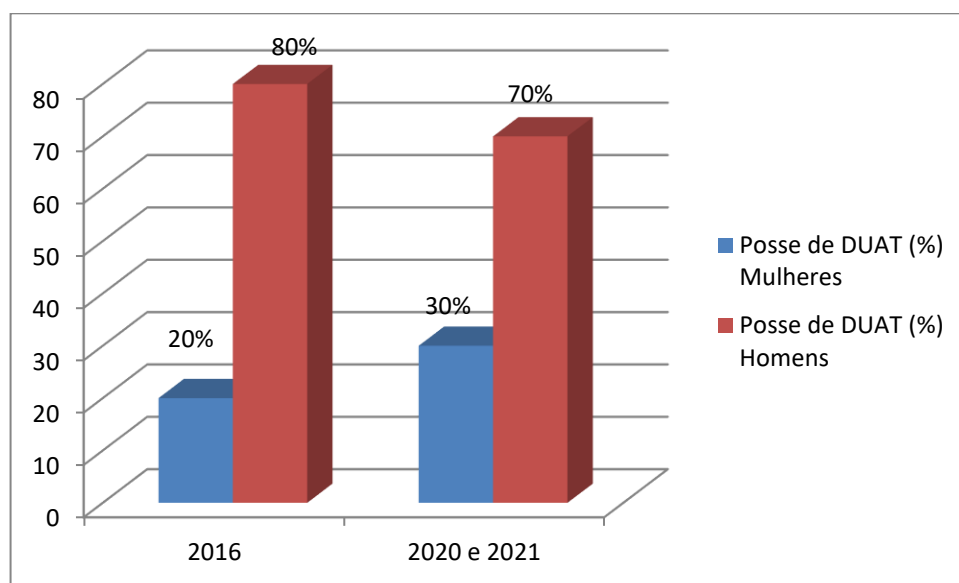
As empresas e incubadoras desempenham forte papel social, abandonando-se a ideia de que as mesmas existem meramente para dar lucro, e fomentando o papel da jovem mulher moçambicana.

A desigualdade de género é uma questão global e foi listada como um dos objectivos da visão de desenvolvimento 2030. A maioria das mulheres em muitas áreas rurais de África ainda enfrenta discriminação, com mais visibilidade na contribuição económica e empoderamento. Isso se deve a questões culturais ou barreiras institucionais. A maioria dos homens domina em efectuar variadas actividades, especialmente quando se trata de tarefas ligadas a actividades económicas, como a agro-pecuária mais organizada.

Assume-se em princípio, que as mulheres devem ficar em casa e cuidar dos deveres domésticos. A maioria das actividades agrícolas que são feitas nas áreas rurais são principalmente para o consumo familiar e poucos agricultores o fazem para serviços comerciais.

A posse e segurança da terra constituem em muitos locais uma fonte de conflitos até ao presente. Nas áreas rurais, a tendência de 2020 e 2021 teve pouca evolução em relação à de 2016 (**Figura 57**). As mulheres têm menos controlo e titularidade da posse da terra do que os homens.

Figura 57. Posse de DUAT nas zonas rurais de Moçambique



Fonte: Adaptado de: Machaze *et al.*, 2016; Natauazi *et al.*, 2020; Zamchiya *et al.*, 2021.

Porém, neste domínio, Moçambique e em particular Nampula, tem sido alvo de esforços por instituições estatais (Ministério da Mulher; Ministério do Género, Criança e Acção Social) e constitui mesmo uma referência a nível global no diz respeito à promoção da igualdade e equidade de género através da inclusão social e protecção dos segmentos mais vulneráveis, entre os quais infelizmente ainda se encontram grande parte das mulheres.

De facto, Moçambique tem estado a desenvolver política e acções que visam desenvolver um sistema educativo que privilegia e protege a rapariga na escola, um sistema ligado à saúde materno-infantil, promoção da participação massiva das mulheres nas actividades sócio cultural, educativa, desportivas e económicas.

Na realidade, Moçambique apresenta um panorama diferente do geral Africano, pois a agricultura ocupa 90% da força laboral feminina e 70% da masculina. No entanto, as mulheres produzem 30% menos do que os homens, não porque são frágeis, mas porque não têm apoio e incentivo necessários em equipamento, sementes e fertilizantes, que são caros.

Neste enquadramento nacional, no nosso estudo, a maioria dos inquiridos foi composta de camponeses que recorreu à agricultura de pequena escala e micro agro-negócios para ganhar a vida. Apesar de se envolverem no negócio, eles ainda enfrentaram desafios no seu trabalho,

como a escassez de mercados, falta de conexões com outros promotores de comercialização, privação de direito a equipamentos, ausência de habilidades e formação, exiguidade de capital de investimento e muitos outros factores. Por outro lado, alguns dos entrevistados demonstraram como as suas vidas mudaram de forma positiva desde que começaram a trabalhar na agricultura de micro e pequena escala e introduzidos nos agro-negócios.

De acordo com pesquisas anteriores da nossa incubadora, a incubação em agro-negócios foi introduzida de modo a minimizar os vários desafios enfrentados pelos envolvidos no agro-negócio. Na verdade, a incubadora do ISEUNA surgiu para contribuir no aumento de oportunidades de auto-emprego para muitos jovens, através de capacitações, trabalho conjunto com parceiros financiadores, no apoio a micro e pequenos negócios promovidos por jovens, de modo a ajudá-los a desenvolver as suas transacções comerciais sem muitas barreiras.

Quando os camponeses foram colocados na presente incubadora, foram-lhes disponibilizados vários serviços, como capacitação sobre como redigir e calendarizar um plano de negócios, como perceberem a tecnologia necessária, e puderam ainda usar vários equipamentos disponíveis no recinto da incubadora.

Foram ainda apoiados na identificação de novos e apropriados mercados para os seus produtos, e ficaram conectados em redes adequadas, adequadas para a promoção das suas actividades. Isso foi realizado reunindo diferentes profissionais e parceiros em áreas diversificadas, para ajudar o agro-negócio a superar os desafios e possibilitar o crescimento comercial.

Apesar de ter reconhecidas vantagens, a incubação em agro-negócios também tem algumas apontadas desvantagens. Isso ocorre porque o processo de incubação requer muito investimento em tempo e despesas. Além disso, como a agricultura é afectada por factores climáticos, biológicos, tecnológicos, perecibilidade dos produtos, escassez de mercado e outros factores, cuidamos que no nosso trabalho a incubação do agro-negócio fosse correcta e suficientemente apetrechada em boa gestão, lidando com os inerentes riscos e ajudando os envolvidos a minimizá-los.

Neste estudo, constatámos que a incubação em agro-negócio ainda é uma estratégia complexa que necessita de ser simplificada e tratada com toda a ponderação, porque se lida com pessoas a precisarem de apoio, numa fase em que mais necessitam de uma entidade administradora de confiança. Além disso, os procedimentos seguidos para o ingresso nas incubadoras carecem ainda de uma certa clareza e todo momento de transição contém uma dose de angústia, originada pela incerteza e insegurança.

Inclusive, deveria haver mais pesquisas sobre como funciona a incubação do agro-negócio e como os resultados são percebidos, assim como o seu impacto na própria empresa incubadora. Como pesquisadores neste tema, sentimos a exiguidade de literatura sobre incubação em agro-negócios e seus sucessos, principalmente em Moçambique e no contexto moçambicano, atendendo que mesmo os exemplos de sucesso em África, sobretudo no Egipto, Gana e África do Sul e Quênia, não podem ser tomados como modelos, pela especificidade de cada região.

Qualquer passo dado nesse sentido seria mera imitação dos países africanos que já possuem vasta e longa experiência em negócios de produção agrária mas não replicáveis em Nampula. Portanto, mais pesquisas devem ser levadas a cabo sobre procedimentos, principalmente quando são envolvidas populações vulneráveis em aspectos económicos, sociais e políticos. Isso porque quando abordamos o ‘desenvolvimento’ estamos a referirmo-nos a políticas a adoptar e não a aspectos técnicos, porque estes são características de cada contexto, meio, região e país.

Embora em Moçambique já existam várias instituições para microcrédito, na suposição de que todos os camponeses são potenciais empreendedores, no entanto, a existência de somente três instituições devidamente licenciadas pelo ISSM-Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique que concedem microsseguros agrícolas sediadas em Maputo, para a população que tem baixos rendimentos e se caracteriza por pequenas coberturas e prémios, simplicidade e facilidade de processamento, não tem sido muito expandido pela região de Nampula.

No entanto, e apesar dos agro-negócios em Nampula estarem ainda em fase de “*seed capital*”, verificámos um ecossistema vibrante, ágil e repleto de oportunidades, tão efervescente quanto os desafios a serem superados.

Neste trabalho de pesquisa, uma fotografia da realidade, foi importante observar o impacto da incubação agrária na sustentabilidade dos agro-negócios em Nampula, se bem que os dados fossem reduzidos, visto considerarmos enquadrar-nos numa fase-piloto muito ainda incipiente. Nesse contexto, sobre o estado da agricultura familiar em Nampula, podemos apresentar vários manifestos.

A agricultura familiar é parte da solução para se alcançar a segurança alimentar, desenvolvimento rural e sustentabilidade ambiental em Nampula. A academia deve desempenhar papel genuíno na demonstração de como incentivar a inovação na agricultura familiar de subsistência em Nampula, simultaneamente em áreas pluridisciplinares, nomeadamente educação, agricultura e saúde, visando tirar os camponeses da miséria e pobreza e ajudar a Província a alcançar a segurança alimentar e tornar a vida dos camponeses com padrão mínimo de qualidade e dignidade.

Os predominantemente agricultores familiares constituem um grupo extremamente diversificado, pelo que os sistemas de inovação não podem ser universais e devem levar em conta essa diversidade. Os sistemas e processos de inovação para serem bem aplicados pelos agricultores familiares devem ter em consideração os seus habitats, o seu meio ambiente e tipo de solos e climas, e as conjunturas sócio-económicas, como produção, emprego, taxas de juros, renda nacional e índices de preços.

Tivemos em consideração no nosso estudo a ecologia dos valiosos saberes tradicionais nas práticas agrárias e o conhecimento técnico-científico partilhado pela nossa incubadora foi regularmente garantido. Fizemos esforço para assegurar que a investigação agrária, serviços de consultoria, instituições do mercado e infra-estruturas fossem inclusivos e interligados.

Reconhecendo a enorme complexidade dos desafios da agricultura e o ambiente institucional para empreendedorismo agrícola são, o sistema de inovação deve ser pertinente que abrace ou torne essa complexidade mais acessível. Tentamos concentrar não apenas no

aumento dos rendimentos, mas também num conjunto complexo de objectivos sociais e económicos, incluindo a conservação dos recursos naturais.

Visando nosso objectivo, ensinamos e praticamos boa governação, modos de atingir boa estabilidade macro-económica, baseados em transparência jurídica e regimes regulatórios, direitos de propriedade segura como DUATs, gerenciando instrumentos de controlo de riscos e infra-estruturas de mercado.

Assinalamos e optimizamos o acesso a bazares locais ou mercados mais amplos para entradas e saídas de matérias-primas, insumos e produtos agrários, para os agricultores das áreas mais remotas, assim como para os grupos marginalizados, que muitas vezes enfrentam inúmeras barreiras.

6. Conclusão

Esta pesquisa teve como principal propósito perspectivar o quão importante pode ser a aplicação do sistema de incubação agrária na promoção do desenvolvimento económico sustentável e o empoderamento dos jovens rurais em Nampula, Província no Norte de Moçambique, com maior atenção para o género feminino. Apesar de surgirem iniciativas incipientes por parte do GdM e de alguns sectores financeiros, a incubação no sector agrário não tem sido uma aposta no País.

Aliado ao sistema de incubação na prática agrária, procuramos identificar e ser um instrumento crítico do agro-negócio como uma via para impulsionar a melhoria das condições de vida das comunidades produtoras de pequena escala, tanto na geração de renda familiar, quanto na melhoria da dieta alimentar, pois que, a Província de Nampula é a que tem maiores registos de malnutrição.

A produção agrária de pequena escala é determinante para a disponibilização dos produtos do sector, o que permite dinamizar a cadeia de valores do agro-negócio, pois que, segundo os dados do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural, cerca de 98% das explorações agrárias são dessa característica, em forma de machambas organizadas. Dada a sua importância no fornecimento de alimentos, torna-se imperativo que lhes sejam prestadas assistências técnica, financeira, formativa e informativa, através de incubação.

O nosso trabalho de pesquisa procurou responder à seguinte pergunta de partida: ***Até que ponto a aplicação do sistema de incubação de empresas poderá catalisar e tornar sustentável a prática agrária e de agro-negócio pelos jovens na Província de Nampula?*** Para dar consistência a essa pergunta, colocámos também as seguintes questões complementares:

1. Quais são os principais desafios que os jovens empreendedores enfrentam na agricultura de pequena escala e no agro-negócio nas áreas rurais de Nampula?
2. Como é aplicado o processo de incubação de empresas agrárias e de agro-negócio, para superar esses desafios e promover o empoderamento económico

sustentável para os jovens envolvidos em agricultura de pequena escala e em agro-negócio nessa região Norte do país?

Procurámos, de um modo geral, colocar como principal objectivo da investigação, descobrir como a incubação de empresas no agro-negócio pode ser usada para superar os desafios que os jovens do meio rural enfrentam na agricultura e no agro-negócio em Nampula. Perante essa pretensão holística, priorizámos as seguintes perspectivas: identificar como a incubação do agro-negócio é usada para superar esses desafios e promover uma solução sustentável para o fortalecimento das capacidades dos jovens rurais, com destaque para as mulheres.

A desigualdade de género é uma questão global e foi indicada como um dos objectivos do desenvolvimento sustentável, visão com meta até 2030. A maioria das mulheres nas zonas rurais de África ainda enfrenta discriminação em actividades que visam contribuir para o desenvolvimento económico, assim como na sua capacitação. Em Moçambique e em particular em Nampula, o mesmo fenómeno se verifica.

Isto se deve, em parte, a barreiras culturais ou institucionais. A maioria dos homens domina a realização de diferentes actividades, especialmente as que são de índole económica como a agricultura. As mulheres devem ficar em casa e cuidar dos deveres domésticos. A maior parte das actividades agrícolas realizadas nas áreas rurais é principalmente, para consumo e poucos agricultores o fazem para serviços comerciais.

Os entrevistados deste estudo foram jovens que recorreram à agricultura de pequena escala e o agro-negócio para ganhar a vida. Apesar de se envolverem no negócio, ainda enfrentavam desafios que incluíam (i) a falta de mercados, (ii) a falta de redes para interagir com os diversos actores do sector, (iii) a falta de equipamento apropriado, (iv) falta de competências e conhecimentos, (v) falta de capital financeiro e muitos outros factores. Por outro lado, alguns dos entrevistados demonstraram como as suas vidas mudaram para o melhor, desde que começaram a trabalhar na agricultura e agro-negócio de pequena escala.

De acordo com pesquisas anteriores, a incubação do agro-negócio foi introduzida para minimizar os desafios enfrentados pelos envolvidos nesse sector. Em Nampula, o FNDS junto

com outros parceiros agrícolas escolheu a incubadora do ISEUNA para formar e oferecer apoio a alguns jovens agricultores de pequena escala em agro-negócio, para ajudá-los a desenvolver e ampliar as actividades agrárias sem muitas barreiras.

Quando os jovens agricultores foram seleccionados para a incubação no ISEUNA, foram-lhes oferecidos os seguintes serviços;

- treinamento sobre como redigir um plano de negócios;
- formação em inovação;
- equipamentos e áreas de produção, quando não as possuíam;
- busca de mercados para seus produtos;
- orientados e vinculados às redes certas.

Isso é feito reunindo variados conhecimentos em diferentes áreas para ajudar o agro-negócio a superar os desafios e expandir os negócios.

Na realidade, o projecto SUSTENTA visou transformar a agricultura familiar em uma cadeia de valor comercial, no entanto, os resultados estão ainda longe da expectativa criada, mas não nos compete aqui dissertar sobre o sucesso ou insucesso do projecto como medida política.

A informação e o conhecimento são a chave da produtividade e da competitividade, onde a informação se tornou tão fundamental que a sua prioridade deve ser a base e a razão para uma incubadora de empresas, em que a médio prazo se pode perspectivar a troca do binómio capital/trabalho pelo binómio informação/conhecimento como factores determinantes no sucesso negocial.

Apesar de ter suas vantagens, a incubação em agro-negócio também tem suas desvantagens. Isso ocorre porque o processo de incubação requer muito investimento em tempo e despesas. Além disso, como a agricultura é afectada por factores biológicos, tecnológicos, perecibilidade, falta de mercado e outros, as incubadoras do agro-negócio devem ser bem apetrechadas o suficiente em boa gestão, para apoiar os incubados na minimização dos riscos daí provenientes.

Neste estudo, constatámos que a incubação em agro-negócio ainda é uma estratégia complexa que necessita de ser simplificada e tratada com toda a cautela, porque lida-se com pessoas a precisarem de apoio, numa fase em que mais necessitam de uma entidade de confiança. Os procedimentos seguidos para ingressar nas incubadoras carecem ainda de uma certa clareza.

Além disso, deveria haver mais pesquisas sobre como funciona a incubação do agro-negócio e como os resultados são percebidos. Nós, como pesquisadores neste estudo, sentimos a exiguidade de literatura sobre incubação em agro-negócio e seus sucessos, principalmente em Moçambique e no contexto moçambicano.

Qualquer passo dado nesse sentido é numa mera imitação dos países que já possuem vasta experiência em negócios de produção agrícola. Portanto, mais pesquisas devem ser levadas a cabo sobre procedimentos, principalmente quando são envolvidas populações vulneráveis em aspectos económicos, sociais e políticos. Isso porque quando abordamos o ‘desenvolvimento’ estamos a referir-nos a políticas a adoptar e não a aspectos técnicos, porque estes são características de cada contexto, meio, região e país.

Apesar do fraco apoio disponibilizado pelo parceiro principal que foi o FNDS, os jovens produtores procuraram implementar os seus projectos, mesmo com poucos recursos. Essa atitude empreendedora e resiliente tem-lhes possibilitado dar continuidade às suas actividades, se bem que não em volume desejado. Todos os envolvidos afirmam que, o que mais os motivou foram as mensagens formativas partilhadas pela incubadora do ISEUNA.

Pesquisas anteriores mostram que, quando jovens estão envolvidos em agro-negócio e são colocados em incubadoras, isso os ajuda a minimizar os efeitos dos desafios e a concretizar os seus sucessos no agro-negócio. Isto promoverá o empoderamento económico nos jovens rurais e com realce nas mulheres, porque o envolvimento no agro-negócio irá ajudá-los a gerar rendimento e tornarem-se independentes. Além disso, foi notório que a incubação do agro-negócio promoveu o empoderamento económico sustentável.

6.1. Fiabilidade, Validade e Limitação do Estudo

Neste trabalho de Tese utilizámos diferentes abordagens para compor este estudo. Isso incluiu o uso de questionário, entrevistas e notas durante as visitas nos locais de implementação dos projectos de incubação agrária, com o objetivo de obter dados suficientes para esta pesquisa. Colectando dados directamente dos incubados-alvo que já haviam experimentado o fenómeno do estudo era uma maneira segura de obter o direito de Informação. Além disso, utilizámos os artigos mais recentes e a literatura actual para compor este estudo e seguimos as directrizes do processo de pesquisa para garantir que este estudo fosse escrito em conformidade.

O tempo foi limitado na recolha de dados, porque dispúnhamos de recursos financeiros reduzidos para a nossa permanência nos distritos. Portanto, no futuro, será necessário mais tempo durante a colecta de dados para obter informações suficientes, de modo a poder-se ter mais conteúdo e assim, entender mais profundamente o dia a dia da vida das comunidades rurais.

Por não pertencermos à etnia dos indivíduos em estudo (Makua), nos 3 distritos, muitas nuances ficaram por obter das comunidades, porque entre as palavras estão às vezes muitas expressões que indicam vontades, preferências e rejeições.

6.2. Auto-reflexão

No nosso desenvolvimento profissional e académico, aprendemos muito durante este trabalho. Escrever uma tese é um processo meticuloso e gradual. Percorrer a literatura e seleccionar um tópico adequado foi um processo inicial que priorizámos, para garantir a sua viabilidade. E também, o uso de metodologias correctas e abordagens que contribuíssem para a fiabilidade e validade do estudo constituiu uma forma de aprendizagem. Todo o processo contribuiu para a nossa aprendizagem em termos de competências em investigação. A orientação e a experiência que recebemos do supervisor ajudaram a aumentar as capacidades sobre pesquisa e investigação científica.

6.3. Sugestões

6.3.1. Promoção da Inovação na Agricultura Familiar

Neste trabalho de pesquisa foi importante observar o impacto da incubação agrária na sustentabilidade do agro-negócio em Nampula, se bem que os dados fossem reduzidos visto que se está numa fase muito incipiente. Nesse contexto, aliámo-nos à FAO, no seu relatório de 2014, sobre o estado da alimentação e da agricultura, em que se aborda *A Promoção da Inovação na Agricultura Familiar* e daí apresentam-se as seguintes *sugestões*:

- A agricultura familiar é parte da solução para se alcançar a segurança alimentar e desenvolvimento rural sustentável; a segurança alimentar mundial e a sustentabilidade do meio ambiente dependem de mais de 500 milhões de espaços de produção agrícola familiares, que formam a espinha dorsal da agricultura na maioria dos países.
- A agricultura familiar representa mais de nove em cada dez áreas de produção no mundo e pode servir como um catalisador para o desenvolvimento rural garantido. A produção familiar constitui o garante dos recursos da agricultura mundial e a fonte de mais de 80 % do suprimento mundial de alimentos, mas muitos dos países produtores são pobres e neles se regista insegurança alimentar.
- Inovação em agricultura familiar é urgentemente necessária para tirar os agricultores da pobreza e ajudar o mundo a alcançar a segurança alimentar e tornar a agricultura sustentável.
- Agricultores familiares constituem um grupo extremamente diversificado e os sistemas de inovação devem levar em conta essa diversidade.
- Estratégias de inovação a aplicar para agricultores familiares devem considerar as suas condições agro-geológicas e sócio-económicas, assim políticas governamentais objectivas e concretas para o sector. Por outro lado, a ecologia

entre os saberes tradicionais nas práticas agrárias e o conhecimento científico partilhado pelas instituições académicas deve ter coexistência garantida.

- Esforços públicos, para promover inovação agrícola para agricultores familiares de pequena e média dimensão, devem assegurar que a investigação agrária, serviços de consultoria, instituições do mercado e infra-estruturas são inclusivos.
- Os desafios da agricultura e o ambiente institucional para inovação agrícola são, mais do que nunca, de uma grande complexidade; o mundo deve criar um sistema de inovação que abrace ou torne essa complexidade mais acessível. As estratégias de inovação agrícola devem-se concentrar não apenas no aumento dos rendimentos, mas também num conjunto complexo de objectivos, incluindo a preservação dos recursos naturais e o aumento da renda rural.
- Todos os agricultores familiares necessitam de um ambiente de inovação, incluindo boa governação, condições de boa estabilidade macro-económica, transparência jurídica e regimes regulatórios, direitos de propriedade segura como DUATs, instrumentos de gestão de riscos e infra-estruturas de mercado.
- Melhorado acesso a mercados locais ou mais amplos para entradas e saídas de insumos e produtos agrários, respectivamente, principalmente para os agricultores das áreas remotas, assim para os grupos marginalizados, que muitas vezes enfrentar inúmeras barreiras.

6.3.2. Que Modelo de Incubação Agrária e Agro-negócio para Moçambique?

Tendo-se aferido que a incubação agrária permite uma maior articulação dos actores envolvidos na cadeia de valores do agro-negócio, há que incentivar e apoiar o sistema de incubação de empresas, para que possam perspectivar práticas sustentáveis no sector agrário, factor que contribui para o desenvolvimento económico e social das comunidades rurais.

A agricultura, nos moldes em que está a ser praticada, não apresenta factores de competitividade. Sendo um sector que está, por definição, na base do desenvolvimento de Moçambique, a mesma carece de uma atenção especial que lhe permita incutir mais dinamismo.

Cabe ao Estado criar políticas agrícolas mais apelativas, em que se contemple mais investimento (pelo menos em 10% do orçamento do estado, como recomendado pela União Africana), maior coordenação dos vários departamentos do sector, promover a diminuição das desigualdades económicas através de construção de estradas que permitam maior acesso aos locais de produção, maior apoio aos pequenos produtores, tanto em capacitação agrária, através da incubação e formação em salvaguardas ambientais.

O acesso aos mercados tem sido um desafio de grande impacto para os produtores familiares e isso limita a produção em quantidades comercializáveis. As famílias rurais tendem a evitar produzir excedentes. Com mercados garantidos e toda a cadeia de agro-negócio bem estruturada, através de redes entre produtores e processadores e comerciantes finais, a produção pode alcançar patamares de qualidade desejada e quantidade, o que contribui para a melhoria de vida dos agricultores, com a criação de mais empregos.

6.3.3. Considerações Finais

O crescimento do sector agrícola de África é mais do que apenas uma oportunidade económica. Com os seus recursos naturais abundantes e a população em rápido crescimento, África é um continente cheio de potencial, no entanto, enfrenta uma grande barreira à prosperidade, devido a ineficiência do seu sector agrícola.

Apesar de abrigar cerca de 60% das terras aráveis não cultivadas do mundo, África é atormentada pela insegurança alimentar. Isto deve-se a factores que incluem questões da cadeia de abastecimento, baixa produtividade, perdas pós-colheita e volatilidade dos preços devido a acontecimentos globais, o que significa que África continua a ser um importador líquido de alimentos, gastando anualmente milhares de milhões de dólares americanos para satisfazer as suas procuras.

Como resultado, existe uma necessidade urgente de transformar o sector agrícola de África para melhorar a resiliência, a nutrição e ajudar a combater a pobreza. Mas, como acontece com muitos grandes problemas, a solução não é simples. É importante compreender que a estrutura da agricultura em África é muito diferente da do resto do mundo. Há muitas explorações agrícolas de pequena escala e de subsistência a tentar ganhar a vida, o que significa que esta é uma questão de desenvolvimento tanto mais ampla como agrícola.

A mecanização é frequentemente sugerida como uma solução para melhorar os rendimentos, mas isto é menos aplicável no contexto africano. As técnicas agrícolas industriais só são viáveis se tivermos explorações agrícolas de uma determinada dimensão. Com agricultores de pequena escala e de subsistência, temos sorte se conseguirmos aumentar o rendimento de cerca de uma tonelada por hectare para duas, enquanto com a produção industrial, pode-se conseguir seis ou sete.

Se falarmos em consolidar estas pequenas explorações agrícolas em explorações maiores, temos então a questão de absorver os trabalhadores agrícolas noutras formas de emprego. Portanto, é muito difícil conseguir economias de escala sem desenvolver também a economia em geral.

Outra abordagem consiste num maior investimento em projectos de capital e na melhoria de infra-estruturas como estradas, armazenamento, água e electricidade, para ajudar na produção e distribuição. No entanto, devido à escala da transformação necessária, é necessário investimento tanto privado como público.

No entanto, alguns investidores privados consideram o sector agrícola de alto risco e de baixa recompensa, especialmente a curto prazo. Os choques causados pela Covid-19, os conflitos globais e as proibições de exportação causaram uma volatilidade significativa nos preços dos produtos de base e dos factores de produção, como os fertilizantes, levando algumas instituições financeiras a afastarem-se dos investimentos agrícolas — complicando o acesso ao financiamento e impedindo o desenvolvimento.

Moçambique, assim como a maioria dos países da África Subsaariana (ASS), confronta-se com quatro desafios básicos: uma crise alimentar global, alterações climáticas extremas, custos crescentes de energia e pobreza permanente. A agricultura sustentável com o objectivo de satisfazer as necessidades das comunidades só pode ser alcançada evitando a monocultura, praticando a rotação de culturas agrícolas e utilizando fertilizantes naturais. No entanto, o actual cenário do modelo global de desenvolvimento agrícola depende exactamente do oposto: elevada especialização, menor diversidade e utilização intensiva de agroquímicos, e isso tudo leva a desigualdades e ao aumento das diferenças sociais e à degradação ambiental.

Apesar de muitas tentativas de aumentar a prosperidade agrícola na ASS e em Moçambique, a agricultura familiar de pequena escala continua negligenciada na região e as principais políticas relacionadas com a agricultura, alimentação e segurança social não melhoraram as desigualdades existentes. As pequenas explorações familiares enfrentam enormes constrangimentos resultantes principalmente da sua exclusão dos benefícios e oportunidades que poderiam ser proporcionados por políticas agrícolas e de desenvolvimento rural específicas e bem orientadas.

É imperativo continuar a apoiar a determinação de África em aumentar as suas actuais taxas de crescimento, criar mais empregos, reduzir significativamente a pobreza e produzir alimentos baratos e nutritivos o suficiente para alimentar as famílias, exportar os seus excedentes de colheitas, salvaguardando ao mesmo tempo o meio ambiente do continente. Para transformar a agricultura em prol do desenvolvimento e das oportunidades em toda a África, acreditamos que os governos necessitam primeiro de abordar o impacto do vicioso ciclo da pobreza extrema, das causas das doenças, da falta de educação escolar e do desemprego. A redução da pobreza está, portanto, directamente ligada à agricultura e a sua redução pode ser alcançada através de diversas iniciativas interligadas.

O entrave financeiro continua a ser o principal desafio ao envolvimento dos agricultores familiares nas cadeias de valor agrícolas em Moçambique. Outras barreiras bem identificadas incluem infra-estruturas deficientes, mercados fragmentados, dificuldades no acesso à terra, água e competências em tecnologia inadequadas. Todos estes obstáculos são a causa pela perda contínua e progressiva de competitividade, embora estas tendências adversas

possam ser revertidas, mas requerem políticas e capacidades financeiras governamentais fortes e eficazes.

Para Moçambique e em particular na região de Nampula, o crescimento do sector agrícola não é apenas uma questão de crescimento económico, é uma oportunidade para ajudar a combater a pobreza, melhorar a nutrição e fomentar a resiliência. Isto requer investimento, cooperação e compromisso a longo prazo e, apesar da escala e da complexidade do desafio, a recompensa de uma região próspera e com segurança alimentar vale bem o esforço.

O sector agrário em Moçambique caracteriza-se como de subsistência e de índole familiar, como o é em toda a Província de Nampula. Para a sua dinamização, torna-se importante estabelecerem-se políticas públicas que o apoiem estruturalmente. Cabe ao Estado, através dos diversos programas de desenvolvimento, criar condições para que as comunidades rurais produzam em quantidade e qualidade, de modo a garantir-se a distribuição alimentar interna que permita comercialização e melhoria na dieta das populações.

Moçambique dispõe de 45% da sua superfície total de terra arável. No entanto, apenas 10% dessa terra própria para a actividade agrícola está a ser aproveitada e na sua maioria pelo sector familiar em regime de agricultura de sequeiro. Este sector contribui apenas com 30% para o PIB, apesar de empregar mais de 80% da força de trabalho. Isso se deve em parte porque apenas 1.180 km² da área cultivada é que tem sistemas de rega (World Bank, 2006).

Prevendo-se que, pelo menos, até 2030 a sociedade moçambicana continue a ser marcadamente rural, torna-se importante que se repense na modernização da agricultura, de modo a que se consiga alcançar a segurança alimentar e a diversificação da renda das comunidades rurais (World Bank, 2007).

O actual padrão do desenvolvimento da agricultura de Moçambique é considerado como não sustentável, apesar do aumento gradual da área de cultivo e da disponibilização de vários programas pelo GdM. Paulatinamente, devido ao aumento da produtividade por área cultivada, à introdução de novas variedades de sementes, ao uso de fertilizantes, à aplicação de sistemas de irrigação e isso a ser complementado com a construção de mais vias de acesso que possam permitir o escoamento dos produtos, e os rendimentos das famílias possam aumentar.

A aplicação de incubação agrária aos jovens produtores, com uma formação adequada e o devido acompanhamento, poderá garantir uma agricultura sustentável, empoderando essa faixa etária em enfrentar ambientes de alto risco de vulnerabilidade a secas, cheias e pragas.

O empoderamento de jovens é um desafio que exige tempo, recursos, conhecimento e esforço continuado para que a juventude engajada na agricultura faça diferença em termos de produtividade, acesso ao mercado e geração de renda nas diferentes cadeias de valor. É importante reter que o mérito da incubação não compreende apenas capacitar, mas a aplicação prática dos conhecimentos e habilidades adquiridos pelos jovens incubados na produção em campo, ou noutras actividades ligadas a cadeias de valor.

Os resultados que obtivemos validam a hipótese de que a incubação agrária constitui um factor catalisador e de sustentabilidade para a actividade do sector agrário e para a cadeia de agro-negócio para as Micros e Pequenas Empresas rurais em Nampula. As evidências obtidas do grupo de jovens dos distritos de Malema, Ribáuè e Rapale, consideradas como amostra, permitiram-nos ratificar essa premissa.

Contudo, consideramos ser pertinente que sejam incentivadas mais abordagens e estudos de modo a tornar a agricultura familiar sistémica, de modo a poder consubstanciar a nossa premissa na aplicação da incubação agrária para a alteração do actual cenário rural com vista ao desenvolvimento das comunidades das regiões de Nampula e que dependem da agricultura. A nossa sugestão tem como fundamento os resultados positivos alcançados em algumas regiões africanas com condições de solo e clima similares que aos desta região de Moçambique, tendo em conta as suas especificidades.

Referências Bibliográficas

- ACI, ETG (2011). “*Applying Business Incubation to Agribusiness SMEs*”. *Agribusiness Incubators Assessment Report*, prepared for infoDev by Agrifood Consulting International and Economic Transformation Group, Bethesda, Maryland, US. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/23038/100351.pdf;sequence=4>
- Addae-korankye, A. (2014). *Causes of Poverty in Africa: A Review of Literature*. *Am Int J Soc Sci*. 2014; 3: 147-53. https://www.aijssnet.com/journals/Vol_3_No_7_December_2014/16.pdf.
- ADELNA. (2011). *Ilha de Moçambique, o Património Mundial e Cultural da Humanidade*. Agência de Desenvolvimento Económico Local de Nampula.
- Aernoudt, R. (2004). *Incubators Tool for Entrepreneurship, Small Business Economics*, Vol. 23, No. 2, pp. 127-135. <https://doi.org/10.1023/B:SBEJ.0000027665.54173.23>
- Aerts, K., Matthyssens, P., Vandembemt, K. (2007). *Critical role and screening practices of European business incubators*. *Technovation*, 27(5), 254–267. <https://doi.org/10.1016/j.technovation.2006.12.002>
- Agroportal. (2020). *Produção agrícola em 2020/2021 em Moçambique superou média dos últimos 10 anos–Governo*. Internacional n.d. <https://www.agroportal.pt/producao-agricola-em-2020-2021-em-mocambique-superou-media-dos-ultimos-10-anos-governo>.
- Agy, A. (2019). *Mulheres e desenvolvimento no meio rural em Moçambique: o caso de Monapo, província de Nampula*, 2019. 89 p. <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/9093>
- Akite, I., Aryemo, I., Kule, E., Mugonola, B., Kugonza, D., & Okot, M. (2018). *Gender dimensions in the local chicken value chain in northern Uganda*. *African Journal of Science, Technology, Innovation and Development*, 10(3), 367-380. <https://doi.org/10.1080/20421338.2018.1469214>
- Akpo, E., Crane, T., Vissoh, P., Tossou, R. (2015). *Co-production of knowledge in multi-stakeholder processes: analyzing joint experimentation as social learning*. *J.Agric. Educ. Ext.* 21, 369–388. <https://doi.org/10.1080/1389224X.2014.939201>
- Al-Mubarak, H., Busler, M. (2012). *A Comparative study of Incubation Landscapes in Europe and Middle East*. *European Journal of Business and Management*, Vol 4 (10). ISSN 2222-2839. <https://iiste.org/Journals/index.php/EJBM/article/view/2212/2425>

- Alexandratos, N., Bruinsma, J. (2012). *World agriculture towards 2030/2050: the 2012 revision*. Rome, FAO. <https://www.fao.org/3/ap106e/ap106e.pdf>
- Almeida, J., Pinto, J. (1986). *Da Teoria à Investigação Empírica. Problemas Metodológicos Gerais*. In A. S. Silva e J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912596D11PA2iy3Nz71OD5.pdf>
- Almeida, M. (2010). *Co-operative incubators to alleviate poverty in local communities in Brazil*. *Journal of Co-operative Studies*, 43(1), 44–47. <https://thenews.coop/wp-content/uploads/S6-Almeida-128.pdf>
- Alsop, R., Heinsohn, N. (2005). *Measuring Empowerment in Practice: Structuring Analysis and Framing Indicators*. World Bank Policy Research Working Paper 3510. http://siteresources.worldbank.org/INTEMPowerment/Resources/41307_wps3510.pdf
- Alves, N. (2013). Triviños, A. *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo*. *Formação (Online)*, 1(20). <https://doi.org/10.33081/formacao.v1i20.2335>
- Amezcuá, S. (2011). *Business Incubator as an Entrepreneurship policy*. PhD Thesis-Published.
<https://www.proquest.com/docview/874370586/fulltextPDF/89B6010554074ECDPQ/1?accountid=192066>.
- Amorós, J., Montero, A. (2015). *Global Entrepreneurship Monitor: Reporte Nacional de Chile 2014*. Universidad del Desarrollo. Facultad de Economía y Negocios. <https://negocios.udd.cl/gemchile/files/2015/05/REPORTE-GEM-NACIONAL-2014.pdf>
- Anju, M., Sidney, R. Carol, B. (2002). *Measuring Women's Empowerment as a Variable in International Development*.
<http://siteresources.worldbank.org/INTEMPowerment/Resources/486312-1095970750368/529763-1095970803335/malhotra.pdf>
- Antunes, L., Souza, T., Silva, J., Lopes, G., Sugano, J. (2019). *Modelo de Negócio de Incubadoras de Empresas: Revisão de Escopo*. RASI-Revista de Administração, Sociedade e Inovação. Volta Redonda/RJ, v. 5, n. 2, pp. 144-161, mai./ago. 2019. <https://doi.org/10.20401/rasi.5.2.282> .
- Apa, R., Grandinetti, R., Sedita, S. (2016). *The social and business dimensions of a networked business incubator: the case of H-Farm*. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, v. 2, n. 2, p.198- 221, 2017. <https://doi.org/10.1108/JSBED-07-2016-0103>.

- Atieno, P. (2017). *Self-help groups and household asset acquisition and income women group members in Kisumu east sub county, Kenya*. Journal of Education and Practice, 8(3), 21-27.
<https://anna.diak.fi/login?url=http://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=ericeAN=EJ1131531&site=ehost-live>
- ATLAS. (2005). [Mozambique Atlas Map \(as of June 2005\)](#). UNHCR.
- Audretsch, D. (2007). *Entrepreneurship Capital and Economic Growth*. Oxford Review of Economic Policy 23: 63-78.
- Auty, R. (1993). *Sustaining Development in Mineral Economies: The Resource Curse Thesis*. 288pp. <https://doi.org/10.4324/9780203422595>
- Azevedo, E. (2017). *Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos*.
<https://doi.org/10.1590/15174522-019004412>
- Banco Mundial. (2017). “*Actualidade Económica de Moçambique: tirando proveito da transformação demográfica*”. Banco Mundial: Washington DC.
https://www.researchgate.net/profile/Friedrich-Kaufmann/publication/341286819_Small_and_medium_sized_enterprises_in_Mozambique_situation_and_challenges_in_Portuguese/links/5eb91b9392851cd50da8b489/Small-and-medium-sized-enterprises-in-Mozambique-situation-and-challenges-in-Portuguese.pdf
- Banco Mundial. (2021). Mozambique Country Program Evaluation.
https://ieg.worldbankgroup.org/sites/default/files/Data/reports/ap_mozambique.pdf
- Banco Mundial. (2022a). *Mozambique economic update*. Getting Agricultural Support Right.
<https://www.worldbank.org/en/country/mozambique/publication/mozambique-economic-update-getting-agricultural-support-right>.
- Banco Mundial. (2022b). Poverty and Shared Prosperity 2022.
<https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-shared-prosperity>
- Baptista, F. O. (2001). *Agriculturas e Territórios*. Oeiras, Portugal: Celta, 2001. 207 p. ISBN 972-774-117-7.
- Barbosa, S. (2000). *Incubación de Empresas de Base Tecnológica. La Experiencia de Costa Rica*. In: XII Congreso latino-americano sobre Espirito Empresarial, 2000. Costa Rica.
- Batalha, M., Silva, A. (2007). *Gerenciamento de sistemas agro-industriais: Definições, especificidades e correntes e correntes metodológicas*. In M. O. Batalha (Ed.), *Gestão Agroindustrial*. [2a ed.]. Atlas. São Paulo.

- Batterbury, S., Anum Ndi, F. (2018). *Land grabbing in Africa*. In J. A. Binns, K. Lynch & E. Nel (Eds.), *The Routledge handbook of African development*. London: (pp. 573-582). Routledge.
<https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9781315712482-43/land-grabbing-africa-simon-batterbury-frankline-ndi>
- Baumüller, H., von Braun, J., Admassie, A., Badiane, O., Baraké, E., Börner, J., Chichaibelu, B.B., Collins, J., Daum, T., Gatiso, T., Gerber, N., Getahun, T.D., Glatzel, K., Hendriks, S., Kirui, O.K., Kornher, L., Kubik, Z., Luedeling, E., Mirzabaev, A., Ndiaye, P.G., Sakketa, T., Shah, M., Tadesse, G., Walakira, J. (2020). *From Potentials to Reality: Transforming Africa's Food Production : Investment and policy priorities for sufficient, nutritious and sustainable food supplies*. Bonn: Center for Development Research (ZEF). Online-Ausgabe in bonndoc:
<https://doi.org/10.48565/bonndoc-4>
- BdPESOE. (2022). *Balanço do Plano Económico e Social e Orçamento do Estado*. Ministério da Economia e Finanças. <https://www.mef.gov.mz> › psoe-2022C:\2023\FUNDE\DOCTORAMENTO POLITECNICA\TESE JOSE GUINA\TESE FINAL\Novembro\Balanço do Plano Económico E Social E ...Ministério da Economia e Finanças<https://www.mef.gov.mz> › psoe-2022
- Bell V, Silva, C.R.P.G., Guina, J., Fernandes, T. (2022). *Mushrooms as future generation healthy foods*. *Front Nutr*. 2022 Dec 6;9:1050099.
<https://doi.org/10.3389/fnut.2022.1050099>
- Bell, V., Silva, C. R. P. G., Guina, J., Fernandes, T. H. (2023). Community Health of Children and Adolescents in Sub-Saharan Africa. *European Journal of Medical and Health Sciences*, 5(3), 22–31. <https://doi.org/10.24018/ejmed.2023.5.3.1702>
- Belluci Jr, J., Matsuda, L. (2012). *Construção e validação de instrumento para avaliação do Acolhimento com Classificação de Risco*. *Rev Bras Enferm*, Brasília, v. 65, n. 5, p. 751-757, Out, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672012000500006>
- Bergek, A., Norrman, C. (2008). *Incubator Practice: a framework*. *Technovation*, v. 28, n. 1-2, p. 20-28. <https://doi:10.1016/j.technovation.2007.07.008>
- Boletim da República. (2008). Decreto Lei nº 47/2008 do Conselho de Ministros da República de Moçambique. <https://gazettes.africa/archive/mz/1997/mz-government-gazette-series-i-supplement-no-3-dated-1997-10-07-no-40.pdf>
- Boletim da República. (2008). Decreto-Lei nº 47/2008 do Conselho de Ministros da República de Moçambique. <https://gazettes.africa/archive/mz/2008/mz-government-gazette-series-i-dated-2008-12-03-no-49.pdf>

- Boletim da República. (2011). Decreto Lei nº 44/2011 do Conselho de Ministros da República de Moçambique. <https://gazettes.africa/archive/mz/2011/mz-government-gazette-series-i-dated-2011-09-21-no-38.pdf>
- Bøllingtoft, A., Ulhøi, J. (2005). *The networked business incubator—leveraging entrepreneurial agency?* <https://businessmanagementphd.files.wordpress.com/2014/11/bollingtoft-and-ulhoi-2005-networked-business-incubator-jbv.pdf>
- Bonaglia, F., Goldstein, A. (2006). *Globalização e Desenvolvimento*, Lisboa, Editorial Presença. ISBN: 9789722335034.
- Bowen, M., Morara, M., Mureithi, S. (2009). *Management of Business Challenges among Small Enterprises in Nairobi*. KCA Journal of Business Management, Vol 2 (1). DOI:[10.4314/KJBM.V2I1.44408](https://doi.org/10.4314/KJBM.V2I1.44408).
- Bowman-Upton, N., Seaman, S.L., Sexton, D.L. (1989). *Innovation Evaluation Programs: Do They Help the Inventors?* Journal of Small Business Management. 27 (3), 23–30.
- Brasil. (2012). *Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição. Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Brasília-DF: Ministério da Saúde.
- Braun, V., Clarke, V. (2006). *Using thematic analysis in psychology*. Qualitative Research in Psychology, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Brunel, J., Ratinho, T., Clarysse, B., Groen, A. (2012). *The evolution of business incubators: comparing demand and supply of business incubation services across different incubator generations*. Technovation, 32(2), 110- 121. <https://doi.org/10.1016/j.technovation.2011.11.003>
- Bulte, E., Damania, R., Deacon, R. (2005). *Resource intensity, institutions, and development*. World development, 33(7), 1029-1044. July. *RePEc:eee:wdevel:v:33:y:2005:i:7:p:1029-1044*
- Buresh, R., Smithson, P., Hellums, D. (1997). *Building soil phosphorus capital in Africa*. Replenishing soil fertility in Africa, 51, 111-149.
- Butina, M., Campbell, S., Miller, W. (2015). *Conducting Qualitative Research Introduction*: American Society for Clinical Laboratory Science July 2015, 28 (3) 186-189; DOI: <https://doi.org/10.29074/ascls.28.3.186>.
- Campbell, C., Allen, D.N. (1987). *'The Small Business Incubator Industry: Micro-level Economic Development'* Economic Development Quarterly, 1 (2), 178–191.

- CAADP. (2003). *AU 2003 Maputo Declaration on Agriculture and Food Security*.
<https://www.nepad.org/caadp/publication/au-2003-maputo-declaration-agriculture-and-food-security>
- CAP. (2000). Censo Agro-pecuário. MADER.
https://www.fao.org/fileadmin/templates/ess/ess_test_folder/World_Census_Agriculture/Country_info_2010/Reports/Methodology_4/MOZ_POR_MET_2009_2010.pdf
- Carbone, P. (2009). *Gestão por competências e gestão do conhecimento*. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. ISBN: 8522505136.
- Caume, D. (2009). *Agricultura Familiar e Agro-negócio: falsas antinomias*. Redes. Revista do Desenvolvimento Regional [en línea]. 2009, 14(1), 26-44. ISSN: 1414-7106.
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552056851002>
- Chan, K., Lau, T. (2005). *Assessing Technology Incubator Programs in the Science Park: The Good, the Bad and the Ugly*. Technovation, 25, 1215-1228.
<https://doi.org/10.1016/j.technovation.2004.03.010>
- Chiarini, J., Donzelli, P. (1973). *Levantamento por fotointerpretação das classes de capacidade de uso das terras do estado de São Paulo*. Boletim do Instituto Agrônomo de Campinas, v. 3, p. 1-20.
- Chiconela, I. (2022). *Situação da pobreza em Moçambique: uma análise espacial*. Tese de Mestrado. ISEG. Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/27409>
- Coelho, G. M., Dou, H. (2000). *Inteligência competitiva e a formação de recursos humanos no Brasil*. Revista De Biblioteconomia De Brasília, 24(4), 455–472.
<https://periodicos.unb.br/index.php/rbbsb/article/view/45746>
- Collomb, P. (1999). *Une Voie Étroite Pour La Sécurité Alimentaire D'ici À 2050*. FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. ISBN/ISSN: 9252043241.
- Colombo, M., Grilli, L. (2005). Founders' human capital and the growth of new technology-based firms: A competence-based view. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2005.03.010>
- Comissão Europeia. (2010). *The Smart Guide to Innovation-Based Incubators (IBI)* Publication article. 31 Dec 2010. <https://s3platform.jrc.ec.europa.eu/w/the-smart-guide-to-innovation-based-incubators-ibi-#refuse>
- Cooke, P. (2002). *Regional Innovation Systems: General Findings and Some New Evidence from Biotechnology Clusters*. The Journal of Technology Transfer. 27, 133–145 (2002). <https://doi.org/10.1023/A:1013160923450>

- Corden, W., Neary, J. (1982). *Booming sector and de-industrialisation in a small open economy*. The Economic Journal, 92(368), 825-848. <https://doi.org/10.2307/2232670>
- Corden, W. (1984). *Booming sector and Dutch disease economics: survey and consolidation*. Oxford economic papers, 36(3), 359-380. <https://www.jstor.org/stable/2662669>
- Coughlin, P. (2006) *Agricultural Intensification in Mozambique: Infrastructure, Policy, and Institutional Framework – When Do Problems Signal Opportunities?* Report commissioned by the African Food Crisis Study, Department of Sociology, Lund University, Lund, Sweden.
https://sarpn.org/documents/d0002233/Agric_intensification_Coughlin_Sept2006.pdf
- Coutinho, A. (2007). *Microcrédito em Moçambique: o «case-study» do Novo Banco*. Cadernos de Estudos Africanos. <https://doi.org/10.4000/cea.962>
- Countrymeters.info. (2023). *Mozambique Population*.
<https://countrymeters.info/en/Mozambique>
- CPLP/FAO. (2017). *Diretrizes para o apoio e promoção da Agricultura Familiar nos Estados-Membros da CPLP*. ISBN: 978-989-99021-5-2.
- Cullen, B., Tucker, J., Snyder, K., Lema, Z., Duncan, A. (2014). *An analysis of power dynamics within innovation platforms for natural resource management*. Innov. Dev. 4,259–275. <https://doi.org/10.1080/2157930x.2014.921274>
- Cunguara, B. (2011). *O Sector Agrário em Moçambique: Análise situacional, constrangimentos e oportunidades para o crescimento agrário*. In “Diálogo sobre a Promoção de Crescimento Agrário em Moçambique” 21 de Julho de 2011 Hotel VIP, Maputo.
https://www.academia.edu/28717161/O_Sector_Agr%C3%A1rio_em_Mo%C3%A7ambique_An%C3%A1lise_situacional_constrangimentos_e_oportunidades_para_o_crescimento_agr%C3%A1rio
- Cunguara, B., Fagilde, G., Garrett, J., Uaiene, R., Headey, D. (2012). *"Growth Without Change? A Case Study of Economic Transformation in Mozambique."* Journal of African Development, African Finance and Economic Association (AFEAA), vol. 14(2), pages 105-130.
- Cunguara, B., Garrett J., Donovan C., Cássimo C. (2013). *Análise situacional, constrangimentos e oportunidades para o crescimento agrário em Moçambique*. Agricultural and Food Policy International Development. DOI: 10.22004/ag.econ.153415.

- Dal Soglio, F. (2016). *Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade* [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. Cap.1, p. 15-48.
<http://hdl.handle.net/10183/214499>
- Dall’Agnol, A. (2016). *A Embrapa Soja no contexto do desenvolvimento da soja no Brasil: histórico e contribuições*. Amélio Dall’Agnol. Brasília, DF. Embrapa, 2016
<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/142568/1/Livro-EmbrapaSoja-desenvolvimento-BR-OL.pdf>
- Davenport, T., Prusak, L. (1998). *Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam seu capital intelectual*. Rio de Janeiro: Campus.
- Davidsson, P., Honig, B. (2003). *The role of social and human capital among nascent entrepreneurs*. Journal of Business Venturing. Volume 18, Issue 3, Pages 301-331.
[https://doi.org/10.1016/S0883-9026\(02\)00097-6](https://doi.org/10.1016/S0883-9026(02)00097-6)
- Davis, J., Goldberg, R. (1957). *A Concept of Agribusiness*. Boston: Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University.
- D’Costa, V. (2015). World Bank: *Alleviating Poverty through Sustainable Businesses*. In 50 Years of Singapore and the United Nations (pp. 190-194).
- Demo, P. (2006). *Argumento de autoridade x autoridade do argumento: interfaces da cidadania e da epistemologia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.
<https://profapatriciamartinez.files.wordpress.com/2013/03/fichamento-argumento-de-autoridade-x-autoridade-do-argumento-pedro-demo.pdf>
- Denzin, N. (2012). *Triangulation 2.0*. Journal of Mixed Methods Research, 6, 80–88.
<https://doi.org/10.1177/1558689812437186>
- Deus, N. (2019). *Direitos Das Mulheres À Terra No Contexto Da Pluralidade De Direitos: O Caso De Moçambique*. http://forumulher.org.mz/wp-content/uploads/2019/02/Relato%CC%81rio-Final_Fo%CC%81rum-Mulher-ilovepdf-compressed.pdf
- Development Bank of Southern Africa (DBSA). (1986). Policy guidelines in respect of farmer support programmes. Halfway House: DBSA.
https://repository.up.ac.za/bitstream/handle/2263/3107/Kirsten_Evaluation_Part2%281993%29.pdf?sequence=2&isAllowed=y

- Diga, K. (2004). *The Financial Needs & Risks of the Microentrepreneur in Maputo, Mozambique: A Case Study*.
https://www.findevgateway.org/sites/default/files/publications/files/mfg-en-case-study-the-financial-needs-risks-of-the-microentrepreneur-in-maputo-mozambique-2004_0.pdf
- Diirro, G., Seymour, G., Kassie, M., Muricho, G., Muriithi, B.W. (2018). *Women's empowerment in agriculture and agricultural productivity: Evidence from rural maize farmer households in western kenya*. PLoS ONE, 13(6), 1-27.
<https://doi.org/10.1371/journal.pone.0197995>
- Dolinska, A., d'Aquino, P. (2016). *Farmers as agents in innovation systems. Empowering farmers for innovation through communities of practice*. Agric. Syst. 142, 122–130.
<https://doi.org/10.1016/j.agsy.2015.11.009>
- Drucker, P. (2016). *Inovação e Espírito Empreendedor: prática e princípios*. São Paulo, (SP): Cengage Brasil. ISBN: 8522126682
- Dumont, R. (1997). *Famines, le retour: Désordre libéral et démographie non contrôlée* Paris: Arléa. 64p. ISBN: 978-2-86959-344-2
- Dzucule, P.D. (2021). *Desafios de Transição de Agricultura de Subsistência para uma Agricultura Sustentável no Corredor de Nacala, Moçambique, 2005-2020*. Tese de Doutoramento Unibersidade Aberta.
https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/11876/1/TD_PedroDzucule.pdf
 Cedido em 9/8/2023
- Epstein, T., Jezeph, D. (2001). *Development--There is Another Way: A Rural-Urban Partnership Development Paradigm*, World Development, Elsevier, vol. 29(8), pages 1443-1454, August. RePEc:eee:wdevel:v:29:y:2001:i:8:p:1443-1454
- Erenstein, O., Chamberlin, J., Sonder, K. (2021). *Farms worldwide: 2020 and 2030 outlook*. Outlook on Agriculture, 50(3), 221-229.
<https://doi.org/10.1177/00307270211025539>.
- European Commission. (2010). *The Smart Guide to Innovation-Based Incubators (IBI)*. Luxembourg: Publications Office of the European Union 2010. 39 pp. ISBN 978-92-79-14859-0. Doi: 10.2776/16668.
<https://s3platform.jrc.ec.europa.eu/en/web/guest/w/the-smart-guide-to-innovation-based-incubators-ibi>
- Ewert, B. (2012). *"Understanding Incubator Farms: Innovative Programs in New Farmer Development"*. Graduate Student Theses, Dissertations, e Professional Papers. 1146.
<https://scholarworks.umt.edu/etd/1146>.

- Faeth, P., Repetto, R., Kroll, K., Dai, K., Helmers, G. (1991). *Paying the Farm Bill: U. S. Agricultural Policy and The Transition To Sustainable Agriculture* (Washington: World Resources Institute, 1991. ISBN 0-915825-64-3.
http://pdf.wri.org/payingthefarmbill_bw.pdf
- Fan, S., Rue, C. (2020). *The Role of Smallholder Farms in a Changing World*. In: Gomez y Paloma, S., Riesgo, L., Louhichi, K. (Eds). *The Role of Smallholder Farms in Food and Nutrition Security*. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-030-42148-9_2
- FAO. (2001). *State of Food Insecurity in the World 2001*. Rome: FAO. Available at: <http://www.fao.org/docrep/003/y1500e/y1500e00.htm>
- FAO. (2010). *Corporate Strategy on Capacity Development*. FAO Programme Committee Document PC104/3. Rome.
https://www.fao.org/fileadmin/user_upload/capacity_building/PC104-3StrategyCapacityDevelopmentK8908E.pdf
- FAO. (2011). *Global food losses and food waste—Extent, causes and prevention*. Rome.
<https://www.fao.org/3/i2697e/i2697e.pdf>
- FAO. (2012). *Report of the FAO Expert Consultation on agricultural innovation systems and family farming*. Rome. <https://www.fao.org/docrep/015/an761e/an761e00.pdf>
- FAO. (2013). *Agribusiness public–private partnerships: a country report of Thailand*. Rome.
<https://www.fao.org/3/aq539e/aq539e.pdf>
- FAO. (2014). *The State of World Fisheries and Aquaculture*. Food and Agriculture Organization of the United Nations, Rome
- FAO. (2019). *The State of Food and Agriculture 2019. Moving forward on food loss and waste reduction*. Rome. <https://doi.org/10.4060/CA6030EN>
- FAO. 2022. *World Food and Agriculture – Statistical Yearbook 2022*. Rome.
<https://doi.org/10.4060/cc2211en>
- FAO, IFAD, WFP, (2014). *The State of Food Insecurity in the World 2014. Strengthening the enabling environment for food security and nutrition*. Rome, FAO.
<http://www.fao.org/3/a-i4030e.pdf>
- FAO/WFP. (2020). *FAO-WFP early warning analysis of acute food insecurity hotspots: July 2020*. Rome. <https://doi.org/10.4060/cb0258en>.

- FAO, IFAD, UNICEF, WFP, WHO, (2022). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022*. Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, FAO. <https://doi.org/10.4060/cc0639en>
- FAOSTAT. (2018). *Value of agriculture production*.
<https://www.fao.org/faostat/en/#data/QV>
- Feijó, J., Agy, A., Maquenzi, J., Ibraimo, M. (2020). *Pobreza e Desenvolvimento no meio Rural*. Livro. Escolar Editora, Lisboa. ISBN:9896691002.
- Fernández Fernández, M., Blanco Jiménez, F., Cuadrado Roura, J. (2015). *Business incubation: innovative services in an entrepreneurship ecosystem*. *Service Industries Journal*, 35(14), 783-800. <https://doi.org/10.1080/02642069.2015.1080243>
- Fernandes, T., Ferrão, J., Guina, J., Chabite, I., Garrine, C., Bell, V. (2021). *Impact of Toxigenic Fungi: An Economic and Health Obstruction to Wellness in Mozambique*. *European Journal of Agriculture and Food Sciences*, 3(5), 123-135. <https://doi.org/10.24018/ejfood.2021.3.5.392>.
- Ferrão, J. (2000). *Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro*. *Sociologia, Problemas e Práticas*, (33), 45-54. http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000200003&lng=pt&lng=pt
- Fine, B., Saad-Filho, A. (2016). *Thirteen Things You Need to Know About Neoliberalism*, p.1-22. In: SAGE, 2016. *Critical Sociology*. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0896920516655387>
- Flick, U. (2009). *An introduction to qualitative research* (4th ed.). Sage Publications Ltd. https://elearning.shisu.edu.cn/pluginfile.php/35310/mod_resource/content/2/Research-Intro-Flick.pdf
- Fogaça, J. (2011). *Agricultura e Desenvolvimento Sustentável"; Brasil Escola*. <https://brasilecola.uol.com.br/quimica/agricultura-desenvolvimento-sustentavel.htm>
- Fonseca, J.J.S. (2002). *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, Apostila. Brasil.
- Forouzanfar, M., Dajani, H. R., Groza, V. Z., Bolic, M., Rajan, S., & Batkin, I. (2015). Oscillometric blood pressure estimation: past, present, and future. *IEEE reviews in biomedical engineering*, 8, 44-63. DOI: [10.1109/RBME.2015.2434215](https://doi.org/10.1109/RBME.2015.2434215)
- Fórum Mulher. (2020). *Coordenação Para a Mulher no Desenvolvimento*. Boletim informativo. <http://forumulher.org.mz/wp-content/uploads/2020/01/Boletim-Informativo-Especial-das-Mulheres-Rurais.pdf>

- Fox, L., Jayne, T.S. (2020). *Unpacking the misconceptions about Africa's food imports*. Brookings 2020. <https://www.brookings.edu/blog/africa-in-focus/2020/12/14/unpacking-the-misconceptions-about-africas-food-imports/>
- Fox, L., Romero, C. (2017). In the mind, the household, or the market? concepts and measurement of women's economic empowerment. *Concepts and Measurement of Women's Economic Empowerment (May 31, 2017)*. World Bank Policy Research Working Paper, (8079).
- Francisco, A., Lopes, H., Magalhães, N. (2010). *O Impacto Da Política Agrária Em Moçambique*. Pub. ORAM. Maputo. https://www.iese.ac.mz/lib/PPI/IESE-PPI/pastas/governacao/agricultura/artigos_cientificos_imprensa/IMPACTOPOLITICA.pdf
- Franke, A., van den Brand, G., Giller, K. (2014). *Which farmers benefit most from sustainable intensification? An ex-ante impact assessment of expanding grain legume production in Malawi*. European Journal of Agronomy 58:28–38. <https://doi.org/10.1016/j.eja.2014.04.002>
- Frankel, J. (2010). *The natural resource curse: a survey* (No. w15836). National Bureau of Economic Research. <https://www.nber.org/papers/w15836>
- Freeman, C. (1991). *Networks of innovators: A synthesis of research issues*. Research Policy 20: 499-514.
- Freeman, C. (1995). *The national system of innovation in historical perspective*. Cambridge Journal of Economics, v. 19, n. 1, p. 5-24, <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cje.a035309>
- Freire, P. (1967). *Educação como prática de liberdade* (5.ª ed.). Lisboa: Dinalivro.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da Esperança: reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. <https://pibid.unespar.edu.br/noticias/paulo-freire-1992-pedagogia-da-esperanca.pdf/view>
- Frelat, R., Lopez-Ridaura, S., Giller, K., Herrero, M., Douxchamps, S., Djurfeldt, A., Ereinstein, O., Henderson, B., Kassie, M., Paul, B.K., Rigolot, C., Ritzema, R.S., Rodriguez, D., Van Asten, P.J., van Wijk, M.T. (2015). *Drivers of household food availability in sub-Saharan Africa based on big data from small farms*. Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America, 113(2), 458–463. <https://doi.org/10.1073/pnas.1518384112>
- Garciajks. (2020). *Es donde generalmente representa la palabra pobreza y demuestra sus características*. Commons.wikimedia.org/wiki/File:Circulo_vicioso_de_la_pobreza.jpg.

- Garner, E., De la O Campos, A. P. (2014). *Identifying the family farm. an informal discussion of the concepts and definitions*. <https://doi.org/10.22004/ag.econ.288978>
- Gelb, A. (1988). *Oil windfalls: Blessing or curse?*. Oxford university press.
- Gerlach, S., Brem, A. (2015). *What determines a successful business incubator? Introduction to an incubator guide*. International Journal of Entrepreneurial Venturing, 7(3), 286-307. <https://doi.org/10.1504/IJEV.2015.071486>
- Gil, A. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª Edição. Editora Atlas. São Paulo. <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>
- Giller, K. (2001). *Nitrogen Fixation in Tropical Cropping Systems*, 2nd edn. Wallingford: CAB International. <https://doi.org/10.1079/9780851994178.0000>
- Giller, K. E., Tittonell, P., Rufino, M. C., van Wijk, M. T., Zingore, S., Mapfumo, P., Adjei-Nsiah, S., Herrero, M., Chikowo, R., Corbeels, M., Rowe, E. C., Bajjukya, F., Mwijage, A., Smith, J., Yeboah, E., van der Burg, W. J., Sanogo, O. M., Misiko, M., de Ridder, N., Karanja, S., Kaizzi, C., K'Ungu, J., Mwale, M., Nwaga, D., Pacini, C., Vanlauwe, B. (2011). *Communicating complexity: integrated assessment of trade-offs concerning soil fertility management within African farming systems to support innovation and development*. Agricultural Systems 104:191–203. <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2010.07.002>
- Giller, K. E. (2020). *The food security conundrum of sub-Saharan Africa*. Global Food Security, 26, 100431. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2020.100431>
- Giller, K., Veldhuizen, L. Oosterveer, P., Brouwer, I., Janssen, S., van Zanten, H., Slingerland, M. (2020). *The Missing Middle: Connected action on agriculture and nutrition across global, national and local levels to achieve Sustainable Development Goal 2*. Global Food Security, 24, 100336. <https://doi.org/10.1016/j.gfs.2019.100336>
- Giroux, H. (2005). *Qual o papel da Pedagogia Crítica nos estudos de língua e cultura?* Revista Crítica de Ciências Sociais, 73, 131-143. (M. Guilherme, Interviewer). <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/34009>
- Glenwick, D., Jason, L. (2016). *Handbook of Methodological Approaches to Community-Based Research: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods*. Oxford: Oxford University Press. ISBN: 978-0-19-024365-4.

- Godfrey, S., Tunhuma, F. (2022). *The Climate Crisis Climate Change Impacts, Trends and Vulnerabilities of Children in Sub Saharan Africa*. United Nations Children’s Fund Eastern and Southern Africa Regional Office, Nairobi.
<https://www.unicef.org/esa/media/7061/file/UNICEF-The-Climate-Crisis-2020.pdf>
- Godfrey, S., Wambugu, M., Parikh, P., Tunhuma, F. (2022). *Validation of the Sustainable Development Goal 6 Monitoring Structures across East and Southern Africa Using Fuzzy Logic Analysis*. *Water*, 14(19), 3065. <https://doi.org/10.3390/w14193065>
- Goldberg, R. (1968). *Agribusiness Coordination: A Systems Approach to the Wheat, Soybean, and Florida Orange Economies*. Division Research. Graduate School of Business and Administration. Harvard University, xix + 256 pp.
- Goldstein, A., Bonaglia, F. (2006). *Globalização e Desenvolvimento*, Lisboa, Editorial Presença. ISBN: 9789722335034
- Gonzalez, R.S. (2008). *O Método Comparativo e a Ciência Política*. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, Vol. 2, Nº 1, Janeiro-Junho.
<https://doi.org/10.21057/repam.v2i1.1464>
- Goode, J., Hatt, K. (1969). *Métodos em Pesquisa Social*, São Paulo: Editora Nacional.
- Goodson I., Sikes, P. (2001). *Studying teachers' life histories and professional practice*. In P. Sikes (Ed.), *Life history research in educational settings- learning from lives* (57-74). Buckingham: Open University Press.
- Gould, S. (1999). *Darwin e os grandes enigmas da vida*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.p. 1. ISBN: 9788533611078
- Grosfoguel, R. (2008). «*Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidglobal*», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80. 2008, 115-147. <https://doi.org/10.4000/rccs.697>
- Guanziroli, C. (2010). *Agronegocio y Agricultura Familiar En Brasil: Políticas Agrícolas y Agrarias Que Dieron Suporte En Los Últimos Treinta Años*. Conferencia CIDE, 10 e 11 de novembro de 2010, México D.F
- Guanziroli, C., Guanziroli, T. (2015). *Modernização da Agricultura em Moçambique: determinantes da renda agrícola*. <https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790053s01009>
- Guba, E. (1981). *Criteria for assessing the trustworthiness of naturalistic inquiries*. *Educational Communication and Technology Journal*, 29, 75–91.
<https://doi.org/10.1007/BF02766777>

- Guba, E., Lincoln, Y. (1988). *Do inquiry paradigms imply inquiry methodologies?* In D. Fetterman (ed.), *Qualitative Approaches to Evaluation in Education: The Silent Scientific Revolution* (pp. 89±115). New York: Praeger.
- Guba, E., Lincoln, Y., Fetterman, D. (1991). *Naturalistic Inquiry*. Newberry Park CA Sage Publications. Newbury Park, CA.
- Guina, J., Ferrão, J., Bell, V., Fernandes, T. (2021). *The Impact of COVID-19 in Sub-Saharan Africa Food Security and Human Development*. *European Journal of Agriculture and Food Sciences*, 3(2), 34–40. <https://doi.org/10.24018/ejfood.2021.3.2.267>.
- Guina, J., Ferrão, J., Samamade, N., Fernandes, T. (2023). *Outlook on Mozambique's Agribusiness as a Driving Force for Family Farmers*. *European Journal of Agriculture and Food Sciences*, 5(1), 85–96. <https://doi.org/10.24018/ejfood.2023.5.1.618> .
- Gwija, S., Eresia-Eke, C., Iwu, C. (2014). *The link between entrepreneurship education and business success: evidence from youth entrepreneurs in South Africa*. *Journal of Economics*, Vol. 5, No.2, pp. 165-174. <http://hdl.handle.net/2263/45444>
- Hackett, S., Dilts, D. (2004). *A Systematic Review of Business Incubation Research*. *Journal of Technology Transfer*, 29, 55-82. <https://doi.org/10.1023/B:JOTT.0000011181.11952.0f>
- Hall, A., Dijkman, J. (2009). *Will a time of plenty for agricultural research help to feed the World?* LINK Look editorial, Link news bulletin, Nov.-Dec. 2009. Hyderabad, India, United Nations University.
- Hansen, M. Chesborough, H., Sull, D., Nohria, N. (2005). *Networked Incubators: Hothouses of the New Economy*. <https://hbr.org/2000/09/networked-incubators-hothouses-of-the-new-economy>
- Harris, D., Orr, A. (2014). *Is rainfed agriculture really a pathway from poverty?* *Agricultural Systems* 123:84–96. <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2013.09.005>
- Harris, D. (2019). *Intensification benefit index: how much can rural households benefit from agricultural intensification?* *Experimental Agriculture* 55(2):273–287. <https://doi.org/10.1017/S0014479718000042>
- Hazell, P., Wood, S. (2007). *Drivers of change in global agriculture*. *Philos Trans R Soc B Biol Sci*. 2007;363:495–515. <https://doi.org/10.1098/RSTB.2007.2166>
- Hazell, P., Poulton, C., Wiggins, S., & Dorward, A. (2010). The future of small farms: trajectories and policy priorities. *World development*, 38(10), 1349-1361. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2009.06.012>

- Held, D., McGrew, A., Goldblatt, D., Perraton, J. (1999). *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*, Cambridge, Polity Press.
<https://www.geog.mcgill.ca/documents/Held%20et%20al%201999.PDF>
- Henderson, R., Clark, K. (1990). "Architectural innovation: The reconfiguration of existing product technologies and the failure of established firms", *Administrative Science Quarterly*, Vol. 35, pp9-30, 03.53. <https://doi.org/10.2307/2393549>
- Heredia, B., Palmeira, M., Leite, S. P. (2010). Sociedade e economia do " agronegócio" no Brasil. *Revista brasileira de ciências sociais*, 25, 159-176.
<https://doi.org/10.1590/S0102-69092010000300010>
- Herrera Flores, J. (2009). *A (re)invenção dos direitos humanos*. Florianópolis, Fundação Boiteux. ISBN: 978-85-7840-012-5. <https://www.patriciamagno.com.br/wp-content/uploads/2017/05/A-reinven%C3%A7%C3%A3o-dos-DH--Herrera-Flores.pdf>
- Herrero, M., Thornton, P. K., Power, B., Bogard, J. R., Remans, R., Fritz, S., Havlík, P. (2017). *Farming and the geography of nutrient production for human use: a transdisciplinary analysis*. *The Lancet Planetary Health*, 1(1), e33-e42.
- Herriger, N. (2006). *Grundlangentext Empowerment*. Düsseldorf/Alemanha: Sozialnet GMBH, 07 de julho de 2006b. Disponível em: <http://www.empowerment.de/>
- Hesse-Biber, S., Leavy, P. (2006). *The Practice of Qualitative Research*. SAGE Pub. 400 pp. ISBN 9780761928263.
- Hidayati, D.R., Garnevska, E., Childerhouse, P., Migliore, G., Schifani, G., Tóth, J. (2021). *Sustainable agrifood value chain—transformation in developing countries*. *Sustainability* 2021;13:12358. <https://doi.org/10.3390/SU132212358>
- Hisrich, R., Peters, M., Shepherd, D. (2014). *Empreendedorismo*. 9ª. Ed. Porto Alegre (RS): AMGH Editora. 472 pp. ISBN: 9788580553338.
- História Geral de África, V. (2010). *África do século XVI ao XVIII* / editado por Bethwell Allan Ogot. Brasília: UNESCO, 2010. 1208 p. 20. ISBN: 978-85-7652-127-3
- HLPE. (2013). *Investing in smallholder Agriculture for Food Security*. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome 2013. Full report forthcoming at www.fao.org/cfs/cfs-hlpe

- Holt-Giménez, E., Shattuck, A., Altieri, M., Herren, H., Gliessman, S. (2012) *We Already Grow Enough Food for 10 Billion People ... and Still Can't End Hunger*, Journal of Sustainable Agriculture, 36:6, 595-598, <https://doi.org/10.1080/10440046.2012.695331>
- IAI. (2020). *Inquérito Agrário Integrado*. MADER. https://www.agricultura.gov.mz/wp-content/uploads/2021/06/MADER_Inquerito_Agrario_2020.pdf
- Ianni, O. (1994). *Globalização: novo paradigma das ciências sociais*. Estud. Av., v.8, n.21, Ago. 1994. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000200009>
- Ianni, O. (2004). *A dialética da globalização*. In: Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Ibáñez, A., Farah, O., Corrêa, A. (2004). *Incubadora de empresas: uma proposta de estudo*. Revista eletrônica do Mestrado de Administração da UNIMEP- Universidade Metodista de Piracicaba, Brasil. Maio a Agosto, 2004. <https://via.ufsc.br/o-que-sao-incubadoras/?lang=en>
- IESE. (2017). *Será Que Crescimento Económico É Sempre Redutor Da Pobreza? Reflexões Sobre A Experiência De Moçambique*. Wuyts, M., 2011. <https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/parte-iii-pobreza-protexao-social.pdf>
- IFAD. (2010). *Rural Poverty Report 2011 - New realities, new challenges: new opportunities for tomorrow's generation*. IFAD, Rome. <https://www.ifad.org/en/web/knowledge/-/publication/rural-poverty-report-2011-print-version-5-0mb->
- IFAD. (2021). *The issues: dig deeper and explore the issues driving extreme poverty*: <https://www.ifad.org/en/issues>
- INE. (2010). *Relatório de Actividades 2010*. <https://www.ine.gov.mz/web/guest/d/relatorio-de-actividades-2010>
- INE. (2016). *Relatório. Pobreza e bem-estar em Moçambique*. Resumo da quarta avaliação nacional. <https://igmozambique.wider.unu.edu/sites/default/files/News/Mozambique-A5-web-24022017.pdf>
- INE. (2023a). *Inquérito do Orçamento Familiar (IOF) de 2022*. <https://www.ine.gov.mz/web/guest/b/ine-prepara-oitavo-inquerito-sobre-orcamento-familiar-iof2022>
- INE. (2023b). Instituto Nacional de Estatística. Maputo.

- IPC-Instituto Politécnico de Coimbra. (2020). *Declaração Universal dos Direitos Humanos, Artigo 25*. <https://www.ipc.pt/ipc/wp-content/uploads/2020/03/Declarac%CC%A7a%CC%83o-Universal-dos-Direitos-Humanos.pdf>
- Isabelle, D. (2013). *Key Factors Affecting a Technology Entrepreneur's Choice of Incubator or Accelerator*. *Technology Innovation Management Review*. February 2013: 16-22. <https://core.ac.uk/download/pdf/25868357.pdf>
- Isham, J., Woolcock, M., Pritchett, L., Busby, G. (2005). “*The Varieties of Resource Experience: Natural Resource Export Structures and the Political Economy of Economic Growth*.” *The World Bank Economic Review*, vol. 19, no. 2, 2005, pp. 141–74. JSTOR, <http://www.jstor.org/stable/40282212>
- Jackson, H. (1968). *Agribusiness Coordination: A Systems Approach to the Wheat, Soybean, and Florida Orange Economies*. *American Journal of Agricultural Economics*, 50, 782-783. <https://doi.org/10.2307/1238290>
- Jason, L.A., Glenwick, D. (2016). *Handbook of Methodological Approaches to Community-Based Research*. Oxford University Press. U.K. ISBN: 9780190243654
- Jayathilaka, R., Joachim, S., Mallikarachchi, V., Perera, N., Ranawaka, D. (2020). *Do chronic illnesses and poverty go hand in hand?* *PLoS One*. 15: e0241232. DOI: [10.1371/journal.pone.0241232](https://doi.org/10.1371/journal.pone.0241232)
- Jayne, T.S., Sanchez, P.A. (2021). *Agricultural productivity must improve in Sub-Saharan Africa*. *Science*, 372(6546). 1045-1047. DOI:10.1126/science.abf5413
- JIVA. (2023). *The empowerment of smallholder farmers*. Top 13 Innovations in Agriculture/Farming in 2023. <https://www.jiva.ag/blog/top-13-innovations-in-agriculture-farming>
- Johnson, D. (1984). In “*Resourceful earth: a response to global 2000*”. Eds. Simon, J. L., Kahn, H. Blackwell, Oxford. OSTI Identifier: 6516492
- Juma, C. (2011). *The New Harvest: Agricultural Innovation in Africa*. New York: Oxford University Press. DOI: [10.1093/acprof:oso/9780190237233.001.0001](https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780190237233.001.0001)
- Júnior, J.A. Bellucci, Matsuda, L. M. (2012). *Construção e validação de instrumento para avaliação do Acolhimento com Classificação de Risco*. *Rev Bras Enferm*, Brasília, v. 65, n. 5, p. 751-757, set-out, 2012. <https://www.scielo.br/j/reben/a/DwT8nJtQs6YkXGZt3yBmR4F/>

- Kageyama, A. (2003). *Os rurais e os agricultores de São Paulo no Censo de 2000*. Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, DF, v. 20, n. 3, p. 413-451, set./dez. 2003.
<https://core.ac.uk/download/pdf/45527792.pdf>
- Kagotho, N., Vaughn, M. G. (2018). *Women's agency in household economic decision making in Kenya*. International Social Work, 61(6), 767-780.
<https://doi.org/10.1177/0020872816663291>.
- Kerr, W., Nanda, R. Rhodes-Kropf M. (2014) *Entrepreneurship as Experimentation*. Journal of Economic Perspectives 28: 25-48. DOI: 10.1257/jep.28.3.25
- Kim, L. (1998). "Crisis construction and organizational learning: capability building in catching up at Hyundai motor", Organizational science, Vol.9, No.4, pp506-521.
http://www.ftms.edu.my/images/Document/MOD001074%20-%20Strategic%20Management%20Analysis/WK6_SR_MOD001074_Kim_1998.pdf
- Klapper, L., Richmond, C. (2009). *Patterns of Business Creation, Survival and Growth: Evidence from Africa. Paper is funded by the Knowledge for Change Program (KCP), Policy Research working paper; no. WPS 5828*. World Bank. © World Bank.
<https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/3592>
- Klerkx, L., Van Mierlo, B., Leeuwis, C. (2012). *Evolution of systems approaches to agricultural innovation: concepts, analysis and interventions*. In: Darnhofer, I., Gibbon, D., Dedieu, B. (Eds.), *Farming Systems Research into the 21st Century: The New Dynamic*. Springer, Dordrecht, pp. 457–483. <https://doi.org/10.1007/978-94-007-4503-2> .
- Kpodo, S. (2015). *Ghana's entrepreneurs adapt to survive*. African Business Magazine Online Access. <http://africanbusinessmagazine.com/sectors/technology/ghanas-entrepreneurs-adapt-to-survive>.
- Kremen, L., Miles, A. (2012). *Ecosystem Services in Biologically Diversified versus Conventional Farming Systems: Benefits, Externalities, and Trade-Offs*. Ecology and Society. 17(4). DOI:10.5751/ES-05035-170440
- Krugman, P. (1987). *The narrow moving band, the Dutch disease, and the competitive consequences of Mrs. Thatcher: Notes on trade in the presence of dynamic scale economies*. Journal of development Economics, 27(1-2), 41-55.
[https://doi.org/10.1016/0304-3878\(87\)90005-8](https://doi.org/10.1016/0304-3878(87)90005-8)
- Kumar, V., Pansari, A. (2016). *Competitive advantage through engagement*. Journal of Marketing Research, 53(4), 497–514. <https://doi.org/10.1509/jmr.15.0044>

- Kung'u, J. (2007). *Food Security in Africa: The Challenges of Researchers in the 21st Century*. In: Bationo, A., Waswa, B., Kihara, J., Kimetu, J. (eds) *Advances in Integrated Soil Fertility Management in sub-Saharan Africa: Challenges and Opportunities*. Springer, Dordrecht. https://doi.org/10.1007/978-1-4020-5760-1_8
- Kyaruzi, I., Hales, C. (2009). *Processes of incubating African female entrepreneurs: Some evidences from Senegal and Tanzania*. *JWEE*, (3-4), 42-68. <https://www.library.ien.bg.ac.rs/index.php/jwee/article/download/14/14>
- Kwesiga, C. (2010). *Challenges and opportunities of agribusiness incubators in Uganda: lessons from Uganda Industrial Research Institute (UIRI)*. In *Proceedings of the Agribusiness Incubator's Workshop, 5–7 August, Nairobi, Kenya*. African Technology Policy Studies Network (ATPS).
- Lalkaka, R. (2002). *Technology Business Incubators to help build an Innovation-Based Economy*. *Journal of Change Management*, Vol 3 (2), 167-176. <https://doi.org/10.1080/714042533>
- Lamb, J., Moore, K., Norton, J., Omondi, E., Laker-Ojok, R., Sikuku, D.N., Ashilenje, D., Odera, J. (2016). A social networks approach for strengthening participation in technology innovation: lessons learnt from the Mount Elgon region of Kenya and Uganda. *Int. J. Agric. Sustain.* 14, 65–81. <https://doi.org/10.1080/14735903.2015.1025479>
- Lancet. (2018). The Lancet Global Health Commission: Improved access to care not sufficient to improve health, as epidemic of poor quality care revealed. <https://www.thelancet.com/action/showPdf?pii=S2214-109X%2818%2930386-3>
- Lassman, P. (1977). Book Review: Max Weber: Method and Reality. *Sociology*, 11(1), 143-148. <https://doi.org/10.1177/003803857701100110>
- Lawson, B., Samson, D. (2001). *Developing innovation capability in organisations: a dynamic capabilities approach*. *International Journal of Innovation Management*, 5(3), 377-400. <https://doi.org/10.1142/S1363919601000427>
- Lee, S., Osteryoung, J. (2004). A Comparison of Critical Success Factors for Effective Operations of University Business Incubators in the United States and Korea. <https://doi.org/10.1111/j.1540-627X.2004.00120.x>
- León, M. (1997). El empoderamiento en la teoría y práctica del feminismo. Em M. León, Poder y Empoderamiento de las Mujeres (pp. 1-25). Bogotá: Coedición del tercer mundo. Fondo de Documentación Mujer y género de la Universidad Nacional de Colombia

- Lewis, D. A. (2001). *Does technology incubation work? A critical review*. Reviews of Economic Development Literature and Practice, n. 11, 2001. Disponível em: https://dhls.hegoa.ehu.es/uploads/resources/4668/resource_files/proceso_empoderamiento_mujeres_CFD.pdf
- Loefler, I. (1999). “Health care is a human right” is a meaningless and devastating manifesto. *Br Med J.*; 318: 1766. Doi: [10.1136/bmj.318.7200.1766a](https://doi.org/10.1136/bmj.318.7200.1766a)
- Longnecker, J., Petty, C., Moore, J., Palich, L. (2006). *Small Business Management and Entrepreneurial Emphasis*. Launching and Growing Entrepreneurial Ventures. London: Thomson South Western. ISBN 13: 978-0-324-58396-0. https://gtu.ge/Agro-Lib/%5BJustin_G_Longenecker_Carlos_W_Moore_J.pdf
- Lose, T. (2016). *The role of business incubators in facilitating the entrepreneurial skills requirements of small and medium size enterprises in the Cape metropolitan area, South Africa*. MBA Thesis, Cape Peninsula University of Technology. DOI: [10.13140/RG.2.1.1976.0248](https://doi.org/10.13140/RG.2.1.1976.0248)
- Lowder, S., Sánchez, M., Bertini, R., (2021). *Which farms feed the world and has farmland become more concentrated? World Development*, 142, 105455. DOI: [10.1016/j.worlddev.2021.105455](https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2021.105455)
- Machaze, F., Mulambe, V. (2016). *Direitos das Mulheres à Terra no Contexto da Pluralidade de Direitos: O Caso de Moçambique*. Fórum Mulher. Maputo
- Maciel, M., Albagi S. (2011). *Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. 332p. ISBN 978-85-7617-206-2.
- MADER. (2006). Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural. *Plano de Acção Para a Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II) Implementação e perspectivas*. Maputo.
- MADER. (2020). Inquérito Agrário Integrado. https://www.agricultura.gov.mz/wp-content/uploads/2021/06/MADER_Inquerito_Agrario_2020.pdf
- Magalhães, J. (1990). *Breve História Diplomática de Portugal*. Lisboa, Publicações Europa-América, 2.^a edição
- Malerba, F. (2002), Sectoral systems of innovation and production, *Research Policy*, 31, issue 2, p. 247-264, <https://EconPapers.repec.org/RePEc:eee:respol:v:31:y:2002:i:2:p:247-264>
- Malhotra, N. (2001). *Pesquisa em Marketing: Um Orientação Aplicada*. 3 ed., Porto Alegre: Bookman. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4069118/mod_resource/content/1/Malhotra_20_AnaliseDeAgrupamentos.pdf

- Manen, M. (2017). *Phenomenology and Meaning Attribution*, Indo-Pacific Journal of Phenomenology, 17:1, 1-12, <https://doi.org/10.1080/20797222.2017.1368253>
- Manzanera-Ruiz, R., Lizárraga, C., Mwaipopo, R. (2016). *Gender inequality, processes of adaptation, and female local initiatives in cash crop production in northern Tanzania*. Rural Sociology, 81(2), 143-171. <https://doi.org/10.1111/ruso.12090>
- Marassiro, M. J., Oliveira, M. L. R. Come, S. F. (2020). *Three Decades of Agricultural Extension in Mozambique: Between Advances and Setbacks*. Journal of Agricultural Studies. V. 8 (2), 418-439
- Marassiro, M., Oliveira M., Pereira G. (2021). *Agricultura familiar em Moçambique: Características e desafios*. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 6, ISSN 2525-3409. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i6.15682>
- Marenya, P., Barrett, C. (2007), *Household-level determinants of adoption of improved natural resources management practices among smallholder farmers in western Kenya*, Food Policy, **32**, (4), 515-536
- Marten, G. (1988). *Productivity, Stability, Sustainability, Equitability and Autonomy as Properties for Agroecosystem Assessment*. *Agricultural Systems*. 26:291-316. DOI:[10.1016/0308-521X\(88\)90046-7](https://doi.org/10.1016/0308-521X(88)90046-7)
- Martins, J. M., Abreu, A., Calado, J. M. (2019). *Business Incubator and Economic Development*. Obtido de IntechOpen: <http://dx.doi.org/10.5772/intechopen.88562>
- Marx K. (s/d), *O Capital*, Lisboa, Delfos. Volumes I e II, Edições Delfos, 1973 e 1974.
- Masutha, M., Rogerson, C. (2014). 'Small enterprise development in South Africa: The role of business incubators', in C.M. Rogerson e D. Szymańska (eds.), *Bulletin of geography, Socio-economic series*, no. 26, pp. 141–155, Nicolaus Copernicus University, Toruń. doi.org/10.2478/bog-2014-0050
- Mazoyer, M., Roudart, L. (1998). *História das Agriculturas do Mundo*. Lisboa. Edtions do Seuil.<https://codeagro.agricultura.sp.gov.br/uploads/capacitacao/historia-das-agriculturas-no-mundo-mazoyer-e-roudart.pdf>
- Mazoyer, M., Roudart, L. (2001). *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Instituto Piaget, D.L.
- McIntyre, B. (2009). *Agriculture at a Crossroads: The Global Report*. The International Assessment of Agricultural Knowledge, Science and Technology for Development (IAASTD). ISBN: 9781597265386

- Mehlum, H., Moene, K., Torvik, R. (2006). *Institutions and the resource curse*. The economic journal, 116(508), 1-20. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0297.2006.01045.x>
- Menasche, R., Marques F.C., Zanetti C. (2008). *Autoconsumo e segurança alimentar: a agricultura familiar a partir dos saberes e práticas da alimentação*. Rev. Nutr. 21. (suppl), Ago 2008. <https://doi.org/10.1590/S1415-52732008000700013>
- Mendonça Filho, Machado C.J. (2002). A sub-bacia do rio cotingüiba: agricultura e meio ambiente (SE). São Cristóvão, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe.
- Meru, A., Struwig, M. (2011). *An Evaluation of Entrepreneurs perception of Business Incubation Services in Kenya*. International Journal of Business Administration, Vol 2 (4), 112-121. doi.org/10.5430/ijba.v2n4p112
- MINAG. (2008). *Análise do Crescimento do Rendimento dos Agregados Familiares Rurais em Moçambique 1996-2002: Implicações para o Desenvolvimento Agrário no contexto do ProAgri 2 e PARPA II*. Maputo.
- MINAG. (2010). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA 2010-2019)*. https://www.setsan.gov.mz/wpcontent/uploads/2016/12/PEDSA_FINAL_Versao_10_Out2010.pdf
- MINAG. (2011). Ministério da Agricultura. *PEDSA 2011 – 2020* - República de Moçambique. <https://www5.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/pics/d130876.pdf>
- MINAG. (2013). *Estratégia do Governo e Oportunidades de Investimento no Agronegócios em Moçambique*, Maputo, 2013. http://fsg.afre.msu.edu/mozambique/caadp/Apresentacao_Nova_Alianca_Intro_CEP_AGRI.pdf
- Ministério da Planificação e Desenvolvimento. (2010). *3ª Avaliação Nacional da Pobreza*. MPD. Maputo.
- Moassab, A. (2008). *A prática da ecologia de saberes: reflexões sobre a hipermídia educativa a invenção do outro na mídia semanal*. e-cadernos CES. <http://journals.openedition.org/eces/1367>

- Monkman, D. (2010). *Business incubators and their role in job creation*. Small Business Committee, United States House of Representatives.
<https://www.govinfo.gov/content/pkg/CHRG-111hhrg55460/html/CHRG-111hhrg55460.htm>
- Moraes, S.E., Freire, L.A. (2014). *A ecologia de saberes por uma cidadania planetária: a universidade como contexto discursivo*. EPENN. Universidade Federal de Goiás. Brasil.
<https://memoria.cidarq.ufg.br/uploads/r/null/c/c/5/cc5942c508825c8b386fb984836d74a34a29b05991ac565a833b07b10ab97e34/BR-CMV-EPT-DNNE-100.pdf>
- Morin, E. (2002). *Os sete saberes para a educação do futuro*. Lisboa: Instituto Piaget. ISBN: 9789897590825.
- Mosca, J. (2011). *Políticas Agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*. Lisboa: Livraria Escolar Editora. ISBN: 9789896700126
- Mosca, J. (2014). "Agricultura familiar em Moçambique: ideologias e políticas". Instituto Superior de Economia e Gestão – CEAs Documentos de Trabalho nº 127-2014.
<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/7394/1/cesa-WP127.pdf>
- Mosca, J. (2017). *Revista Nera. Ano 20, Nº. 38 - Dossiê 2017*. ISSN: 1806-6755.
<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/5296/4057>.
- Motta, P. (2001). *Gestão Contemporânea: A Ciência e Arte de Ser Dirigente*. Rio de Janeiro. Record. 8 ed; 1997. 256 p ilus. Monografia em Português | Coleção SUS / ID: biblio-931876. Biblioteca responsável: [BR1719.1](#)
- MPD/DNEAP. (2010) *Third Poverty Assessment in Mozambique*. Maputo: Ministry of Planning and Development, National Directorate of Applied Studies and Policy.
https://www.preventionweb.net/files/16411_thirdnationalpovertyassessment.pdf
- Msuya, N. (2019). Concept of Culture Relativism and Women’s Rights in Sub-Saharan Africa. *Journal of Asian and African Studies*, 54(8), 1145–1158. <https://doi.org/10.1177/0021909619863085>
- Muchangos, A. (1999). *Moçambique. Paisagens e Regiões Naturais*. Maputo: FBM.
- Mussagy, I., Manjoro, A. (2015). *Empreendedorismo e inovação em Moçambique Panorâmica actual*. DOI: [1013140/RG.2.1.2040.7761](https://doi.org/10.1013140/RG.2.1.2040.7761).
- Musvoto, C., Mason, N., Jovanovic, N., Froebrich, J., Tshovhote, J., Nemakhavhani, M., Khabe, T. (2015). *Applying a transdisciplinary process to define a research agenda in a smallholder irrigated farming system in South Africa*. *Agric. Syst.* 137, 39–50. <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2015.03.008>

- National Business Incubation Association. (2001). *Principles and Best Practices of Successful Business Incubation*.
https://www.nbia.org/resource_library/best_practices/index.php
- Neves, D. (1995). *Agricultura familiar: questões metodológicas*. Reforma Agrária - Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária, n. 2 e 3, v. 25, p. 21-36.
- Neves, D. (2007). Agricultura Familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio Cesar (Orgs.). Geografia Agrária: teoria e poder. São Paulo. Expressão Popular, 2007. (p. 211-270)
- Nipassa, O. (2009). *Ajuda Externa e Desenvolvimento em Moçambique: Uma Perspectiva Crítica*. IESE. Maputo.
https://www.iese.ac.mz/lib/publication/II_conf/CP36_2009_Nipassa.pdf
- Ntauazi, C., Noyes, J., Refiloe J. (2020). Rural Women Demand a Seat at the Table in Mozambique's National Land Policy Review. PLASS.
<https://www.plaas.org.za/rural-women-demand-a-seat-at-the-table/>
- Nonaka, I., Takeuchi, H. (1997). *Teoria da criação do conhecimento organizacional*. In: Criação de conhecimento na empresa: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus.
- North, D.C. (1990). *Institutions, institutional change and economic performance*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Nyikahadzoi, K., Siziba, S., Mango, N., Mapfumo, P., Adekunhle, A., Fatunbi, O. (2012). *Creating food self reliance among the smallholder farmers of eastern Zimbabwe: exploring the role of integrated agricultural research for development*. Food Secur. 4,647–656. <https://doi.org/10.1007/s12571-012-0218-8>
- OECD-FAO. (2020). *Agricultural Outlook 2020-2029*. ISBN 978-92-64-58295-8.
<https://internationalpoultrycouncil.org/wp-content/uploads/2020/11/OECD-FAO-Agricultural-Outlook-2020-2029.pdf>
- Oertzen, A., Odekerken-Schröder, G., Brax, S., Mager, B. (2018). "Co-creating services—conceptual clarification, forms and outcomes", Journal of Service Management, <https://doi.org/10.1108/JOSM-03-2017-0067>
- Ogutu, O., Kilhonge, E. (2015). *Impact of business incubators on economic growth and entrepreneurship Development*. International Journal of Science and Research (IJSR) ISSN (Online): 2319-7064.
<https://pdfs.semanticscholar.org/b201/660ce85c65eac8a7dc61f9870cfb05ef7cd1.pdf>

- Okin, S. (1998). *Feminism, Women's Human Rights, and Cultural Differences*. *Hypatia*, 13(2), 32-52. Doi:10.1111/j.1527-2001.1998.tb01224.x
- OIKOS. (2021). *Projeto de Financiamento ao Empreendedorismo Rural*. <https://www.oikos.pt/pt/onde-estamos/mocambique/item/2802-forma%C3%A7%C3%A3o-de-formadores-em-finan%C3%A7as-e-agroneg%C3%B3cios-na-ilha-de-mo%C3%A7ambique>
- Oliveira, E., De-Carli, R. (2021) *Studies in Agro-Industrial Complexes: Analysis of Literature Indexed on the Web of Science 1945-2020*. *Open Journal of Business and Management*, 9, 1121-1132. DOI: [10.4236/ojbm.2021.93060](https://doi.org/10.4236/ojbm.2021.93060).
- Omoruyi, E., Olamide, K., Gomolemo, G., Donath, O. (2017). *Entrepreneurship and economic growth: does entrepreneurship bolster economic expansion in Africa?* *Journal of Social Economics*, 6(4), 6-11. DOI: 10.4172/2167-0358.1000219
- ONU. (2019). *Paz, dignidade e igualdade*. Causas e Efeitos das Mudanças Climáticas. <https://www.un.org/pt/climatechange/science/causes-effects-climate-change>
- OPHI. (2018). *Global Multidimensional Poverty Index 2018: The Most Detailed Picture to Date of the World's Poorest People*. Report. Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI), University of Oxford. ISBN 978-1-912291-12-0.
- Osterwalder, A. (2004). *The business model ontology - A proposition in a design science approach*. Dissertation, 2004, 173, University of Lausanne, Switzerland. https://www.researchgate.net/publication/33681401_The_Business_Model_Ontology_-_A_Proposition_in_a_Design_Science_Approach.
- Osterwalder, A., Pigneur, Y. (2011). *Business model generation: inovação em modelos de negócios*. Alta Books Editora. Rio de Janeiro, Brasil. ISBN 978-85-7608-550-8.
- Ozor, N. (2010). *Report of agribusiness innovation incubators in selected African countries*. In Proceedings of the Agribusiness Incubator's Workshop, 5–7 August, Nairobi, Kenya. African Technology Policy Studies Network (ATPS). https://atpsnet.org/wp-content/uploads/2021/08/AJSTID_Ozor_The-Role-of-Agribusiness-Innovation-Incubation-for-Africa-Development.pdf
- Palinkas, L., Horwitz, S., Green, C., Wisdom, J., Duan, N., Hoagwood, K. (2015). *Purposeful Sampling for Qualitative Data Collection and Analysis in Mixed Method Implementation Research*. *Administration and policy in mental health*, 42(5), 533–544. DOI: 10.1007/s10488-013-0528-y
- Pamuk, H., Bulte, E., Adekunle, A., Diagne, A. (2015). *Decentralized innovation systems and poverty reduction: experimental evidence from Central Africa*. *Eur. Rev. Agric.Econ.* 42, 99–127. <https://doi.org/10.1093/erae/jbu007>

- PARPA II. (2009). *Relatório do Sector da Agricultura*. Contribuições para avaliação do PARPA II. Maputo.
- Patel, M., Patel, N. (2019). *Exploring research methodology*: review article. International Journal of Research and Review. 6(3):48-55.
https://www.ijrrjournal.com/IJRR_Vol.6_Issue.3_March2019/IJRR0011.pdf
- Paz, J. (2022). *Ética e Investigação no Digital*. UA. ISBN: 978-972-674-937-0 DOI:
<https://doi.org/10.34627/leadf.2022.6>
- PDER. (2007). *Plano Director de Extensão Rural*. MADER. Maputo.
<https://www.scribd.com/document/388390724/Plano-Director-de-Extensao-2007-2016-1-pdf>
- PEDSA. (2011). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário*. Ministério de Agricultura, Maputo. https://www.agricultura.gov.mz/wp-content/uploads/2018/01/PEDSA_2011_2020.pdf
- PEDSA. (2022). *Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário* Ministério de Agricultura, Maputo.
https://www.agricultura.gov.mz/documents/PEDSA_VERSAO_LONGA.pdf
- PEDSA II 2020-2030. (2023). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Sector Agrário*. MADER.
https://www.agricultura.gov.mz/documents/PEDSA_VERSAO_SUMARIZADA.pdf
- PESOP. (2020). *Plano Económico e Social*. Orçamento do Conselho Executivo Provincial para 2021. Província de Nampula.
<https://www.nampula.gov.mz/por/Documentos/Legislacao>
- Phan, P. H., Siegel, D. S., Wright, M. (2005). *Science parks and incubators: observations, synthesis and future research*. Journal of Business Venturing, Amsterdam, v. 20, ed. 2, p. 165-182. <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2003.12.001>
- Piketty, T., Saez, E. (2014). *Inequality in the long run*. Science, 344 (6186), 838-843. DOI: [10.1126/science.1251936](https://doi.org/10.1126/science.1251936)
- Pillatti, L., Pedroso, B., Gutierrez, G. (2020). *Propriedades psicométricas de instrumentos de avaliação: um debate necessário*. RBECT 2010; 3(1):81-91, jan-abr. 2010. DOI: [10.3895/S1982-873X2010000100005](https://doi.org/10.3895/S1982-873X2010000100005)
- Pimenta, C. (2007). *Globalização e Desenvolvimento: Realidade, Possibilidade ou Miragem?* Working Papers/CEAUP(1): 41.
https://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta/textos/pdf/Maputo_2007.pdf

- PNISA 2013-2017. (2012). Plano Nacional de Investimento do Sector Agrário. MADER.
<https://www.agricultura.gov.mz/wp-content/uploads/2018/05/PNISAmoz.pdf>
- POCA. (2018). *Plano Operacional da Comercialização Agrícola* – Nampula.
<https://www.mic.gov.mz/por/Comercio-Interno/POCA>
- PQG. (2020). *Programa Quinquenal do Governo*. https://www.mctes.gov.mz/wp-content/uploads/2021/07/PQG_2020.2024_Versao_AR__02042020.pdf
- Pretty, J., Toulmin, C., Williams, S. (2011). *Sustainable intensification in African agriculture*. *International Journal of Agricultural Sustainability* 9:5–24.
<https://doi.org/10.3763/ijas.2010.0583>
- Prahalad, C., Ramaswamy, V. (2004a). *The Future of Competition*. Harvard Business School Press. pp. 8. ISBN 1-57851-953-5.
- Prahalad, C., Ramaswamy, V. (2004b). *Co-creation experiences: The next practice in value creation*. *Journal of Interactive Marketing*, 18(3), 5–14. DOI: 10.1002/dir.20015
- Quivy, R., Campenhoudt, T. (1992). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 1ª ed. Lisboa: Gradiva
- Quivy, R., Campenhoudt, T. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 4ª. ed. Lisboa: Gradiva.
- Ragasa, C., Sengupta, D., Osorio, M., OurabahHaddad, N., Mathieson, K. (2014). *Gender-specific approaches and rural institutions for improving access to and adoption of technological innovation*. Rome, FAO.
- Rawls, J. (2000). *Uma Teoria de Justiça*. 2ª Edição. São Paulo: Martins Fontes.
<https://marcosfabionuva.files.wordpress.com/2011/08/uma-teoria-da-justic3a7a.pdf>
- Reimers, M., Klasen, S. (2013). *Revisiting the role of education for agricultural productivity*. *American Journal of Agricultural Economics*, 95(1): 131–152.
<https://doi.org/10.1093/ajae/aas118>
- Ricciardi, V., Ramankutty, N., Mehrabi, Z., Jarvis, L., Chookolingo, B. (2018). *How much of the world's food do smallholders produce?. Global food security*, 17, 64-72.
- Ritchie, H. (2021). *Smallholders produce one-third of the world's food, less than half of what many headlines claim*. Published online at OurWorldInData.org.
<https://ourworldindata.org/smallholder-food-production>

- Ritzema, R., Frelat, R., Hammond, J., van Wijk, M. (2016). *What works where for which farm household: rapid approaches to food availability analysis*. In Öborn, I., Vanlauwe, B., Phillips, M., Thomas, R., Brooijmans, W., Atta-Krah, K., Schut, M. (Eds.), *Integrated Systems Research for Sustainable Intensification of Smallholder Agriculture*. London: Earthscan. <https://doi.org/10.4324/9781315618791>
- Ritzema, R.S., Frelat, R., Douxchamps, S., Silvestri, S., Rufino, M.C., Herrero, M., Giller, K.E., Ridaura, S.L., Teufel, N., Paul, B.K., van Wijk, M.T. (2017). *Is production intensification likely to make farm households food-adequate? A simple food availability analysis across smallholder farming systems from East and West Africa*. *Food Sec.* **9**, 115–131 <https://doi.org/10.1007/s12571-016-0638-y>
- Romer, P. (1986). *Increasing Returns and Long-Run Growth*. *Journal of Political Economy* **94**: 1002-1037.
- Robinson, J., Torvik, R., Verdier, T. (2006). *Political foundations of the resource curse*. *Journal of development Economics*, **79**(2), 447-468.
DOI:10.1016/j.jdeveco.2006.01.008
- Ros-Tonen, M., Van Leynseele, Y., Laven, A., Sunderland, T. (2015). *Landscapes of social inclusion: Inclusive value-chain collaboration through the lenses of food sovereignty and landscape governance*. *Eur. J. Dev. Res.* **27**, 523–540.
<https://doi.org/10.1057/ejdr.2015.50>.
- Rutberg, S., Bouikidis, C. (2018). *Focusing on the Fundamentals: A Simplistic Differentiation Between Qualitative and Quantitative Research*. *Nephrology 62 Nursing Journal*, **45**(2), 209–213. PMID: 30303640
- Saldaña, J. (2011). *Fundamentals of qualitative research*. New York: Oxford University Press. ISBN: 9780199737956
- Sánchez, A., Ysunza, F., Miguel J. Beltrán-García, Esqueda, M. (2002). *Biodegradation of Viticulture Wastes by Pleurotus: A Source of Microbial and Human Food and Its Potential Use in Animal Feeding*. *Journal of Agricultural and Food Chemistry*. **50** (9), 2537-2542. <https://doi.org/10.1021/jf011308s>
- Santos, B.S. (2004). *Por uma concepção multicultural de direitos humanos*. In Boaventura de Sousa Santos (Org.), *Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural* (pp. 331-356). Porto: Edições Afrontamento.
http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Concepcao_multicultural_direitos_humanos_RCCS48.PDF
- Santos, B.S. (2005). *Os processos da globalização*. In Boaventura de Sousa Santos (Org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?* (3.^a ed., pp. 31-106). Porto: Edições Afrontamento. https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf

- Santos, B.S. (2007). *Another Knowledge Is Possible: Beyond Northern epistemologies*. Londres e Nova Iorque: Verso.
<http://www.boaventuradesousasantos.pt/pages/pt/livros/another-knowledge-is-possible-beyond-northern-epistemologies.php>
- Santos, B.S. (2012), “*Porquê as Epistemologias do Sul?*”, Primeiro Seminário Avançado Globalizações Alternativas e Reinventar da Emancipação Social. Registo audiovisual disponível em <http://youtu.be/ErVGiUQHjM>
- Schultz, T. (1964). *Transforming traditional agriculture*. Chicago, USA, University of Chicago Press. *The Economic Journal*, Volume 74, Issue 296, 1 December 1964, Pages 996–999, <https://doi.org/10.2307/2228861>
- Schultz, T. (1979). *The Economics of Being Poor*. Prize Lecture. NobelPrize.org. Nobel Prize <https://www.nobelprize.org/prizes/economic-sciences/1979/schultz/lecture/>
- Schumpeter, J. (1939). *Business cycles: a theoretical, historical and statistical analysis of the capitalist process*, New York, McGraw-Hill.
- Schumpeter, J. (1962). *The Theory of Economic Development*, Berlin: Springer.
- Schut, M., Cadilhon, J.J., Misiko, M., Dror, I., (2018). *Do mature innovation platforms make a difference in agricultural research for development? a meta-analysis of case studies*. *Exp. Agric.* 54, 96–119. <https://doi.org/10.1017/S0014479716000752>
- Sen, A. (1981). *Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation*. Clarendon Press, Oxford.
- Sen, A. (2006). “*What do We Want from a Theory of Justice*”. *The Journal of Philosophy*, Vol. 103, No. 5 (May, 2006), pp. 215-238.
https://socialsciences.exeter.ac.uk/media/universityofexeter/collegeofsocialsciencesandinternationalstudies/education/research/groupsandnetworks/educationtheoryreadingnetwork/SEN_what_want_from_theory_of_justice_.pdf
- Serra, C., Dondeyne, S., Durang, T. (2012). *O Meio Ambiente em Moçambique. Notas para reflexão sobre a situação actual e os desafios para o futuro*.
<https://www.biofund.org.mz/wp-content/uploads/2017/03/O-Meio-Ambiente-em-Mocambique-2012-Serra-et-al.pdf>
- Serra, C.M. (2013). “*Transmissibilidade dos Direitos de Uso e Aproveitamento da Terra em Moçambique*.” Em *Dinâmicas da Ocupação e do Uso da Terra em Moçambique*, editado por Carlos Manuel Serra e João Carrilho, 51-73. Maputo: Escolar Editora.

- Shanfari, D. (2012). *Entrepreneurship in Oman: A Snapshot of the Main Challenges*, Paper presented at the United Nations Conference on Trade and Development: Multi-year expert meeting on enterprise development policies and capacity-building in science, Geneva.
https://www.ibriect.edu.om/ieu/resources/Ent_resources/Challenges%20of%20Entrepreneurship%20in%20Oman.pdf
- Shaw, A., Kristjanson, P. (2014). *A catalyst towards sustainability? Exploring social learning and social differentiation approaches with the agricultural poor*. *Sustainability* 6, 2685–2717. <https://doi.org/10.3390/su6052685>
- Sherman, H., Chappell D. (1998). 'Methodological Challenges in Evaluating Business Incubator Outcomes'. *Economic Development Quarterly* 12 (4), 313–321 (PDF) A Systematic Review of Business Incubation Research. Available from: https://www.researchgate.net/publication/5152745_A_Systematic_Review_of_Business_Incubation_Research
- Herman, H. (1999). 'Assessing the Intervention Effectiveness of Business Incubation Programs on New Business Start-ups,' *Journal of Developmental Entrepreneurship* 4 (2), 117–133. A Systematic Review of Business Incubation Research. https://www.researchgate.net/publication/5152745_A_Systematic_Review_of_Business_Incubation_Research.
- Silva, S. (2014). *A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: Projetos, descontinuidades e consolidação* Rio de Janeiro: Ipea,
- Silverman, R., Kelly L. (2014). *Qualitative Research Methods for Community Development*. <https://doi.org/10.4324/9781315797762>
- Singh, B., Vyas, R. V., Iqbal, S. M., Shukla, R. M. (2011). *Agri Business Incubation and Agro Technology Commercialization. Enhancing Organizational Growth Through Innovation and Creativity: Issues, Opportunities and Challenges*, 393. https://www.researchgate.net/profile/Dr-Vikas-Madhukar/publication/303408198_Enhancing_Organizational_Growth_Through_Innovation_and_Creativity_Issues_Opportunities_and_Challenges/links/57429ec008ae298602ee3d93/Enhancing-Organizational-Growth-Through-Innovation-and-Creativity-Issues-Opportunities-and-Challenges.pdf
- Sitoe, T. (2005). *Agricultura Familiar em Moçambique – Estratégias de Desenvolvimento Sustentável*. Maputo.
- Sitoe, T. (2014). *Os desafios da investigação agrária em Moçambique*. *Desenvolvimento Em Questão*, 12(25), 81–104. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2014.25.81-104>

- Smith, L.C., Haddad, L. (2015). Reducing Child Undernutrition: Past Drivers and Priorities for the Post-MDG Era. *World Development*, 68, 180-204.
<http://dx.doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.11.014>
- Souza, J., Campelo, E., Pinto, F., Feitosa, J., Guimarães, N., Rodrigues, A. (2013). *Caracterização da Agricultura em Moçambique*.
<https://agroluso.blogspot.com/2013/07/caracterizacao-da-agricultura-em.html>
- StartUPs.Insights. (2023). *Discover 5 Top Startups developing Food Security Solutions*.
<https://www.startup-insights.com/innovators-guide/discover-5-top-startups-developing-food-security-solutions/>
- Stedile, J. (2007). *Reforma agrária, por justiça e soberania popular*. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 junho, p. A3.
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz1106200709.htm>
- Stiglitz, J. (2002). “*Reforming Reform: Towards a New Agenda for Latin America*”, Conferência Raúl Prebisch de 2002 na CEPAL, Santiago, Chile, 26 de agosto de 2002.
https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/11857/2/Pol%C3%ADticas%20de%20desenvolvimento%20no%20mundo%20da%20globaliza%C3%A7%C3%A3o_P.pdf
- Stiglitz, J. (2004). *Globalização: a Grande Desilusão*, Lisboa, Terramar. ISBN: 978972710328.
- Struik, P., Klerkx, L., van Huis, A., Röling, N., (2014). *Institutional change towards sustainable agriculture in West Africa*. *Int. J. Agric. Sustain.* 12, 203–213.
<https://doi.org/10.1080/14735903.2014.909641>
- Tamayo, A., Gondim, M. (1996). *Escala de Valores Organizacionais*. *Revista de Administração*, v.31, n.2, p.62-72. São Paulo.
<https://www.scielo.br/j/epsic/a/n7tx9PkTXQGR5mXy38NG8fB/?format=pdfelang=pt>
- Teece, D. J., Pisano, G., Shuen, A. (1997). *Dynamic Capabilities and Strategic Management*. *Strategic Management Journal*, 18 (7), 509–533.
<http://www.jstor.org/stable/3088148>
- Teece, D. (1998). *Dynamic Capabilities and Strategic Management*. *Strategic Management Journal*, v. 18, n.7, p. 503-533. [https://doi.org/10.1002/\(SICI\)1097-0266\(199708\)18:73.O.CO;2-Z](https://doi.org/10.1002/(SICI)1097-0266(199708)18:73.O.CO;2-Z)
- Terence, A., Escrivão Filho, E. (2006). *Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais*. In *Anais*. Fortaleza, CE: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.
http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR540368_8017.pdf

- Terra, J. (2005). *Gestão do conhecimento: o grande desafio empresarial*. Rio de Janeiro: Elsevier. <https://www.scribd.com/document/326580798/Gestao-Do-Conhecimento-o-Grande-Desafio-Empresarial>
- Thurlow, J. (2008) Agricultural Growth Options for Poverty Reduction in Mozambique: Preliminary Report Prepared for Mozambique's Ministry of the Agriculture and Strategic Analysis and Knowledge Support System (SAKSS). ReSAKSS Working Paper No. 20. https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/pnads622.pdf
- TIA. (2002). *Trabalho de Inquérito Agrário*. MOZ-MADER-TIA.2002-V01. MADER.
- Tirfe, A. (2014). *Smallholder Farmers' Innovation and Its Determinants The Case of Hirty Mekan Seed Producers' Cooperative, Tigray, Ethiopia*. Developing Country Studies. Vol.4, No.21, 2014. www.iiste.org. ISSN (Paper) 2224-607X ISSN (Online)2225-0565
- Tornell, A., Lane P. (1999). "The Voracity Effect." *American Economic Review*, 89 (1): 22-46. DOI: 10.1257/aer.89.1.22
- Torvik, R. (2002). *Natural resources, rent seeking and welfare*. *Journal of development economics*, 67(2), 455-470. [https://doi.org/10.1016/S0304-3878\(01\)00195-X](https://doi.org/10.1016/S0304-3878(01)00195-X)
- Totin, E., Stroosnijder, L., Agbossou, E., (2013). *Mulching upland rice for efficient watermanagement: a collaborative approach in Benin*. *Agric. Water Manag.* 125, 71–80. <https://doi.org/10.1016/j.agwat.2013.04.012>
- Triomphe, B., Floquet, A., Kamau, G., Letty, B., Vodouhe, S.D., Ng'ang'a, T., Stevens, J., van den Berg, J., Selemna, N., Bridier, B., Crane, T., Almekinders, C., Waters-Bayer, A., Hocdé, H., (2013). *What does an inventory of recent innovation experiences tell us about agricultural innovation in Africa?* *J. Agric. Educ. Ext.* 19, 311–324. <https://doi.org/10.1080/1389224X.2013.782181> .
- Tripoli, T., Fellini, P., Meyer, H. (1975). *Análise de Pesquisa Social*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. Editora S.A.
- Triviños, A. N. (2013). *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo*. *Formação (Online)*, 1(20). <https://doi.org/10.33081/formacao.v1i20.2335>
- Tushman, M., Anderson, P. (1986). *Technological discontinuities and organizational environments*. *Administrative science quarterly*, 439-465. <https://doi.org/10.2307/2392832>

- Tutuba, N.; Vanhaverbeke, W. (2018). *Beekeeping in Tanzania: Why Is Beekeeping Not Commercially Viable in Mvomero?* Afrika Focus, 31, 213-239.
<https://doi.org/10.21825/af.v31i1.9047>
- UNICEF. (2021). UNICEF Moçambique, Relatório Anual de 2020.
<https://www.unicef.org/mozambique/relatorios/unicef-mo%C3%A7ambique-relat%C3%B3rio-anual-2020>
- UNEP. (2021). United Nations Environment Programme). Food Waste Index Report 2021. Nairobi. <https://wedocs.unep.org/handle/20.500.11822/35280>
- Tamburini G., Bommarco, R., Wanger, T.C., Kremen, C., van der Heijden, M.G.A., Liebman, M., Hallin, S. (2020). *Agricultural diversification promotes multiple ecosystem services without compromising yield*. Science Advances.4 Nov. 2020. Vol 6, issue 45. DOI: [10.1126/sciadv.aba1715](https://doi.org/10.1126/sciadv.aba1715)
- Valentinov, V. (2007). *Why are cooperatives important in agriculture? An organizational economics perspective*. J Institutional Econ. 2007;3:55–69.
<https://doi.org/10.1017/S1744137406000555>
- Vandermeer, J. (2011). The dialectics of ecology: biological, historical and political intersections.
<https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/153951/VandermeerTribute%20pub.pdf>
- van der Ploeg, J. D., Renting, H., Brunori, G., Knickel, K., Mannion, J., Marsden, T. (2000). *Rural Development: From Practices and Policies towards Theory*. Sociologia Ruralis, 40(4), 391-408. <https://doi.org/10.1111/1467-9523.00156>
- van der Ploeg, J. D. (2008). *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: UFRGS Editora
- van der Ploeg, J.D., Jingzhong Y., Schneider, S. (2011). *Rural Development reconsidered: building on comparative perspectives from China, Brazil and the European Union*. Rivista di Economia Agraria / a. LXV, n. 2, giugno 2010.
- van der Ploeg, F. (2011). *Natural resources: curse or blessing?* Journal of Economic Literature, 49(2), 366-420. DOI: 10.1257/jel.49.2.366
- van Dijk, M., Morley, T., Rau, M.L., Saghai, Y. (2021). *A meta-analysis of projected global food demand and population at risk of hunger for the period 2010–2050*. Nat Food 2, 494–501 (2021). <https://doi.org/10.1038/s43016-021-00322-9>

- van Ittersum, M. , Van Bussel, L., Wolf, J., Grassini, P., Van Wart, J., Guilpart, N., Cassman, K. G. (2016). *Can sub-Saharan Africa feed itself?* Proceedings of the National Academy of Sciences, 113(52), 14964-14969.
<https://doi.org/10.1073/pnas.1610359113>
- Vanlauwe, B. (2011). *Communicating complexity: integrated assessment of trade-offs concerning soil fertility management within African farming systems to support innovation and development*. Agricultural Systems 104:191–203.
<https://doi.org/10.1016/j.agsy.2010.07.002>
- Vanlauwe, B., Coyne, D., Gockowski, J., Hauser, S., Huising, J., Masso, C., Nziguheba, G., Schut, M. and Van Asten, P. (2014). *Sustainable intensification and the African smallholder*. Current Opinion in Environmental Sustainability 8:15–22.
DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2014.06.001>
- van Wijnbergen, S. (1984). *The Dutch Disease': a disease after all?*. The Economic Journal, 94(373), 41-55. DOI:[10.2307/2232214](https://doi.org/10.2307/2232214)
- Vedovello, C., Puga, F.P., Felix, M. (2001). *Criação de infra-estruturas tecnológicas: a experiência brasileira de incubadoras de empresas*. Revista do BNDES- Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 183-214, dez. 2001. <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11524>
- Veiga, J. (2000). *A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000. 197 p.
<https://wp.ufpel.edu.br/ppgdtsa/files/2014/10/Texto-Veiga-J.-E.-A-face-territorial-do-desenvolvimento.pdf>
- Yin, R. (2009). *Case Study Research: Design and methods* (4th ed.). Thousand Oaks, California: Sage Publications.
<https://doi.org/10.33524/cjar.v14i1.73>
- Yin, R. (2011). *Qualitative research from start to finish*. New York: Guilford Press.
- Yumkella, K., Kormawa, P., Roepstorff, T., Hawkind, A. (eds.) (2011). *Agribusiness for Africa's Prosperity*. United Nations Industrial Development Organization, Unido.
http://eprints.icrisat.ac.in/7880/1/Agribusiness_for_Africas_Prosperty_e-book_NEW.pdf
- Wasseman, J., Clair, J. (2016). *Qualitative Methods*. Wiley.
<https://doi.org/10.1002/9781405165518.wbeosq004.pub2>
- Weston, F., Brighan, E., (2000). *Fundamentos de Administração Financeira*. 10 ed., São Paulo: Makron Books. ISBN: 8534607958

- WHO. (2018). World health statistics 2018: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals. <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/272596/9789241565585-eng.pdf?sequence=1>
- WHO. (2022). *Millennium Development Goals (MDGs). Fact Sheets*. [Internet] [https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/millenniumdevelopment-goals-\(mdgs\)](https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/millenniumdevelopment-goals-(mdgs)).
- Wiggins, S., Kirsten, J., & Llambí, L. (2010). The future of small farms. *World development*, 38(10), 1341-1348. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2009.06.013>
- Winter, S., (2003). *Understanding Dynamic Capabilities*. *Strategic Management Journal*, v. 24, n. 10, p. 991-995. <https://doi.org/10.1002/smj.318>
- Wolkmer, A.C. (2006). *Pluralismo jurídico, direitos humanos e interculturalidade*. *Revista Sequência*, Florianópolis/SC, n.º 53, p. 113-128, dez 2006. <https://doi.org/10.5007/%25x>
- World Bank. (1993). *The world food outlook*. World Bank, Washington DC. <https://documents1.worldbank.org/curated/en/280921468764347938/pdf/multi0page.pdf>
- World Bank (2006). *Mozambique Agriculture Development Strategy: Stimulating Smallholder Agriculture Growth*. Agriculture, Environment and Social Development Unit, Country Department 2, Africa Region, the World Bank, February 2006.
- World Bank (2007a). *Mozambique Country Water Resources Assistance Strategy*, World Bank, Aug. 2007. <https://documents1.worldbank.org/curated/es/504391468059694178/pdf/568550ESW0whit1shComplete01low0res1.pdf>
- World Bank. (2007b). *World Development Report 2008: Agriculture for Development*. © Washington, DC. <http://hdl.handle.net/10986/5990>
- World Bank. (2011). *'Growing food, products, and businesses: applying business incubation to agribusiness SMEs'*. The International Bank for Reconstruction and Development/The World Bank. <http://documents.worldbank.org/curated/en/493601468189256318/pdf/10351-WP-Agribusiness-Incubation-Box393222B-PUBLIC.pdf>
- World Bank. (2017). *Women in Agriculture: The Agents of Change for the Global Food System*. <http://www.worldbank.org/en/news/feature/2017/03/07/women-in-agriculture-the-agents-of-change-for-the-food-system>

- Wuyts, M. (2017). *Será que crescimento económico é sempre redutor da pobreza? Reflexões sobre a experiência de Moçambique*. IESE - Economia, Recursos Naturais, Pobreza e Política em Moçambique – Uma colectânea de textos. https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2017/10/IESE_Colectanea_de_IDeIAS_-_Livro.pdf
- Zabot, J., Silva, L. (2002). *Gestão do conhecimento aprendizagem e tecnologia: construindo a inteligência coletiva*. São Paulo: Atlas.
- Zamchiya, Phillan; Ntauazi, Clemente & Joana Noyes. (2021). Gendered implications of formalization of customary tenure in Mozambique. PLASS. <https://www.plaas.org.za/gendered-implications-of-formalisation-of-customary-tenure-in-mozambique/>
- Zhao, L., Zhang, H. (2017). *Knowledge service decision making in business incubators based on the supernetwork model*. Physica A: Statistical Mechanics and its Applications, v. 479, p. 249-264, 2017. <http://dx.doi.org/10.1016/j.physa.2017.03.013>
- Zvelebil, M., Pluciennik, M. (2011). *The role of food, agriculture, forestry and fisheries in human nutrition – Vol. I - Historical Origins of Agriculture*. <https://www.eolss.net/ebooklib/ebookcontents/E5-01A-ThemeContents.pdf>
- Zylbersztajn, D. (1993). *Organizational Challenges for Farmers Cooperatives*. Paper Presented at the III Symposium of the International Agribusiness Management Association, San Francisco
- Zylbersztajn, D. (2003). *Costs, Transactions and Transactions Costs. Are there simple answers for complex questions?* FEA, USP. Brasil. http://www.fundacaofia.com.br/pensa/anexos/biblioteca/632007144820_.pdf
- Zylbersztajn, D. (2005). *Papel dos Contratos na Coordenação Agro-Industrial: um olhar além dos mercados*. <https://www.scielo.br/j/resr/a/wCwhRk8cFkbJw4qjQQWFyys/?format=pdf&lang=pt>

Apêndice 1 – Esclarecimento e Consentimento

Este questionário enquadra-se numa investigação no âmbito de um trabalho de Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento, pela Universidade Politécnica, A Politécnica. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins académicos.

O presente questionário é direccionado a membros do Governo da Província de Nampula, ligados a Actividades Económicas em Agricultura; a empresários e agentes agrícolas; a Bancos com Departamento de Apoio ao Financiamento Agrário e; a principiantes em agro-negócio (start-ups) para compreensão do melhor apoio necessário para este propósito, por via de incubação agrária ou não.

Antes de mais, quero estar certo de que está ciente da sua decisão em participar nesta entrevista e que a mesma é inteiramente voluntária, estando, assim, livre em dela desistir a qualquer momento. Por outro lado, caso exista alguma pergunta que prefere não responder, sinta-se livre.

Obrigado pela sua colaboração.

Data ___ / ___ / 2022

Questionários e Entrevistas

Apêndice 2 – Questionário aos Membros do Governo - Nampula

Quais são os programas que apoiam os principiantes em Agro-negócio e quais os parceiros envolvidos?

Resp.:

Na questão sobre os programas e parceiros que apoiam os principiantes em agro-negócio, os respondentes indicaram a GAPI como financiadora de crédito rural, a PROMA SEED como produtora de sementes, a FORUM TERRA na piscicultura, a GIZ-IPFR na produção de hortícolas, a SANAM no fomento de algodão e a ADPP-TN no sistema de poupança de crédito rotativo. A maioria indicou também o programa SUSTENTA, tendo os mesmos acrescentado que o referido programa tem muita vertente política.

Quantas empresas em agro-negócio existem?

Resp.:

Sobre empresas em agro-negócio na província, os respondentes afirmaram que não existia informação oficiosa, porque a regulação não tem seguido os critérios exigidos, isto é, os distritos anfitriões não são consultados para o efeito. Contudo, têm conhecimento de que funcionam como tal a SANM, a PROMA SEED e a GREEN AGRO. Esta última tem como actividade primária a produção, o processamento e a comercialização de milho amarelo.

Qual é a actividade primária de cada uma?

Resp.: *ver resposta anterior.*

Quais são os produtos agrícolas mais produzidos e que mais impactam na comercialização na Província?

Resp.:

1. Culturas alimentares básicas: Milho, Arroz, Mapira, Mexoeira e Amendoim.
2. Culturas mais produzidos e que mais impactam na comercialização na província: Algodão, Milho, Mandioca, Feijão oloko, Feijão Nhemba e gergelim.

Quantas incubadoras agrárias a operar?

Resp.: Incubadora do ISEUNA, em parceria com o FNDS, GAPI, Novos Horizontes e Helvetas, estas como instituições financiadoras.

Quantos Institutos de formação agrária existem?

Resp.: Instituto Politécnico Familiar Rural de Mecuburi, Instituto Politécnico do Ribáuè e Instituto Politécnico de Nakucha - Nacala.

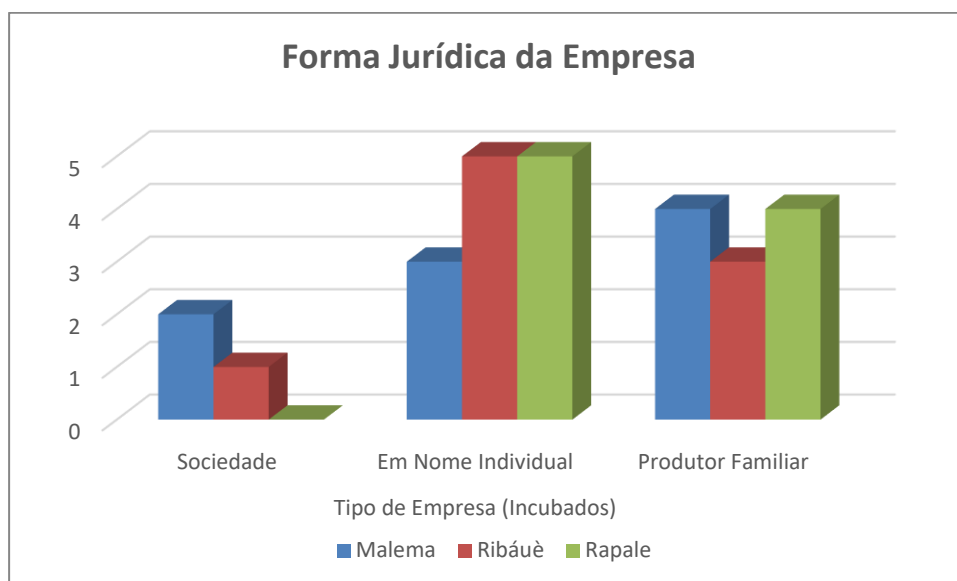
Apêndice 3 – Questionário a Empresários e Agentes de Agro-negócio em Nampula

1. Nome da Empresa: _____

- a) Sociedade
- b) Em nome individual
- c) Produtor familiar

Questão 1. Forma Jurídica da Empresa

Distrito	Tipo de Empresa (Incubados)		
	Sociedade	Em Nome Individual	Produtor Familiar
Malema	2	3	4
Ribáuè	1	5	3
Rapale	0	5	4



2. Localização: _____

3. Principal Actividade:

- a) Produção Agrícola: **Sim** ___ **Não** ___
 b) Comercialização: **Sim** ___ **Não** ___
 c) Outra: _____

Questão 3. Principal Actividade

Distrito	Principal Actividade (Incubados)		
	Produção Agrícola	Processamento	Comercialização
Malema	9	0	9
Ribáuè	9	0	9
Rapale	9	0	9

4. Quantos no seu agro-negócio têm Formação:

a) em:

i) (___) Ramo agrário: (___) Básico; (___) Médio; (___) Superior.

ii) (___) Ramo não-agrário: (___) Básico; (___) Médio; (___) Superior

b) Nenhuma: (___) _____

Questão 4. Formação Escolar dos Elementos da Empresa

Distrito	Formação Escolar dos Elementos da Empresa Incubada				Formação Escolar dos Elementos da Empresa Não-Incubada			
	Nenhuma	Básica	Média	Superior	Nenhuma	Básica	Média	Superior
Malema	4	5	0	0	3	1	0	0
Ribáuè	2	4	3	0	1	2	0	0
Rapale	0	6	2	1	0	2	1	0
Total	6	15	5	1	4	5	1	0

5. Há Quanto tempo com o empreendimento actual? (___) anos; (___) meses.

6. Número de trabalhadores:

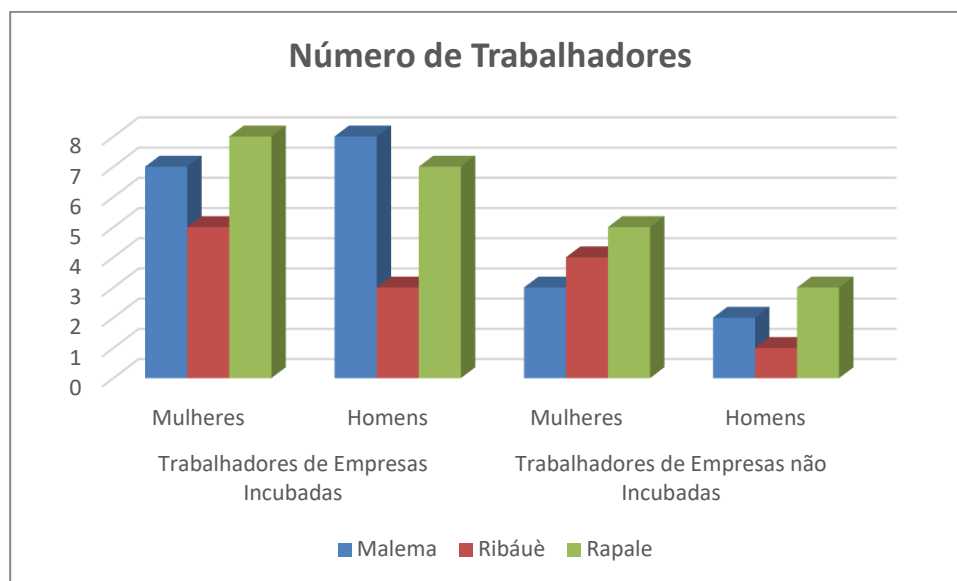
a) Mulheres ___

b) Homens ___

c) **Questão 6. Número de Trabalhadores**

Distrito	Trabalhadores de Empresas Incubadas		Trabalhadores de Empresas não Incubadas	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Malema	7	8	3	2
Ribáuè	5	3	4	1
Rapale	8	7	5	3

- d)
e) Número de Trabalhadores



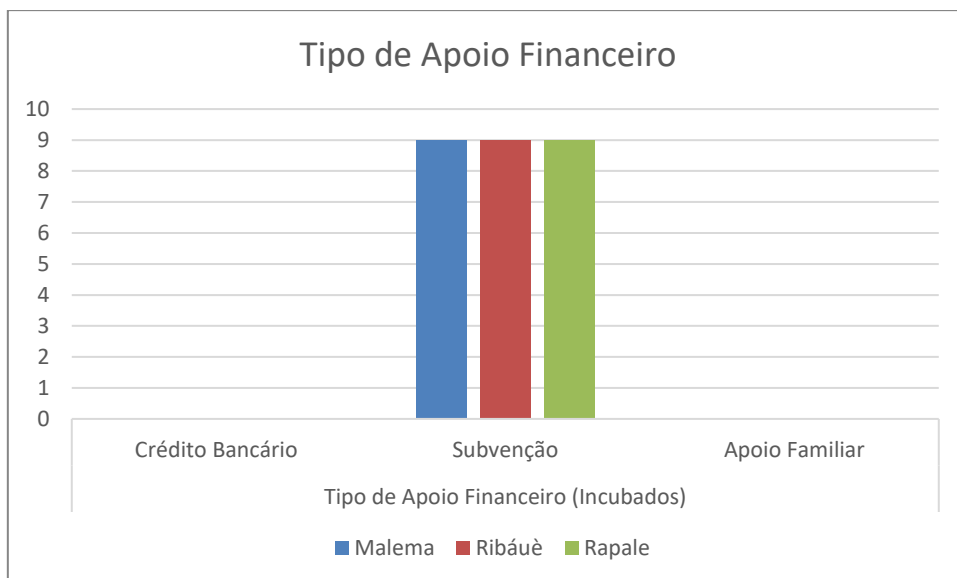
f)

7. Algum apoio financeiro recente?

- a) Crédito Bancário____
b) Subvenção____

Questão 7. Tipo de Apoio Financeiro

Distrito	Tipo de Apoio Financeiro (Incubados)		
	Crédito Bancário	Subvenção	Apoio Familiar
Malema	0	9	0
Ribáuè	0	9	0
Rapale	0	9	0



8. Possui algum serviço / produto que considera inovador?

9. Possui alguma marca de produto / serviço?

10. Espaço de terreno está em seu nome ou é alugado?

a) Área Total _____

b) Área actualmente explorada _____

11. Que infra-estruturas possui?

a) _____

b) _____

c) _____

12. Tem parcerias (*Networking*) com outros produtores / empreendedores?

13. Já esteve integrado em algum processo de incubação? **Sim** () **Não** ()

- a) Se **Sim**, por quanto tempo? _____
- b) Se **Sim**, qual é a importância que atribui ao processo de incubação?
- i) Muito importante
 - ii) Importante
 - iii) Indiferente
 - iv) Pouco importante
 - v) Sem importância
- c) Se **sim**, quais os motivos que o levou a buscar incubação?
- i) *Networking*
 - ii) Acompanhamento profissional
 - iii) Menores custos na implementação
 - iv) Formação profissional
 - v) Apoio financeiro

Questão 13 a. Qual é a importância que atribui ao processo de incubação?

Distrito	Importância da Incubação				
	Muito Importante	Importante	Indiferente	Pouco Importante	Sem Importância
Malema	8	1	0	0	0
Ribáuè	7	2	0	0	0
Rapale	9	0	0	0	0

Questão 13 b. Quais os motivos que o levaram a buscar incubação?

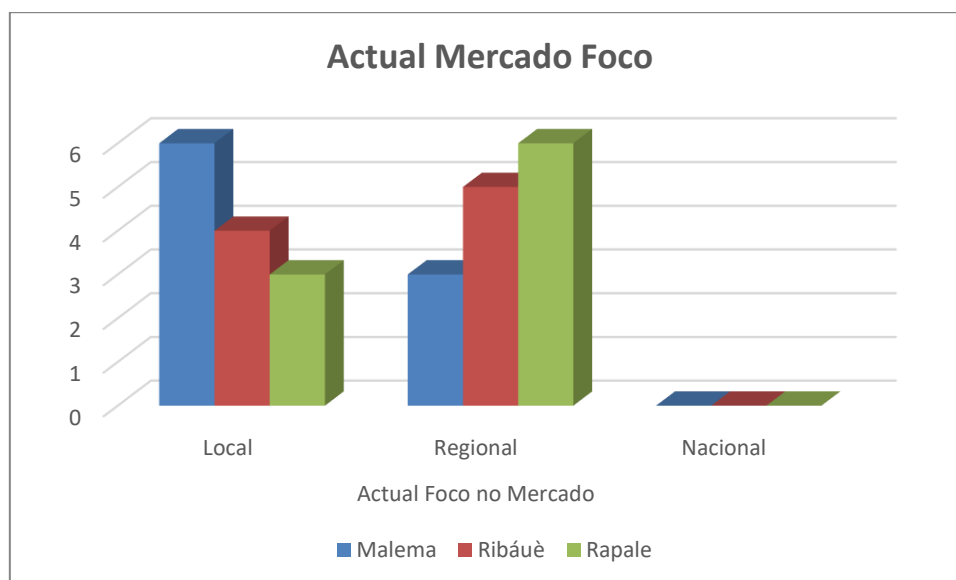
Distrito	Motivos para aderir à Incubação				
	<i>Networking</i>	Acompanhamento Profissional	Menos Custos	Formação Profissional	Apoio Financeiro
Malema	2	6	1	6	9
Ribáuè	3	4	3	5	8
Rapale	3	5	1	6	8

14. Qual é o mercado foco da empresa actualmente?

- i) Local
- ii) Nacional
- iii) Internacional

Questão 14. Actual mercado foco da empresa

Distrito	Actual Foco no Mercado		
	Local	Regional	Nacional
Malema	6	3	0
Ribáuè	4	5	0
Rapale	3	6	0

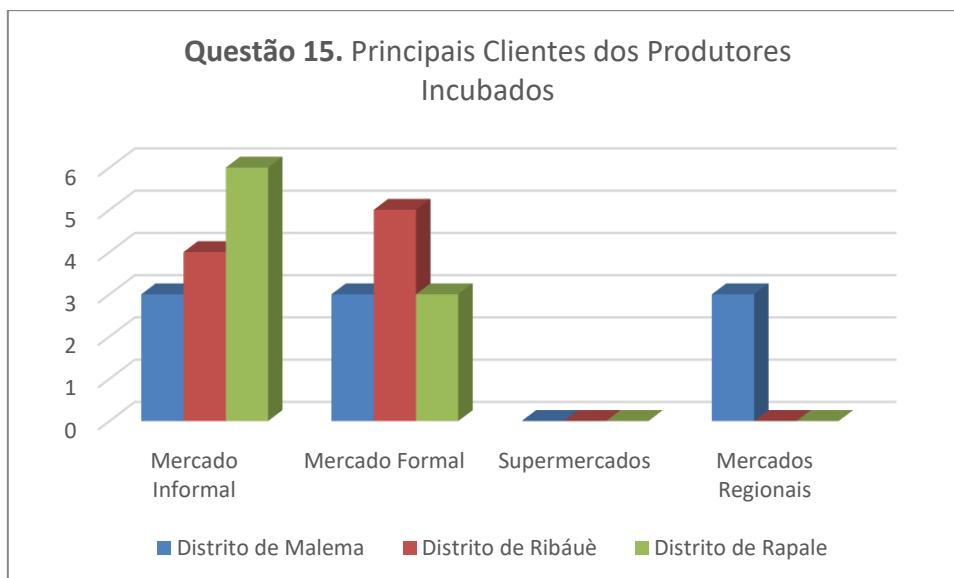


15. Quais são os seus principais clientes?

- i) Mercado informal
- ii) Mercado formal
- iii) Supermercados
- iv) Interprovinciais
- v) Outros _____

Questão 15. Principais Clientes

Principais Clientes	Distrito de Malema	Distrito de Ribáuè	Distrito de Rapale
Mercado Informal	3	4	6
Mercado Formal	3	5	3
Supermercados	0	0	0
Mercados Regionais	3	0	0

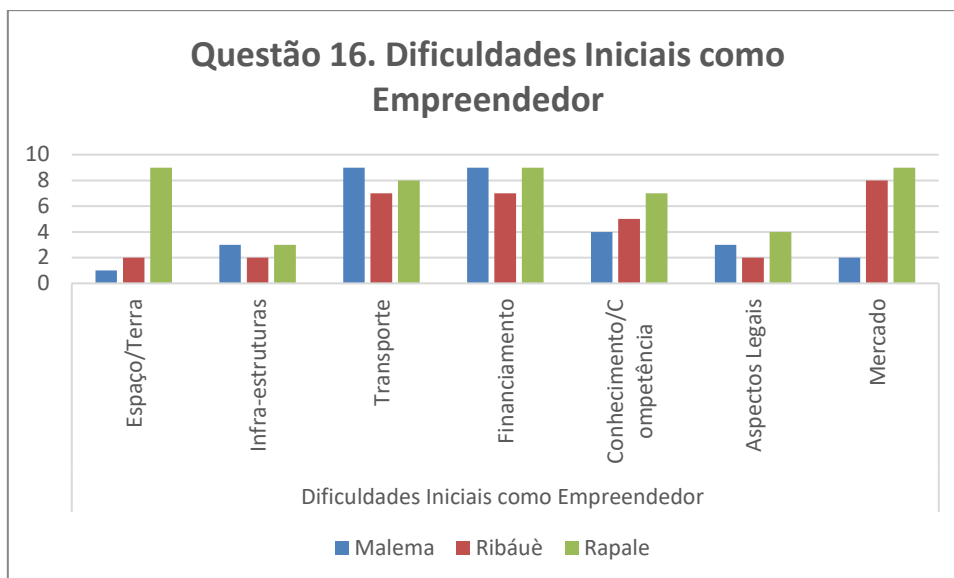


16. Qual ou quais as dificuldades que teve no início da sua actividade como empreendedor?

- a) () Espaço / Terra
- b) () Infra-estruturas
- c) () Transporte
- d) () Financiamento
- e) () Conhecimento / Competência do ramo
- f) () Aspectos legais
- g) () Mercado

Questão 16. Dificuldades que teve no início da actividade

Distrito	Questão 16. Dificuldades Iniciais como Empreendedor						
	Espaço /Terra	Infra-estruturas	Transporte	Financiamento	Conhecimento /Competência	Aspectos Legais	Mercado
Malema	1	3	9	9	4	3	2
Ribáuè	2	2	7	7	5	2	8
Rapale	9	3	8	9	7	4	9



17. Quais das dificuldades que ainda persistem?

- a) Espaço / Terra
- b) Infra-estruturas
- c) Transporte
- d) Financiamento
- e) Conhecimento / Competência do ramo
- f) Aspectos legais
- g) Mercado
- h) Outras _____

18. A sua actividade causa algum impacto ambiental?

- a) Produz lixo? Sim; Não.
Se Sim, qual e o que faz dele? _____
- b) Existe perigo de poluição de águas? Sim; Não
Se Sim, o que faz para evitar? _____
- c) São produzidos outros resíduos? Quais? _____

19. Que Salvaguardas Ambientais e Sociais considerou ter em conta para a sua actividade?

20. Usa fertilizantes, aditivos ou outros insumos químicos? Sim; Não.

- a) Se sim, quais e de que tipo? _____

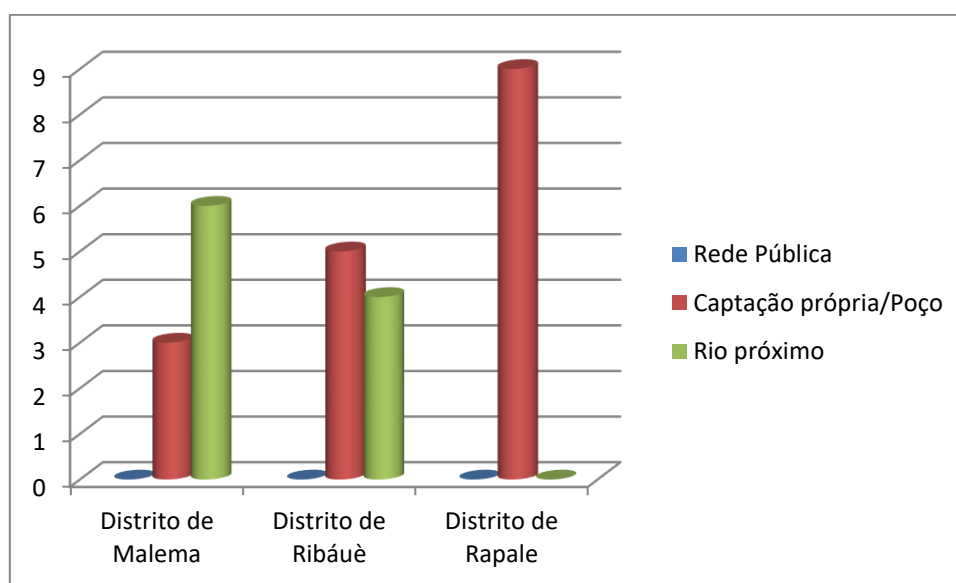
21. Usa pesticidas? Sim; Não.

- b) Se sim, quais e de que tipo? _____

22. Água que utiliza é
- da rede pública?
 - captura própria, ou poço?
 - rio próximo?

Questão 22. Origem da água para a rega

Origem da Água da Rega	Distrito de Malema	Distrito de Ribáuè	Distrito de Rapale
Rede Pública	0	0	0
Captação própria/Poço	3	5	9
Rio próximo	6	4	0



23. Possui Esgotos?

24. Que outro tipo de saneamento existe?

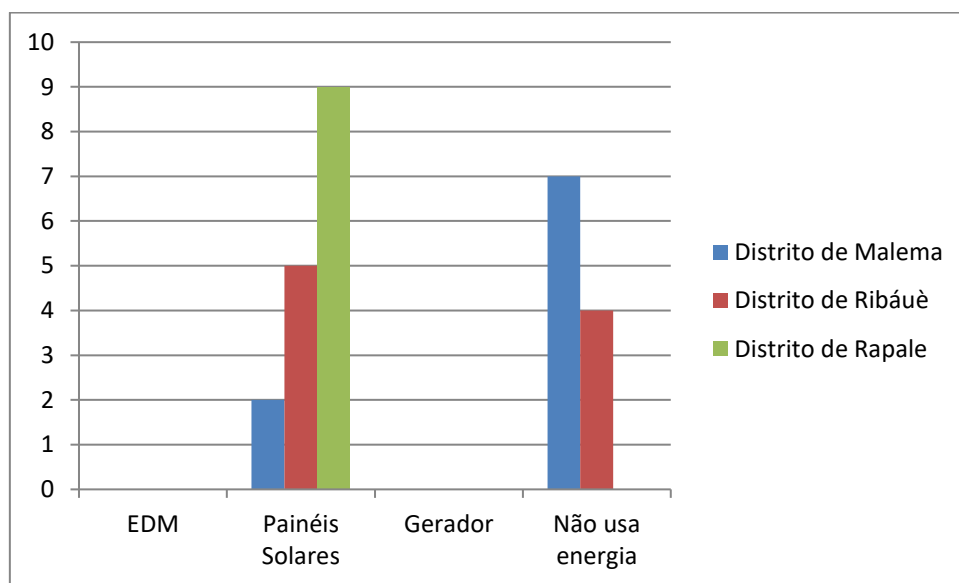
25. Usa energia para a sua actividade? () Sim; () Não.

- EDM
- Painéis Solares
- Gerador

Questão 25. Uso de energia para a sua actividade

Uso da Energia	Distrito de Malema	Distrito de Ribáuè	Distrito de Rapale
EDM	0	0	0
Painéis Solares	2	5	9
Gerador	0	0	0
Não usa energia	7	4	0

a)



b)

26. A sua actividade é no meio rural ou urbano? _____

a) A que distância do centro urbano? _____

Anexos – Cartas-credenciais para pesquisa no campo.



INSTITUTO SUPERIOR DE
ALTOS ESTUDOS E NEGÓCIOS
ISAEN

Exmo. Senhor
Administrador do Distrito de Rapale

CREDENCIAL

Para os devidos efeitos e a pedido do interessado, informa-se que o **Mestre José Augusto Guina** é estudante do programa de Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento, ministrado pelo Instituto Superior de Altos Estudos e Negócios (ISAEN) da Universidade Politécnica.

A fim de realizar um trabalho de pesquisa académica com o tema: “**Incubação de Empresas Como Aposta de Sustentabilidade de Agro-Negócios em Nampula - Moçambique**” para a tese de doutoramento, o estudante solicita autorização para obter informação e recolha de dados junto à vossa instituição.

Sem mais de momento, agradecemos antecipadamente a colaboração prestada por V^a Ex.^a na formação de quadros nacionais.

Maputo, 17 de Novembro de 2022

A Directora de ISAEN

Prof.ª Doutora Irene Mendes



Universidade Politécnica
A POLITÉCNICA

INSTITUTO SUPERIOR DE
ALTOS ESTUDOS E NEGÓCIOS
ISAEN

Aos

Empresários Agrários

CREDENCIAL

Para os devidos efeitos e a pedido do interessado, informa-se que o **Mestre José Augusto Guina** é estudante do programa de Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento, ministrado pelo Instituto Superior de Altos Estudos e Negócios (ISAEN) da Universidade Politécnica.

A fim de realizar um trabalho de pesquisa académica com o tema: **“Incubação de Empresas Como Aposta de Sustentabilidade de Agro-Negócios em Nampula - Moçambique”** para a tese de doutoramento, o estudante solicita autorização para obter informação e recolha de dados junto à vossa instituição.

Sem mais de momento, agradecemos antecipadamente a colaboração prestada por V^a Ex.^a na formação de quadros nacionais.

Maputo, 11 de Novembro de 2022

A Directora do ISAEN

Prof.ª Doutora Irene Mendes

ISAEN

INSTITUTO SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS E NEGÓCIOS

HUMANISMO, RIGOR E PROFISSIONALISMO

Av. Paulo Samuel Kankhomba, nº 879 | Maputo - Moçambique
Tel. +258 21 352 750 | Fax: +258 21 352 701
Cel. +258 82 328 5250 | 82 313 3700 | 82 312 6180
Website: www.apolitecnica.ac.mz

25
ANOS
CONSTRUINDO O FUTURO



Universidade Politécnica
A POLITÉCNICA

INSTITUTO SUPERIOR DE
ALTOS ESTUDOS E NEGÓCIOS
ISAEN

Aos

Revendedores de Produtos Agrícolas dos Mercados do Distrito de Rapale

CREDENCIAL

Para os devidos efeitos e a pedido do interessado, informa-se que o **Mestre José Augusto Guina** é estudante do programa de Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento, ministrado pelo Instituto Superior de Altos Estudos e Negócios (ISAEN) da Universidade Politécnica.

A fim de realizar um trabalho de pesquisa académica com o tema: "Incubação de Empresas Como Aposta de Sustentabilidade de Agro-Negócios em Nampula - Moçambique" para a tese de doutoramento, o estudante solicita autorização para obter informação e recolha de dados junto à vossa instituição.

Sem mais de momento, agradecemos antecipadamente a colaboração prestada por V^a Ex.^a na formação de quadros nacionais.

Maputo, 11 de Novembro de 2022

A Directora do ISAEN


Prof.ª Doutora Irene Mendes

ISAEN

INSTITUTO SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS E NEGÓCIOS

HUMANISMO, RIGOR E PROFISSIONALISMO

Av. Paulo Samuel Kankhomba, nº 879 | Maputo - Moçambique
Tel. +258 21 352 750 | Fax: +258 21 352 701
Cel. +258 82 328 5250 | 82 313 3700 | 82 312 6180
Website: www.apolitecnica.ac.mz

25
ANOS
CONSTRUINDO O FUTURO



Universidade Politécnica
A POLITÉCNICA

INSTITUTO SUPERIOR DE
ALTOS ESTUDOS E NEGÓCIOS
ISAEN

Aos

Revendedores de Produtos Agrícolas dos Mercados do Distrito de Ribaúe

CREDENCIAL

Para os devidos efeitos e a pedido do interessado, informa-se que o **Mestre José Augusto Guina** é estudante do programa de Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento, ministrado pelo Instituto Superior de Altos Estudos e Negócios (ISAEN) da Universidade Politécnica.

A fim de realizar um trabalho de pesquisa académica com o tema: “**Incubação de Empresas Como Aposta de Sustentabilidade de Agro-Negócios em Nampula - Moçambique**” para a tese de doutoramento, o estudante solicita autorização para obter informação e recolha de dados junto à vossa instituição.

Sem mais de momento, agradecemos antecipadamente a colaboração prestada por V^a Ex.^a na formação de quadros nacionais.

Maputo, 17 de Novembro de 2022

A Directora do ISAEN

Prof.^a Doutora Irene Mendes



ISAEN

INSTITUTO SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS E NEGÓCIOS

HUMANISMO, RIGOR E PROFISSIONALISMO

25
ANOS
UM SÉCULO E FUTURO

Av. Paulo Samuel Kankhomba, nº 879 | Maputo - Moçambique
Tel. +258 21 352 750 | Fax: +258 21 352 701
Cel. +258 82 328 5250 | 82 313 3700 | 82 312 6180
Website: www.apolitecnica.ac.mz



Universidade Politécnica
A POLITÉCNICA

INSTITUTO SUPERIOR DE
ALTOS ESTUDOS E NEGÓCIOS
ISAEN

Aos

Revendedores de Produtos Agrícolas dos Mercados do Distrito de Malema

CREDENCIAL

Para os devidos efeitos e a pedido do interessado, informa-se que o **Mestre José Augusto Guina** é estudante do programa de Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento, ministrado pelo Instituto Superior de Altos Estudos e Negócios (ISAEN) da Universidade Politécnica.

A fim de realizar um trabalho de pesquisa académica com o tema: “**Incubação de Empresas Como Aposta de Sustentabilidade de Agro-Negócios em Nampula - Moçambique**” para a tese de doutoramento, o estudante solicita autorização para obter informação e recolha de dados junto à vossa instituição.

Sem mais de momento, agradecemos antecipadamente a colaboração prestada por V^a Ex.^a na formação de quadros nacionais.

Maputo, 11 de Novembro de 2022

A Directora do ISAEN


Prof.^a Doutora Irene Mendes

ISAEN
INSTITUTO SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS E NEGÓCIOS

HUMANISMO, RIGOR E PROFISSIONALISMO

Av. Paulo Samuel Kankhomba, nº 879 | Maputo - Moçambique
Tel. +258 21 352 750 | Fax: +258 21 352 701
Cel. +258 82 328 5250 | 82 313 3700 | 82 312 6180
Website: www.apolitecnica.ac.mz

25
ANOS
CONSTRUINDO O FUTURO



Universidade Politécnica
A POLITÉCNICA

INSTITUTO SUPERIOR DE
ALTOS ESTUDOS E NEGÓCIOS
ISAEN

Aos

Serviços de Provinciais de Actividades Económicas de Nampula

CREDENCIAL

Para os devidos efeitos e a pedido do interessado, informa-se que o **Mestre José Augusto Guina** é estudante do programa de Doutoramento em Estudos de Desenvolvimento, ministrado pelo Instituto Superior de Altos Estudos e Negócios (ISAEN) da Universidade Politécnica.

A fim de realizar um trabalho de pesquisa académica com o tema: “**Incubação de Empresas Como Aposta de Sustentabilidade de Agro-Negócios em Nampula - Moçambique**” para a tese de doutoramento, o estudante solicita autorização para obter informação e recolha de dados junto à vossa instituição.

Sem mais de momento, agradecemos antecipadamente a colaboração prestada por V^ª Ex.^ª na formação de quadros nacionais.

Maputo, 11 de Novembro de 2022

A Directora do ISAEN


Prof.ª Doutora Irene Mendes

ISAEN
INSTITUTO SUPERIOR DE ALTOS ESTUDOS E NEGÓCIOS

HUMANISMO, RIGOR E PROFISSIONALISMO

Av. Paulo Samuel Kankhomba, nº 879 | Maputo - Moçambique
Tel. +258 21 352 750 | Fax: +258 21 352 701
Cel. +258 82 328 5250 | 82 313 3700 | 82 312 6180
Website: www.apolitecnica.ac.mz

25
ANOS
CONSTRUINDO O FUTURO